

SEMOP  
ICHU/BA  
FISCALIZACAO

CAMAÇARI

Conj. Habitacional  
Coração de Maria

Cajazeiras

Águas Claras  
Cajazeiras

Boca da Mata

Liberdade

Engomada

VENDO  
CHOPP  
ARTESANAL

Pelourinho  
CHS

Tororó

Comércio de rua mais organizado

As formas da  
informalidade

Para saber se você tem  
direito ao Bolsa Família e  
outras ações sociais,  
consulte o aplicativo  
Meu Bolsa Família

São Paulo

Conexão informal  
fortificada com o  
Estado

Conexão informal  
fortificada com o  
Estado

NOVAS REGRAS PARA OS AMBULANTES

Campo  
Grande

Engenho Verde  
d. Br.

AMBUANTES  
NÃO SÃO  
CRIMINOSOS  
& TRABALHADORES

Rio de Janeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

# A “guia” como modo de vida: trabalho de rua e cidade por mulheres negras no centro de Salvador

Aleida Fontoura Batistoti

**Orientadora:** Prof. Dr<sup>a</sup> Thais Troncon Rosa

**Coorientação:** Prof. Dr<sup>a</sup> Gabriela Leandro Pereira

SALVADOR/BA

Março de 2022

ALEIDA FONTOURA BATISOTI

A “guia” como modo de vida: trabalho de rua e cidade por  
mulheres negras no centro de Salvador

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da  
Universidade Federal da Bahia – PPGAU/UFBA – como  
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em  
Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Urbanismo.

Linha de pesquisa: Processos Urbanos Contemporâneos.

**Orientadora:** Prof. Dr<sup>a</sup> Thais Troncon Rosa

**Coorientadora:** Prof. Dr<sup>a</sup> Gabriela Leandro Pereira

SALVADOR/BA

Março de 2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal da Bahia (UFBA)**  
**Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)**  
**Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FAU)**

B333

Batistoti, Aleida Fontoura.

A “guia” como modo de vida [manuscrito] : trabalho de rua e cidade por mulheres negras no centro de Salvador / Aleida Fontoura Batistoti. – Salvador, 2022.

253 p. : il.

Cópia de computador (*printout(s)*).

Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. 2022.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Thaís Troncon Rosa.

1. Sociologia urbana - Salvador (BA). 2. Vida de rua - Centro (Salvador, BA). 3. Trabalho informal. 4. Trabalhadoras - Salvador (BA). I. Rosa, Thaís Troncon. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 316.334.56(813.8)

Responsável técnico: Ramon Davi Santana - CRB/5-1972



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITETURA E  
URBANISMO **DA MESTRANDA ALEIDA FONTOURA BATISTOTI**

Ao décimo primeiro dia do mês de março de dos mil e vinte e dois, reuniu-se por convocação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, a comissão composta pelos Professores Doutores Thais Troncon Rosa, Gabriela Leandro Pereira, Milton Julio de Carvalho Filho, Diana Helene Ramos, sob a presidência da primeira, na qualidade de orientadora, para proceder ao exame do trabalho apresentado **pela mestranda ALEIDA FONTOURA BATISTOTI** intitulado “**A guia como modo de vida: trabalho de rua e cidade por mulheres negras no centro de Salvador**”.

O ato teve início às 14:30 horas, tendo sido concedido à **mestranda** cinquenta (50) minutos para exposição resumida dos conteúdos do seu trabalho. De acordo com as normas que regulam a matéria, cada examinador fez suas observações e levantou questões, que foram respondidas **pela candidata**.

Concluído o exame, os professores atribuíram as seguintes indicações:

Profa. Dra. Thais Troncon Rosa	<b>APROVADA COM DISTINÇÃO</b>
Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira	<b>APROVADA COM DISTINÇÃO</b>
Prof. Dr. Milton Julio de Carvalho Filho	<b>APROVADA COM DISTINÇÃO</b>
Profa. Dra. Diana Helene Ramos	<b>APROVADA COM DISTINÇÃO</b>

Com o que se julgou a **mestranda APROVADA COM DISTINÇÃO**, sendo recomendado ao Colegiado de Curso deste Programa de Pós- Graduação que seja concedido à **ALEIDA FONTOURA BATISTOTI** o grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Salvador, 11 de março de 2022

Profa. Dra. Thais Troncon Rosa  
Orientadora e Presidente da Banca  
Examinadora  
PPG-AU/FAUFBA

Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira  
Coorientadora e Membro da Banca  
Examinadora PPG-AU/FAUFBA

Prof. Dr. Milton Julio de  
Carvalho Filho Membro da  
Banca Examinadora  
PPG-A/UFBA

Profa. Dra. Diana Helene  
Ramos Membro da Banca  
Examinadora FAU/FAUFBA

Documento assinado digitalmente



DIANA HELENE RAMOS  
Data: 31/03/2022 11:00:50-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

# LISTA DE SIGLAS

Asfaerp - Associação dos Ambulantes e Feirantes de Ruas Praças de Salvador

Assindivan - Associação Integrada de Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador

CHS – Centro Histórico de Salvador

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ENE – Estação Nova Esperança

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMLF - Fundação Mário Leal Ferreira

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

MUCA – Movimento Unidos dos Camelôs

PPP – Parceria público privada

PRC - Programa de recuperação do centro histórico de Salvador

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PPGAU – Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo

Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEMOP – Secretaria Municipal de Ordem Pública

SESP – Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Sindifeira - Sindicato dos vendedores ambulantes e feirantes da cidade do Salvador

SUCOM - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo

Unicab -União Nacional de Trabalhadores e Trabalhadores Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil

# LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Acessos e direitos, o trabalho de rua como uma das poucas alternativas para as mulheres negras

Imagem 2: Deslocamentos casa-trabalho

Imagem 3: Centro negro: cidade pensada e cidade prática

Imagem 4: Mãos negras fazedoras de cidade

Imagem 5: Diferentes ocupações do trabalho de rua no “centro ampliado”

Imagem 6: Pontos de trabalho das interlocutoras

Imagem 7: Ponto de trabalho Tânia - Centro histórico de Salvador

Imagem 8: Ponto de trabalho Cida - Barroquinha Imagem

Imagem 9: Ponto de trabalho Dália - Estação da Lapa / "mato"

Imagem 10: Trajetórias de trabalho

Imagem 11: Trajetórias de moradia

Imagem 12: Respeite o povo negro da Bahia

Imagem 13: Do algodão doce aos produtos importados

Imagem 14: "A princesa esqueceu de assinar nossa carteira de trabalho”

Imagem 15: Ganhadeiras: ofícios de rua e práticas afro-brasileiras

Imagem 16: Trabalhar na rua é conviver e disputar dia-a-dia com a violência do “rapa”

Imagem 17: A “nova” cidade a cada novo projeto

Imagem 18: Feira do Couro e a promessa de retorno que nunca aconteceu

Imagem 19: Urbanidades que conformam o Centro Histórico de Salvador

Imagem 20: Centro negro, ponto de trabalho, moradia e de encontro

Imagem 21: Sazer-fazer a vida a partir da cidade e da rua

Imagem 22: Ocupações da rua, redes de relações, e práticas de trabalho na Avenida Sete de Setembro

Imagem 23: Tensões, acordos, conflitos

Imagem 24: Trabalhar e maternar

Imagem 25: Dono dos mercados, das ruas e encruzilhadas, Laroye exu.

Imagem 26: Salvador, cidade-margem, desigualdades, diferenças e sobreposições

Figura 27: Salvador, cidade margem

# AGRADECIMENTOS

Primeiramente #forabolsonaro!

Um salve especial à Universidade pública, gratuita e de qualidade que, mesmo frente a vários sucateamentos promovidos pelo atual desgoverno desse país, segue fazendo muita balburdia e produzindo conhecimento, ciência, levando a sério a pesquisa, o ensino e a extensão.

Antes de mais nada, agradeço a Deus e aos Orixás, meus guias espirituais, pois eu não ando só. Aos meus mais velhos, meu pai Oxalá e minha mãe Nanã, que me cuidam e protegem sempre. Aos guardiões da rua, Exu, salve! Eles estão presentes nas feiras e mercados, no centro tradicional, nas encruzilhadas e pontos do trabalho de rua. Laroyê. São eles que me protegem todas as vezes que eu saio de casa, eram eles que caminhavam comigo nas ruas e nos encontros de pesquisa. Salve!

Muitos são os agradecimentos, pois se cheguei até aqui, foi porque contei com a ajuda e o apoio de muitas pessoas, direta ou indiretamente, e até mesmo antes do mestrado. Pois, o percurso com a pesquisa, e com a academia, sobretudo, começou ainda na graduação, no movimento estudantil, quando em uma universidade privada, eu via que o ensino, em especial a Arquitetura e Urbanismo, poderia ser diferente, assim como, ter contribuição na mudança social que eu acredito. Com essa pesquisa, e a pequenos passos, venho construindo, coletivamente, essas mudanças. Portanto, estar hoje na Universidade pública, é uma grande conquista! De antemão, já agradeço a todas e todos que acompanham minha formação acadêmica, desde a graduação, a residência, e agora no mestrado.

Se hoje eu cheguei até aqui, foi através também do apoio da minha **família: mãe, pai e irmã**, que sempre acreditaram e incentivaram as minhas escolhas e caminhos, mesmo sem, às vezes, entenderem direito ou mesmo concordarem. Sou muito grata pelos acessos e oportunidades que me proporcionaram, e sobretudo a liberdade, em poder escolher, mas, acima disso, em poder ser quem sou, em seguir minha própria trajetória (não sem cuidado, puxão de orelha e conselhos), mas permitiram que eu pudesse aprender a viver, também sozinha, com os erros e tropeços. Amo muito vocês! Obrigada sempre!

Venho aprendendo todos os dias sobre o cuidado, o amor e o companheirismo com você, minha companheira, **Odiléa Estrela**, mais conhecida como Léa. Você foi fundamental para esse

processo longo e árduo do mestrado, não apenas pela proximidade, mas pelas incansáveis conversas e acolhimentos ao longo do processo. Ter você ao meu lado tornou menos difícil a passagem por este caminho. Obrigada pelo cuidado, atenção e parceria, pelas incansáveis leituras e revisões, pelas opiniões nas milhares de coisas que eu perguntava e te consultava, por me acolher nos momentos de medo, de insegurança e de exaustão. Obrigada mesmo por acreditar em mim e me ajudar a me manter de pé nos momentos difíceis, não apenas no mestrado, mas ao longo da nossa trajetória. Amo você!

Às três mulheres, mais que queridas, que estiveram comigo na feitura dessa pesquisa, as interlocutoras Cida, Dália e Tânia, obrigada por terem topado essa construção. Agradeço a disponibilidade, a confiança e as trocas cotidianas. Vocês foram as guias dessa pesquisa, muito das discussões e contornos se deram a partir das trajetórias e narrativas de vocês, das queixas, questões e problematizações lançadas nos encontros de pesquisa. Obrigada por permitirem que eu acessasse e conhecesse – um pouco – acerca do trabalho de rua, de suas trajetórias e modos de vida. Saibam que vocês contribuíram com minha formação enquanto pessoa e profissional, fazendo-me questionar, pensar, e ter outras visões de cidade, sobretudo da cidade de Salvador. Agradeço também as demais mulheres trabalhadoras de rua, que mesmo de forma pontual e informal, foram igualmente importantes no entendimento e na construção da pesquisa.

Vão faltar palavras para agradecer à **Thais Rosa** pelo tanto que fez por mim, agradeço por ter acreditado nessa pesquisa e em mim, pelas conversas e orientações, pelos áudios gigantes – mais um podcast? Kkkk – e sobretudo pela paciência quanto às minhas dúvidas, dificuldades e processos. Quando parecia que a pesquisa não andava: nasceu essa coisa linda! E só depois que entendi que é isso mesmo, faz parte do processo, mas a pesquisa sempre esteve aí, acontecendo, sendo feita e tecida, no cotidiano e no encontro com as mulheres. Obrigada por contribuir nesse processo formativo e por me ensinar mais sobre a pesquisa. Agradeço as indicações bibliográficas, leituras cuidadosas do trabalho, revisões e puxões de orelha hehe que me ajudaram neste processo de crescimento e amadurecimento profissional e pessoal.

Junto com Thais, pude contar com a coorientação de **Gabriela Pereira (Gaia)**, a quem agradeço por ter topado o convite e essa construção conosco, que mesmo com as dificuldades de tempo, foi muito importante para o processo, trazendo contribuições, contrapontos, e apontando caminhos para melhorar a pesquisa; Gaia e Thais são referenciais importantes para mim, obrigada por terem seguido comigo até o fim.

À **Universidade Federal da Bahia**, e ao programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (**PPGAU/UFBA**), pela oportunidade de ensino com grandes professoras e

professores, que foram de suma importância nesse processo de aprendizagem e formação, não apenas no mestrado, mas também na especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, que pude fazer anteriormente, pela RAU+E (Residência em Arquitetura e Urbanismo e engenharia). Um obrigada especial à Maria Henriques, secretária do PPGAU/UFBA, que sempre esteve aberta e prestativa para me auxiliar e ajudar nas dúvidas e situações que envolviam o diálogo com o programa.

Agradecer a **CAPES** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão de bolsa, tão importante para a permanência da pesquisa científica no Brasil, e que tornou possível minha permanência em Salvador, e a dedicação a esta pesquisa e ao grupo de estudos na qual estou vinculada.

Quero agradecer a **Diana Helene e Milton Júlio Carvalho** que aceitaram o convite para comporem a banca, e por acompanharem desde o início a feitura deste trabalho, com muita atenção e dedicação, trazendo grandes contribuições, fazendo-me pensar em questões, caminhos e discussões que eu não havia enxergado. Obrigada pelas leituras sensíveis e cuidadosas para com o processo de pesquisa e o trabalho como um todo. Obrigada Diana pelas considerações referentes ao gênero e dimensões interseccionais e a Milton pelas considerações quanto ao campo da antropologia, discussões que me são caras, mas que ainda estou tateando, me aproximando e me aprofundando.

Ao **grupo de estudos margear**, que anteriormente se chamava Urbanidades Liminares, agradeço por ser muito além de apenas um grupo de estudos. É um espaço de acolhimento dentro da rotina – um tanto cansativa e difícil – da universidade. Obrigada pelos aprendizados, ensinamentos, trocas, orientações coletivas, debates de textos; pelas reuniões online, que apesar da chatice da distância e da tela, eram um espaço e um momento divertidos, de diálogo, de conforto, sobretudo durante a pandemia. E um obrigada especial a Thais Rosa por nutrir e mediar esse espaço de aprendizagem, dando autonomia para construirmos junto e com ela o espaço e a educação que acreditamos e queremos, que faça sentido para nós, dentro da lógica acadêmica. Pela abertura e confiança nas coorientações de PIBIC, TFG, evidenciando a produção de conhecimento junto e compartilhada, em diferentes espaços e pessoas. Obrigada por me acolherem e por contribuírem com este meu processo. Muitos dos nossos aprendizados coletivos estão presentes na construção dessa pesquisa.

As **professoras Thais Rosa e Paola Jacques**, e aos colegas Ana Luiza, Daniel Sabóia e Rafael Simões, pela experiência durante o ano de 2019 como tirocinantes no Ateliê 5. Em que pude ter contato com outra forma de ensino de projeto urbano, por meios de etapas processuais e

diferentes metodologias, o projeto urbano como um meio de experimentações<sup>1</sup>, como sugerem as professoras.

Por fim, mas não menos especiais, um salve grandão as **mulheres e amigas** que somaram, em diferentes momentos, com os processos de pesquisa, as quais cito apenas alguns, mas reforço a contribuição coletiva que tive na feitura deste trabalho.

As amigas Ana Luiza Teixeira e Gabriela Pinto de Moura, que entraram na mesma turma que eu, e pudemos compartilhar mais de perto, quando ainda eram encontros presenciais, inclusive, saudades de algumas atividades na UFBA. Obrigada pela parceria nas disciplinas, nas conversas de corredor, nos almoços juntas, e sobretudo, no início da pandemia, em que em um momento de dúvidas quanto ao futuro (da vida e da pesquisa rs) pude compartilhar com vocês conversas e desabafos. Juntas também compartilhávamos de referências bibliográficas e empíricas, assim como fizemos algumas idas a campo, pois nós três estávamos trabalhando com o território do Centro Histórico de Salvador.

Agradeço de coração as amigas Marina Muniz e Vanessa Cordeiro por serem apoio e cuidado dentro do grupo Margear e fora da universidade; a Gabriela Pinto de Moura, Léa Estrela e Marina Muniz pelas leituras, sugestões e revisões do texto para a banca de qualificação 2. A Bárbara Tavares e Alyssa Volpini com os pitacos e dicas em como montar e usar as ferramentas do site, e a Vanessa Cordeiro que trouxe várias contribuições para melhor a diagramação e a apresentação do material.

Obrigada às ruas, aos encontros e relações.

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, indico a leitura do artigo: “Desvios e Limiares: o ensino de urbanismo e projeto urbano como campo de experimentação” de autoria de Thais Rosa e Paola Jacques.

# RESUMO

Construída a partir da rua, da observação, do encontro e do diálogo, esta pesquisa buscou apreender as dinâmicas estabelecidas nas relações mulher-trabalho-cidade, enfocando o trabalho de rua praticado por mulheres negras nas ruas do centro de Salvador/BA, com o intuito de discutir os processos do “fazer-cidade” cotidiano, as ocupações, os usos e dinâmicas urbanas, as disputas e tensões, as relações urbanas, bem como os modos de vida que atravessam as trajetórias dessas mulheres, tais como: trabalho, moradia, família, considerando o entrecruzamento das relações de raça, gênero e classe nesses processos. A pesquisa contou com três principais interlocutoras, e foi a partir da pesquisa de campo de caráter etnográfico que houve a aproximação com a cidade, as trabalhadoras e as práticas de trabalho de rua. Adotou-se os “encontros de pesquisa” e a “pesquisa implicada” como ferramentas teórico-metodológicas, epistêmicas, éticas e políticas, na perspectiva de produzir conhecimento junto, desde e com as trabalhadoras de rua. As trajetórias e narrativas das interlocutoras foram as guias para a construção das reflexões aqui delineadas, bem como as imagens e os fragmentos - textuais, documentais e empíricos - foram ferramentas para pensar e narrar a cidade por outros meios de linguagem que não apenas a escrita. A partir destas trocas cotidianas e subjetivas, a dissertação caminha por três eixos de discussão: ocupação e disputa; redes de relações e políticas da rua; e gestão da vida cotidiana, abordando as complexidades e ambiguidades existentes nessas discussões. Por fim, desloca a percepção adotada por algumas abordagens referentes ao trabalho de rua, que o determinam unicamente pelo viés da falta e da precariedade, buscando, assim - sem desconsiderar que também se trata de um trabalho precarizado, criminalizado e privado de direitos sociais -, analisar a partir e junto a essas dimensões, as trajetórias e narrativas das interlocutoras no “fazer-cidade”, que enfatizam a importância destas práticas de trabalho na vida urbana e em suas próprias vidas. Trabalhar na rua possibilita a estas mulheres, desde as margens, planejar e imaginar um futuro, ter perspectivas de mudanças e de acesso à cidade, tendo sua “guia” como elemento fundamental não apenas do trabalho de rua, mas de um modo de vida destas mulheres na cidade.

Palavras-chave: trabalhadoras de rua; encontros de pesquisa; margens; fazer-cidade.

# ABSTRACT

Built from the street, observation, encounter and dialogue, this research sought to apprehend the dynamics established in the woman-work-city relations, focusing on the street work practiced by black women in the streets of downtown Salvador/BA, with the aim of discussing the processes of everyday "making-city", the occupations, uses and urban dynamics, disputes and tensions, urban relations, as well as the ways of life that cross the trajectories of these women, such as: work, housing, family, considering the intersection of race, gender and class relationships in these processes. The research had three main women interlocutors, and it was from the field research of an ethnographic character that there was an approximation with the city, the women workers and the practices of street work. "Research meetings" and "implied research" were adopted as theoretical-methodological, epistemic, ethical and political tools, with a view to producing knowledge together, from and with street women workers. The trajectories and narratives of the interlocutors were the guides for the construction of the reflections outlined here, as well as the images and fragments - textual, documentary and empirical - were tools for thinking and narrating the city through other means of language than just writing. From these daily and subjective exchanges, the dissertation moves along three axes of discussion: occupation and dispute; networks of relationships and street politics; and management of everyday life, addressing the complexities and ambiguities that exist in these discussions. Finally, I shift the perception adopted by some approaches referring to street work, which determine it solely by the bias of lack and precariousness, thus seeking - without disregarding that it is also a precarious, criminalized work and deprived of social rights -, to analyze from and together with these dimensions, the trajectories and narratives of the interlocutors in the "making-city", which emphasize the importance of these work practices in urban life and in their own lives. Working on the street allows these women, from the margins, to plan and imagine a future, to have perspectives of change and access to the city, having their "guia" as a fundamental element not only of street work, but of a way of life for these women.

Keywords: women street workers; research meetings; margins; making-city

# SUMÁRIO

## 1. Percurso teórico-metodológico.....15

- Chegando em terras baianas\_15
- Expectativa x realidade da pesquisa\_21
- Ao encontro das interlocutoras\_26
- Por que o centro?\_34
  - Centro ampliado e os territórios das interlocutoras\_38
- Produzindo conhecimento desde, com e entre mulheres\_45
  - Encontros de pesquisa\_51
  - Trajetórias e Narrativas na dobra com o cotidiano\_55
  - Fragmentos e Imagens\_59
  - Escrita dissertação\_62

## 2. Ocupação e disputa.....67

- Algumas notas acerca do trabalho, trabalho de rua e a dita "informalidade"\_69
- Chegada na rua\_80
- As mulheres negras e o trabalho\_86
- Estar na rua: precarizações, humilhações e sofrimentos\_91
- Olha o "rapa"\_99
- Ficar na rua: disputando a permanência\_109
- Projetos urbanísticos e trabalho de rua\_114
- Trajetórias atravessadas por projetos urbanísticos\_119

## 3. Redes de relações e políticas da rua.....131

- O trabalho de rua e a autoconstrução de territórios\_134
- A rua e a "guia": pontos de encontros e de relações\_141
- Saber-fazer\_149
- Na rua não se trabalha sozinha\_156
- Regras, acordos, organizações\_164

## 4. Gestão da vida cotidiana.....172

- Construção da autossuficiência da mulher negra\_176
- Mães e filhas – tramas entre trabalho de rua e família\_182
- A "guia" como modo de vida\_188
- Não deixe a "guia" acabar: trabalho de rua como táticas urbanas\_192
- Casa-rua\_198
- Casa-trabalho-corpo\_205
  - casa-depósito\_210
  - casa-andar\_216
  - casa-terreiro\_220

## 5. Fios, alinhavos e arremate.....227

## 6. Referências bibliográficas.....241

# PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

## Chegando em terras baianas

Ao refletir e escrever esta dissertação<sup>1</sup>, me vi questionando: é uma inquietação que nasce de um estranhamento ou de uma familiaridade? Talvez seja uma mistura dos dois. De início, eu defendia que foi a partir do meu deslocamento para Salvador que me deparei com essas práticas de trabalho<sup>2</sup>, o que, em certa medida, tem fundamento. Contudo, no decorrer do processo de pesquisa e dos incansáveis e incontáveis pensamentos que caminhavam comigo, tive um ‘estalo’<sup>3</sup>: estas práticas de trabalho de rua já atravessavam minha experiência com as cidades bem antes desta pesquisa.

O trabalho de rua já me atravessava antes mesmo de escolhê-lo como tema de estudo, ao passo que conhecia a cidade de Salvador, o que reforça que a escolha não foi à toa. Como diz Goldenberg (2004, p. 78-79), “a escolha de um assunto não surge espontaneamente, mas decorre de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. Essa escolha é fruto de determinada inserção do pesquisador na sociedade e de pensamento existentes”.

Memórias da infância foram ativadas, me lembrei das idas ao camelódromo<sup>4</sup> de minha cidade, Campo Grande/MS, dos carrinhos de pipoca em frente à escola, dos produtos vendidos nos semáforos; assim como na adolescência, quando um projeto de realocação/concentração retirou os “carros de comida”<sup>5</sup> que ficavam em duas grandes avenidas do centro da cidade onde eu vivia, que, além da facilidade e da diversidade de comidas, era ponto de encontro. A presença do trabalho de rua também era marcada ao conhecer outros estados do Brasil, bem como na América Latina, como Bolívia e Paraguai. Marcada pela frequência nas ruas da cidade, sobretudo nas áreas centrais.

<sup>1</sup> A dissertação também encontra disponível em: <https://aguiacomomododevida.wixsite.com/dissertacao>

<sup>2</sup> Aqui compartilho das noções colocadas por Certeau (1994) acerca das práticas sociais e espaciais, que podem ser individuais e coletivas, que movimentam o agir no mundo, a ação, sendo as condições determinantes da vida social. Entende-se as práticas de trabalho de rua através da sua pluralidade, não se trata apenas de uma e nem são todas iguais. A prática, entendida por ação, trata acerca das pessoas que estão na rua trabalhando, movimentando as ruas e o espaço urbano das cidades, estas possuem diferentes configurações sociais e espaciais e interferência no espaço.

<sup>3</sup> Adotei alguns critérios gráficos ao longo da escrita: Em itálico e entre aspas são as narrativas ou termos usados pelas interlocutoras; Expressões êmicas, bem como noções, conceitos, expressões e citações estarão apenas entre aspas e com suas respectivas referências. Quando houver aspas simples e sem grifo especial são palavras e expressões minhas, elas indicam algum destaque, problematização, coloquialidade ou mesmo ironia.

<sup>4</sup> O camelódromo de Campo Grande tem 23 anos de existência, minha memória de infância acerca desse espaço é de um local já consolidado, e, portanto, não me recordo da presença de trabalhadoras espalhadas pelo centro da cidade, apenas concentradas ali. Em conversas com minha mãe sobre essas dinâmicas de trabalho nas ruas, ela conta que anteriormente era muito presente, por exemplo, em frente aos cinemas, em praças, avenidas, concentradas na região do centro, onde o camelódromo foi implantado.

<sup>5</sup> Na época não se denominava *food truck*, mas se assemelha no sentido de adaptação do automóvel para comercialização de comida; os carros eram Kombis, Pampas, ou no carrinho reboque acoplado junto ao carro.

O que proponho com os processos que acabo de narrar, fagulhados a partir de situações específicas de minhas trajetórias, lembranças e vivências, é evidenciar a significância dos espaços urbanos – e as dinâmicas existentes neles – para a perpetuação e manutenção desta prática de trabalho, a importância da cidade como geradora e promotora de circulação de recursos e riquezas, que foram significativos para eu pensar a respeito das dinâmicas urbanas, dos processos e tratamentos históricos para com o trabalho de rua e as “margens”<sup>6</sup> da cidade. Observa-se, também, que a questão da concentração, disciplina, ordenamento e controle está presente, em grande parte, na relação do espaço urbano com o trabalho de rua, sendo uma recorrência nas cidades brasileiras, como busco discutir no decorrer da escrita.

Apesar de uma certa proximidade com o trabalho de rua, constatada a posteriori e aqui descrita brevemente, foi sobretudo o estranhamento que se fez presente e movimentou a intenção de pesquisa, ao me deparar com uma realidade diferente do que até então eu conhecia e havia experienciado, não apenas relativo ao trabalho de rua, mas, principalmente, acerca das dimensões urbanas entrelaçadas fortemente a essas práticas de trabalho.

Assim, as estranhezas, sobretudo no início da pesquisa, deram-se na construção do campo e dos encontros de pesquisa - metodologia que abordarei mais adiante, a qual consiste em um conhecer/ter contato com o outro, à medida que a pesquisadora compartilha do universo social de grupos, pessoas e/ou interlocutoras. Essa foi a minha primeira experiência com esse tipo de metodologia e rigor acadêmico; assim, a princípio eu não sabia direito sobre como me portar, como ficar, ou mesmo como conduzir. Por exemplo, quando havia muitas pessoas interagindo, às vezes eu me via mais na postura de observadora do que de participante; o que, de certa forma, fazia com que elas também estivessem nessa postura de me observar.

Por outro lado, transitando por essas estranhezas, a familiaridade – no tempo presente, no ato da pesquisa – foi sendo construída conforme se estabeleciam as relações e a frequência em campo. Tornei-me familiar à dinâmica que acontecia nos territórios e pontos de trabalho, aos clientes e às trabalhadoras, uma vez que a ocorrência e a frequência dessa presença forasteira foi permitindo a criação de laços, de trocas mais próximas, do saber nomes e histórias,

---

<sup>6</sup> A noção de “margens” ancora-se nas discussões de Rosa (2018), em diálogo com outros autores como Feltran (2011), Das e Poole (2008), e que vem sendo desdobradas junto ao conjunto de pesquisadoras que integra o grupo de estudos Margear, na Faculdade de Arquitetura da UFBA. Nesse sentido, nos recusamos a pensá-las na chave da ausência ou exclusão, como um lugar-fora, estático ou periférico: com um viés crítico e político, as margens são por nós consideradas também espaço de resistência e possibilidade, um “espaço de abertura radical” (hooks, 1990). De forma relacional, as margens são pensadas a partir de uma perspectiva multiescalar, “são encaradas em sua relação intrínseca com o ‘centro’, são os ‘supostos necessários’ do Estado, da sociedade, da cidade”, permitindo compreender as cidades contemporâneas, “evidenciar novos nexos e relações de sentido frente às dinâmicas socioespaciais em curso, colocando-as no centro das reflexões sobre as cidades brasileiras [...] tem possibilitado novos campos de reflexão e problematização sobre o espaço urbano e seus modos de produção processual e conflitivo” (ROSA, 2018, p.184). E, como enfatiza Kilomba (2020, p. 68), “a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir às opressões, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos”.

e da retomada de diálogos iniciados em encontros anteriores, resultando em uma familiaridade, ou, ao menos, um reconhecimento. Passando de uma “estranha” à pesquisadora, cliente, amiga... algumas das identidades mobilizadas pelas interlocutoras ao longo da pesquisa de campo.

Antes de iniciar esta pesquisa, eu já morava em Salvador há 1 ano e 7 meses, e durante esse período, ao conhecer a cidade, andar pelas ruas, frequentar espaços, eventos e dinâmicas próprias de Salvador, percebi que o trabalho de rua estava a todo tempo presente em minha experiência com a cidade. Quanto mais eu conhecia e andava pela cidade, mais pulsantes e presentes essas práticas de trabalho se mostravam, em diversos pontos e contextos: no transporte público, na universidade, nas calçadas, praças, festas, praias, nos “territórios populares e negros”<sup>7</sup>, nas áreas turísticas, no centro, desde “guias” modestas, como um isopor pequeno, produtos expostos no chão, até grandes barracas, vendendo os mais diversos produtos, das miudezas aos objetos/acessórios mais globalizados, fazendo circular pelas ruas da capital baiana uma variada gama de produtos, possibilitando o acesso a diferentes grupos, em particular aqueles das “margens”, pelo fácil acesso e menores preços, se comparado às lojas e ao dito comércio formal<sup>8</sup>.

Foram nesses primeiros momentos de apreensão desta cidade que percebi que a maneira como nos deslocamos por ela está diretamente relacionada ao modo como a experienciamos, somos afetadas ou a afetamos. A vinda para Salvador me trouxe uma outra forma de me relacionar e me locomover na cidade, a mudança de escala e velocidade, uma vez que passei a andar a pé, de ônibus e de bicicleta, trazendo para a escala de pedestre um outro tempo do espaço, colocando-me mais próxima da vida cotidiana daquelas que também compartilham deste espaço, e, neste caso, a presença das trabalhadoras de rua - e de várias outras agentes - esteve sempre presente.

---

<sup>7</sup> O do termo “território popular e negro” é mobilizado nessa pesquisa visando abranger os grupos que vivem, produzem e compartilham desses espaços. Considerando o histórico imbricamento entre raça e classe na sociedade brasileira, vemos que determinados territórios da cidade são compostos em sua maioria por negras e pobres, podendo ainda abranger outros grupos étnicos raciais, como afirma Carneiro (2021): “De acordo com as realidades regionais, percebe-se que, em algumas cidades, bairros e estados, essa categorização não branca corresponde a uma grande predominância negra, já, em outras regiões, essa predominância é indígena”. Assim, compreende-se que esses territórios são compostos por diferentes práticas sócio-espaciais, mantêm fortes relações com a cidade, mas também se distingue de outros territórios da cidade – como os das classes abastadas, tendo suas especificidades quanto ao uso e composição do território, diferenciando no tipo da moradia, comércio local, usos da rua e as práticas ali existentes. Para aprofundar nestas discussões indico a tese de Maria Estela Ramos (2013) acerca dos bairros negros em Salvador e Clímaco Dias (2017) referente aos bairros populares em Salvador.

<sup>8</sup> Essa é uma questão que trago em outros momentos da escrita, tal afirmativa se ancora tanto nas narrativas das mulheres, quanto nos estudos realizados pela Prefeitura (SALVADOR, 1994;1997c), que afirma, através de pesquisas com transeuntes na região do centro, que a “fidelidade” das clientes às trabalhadoras de rua se dá devido ao preço, sendo contra a remoção das trabalhadoras. Em contrapartida, dizem que se realocadas, estas as acompanhariam para onde fossem.

Essa aproximação corporal fez com que eu observasse mais de perto o trabalho de rua, acontecimentos, situações e momentos: a chegada, a montagem, os deslocamentos das trabalhadoras com suas “guias”; as mudanças no espaço urbano, dias agitados ou parados; negociações, vendas, discussões e disputas entre trabalhadoras, os conflitos com o “rapa”<sup>9</sup>, apreensões de mercadorias, etc.; o reconhecimento e a familiaridade de rostos, pessoas que estão presentes todos os dias em determinados espaços, bem como reconhecimento de novos rostos a cada dia.

No início, o que mais chamava a minha atenção, era a adaptabilidade dessas trabalhadoras ao reutilizar materiais, dando novos usos e compondo seus instrumentos de trabalho, as famosas “guias”: carrinhos de bebê, carrinhos de supermercado e carrinhos de mão são transformados em suportes de mercadorias e objetos, dotados da capacidade de permitirem o deslocamento e a circulação com seus produtos, e assim garantir o “pão de cada dia”.

À medida que fui conhecendo e investigando as práticas de trabalho de rua e suas relações com o espaço urbano, em diálogo com as experiências anteriores e o estudo da bibliografia, considero que o trabalho de rua em Salvador tem particularidades e diferenças em relação a outras realidades brasileiras. Entretanto, não deixam de compartilhar dimensões comuns, mas alguns aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos e, sobretudo, urbanos a diferenciam, em certa medida, com especificidades próprias.

O desemprego é uma realidade que atinge o país de modo geral, contudo, em Salvador ocorre o não acesso à formalização, que acaba por se espacializar no espaço urbano com um número considerável de pessoas trabalhando nas ruas, em sua maioria negras. Cerca de 51,3% dos trabalhos em Salvador estão na “informalidade”<sup>10</sup>, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), e não são apenas números, entende-se que este não acesso ao trabalho formal é resultado do racismo institucional e estrutural<sup>11</sup>

<sup>9</sup> “Rapa” é uma noção generalizada entre as trabalhadoras de rua do Brasil. Trata-se de práticas de repressão ao trabalho de rua, podendo ser efetuadas por diversos agentes, como guardas municipais, policiais, fiscais da prefeitura, entre outros.

<sup>10</sup> A “informalidade” compreende diferentes configurações de trabalho, e apenas uma parcela encontra-se trabalhando na rua.

<sup>11</sup> Kilomba (2020) diz que o racismo cotidiano incorpora uma cronologia que é atemporal. McKittrick (2011) vai dizer que a estrutura do racismo apresenta o negro como nulo, sem identidade, e conseqüentemente sem lugar. Pensando sobre o caso brasileiro, Ferreira (2019, p. 81) afirma que é “uma forma de dominação realizada no capitalismo brasileiro e que produz a desigualdade social, econômica, cultural, política e urbana sobre a população negra”. Com um livro intitulado “racismo estrutural”, Almeida (2019) defende que o racismo é sempre estrutural, pois ele integra a organização econômica e política da sociedade, é a expressão de algo “normal” da sociedade, e não uma anormalidade ou fenômeno patológico, ao se expressar de diferentes maneiras, “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ibid, p.15). Não apenas estrutura, o racismo pode ainda ser institucional, como esclarece Kilomba (2020, p. 77 grifos da autora) ao dizer que “o termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercado de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os *sujeitos brancos* em clara vantagem em relação a outros grupos racializados”.

(ALMEIDA, 2019) que opera na sociedade. Cobra-se experiência, escolaridade, qualificação, além de “boas aparências”, manifestadas através da discriminação racial, como nos alertou Lélia Gonzalez (1984) e Abdias Nascimento (2016), relegando os espaços mais precarizados e desqualificados para negras e negros<sup>12</sup>.

O acesso – ou não acesso – ao trabalho também diz respeito aos processos industriais e econômicos, não apenas da cidade, mas do estado (e do país). Na Bahia, o processo industrial se deu de forma lenta e tardia, se comparado a outras regiões do país, sobretudo São Paulo e Porto Alegre. Como enuncia Milton Santos (1959a, p. 03): “o Estado da Bahia é pobre em indústrias”, o autor vai chamar ainda de “fraqueza industrial”. Segundo Almeida (2008, p. 20), o setor industrial era caracterizado “pela predominância de minúsculas empresas, mais próximas do artesanato e da manufatura que de verdadeiras unidades fabris”, o que, na prática, por se tratar de uma escala pequena, não proporcionava empregabilidade. Essa situação resultou na baixa oferta de empregos, deixando grande parcela da população, sobretudo as advindas do campo, à mercê da “sorte”, bem como promoveu consequências ao processo de urbanização do estado<sup>13</sup>.

Dessa forma, ir para as ruas e nelas permanecer é a condição, se não a imposição que muitas mulheres encontraram para ter um retorno econômico imediato, bem como para conciliar com a maternidade e o trabalho de cuidado, possibilitando, a partir de si próprias, garantir a sobrevivência sua e dos seus, uma vez que, ao procurarem empregos, deparam-se com as barreiras mencionadas acima.

Se tratando de Salvador, não se pode desconsiderar o processo sócio-histórico desta cidade colonial escravocrata, com marcas de um passado que se materializam no espaço, nos corpos e na memória de muitas pessoas que vivem em Salvador. É importante dizer que, anterior ao século XIX, mulheres e homens negros, ganhadeiras e ganhadores, já trabalhavam na rua e desempenhavam importante função para a cidade (COSTA, 1991; SOARES, 1994; REIS, 2000, 2019; GRAHAM, 2013); há estudos que consideram que o trabalho de rua começa e/ou tem influência ainda no período da escravidão (MAIA, 2015; SANTOS, 2016; NOVAES, 2017).

---

<sup>12</sup> Ao tratar do racismo, que é estrutural, institucional e se manifesta no cotidiano, vemos-lo se manifestar em diferentes situações nas trajetórias e narrativas das trabalhadoras de rua, seja nos tratamentos pelo poder público, nos estigmas que são criados, no processo sócio-histórico vivido pelas mulheres, no acesso ou no não-acesso ao mercado de trabalho.

<sup>13</sup> As influências do processo industrial na Bahia não foram sentidas apenas no setor econômico, os processos de urbanização das cidades baianas também sofreram interferências. No mesmo ritmo industrial, a urbanização de Salvador se deu de forma lenta no fim do século XIX e início do século XX. Foi apenas em 1950, ainda assim concentrado em Salvador, que houve um crescimento urbano, acompanhando a implantação da nova indústria e dos investimentos industriais. Contudo, neste período, o estado ainda era um dos menos urbanizados do país. (ALMEIDA, 2008)

Neste estudo, entendo o trabalho de rua também como uma herança africana<sup>14</sup>, que foi sendo construída e transformada no espaço e no tempo, carregando as influências constituídas no passado, mas que foram se transformando e se reconfigurando ao longo das situações contemporâneas e dos efeitos da globalização, neoliberalismo e sistema capitalista.

Por acreditar na importância dessas práticas de trabalho para a cidade e para a vida das mulheres que as praticam, bem como a necessidade em se falar/pensar/discutir sobre suas implicações no espaço urbano, ao tomá-las como foco de investigação, percebi os desafios quanto a estar em Salvador e estudar essas práticas de trabalho, uma vez que existem complexidades socioespaciais. Portanto, busquei compreender alguns processos sociais, históricos e urbanos que ocorre(ra)m no espaço-tempo para que eu pudesse ampliar a minha compreensão (nem que seja um pouco) do que é Salvador, e, assim, aproximar-me mais das práticas de trabalho de rua estudadas, o que permitiu me aprofundar nas discussões que são mobilizadas ao longo da escrita.

Imagem 1: Acessos e direitos, o trabalho de rua como uma das poucas alternativas para as mulheres negras



Fonte: Foto de campo – Colagem: Elaboração da autora

<sup>14</sup> Entende-se por herança africana um conhecimento, saber, cultura, ancestralidade, herdada dos povos africanos. Não deixo de considerar que o processo de colonização e toda a construção do país foi fundado na aniquilação da cultura africana, com processos de embranquecimento. Contudo, apesar de terem conseguido efetivar esse projeto político, ele não se deu em sua completude (NASCIMENTO, 2016). Houve a perpetuação, assim como no presente há o resgate, da memória e cultura negra, africana. O trabalho de rua, existente desde o período colonial, e no continente Africano, traz consigo instrumentos, infraestruturas, expertises que foram construídos e ressignificados ainda no passado colonial.

## Expectativa x realidade da pesquisa

Com início em 2019, essa pesquisa começou antes da pandemia<sup>15</sup> da Covid-19, a partir dos primeiros contatos com a literatura referente ao trabalho de rua, ao passo que eu cursava as disciplinas do programa de mestrado e me aproximava<sup>16</sup> da pesquisa de campo<sup>17</sup> e da cidade de Salvador. Aproximação feita a partir das ruas, dos locais com presença do trabalho de rua e, em particular, das mulheres trabalhadoras de rua, que depois se tornariam interlocutoras desta pesquisa - e que serão apresentadas gradativamente ao longo da escrita.

Com esta pesquisa, busquei apreender a relação entre mulher-trabalho-cidade a partir do trabalho de rua praticado por mulheres negras e o espaço urbano da cidade de Salvador, mais especificamente a área do centro. Escolha que se deu pela alta presença no cotidiano da cidade, bem como pelas trajetórias e narrativas das trabalhadoras, levando em conta os modos de vida que atravessam o cotidiano dessas mulheres, tais como: trabalho, moradia, família, e considerando o entrecruzamento das relações de raça, gênero e classe.

De modo complementar, a pesquisa buscou investigar o uso e a ocupação do espaço pelas trabalhadoras de rua; as relações, produções, disputas e tensionamentos no cotidiano, que surgem frente a essa ocupação; a incidência das ações do poder público, no tempo e no espaço, através de intervenções, projetos e legislações que tratam do trabalho de rua e que incidem na vida das mulheres, a fim de identificar como essas ações atuam nos processos de produção de cidade, e quais são as táticas<sup>18</sup> (CERTEAU, 1994) e expertises, criadas pelas trabalhadoras de rua, frente a essas ações e no que tange às dinâmicas urbanas e seus modos de vida.

A pesquisa buscou identificar, também, dinâmicas e processos do fazer-cidade cotidiano a partir das trajetórias dessas mulheres, de modo a confrontar e tensionar abordagens

<sup>15</sup> Não chegamos a elaborar um capítulo ou seção para tratar especificamente da pandemia, pois como ela esteve presente em praticamente todo o momento em que o campo foi realizado, ela aparece de forma diluída no texto, nas várias dinâmicas e processos presentes nas narrativas das mulheres.

<sup>16</sup> Essa aproximação é o que comumente chamam de “fase exploratória” (ROSA, 2014), que é este momento inicial de aproximação com o campo, com a cidade, territórios, pessoas, assim como o início de questões, escolhas de pesquisa e delimitação do campo. Algumas das aproximações feitas variaram entre: uma feira de rua (feira do rolo na Baixa do Fiscal); um evento (carnaval); o bairro Rio Vermelho, com dois pontos de observação (Largo da Mariquita – Orla do Rio Vermelho); a orla da Barra; a estação de metrô e ônibus da Lapa e suas redondezas (o “mato” e o Alto do Tororó); e o Centro Histórico de Salvador (CHS), na praça da Sé e Terreiro de Jesus.

<sup>17</sup> Ingold (2016) e Montoya Uriarte (2013a) enfatizam que é recorrente a confusão entre trabalho de campo e etnografia. A pesquisa de campo não é uma particularidade da antropologia, sendo utilizada por outras áreas, sendo que, desde o final do século XIX, pesquisadores já iam a campo para testar teorias através dos materiais empíricos.

<sup>18</sup> A noção de tática desenvolvida por Certeau (1994, p. 91-106) se tornou central nesta pesquisa, auxiliando na compreensão das diferentes relações entre mulheres trabalhadoras de rua e o espaço urbano. O autor afirma que diversas práticas do cotidiano são do tipo tática, elas não obedecem à lei do lugar e nem se definem por este, elas entram em ação quase como um jogo, que o sujeito joga “com o terreno que lhe é imposto”, “a tática, astúcia daqueles que cotidianamente praticam o espaço, usando-o, desviando-se, profanando-o: jogam com o espaço dado” (JACQUES, 2014, p.21), de maneira criativa, astuciosa, subversiva, lida com as situações impostas, e com astúcia atinge com golpe o campo minado do inimigo.

totalizantes que encaram essas práticas de trabalho exclusivamente na chave da “informalidade-ilegalidade”, e assim dispõem de tratamentos violentos e projetos urbanísticos que desconsideram as relações sociais, afetivas e de pertencimento que são tecidas pelas trabalhadoras em seu cotidiano, com as pessoas, com a rua e com a cidade.

Para o desenvolvimento da pesquisa, iniciei a etapa de aproximação ao campo, ao mesmo tempo em que me aproximava de territórios<sup>19</sup> e de trabalhadoras de rua, pois estas escolhas não se deram a priori<sup>20</sup>, foram construídas no ato de fazer pesquisa. Já com o olhar atento que vinha tendo para com a cidade e com o trabalho de rua, agora, tais observações se davam na postura de pesquisadora:

A rua estava agitada, era verão, orla lotada, vi uma movimentação atrás do carro... Sem entender, coloco a cabeça para fora do carro e digo: “Tá tudo bem?” Um homem negro responde: “Tá sim, não se preocupa não, só estou vendo a ‘rapa’, eles estão aqui circulando. Tem que cuidar, pois eles passam recolhendo a mercadoria”. Aproveitei para ter uma conversa rápida com ele, enquanto ele se escondia dos fiscais. Ele contou que a Prefeitura não estava liberando mais alvará para os trabalhadores de rua. Estávamos na orla da Barra, a Prefeitura alega que já tem muitos ambulantes na região, “tá cheio”. Esta parece ser uma estratégia da Prefeitura para controlar e diminuir a presença de trabalhadoras na rua, pois a liberação do alvará não é dada, e, em contrapartida, tem o investimento de fiscalização, coibindo, impedindo, oprimindo aquelas que vivem da cidade, do movimentar da rua. (Diário de campo 17.01.2019)

Era verão quando esta situação aconteceu, na orla da Barra, um dos pontos turísticos mais desejados da cidade, que estava lotada, não só de turistas, mas também de ambulantes<sup>21</sup> e fiscais da Prefeitura. Os períodos em que é mais possível de se ‘fazer dinheiro’, são também aqueles em que o controle é intensificado, a fim de preservar a imagem da cidade que se quer passar para o turista. O “rapa” é uma das dimensões que esteve presente nas minhas apreensões de cidade desde o início, antes mesmo de começar a pesquisa; seja na presença cotidiana ou nas conversas informais com trabalhadoras de rua. A narrativa que trago acima não diz respeito apenas a um dia de campo, mas de uma postura recorrente entre as trabalhadoras de rua na rua,

<sup>19</sup> Trabalhei com a noção de território a partir de Souza (2001) e Haesbaert (2004): para Souza, território pode ser uma região, um bairro ou mesmo uma rua, sendo um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. A partir do campo e de como as mulheres articulam e falam desses espaços, onde estão há anos, passamos a pensá-los em termos de “territórios”: não são apenas espaços de trabalho, envolvem sentimentos de pertencimento, modos de identificação, relações de proximidade, disputas e conflitos.

<sup>20</sup> De início não quis definir um local de estudo, pois devido à diversidade de possíveis campos, desejava iniciar com apreensões, experienciar os lugares, conhecer as trabalhadoras nessas diferentes ocupações pela cidade, para que as questões, afetações e demais interesses surgissem do campo, em vez de escolher um local e me fixar nele. Além de que, por mais que já estivesse morando em Salvador, muitos lugares ainda me eram desconhecidos.

<sup>21</sup> O termo ambulante é recorrentemente usado em Salvador, tanto pelas interlocutoras, que se reconhecem e se nomeiam como tal, quanto pelos órgãos públicos, clientes e mídia. No capítulo ocupação e disputa descrevo o motivo pela escolha do termo “trabalho de rua”, mas cabe aqui já sinalizar que, nessa pesquisa, ao me referir às mulheres que trabalham na rua, utilizarei tanto trabalhadoras de rua quanto ambulantes.

em constante alerta e tensão, às escondidas, na aplicação das expertises, nas tentativas de disputar a presença e a continuidade na rua.

Situação experienciada no cotidiano e que incorporo em minhas análises, reflexões e escritas, em diálogo com as várias experiências tidas na cidade. Experiência que diz respeito à observação, que segundo Ingold (2016, p. 407) “observar significa ver que o acontece no entorno e, é claro, também ouvir e sentir”. Observações que serão traduzidas para o caderno de campo e revisitadas nos momentos de reflexão e escrita.

Nas descobertas do próprio processo de fazer pesquisa e de me aproximar do universo que é o trabalho de rua em Salvador, mobilizei diferentes experimentações metodológicas<sup>22</sup>, que me auxiliaram na construção inicial da pesquisa: o diálogo com as interlocutoras, a condução do campo, a apreensão da cidade, percurso este que contribuiu para o delineamento da pesquisa: apresentação de pistas, possíveis caminhos, fez pulsar e emergir elementos presentes em campo, até então desconhecidos, como possíveis indicadores para investigação.

Utilizei métodos de caminhar, parar e conversar (CARERI, 2014; BIASE, 2012), não necessariamente nessa sequência, ou todas juntas. Essas formas de apreensão funcionaram como mecanismo de reconhecimento e identificação das trabalhadoras, suas instalações e ocupações, bem como a compreensão das dinâmicas espaciais. O caminhar indica movimento, fluxo, passagens, olhares rápidos, imediatos, desperta curiosidade nas coisas que se vê. O ato de caminhar, para Certeau (1994), indica espaço de enunciação, é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre, e, portanto, são nos jogos dos passos que se moldam os espaços e tecem lugares.

Nas experiências metodológicas, momento de observação e apreensão, a temporalidade é significativa para o processo, assim, não só caminhei como também permaneci, parei, me mantive observando mudanças naquilo que se vê para capturar tempos diferentes, em diálogo com a ideia de insistência urbana (BIASE, 2012) que, enquanto técnica investigativa, propõe permanecer por horas observando acontecimentos, mudanças, dinâmicas, presenças, ausências, possibilitando compreender como os lugares funcionam, as dinâmicas e relações sociais cotidianas, por meio de gestos, posturas, olhares, pequenas narrativas, tornando possível compreender as situações espaciais e sociais ali existentes. É, portanto, uma tática de aproximação inicial a um local para um possível trabalho de campo:

Estar parado, fixo, sentado em algum lugar por um longo período é da ordem da insistência, quase da teimosia, com relação à moda de mobilidade e fluidez que caracteriza hoje as maneiras de apreender a cidade. [...] “Insistir” como escolha de

---

<sup>22</sup> Observação-participante: Foote-whyte (1975) Valladares (2005); caminhadas, paradas, insistência urbana: Biase (2012), Careri (2014) Apreensões urbanas, etnografias, olhar a cidade: Montoya Uriarte (2013a), Jacques, Brito, Drummond (2015).

ficar, de se fixar em um lugar, de voltar a cada dia e olhar o que se passa por um período (ibid, p. 80).

Conforme a pesquisa e essa etapa inicial avançavam, eu começava a definir os contornos da pesquisa de campo, estabelecendo uma interlocução mais aproximada com algumas mulheres e uma maior aproximação aos territórios do Centro - essas etapas e aproximações serão melhor desdobradas nas seções seguintes -, porém, de forma abrupta surgiu a pandemia da COVID-19, que virou nossas vidas de ponta-cabeça e, a partir desse momento, transformou o mundo. Com consequências desastrosas, têm provocado milhões de mortes, interrompeu as atividades cotidianas, contribuiu para aumentar o desemprego, intensificou a pobreza e promoveu muitos danos sociais, econômicos e psicológicos; e, de forma específica, incidiu diretamente sobre o trabalho de rua e a vida das trabalhadoras de rua, que dependem dos fluxos e dinâmicas urbanas - desdobrarei ao longo da escrita. Relativo aos impactos do coronavírus, Helene (2020, p.59) discorre que, “as mulheres, sobretudo aquelas racializadas, pobres, em situação de alojamento precário e/ou fora da norma cisheterossexual, estão pagando os custos mais altos da crise atual”.

No âmbito acadêmico, as pesquisas em andamento, como um todo, foram afetadas, universidades fechadas, acervos e bibliotecas fechados, isolamento social, impossibilidade de realização da pesquisa de campo, somados à instabilidade emocional, física e psicológica de pesquisadoras e interlocutoras, enfim, a pandemia em curso desfez planejamentos, tornando necessário repensar a pesquisa e os caminhos metodológicos, dadas as limitações vivenciadas.

Sendo assim, no caso desta pesquisa, foi necessário repensar, reajustar, adaptar à nova realidade a qual estávamos vivendo, sobretudo considerando as mudanças implicadas na cidade, na vida das interlocutoras e também na minha, bem como respeitando a disponibilidade e interesse das interlocutoras em participar deste processo. Mesmo com as mudanças causadas pela pandemia, uma vez que, inicialmente, eu estava disposta a fazer uma pesquisa de campo em profundidade<sup>23</sup>, com ancoragem na pesquisa etnográfica<sup>24</sup>, como método e campo epistemológico (PEIRANO, 2014), optei por permanecer com a pesquisa de campo, aceitando as mudanças e limitações com as quais iria me deparar. Assim, dei prosseguimento com o

---

<sup>23</sup> De início, havia a pretensão de construir a pesquisa de campo em profundidade, a partir da observação-participante (FOOTE-WHYTE, 1975, VALLADARES, 2005), acompanhar os deslocamentos das trabalhadoras pela cidade, da casa ao trabalho, ter uma periodicidade de campo e conviver em seu cotidiano, nos locais de trabalho e moradia (dentro do possível e da abertura e interesse delas), mas pouco disso foi possível incorporar dentro da realidade pandêmica que passamos a viver.

<sup>24</sup> Para a pesquisa de campo e, sobretudo, a pesquisa etnográfica, o texto de Fonseca (1999) é um importante referencial crítico para refletir acerca dos métodos de pesquisa e condução dos mesmos, assim como os cuidados para não cair em armadilhas de generalizações metodológicas.

campo à medida que as trabalhadoras retornavam à rua<sup>25</sup>, tomando todos os cuidados com as medidas de segurança para tornar esse retorno possível: uso de máscara, álcool em gel e mantendo o distanciamento físico necessário.

Insistir com o campo foi uma escolha, pois acredito que a pesquisa de campo é uma ferramenta importante, senão fundamental para o estudo e a análise do espaço urbano, das cidades, do cotidiano, das produções de espaços e cidades outras, que são, por vezes, desconhecidas ou invisibilizadas, as quais nem sempre a teoria e/ou bibliografia por si só dão conta de tais realidades, particularidades, singularidades e complexidades que são próprias de algumas cidades e territórios. Portanto, a cidade e as interlocutoras me ajudam a pensar, apresentam pistas, questões, elementos de reflexão e análise, auxiliando na construção da pesquisa, em diálogo com as demais fontes de pesquisa, como revisão bibliográfica, referencial teórico e pesquisa documental, a partir do entendimento da teoria e da empiria como complementares.

Dessa forma, ao propor a reflexão acerca do trabalho de rua praticado por mulheres em Salvador, busquei compreender processos, dinâmicas, formas de ocupação do espaço urbano e de produção de cidade por parte destas mulheres negras, considerando os atravessamentos de ordem interseccional e as implicações de raça, gênero e classe na produção e experiência de cidade e de trabalho. Para tanto, a pesquisa de campo foi fundamental para possibilitar a compreensão, junto e com estas mulheres, das variáveis que circundam estas práticas de trabalho de rua e as dimensões da cidade por elas experienciadas, sobretudo se considerarmos que a análise deste tema por este viés é uma discussão pouco explorada e ainda em construção dentro do campo de estudo da Arquitetura e Urbanismo.

Ao considerar que, no decorrer da pesquisa, o objeto de pesquisa é, também, movimento e passa por transformações, reconfigurações, somando e se desfazendo, como apresenta Fonseca (1999), é devido às preocupações advindas da pesquisa de campo que o “problema”, na maioria das vezes, passa por transformações radicais. E, assim, torna-se uma construção processual, como sugere Lepetit (2001), ao dizer que a pesquisa se constrói de forma processual, em conjunto com os delineamentos do objeto, com os recortes e contornos, sendo definidos no ato de fazer pesquisa. Estes foram caminhos pelos quais transitei.

---

<sup>25</sup> Esta opção foi guiada pela impossibilidade de fazer um “campo virtual”, pois estávamos apenas começando a construir um vínculo, e a comunicação seria um desafio, pois eu mandava mensagens e o retorno era demorado (quando acontecia), uma vez que as interlocutoras ora não tinham acesso fácil à internet, ora não tinham um celular que possibilitasse realizar chamadas de vídeo. Em alguns momentos, consegui fazer ligações, o que possibilitou um diálogo mais fluido, mas ainda assim não se estendia muito.

## Ao encontro das interlocutoras

A pesquisa teve início com uma aproximação ao campo, como dito acima. Neste momento, me inclinei a conhecer as trabalhadoras de rua - futuras interlocutoras desta pesquisa -, optando, a priori, por não me deter a territórios específicos, pois a definição dos territórios se daria a partir da definição das trabalhadoras-interlocutoras, à medida que elas fossem relatando o cotidiano, processos e disputas, através de minhas incursões, observações e experiências. Segundo George Marcus (2001), seguir pessoas é a maneira de materializar uma pesquisa multissituada<sup>26</sup>, a qual me inclinei a fazer.

A escolha por pesquisar e construir essa pesquisa com mulheres se deu, primeiramente, por eu ser mulher, por viver a cidade e lidar com as disputas e resistências cotidianas necessárias para nossa presença e existência nela. Entretanto, considerando que nós mulheres vivenciamos os espaços de formas diferentes, em que os marcadores sociais e raciais reposicionam o lugar, as discriminações, os acessos, então, é importante dizer que as minhas disputas e resistências pela presença e existência na cidade são bem diferentes das que as trabalhadoras de rua vivenciam, e sobretudo das interlocutoras, por serem mulheres negras e ambulantes.

Cabe dizer também que, se compartilho da dimensão de gênero com as interlocutoras, a dimensão racial e de classe – e mesmo cultural - nos posicionam em lugares diferentes. Sou uma mulher parda, mestiça<sup>27</sup>, como diz Anzaldúa (2005), de classe média e LGBTQIA+. Entendo que o lugar que eu ocupo, na sociedade e na cidade, coloca limites na leitura interseccional que trago nas discussões aqui apresentadas.

Situações que confrontam existência e trajetória a partir do ato de fazer pesquisa, estando em contato com outros universos, como elucida Fonseca (1999, p. 65), são relações paradoxais nas quais, ao mergulhar em situações diferentes, “o etnógrafo tem maior esperança de conhecer seu próprio universo simbólico. Ao reconhecer que existem outros ‘territórios’, ele enxerga com maior nitidez os contornos e limites históricos de seus próprios valores”.

---

<sup>26</sup> O autor apresenta uma proposta etnográfica ancorada em múltiplos locais de observação, de modo situado, que permite romper com dicotomias existentes, como local e global, mundo de vida e sistemas, ampliando os métodos etnográficos, uma vez que usualmente se pratica a observação e participação centrada em uma única localidade. O autor defende, ainda, que investigar a vida de vários sujeitos situados pode construir aspectos do próprio sistema, através de conexões e associações presentes nas localidades.

<sup>27</sup> Mestiça por ser de origem indígena, negra e italiana. Por meio da miscigenação existente no Brasil, tenho raízes ancestrais compostas pela mistura. Não sou branca e nem sou negra, sou a mestiça brasileira. Anzaldúa nos convida a pensar em uma nova consciência mestiça, que está em constante movimento, afastada dos padrões e objetivos estabelecidos, na construção de uma perspectiva ampliada. “A nova mestiça de Anzaldúa, com sua consciência polivalente e por meio de uma prática performática/textual transversiva, ocupa, em constante sobreposição/deslocamento, os interstícios dos vários vetores da diferença resultantes dos desequilíbrios históricos e das exclusões múltiplas”.

Havia também um interesse particular em estudar e me aprofundar nas discussões sobre gênero<sup>28</sup> e espaço urbano, e, considerando que as mulheres trabalhadoras, em Salvador, têm ocupado um lugar significativo nas ruas, era de grande interesse compreender melhor essas implicações no trabalho e na vida dessas mulheres. Assim, considerando essas questões, realizar a pesquisa com as mulheres possibilitaria construir uma relação de interlocução com maior proximidade, profundidade, e mesmo afetividade.

A presença das trabalhadoras de rua nas ruas da cidade diversificava-se quanto à ocupação do espaço urbano, às “guias” e produtos comercializados; diferenciação também quanto à ocupação desempenhada por elas e por homens<sup>29</sup>; presença de filhas no local de trabalho e, em determinadas situações, trabalhando junto, nos deslocamentos com as “guias” pela cidade; a montagem e desmontagem da “guia”; a concentração de mulheres nas vendas, em especial em festas populares; entre outras situações. Assim, essa dimensão de gênero foi sendo reforçada à medida que eu me aproximava da literatura e via limitações quanto às abordagens de gênero e raça, como apresenta o Observatório das Metrôpoles (2019, p. 42):

Como se pode constatar rapidamente em um levantamento bibliográfico, apesar da consolidada literatura sobre dinâmicas e organização do mercado informal, são encontrados poucos estudos que lancem luz sobre as trajetórias e experiências dos sujeitos que atuam nesses mercados, dotando-os de corpos, raça e gênero.

Portanto, considerando que as experiências de cidade são vividas de modos diferentes entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres, inquietações surgiram quanto à presença das mulheres no espaço urbano e questões que poderiam surgir na dobra mulher – trabalho – cidade: Como se dá a ocupação da rua? A escolha do ponto de trabalho? E a escolha do produto? Como é a relação com as demais trabalhadoras e o entorno, lojas, estabelecimentos? Quais são as maiores dificuldades? De onde vêm? Onde moram? Como trazem os produtos e a “guia”? Como conciliam com as demais camadas da vida? Quais os conflitos e disputas existentes? Como se dá a relação com o “rapa”? Entre outras inúmeras questões que iam se fazendo presentes ao longo do contato com essas mulheres e suas práticas de trabalho, e que, acredito, só seria possível compreendê-las em conjunto com as próprias trabalhadoras de rua.

A partir disso, ao direcionar a pesquisa às mulheres negras, pretendo alcançar dimensões particulares do trabalho de rua por elas praticado, tema ainda pouco abordado pela literatura, assim como outros atravessamentos, como por exemplo deslocamentos, família, maternidade, preconceitos, vulnerabilidades etc. E, com isso, reforço a importância da construção de

<sup>28</sup> E com a pesquisa fica evidente que apenas a categoria de gênero não dá conta de analisar as experiências urbanas e de vida vivenciadas por essas mulheres, pelos múltiplos sistemas de opressão que as atravessam.

<sup>29</sup> As atividades em movimento, em especial nos ônibus, são essencialmente masculinas, enquanto a presença feminina se dá, em sua maioria, através de atividades fixas.

pesquisas por e com mulheres, “pois minha impressão é que as vozes socialmente silenciadas das mulheres são também ignoradas por parte significativa das pesquisas”, como afirma Pierobon (2018, p. 22). Sobretudo as vozes de mulheres negras, como bem evidenciou Kilomba (2020, p.50, grifos da autora) ao falar sobre o conhecimento e o mito do universal, em que determinados conhecimentos - os brancos - são validados em detrimento de outros - dos negros:

O centro acadêmico não é um local neutro. Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas *negras*. Historicamente, é um espaço onde temos estado sem voz. [...] Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós.

É nesse sentido que as narrativas das interlocutoras são fundamentais para minha reflexão, não como forma de ilustrar, mas elas são as guias do trabalho, da construção, do pensamento e das sensibilidades desta dissertação. Pois foi a partir de uma construção em conjunto - dedico uma seção sobre isso mais a frente -, que pensei o trabalho de rua e a cidade na dobra com as narrativas e trajetórias das mulheres negras trabalhadoras de rua.

Estabeleci interlocuções esporádicas com diversas mulheres trabalhadoras de rua<sup>30</sup>, algumas por indicações<sup>31</sup>, outras através das apreensões na cidade e da presença na rua, mas a partir da disponibilidade e do interesse - delas e meu - construí relações mais próximas e afetivas de interlocução com três dessas mulheres: Cida<sup>32</sup>, Dália<sup>33</sup> e Tânia. Durante as interlocuções iniciais com essas trabalhadoras, fui afetada pelas interlocuções e pelo que narravam acerca da relação delas com a cidade, com o trabalho de rua, outras trabalhadoras e clientes, considerei as experiências na cidade, a ocupação delas no espaço e os produtos comercializados.

Os critérios que me auxiliaram na definição das interlocutoras principais foram os mais variados, ora complementares, ora divergentes, a fim de que não fossem opostos em sua totalidade, mas que houvesse heterogeneidade acerca das questões que as trabalhadoras mobilizam e permitiriam à pesquisa desdobrar. Considerei a abertura e o interesse na construção da pesquisa, por parte delas, um dos pontos de partida: por propor uma construção conjunta da

<sup>30</sup> Conversei com uma média de 10 mulheres, distribuídas entre os locais de trabalho das interlocutoras, e/ou na região do centro ampliado, e as narrativas delas são mobilizadas ao longo do texto de modo a contribuir com as análises acerca do trabalho de rua, dinâmicas urbanas, entre outros atravessamentos.

<sup>31</sup> Na feitura da pesquisa pude trocar experiências com outras pesquisadoras, trocas importantes para a construção coletiva da pesquisa: surgiam pistas e indicações quanto à lugares, mulheres e possibilidades de novas interlocuções e experiências. Trocávamos leituras, questões do território, dados de pesquisa, e mesmo companhia para a realização da pesquisa de campo.

<sup>32</sup> De modo a preservar a identidade das interlocutoras, seus nomes foram substituídos por nomes fictícios, mesmo sabendo das limitações desse uso para o anonimato (FONSECA, 2005); optei por permanecer com os nomes das localidades, pois, articulando outras fontes e dados e tratando de dinâmicas que são próprias dessas localidades, poderia haver perdas quanto às contribuições que se pretende promover com a pesquisa.

<sup>33</sup> Importante ressaltar que cheguei até Dália e à Estação da Lapa através do acompanhamento, como tutora, de uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC), de uma graduanda em Arquitetura e Urbanismo, também sob orientação de Thaís Rosa, que compunha o grupo de estudos do qual faço parte.

pesquisa, o interesse em participar era fundamental. A “guia” também foi um ponto importante, pois suas diferentes configurações e produtos nela comercializados mobilizam muitas coisas, como: deslocamento, localidade, dinâmica urbana, relação com o espaço, com clientes, com o “rapa”, produção de espacialidades, “ilegalidades” etc., assim como a “guia” se constituía enquanto materialidade, equipamentos de trabalho e infraestrutura. Articulados à “guia” há os territórios em que trabalham, que foram importantes quanto à localização, à viabilidade da pesquisa e, principalmente, pelas questões que suscitavam.

A disposição de licença e/ou permissão de ocupação também foi um fator de interesse, pois as dinâmicas de trabalho, relações espaciais e com o poder público se dão de modos diferentes entre aquelas que possuem e não possuem licença. Assim, essas diferenças são importantes para confrontar essas várias formas de ocupar a rua e o desenrolar do cotidiano do trabalho. É importante dizer que pude conversar com elas sobre alguns desses pontos no momento de aproximação com o campo, para conhecer de modo breve cada uma das mulheres com quem conversei, sendo necessário esse momento inicial para definir os contornos do campo e decidir por me aproximar mais ou não das mulheres com quem tive contato inicialmente.

Acreditando no papel ético, político e implicado da produção acadêmica e científica, optei, desde o princípio, pelo diálogo com as trabalhadoras, com o intuito de deixar evidente que eu era pesquisadora e da universidade – bem como retornar com o trabalho impresso para o campo - assim, expliquei sobre a pesquisa, os motivos que me levavam até elas, e as consultava sobre o interesse em conversar comigo e construir essa pesquisa em conjunto. A partir da demonstração de interesse e abertura por parte delas, estabelecemos nossos acordos de pesquisa, de que eu iria acompanhá-las no cotidiano do trabalho, estabelecendo interlocuções mais contínuas, com os encontros de pesquisa - dedicarei uma seção só para os encontros -, mas essa construção se deu de forma processual, devido à disponibilidade delas<sup>34</sup> e à minha, durante o primeiro ano de mestrado (devido às disciplinas, tirocínio docente e demais atividades), e, posteriormente, lidando com as mudanças impostas pela pandemia.

Durante o campo e as trocas com as interlocutoras, pedia eventualmente permissão para gravar algum diálogo, para tirar fotos, trazia dimensões da pesquisa e falava das experiências com as outras interlocutoras, contava dos avanços e das etapas percorridas (como as qualificações, entrega de material para a professora, etc.), o que fez até Cida dizer que ia mandar

---

<sup>34</sup> Nos primeiros contatos com as trabalhadoras de rua, observei que elas têm que ‘dar conta’ de uma série de coisas, como atender cliente, fazer controle do que está saindo, receber dinheiro, dar troco, limpar ambiente, repor material; é um trabalho que está sempre em movimento, em especial para quem trabalha com comida e bebida.

“o caboclo<sup>35</sup> me prender na cadeira”, para que eu conseguisse terminar a escrita e a dissertação.

As três interlocutoras principais têm trajetórias diferentes entre si, com processos sociais distintos, seja de acesso ao estudo, do momento de inserção no trabalho, de amparo ou desamparo da família, para citar alguns. Cida e Tânia são soteropolitanas, Dália veio do interior para “tentar a vida na capital”; nesse processo migratório temos também o deslocamento de Cida, aos seus 18 anos, em meados da década de 60, em busca de trabalho nas fábricas de São Paulo e Rio de Janeiro, mas, acaba voltando para Salvador por questões familiares no fim da década de 70, e inicia o trabalho de rua. Dália e Tânia trabalham com bebida e, esporadicamente, com comida, sendo que Dália trabalha “com isopor” e Tânia “em barraca” cedida pela Prefeitura; nenhuma das três tem licença da Prefeitura, mas Tânia, por estar organizada através de uma Associação, tem o consentimento e liberação pelo poder público.

Cida representa um contraponto quanto ao produto comercializado, trabalha com uma “guia” tradicional de folhas e ervas<sup>36</sup>, e também é mãe de santo, iniciada no candomblé<sup>37</sup>, o que tem influência direta na constituição de sua “guia” e nas formas de lidar com e de comercializar seus produtos, havendo uma união de saberes oriundos desses diferentes ofícios. Essas diferenças estão presentes na ocupação do espaço, nas dinâmicas urbanas que envolvem o trabalho de rua de cada uma, nas relações com a “guia”, com o poder público, com o espaço, os deslocamentos e modos de ocupação, que foram fundamentais para esta pesquisa.

As três têm uma trajetória de quase ou mais de 40 anos trabalhando na rua, todas começaram por volta da década de 80, mas a idade e a inserção no trabalho de rua variam no tempo. Dália tem 57 anos de idade, começou a trabalhar na rua aos 18 anos; Tânia tem 63 anos e começou aos 30, mas desde criança já acompanhava a mãe, que era “Baiana de Acarajé”<sup>38</sup>, no trabalho de rua; Cida é a mais velha, tem 73 anos e iniciou no trabalho de rua após retornar de São Paulo, aos 32 anos. Essa similaridade no tempo de trabalho e na década em que começaram a trabalhar nos possibilita identificar processos urbanos, mudanças no espaço e no tempo, além de permitir compreender as transformações na vida dessas mulheres a partir do

<sup>35</sup> Em algumas religiões afrobrasileiras, caboclos são entidades ou linhas de trabalho que se apresentam como indígenas; em algumas tradições, são também os donos da terra.

<sup>36</sup> Ao longo da pesquisa de campo, me deparei com um beco que cruza a Av. Sete de Setembro, nomeado como beco 11 de julho, mas usualmente chamado pelas pessoas como rua da folha, o beco quase todo é composto por pessoas vendendo folhas e ervas. Queriam realocar Cida para esse beco.

<sup>37</sup> O candomblé, religião de matriz africana, tinha relações muito próximas ao trabalho de rua no século XIX. Este ofício possibilitava que as “filhas de santo” conseguisse em dinheiro para cumprir as obrigações da casa (FILHO, 1994).

<sup>38</sup> Baiana de Acarajé é como chamam as mulheres que trabalham vendendo acarajé, sendo considerado um ofício tradicional com forte herança africana. Elas compartilham do espaço da rua, instalando seus tabuleiros e realizando a venda de iguarias africanas e afro-brasileiras. Essa é uma das práticas de trabalho que tem forte referência ao trabalho de rua do século XIX, sendo perpetuado pelas gerações de mulheres negras. Para maior aprofundamento nessa prática de trabalho ver: Fonseca (2008), IPHAN (2014).

trabalho de rua, suas relações com os territórios, assim como conjunturas mais amplas em Salvador e mesmo no Brasil. Portanto, estabeleço o recorte temporal da pesquisa, a partir das trajetórias e narrativas, e conforme o tempo de permanência no trabalho de rua pelas interlocutoras, a começar na década de 80 até os dias atuais, um período de aproximadamente 40 anos.

Vale pontuar que na pesquisa não farei uma cobertura linear desse período, mas me mantenho em diálogo com essa temporalidade devido aos marcos das trajetórias dessas mulheres, bem como os processos urbanos e sociais presente na cidade e nesta prática de trabalho. É importante ressaltar que, nesse mesmo período, década de 1980, havia uma conjuntura política acontecendo nas cidades brasileiras, e mesmo internacionalmente, como a redemocratização do país (CHAUÍ, NOGUEIRA, 2007), as mudanças no setor industrial e, consequentemente, na economia, momento em que também se ampliava o debate acerca do dito “trabalho informal” (CACCIAMALI, 2000). Outro fator relevante para a definição do recorte temporal é que, em Salvador, os poderes públicos se mobilizam politicamente e urbanisticamente para pensar/ intervir nessas práticas de trabalho na cidade (BOUÇAS, 2015). Dessa forma, as maiores concentrações de estudos, projetos urbanos e legislação datam da década de 1980 e 1990, acontecimentos que contarei no decorrer da escrita.

Cada uma delas trabalha em um território diferente: Cida está em uma rua, na ladeira da Barroquinha<sup>39</sup>; Dália na Estação da Lapa<sup>40</sup>, trabalhando em uma calçada no limite da estação; Tânia fica na área do Centro Histórico de Salvador (CHS)<sup>41</sup> e trabalha na praça da Sé/Terreiro de Jesus; mas todas estão na área central de Salvador, o que considerarei, a partir das interlocutoras, para estabelecer esse contorno do “centro ampliado” que compreende o CHS e o centro antigo de Salvador, assim como alguns bairros do entorno<sup>42</sup> (presentes no mapa

<sup>39</sup> A Barroquinha é um bairro antigo, construído junto com a fundação de Salvador, localizado próximo ao CHS. No passado, teve forte relação com as religiões de matriz africana, tendo um dos primeiros terreiros de candomblé da cidade ali localizado, (SILVEIRA, 2015). Já teve um forte comércio de rua, sobretudo com artigos em couro, mas após passar transformações urbanas o comércio nessa região é escasso, se comparado ao que já foi na década de 1970. Como veremos melhor na seção “trajetórias atravessadas por projetos urbanísticos”.

<sup>40</sup> A Estação da Lapa, inaugurada em 1982, fica no limiar entre a efervescência do comércio de rua e essa área mais antiga da cidade com a Av. Sete, Av. Joana Angélica e os vários becos existentes. No limite com o bairro do Tororó, observam-se condomínios e casas autoconstruídas, em que muitas das moradoras são também trabalhadoras de rua neste “centro ampliado”.

<sup>41</sup> O CHS, por muito tempo, foi habitado pela mais alta elite de Salvador, passou por um processo de esvaziamento no final do século XIX, motivado por valores sanitaristas, ao passo que essa elite buscava formas e localizações urbanas da modernidade (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, 2020). Nesse processo, a população pobre e negra, ex-escravizada e liberta, e seus descendentes, permaneceram e/ou ocuparam esse território, o qual seus descendentes disputam a permanência até os dias de hoje, pois há inúmeras intervenções e projetos com tentativas de dissipar as moradias negras e seus pontos de trabalho, ao decorrer da transformação desse local em um polo turístico na cidade.

<sup>42</sup> O Centro Histórico de Salvador (CHS) é um bairro que compreende a área histórica da cidade, este se encontra dentro do Centro Antigo de Salvador, que corresponde à um perímetro maior, com um conjunto de dez bairros, como: Centro Histórico, Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, Liberdade (parte do espigão), Comércio e Santo Antônio Além do Carmo. O CHS é considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, desde 1985, também se encontra inserido em área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é um dos

abaixo). Estabelecer a investigação situada em três pontos do centro ampliado é significativo para reflexões sobre a produção de cidade e de trabalho de rua ali mobilizados, seja pela relação espaço-tempo ali existente, por ser um local com grande presença de trabalhadoras e que concentra historicamente o trabalho de rua da cidade, assim como pelas constantes disputas, conflitos, tensionamentos, projetos de ordenamento e urbanísticos, realocação, “camelódromos”, que estão presentes nesses territórios.

A relação com o centro também atravessa os processos de moradia das interlocutoras. Tânia nasceu no CHS, no Pelourinho<sup>43</sup>, e, com os projetos de requalificação urbana (que abordarei mais adiante), foi obrigada a deixar o local de moradia, o que fez com que ela se deslocasse para Cajazeiras<sup>44</sup>, um território popular e negro de Salvador. Com Dália, o processo foi inverso: veio do interior para trabalhar em casa de família, passou por vários trânsitos de trabalho e moradia, e cria uma relação com o Centro primeiro pelo trabalho, quando passa a trabalhar de forma móvel na estação da Lapa, nos ônibus e no entorno dela; neste momento, no final da década de 80, ela morava em Cajazeiras, tendo longas horas de deslocamento da casa para o trabalho. Após estabelecer o trabalho “fixo” na estação da Lapa, o desejo em morar no Centro e próximo ao trabalho, fez com que travasse disputas na luta pela moradia através de uma ocupação urbana, e da autoconstrução<sup>45</sup> da moradia. Cida não chegou a morar no Centro, quando foi para São Paulo, sua mãe construiu uma casa em um território popular e negro de Salvador, o Vale das Pedrinhas<sup>46</sup>, que fica próximo à orla atlântica e de bairros de classe média/alta.

---

loais de grande importância turística em Salvador, sendo que para alcançar esta classificação, foi palco de grandes transformações e remoções, como será apresentado ao longo do texto.

<sup>43</sup> O Pelourinho é uma área muito conhecida em Salvador, e mesmo nacional e internacionalmente, faz parte da constituição da cidade e conta com um conjunto arquitetônico colonial, além de ser famoso por seus grupos culturais, como o Olodum. É um local muito visado e explorado para o turismo. Nas memórias de luta, resistência e dor presentes em Salvador, vale lembrar que o Pelourinho no “período escravista criminoso era um lugar de sacrifício da população negra, onde se açoitavam publicamente as negras e os negros, em descompasso com leis injustas do período histórico” (FERREIRA, 2019, p. 82). A associação também trabalha no Pelourinho, contudo, desde que retiraram para a reforma, o grupo ainda não retornou, estando concentradas entre a praça da Sé e o Terreiro de Jesus; o Pelourinho é acionado a partir da trajetória de Tânia, através da moradia e do trabalho.

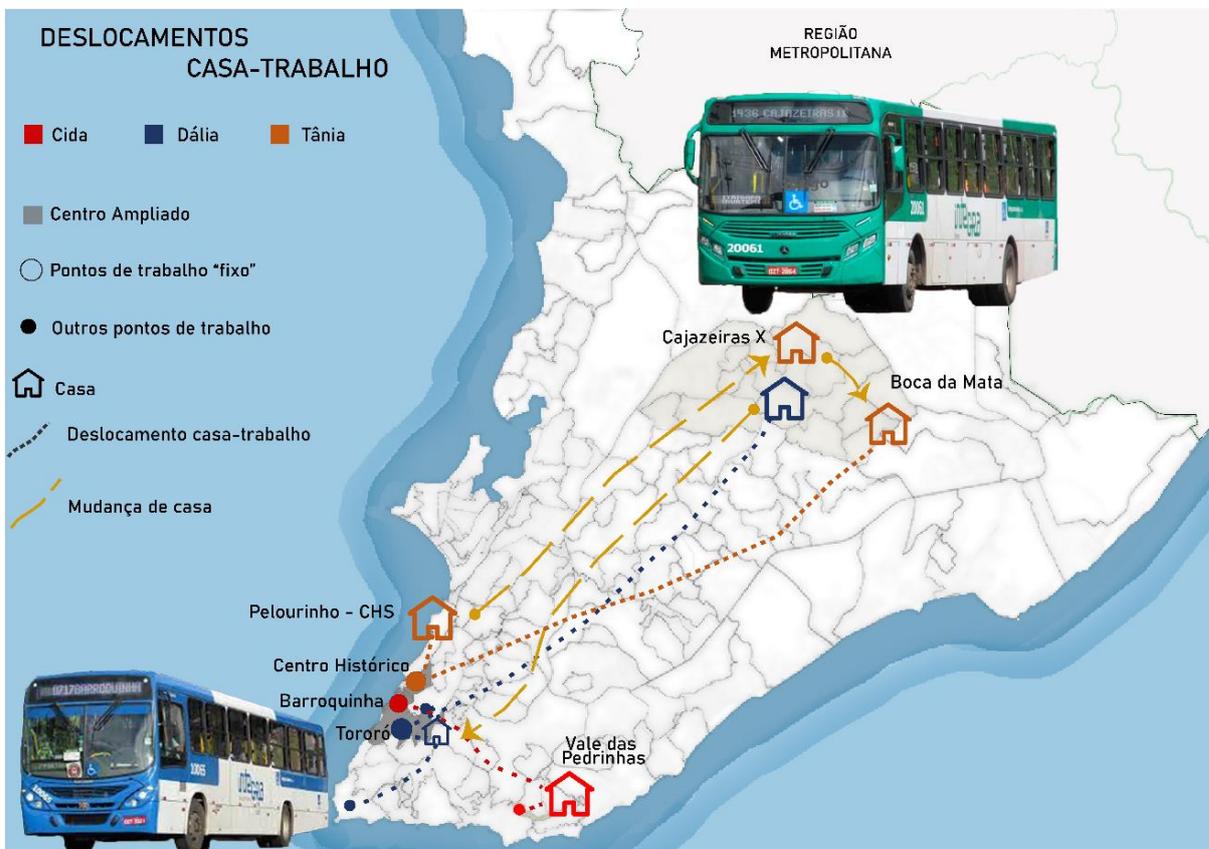
<sup>44</sup> Assim como o Vale das Pedrinhas, o bairro de Cajazeiras também é um território popular e negro, composto por um aglomerado de bairros, são ao todo 15 bairros. Sua conformação iniciou-se com um processo de planejamento por parte do Governo do Estado, entre os anos de 1940 e 1970, que visava mitigar os problemas de moradia com o aumento de migrantes na cidade, a proposta visava financiamento via BNH para as pessoas que tinham rendas compatíveis. Contudo, com a demanda latente por moradia, ao passo que eram construídos os conjuntos habitacionais, iniciou-se um processo de ocupação de terrenos, conformando o bairro com conjuntos habitacionais e muitas moradias autoconstruídas (DIAS, 2017).

<sup>45</sup> A autoconstrução é entendida como o processo de construção da casa pelas próprias moradoras, podendo ser um trabalho coletivo ou não, contar com mão de obra contratada ou da própria família. Este tipo de construção é muito presente nas cidades brasileiras, sobretudo entre os grupos populares, sendo ela uma estratégia de sobrevivência e acesso à moradia no espaço urbano. A fim de um aprofundamento na discussão da autoconstrução, consultar: Maricato (1982), Nascimento (2011), Souza *et al* (2018), Linhares (2019).

<sup>46</sup> O Vale das Pedrinhas faz parte de um conjunto de bairros do Nordeste de Amaralina, que começou a se formar na década de 1930, seguindo o vetor de expansão da cidade conhecido como ‘vetor orla’. O conjunto de bairros que

No mapa abaixo, é possível identificar o centro ampliado descrito acima, os pontos fixos de trabalho das interlocutoras e os deslocamentos da casa ao trabalho, bem como os dois processos descritos de mudanças de casa, em que Tânia sai do Centro para o bairro de Cajazeiras, este distante do Centro, e Dália, com um processo inverso, sai de Cajazeiras, em busca de moradia no Centro, próximo ao trabalho. Cida se manteve na mesma casa, desde que retornou de São Paulo, no início da década de 80. O deslocamento, no seu caso, foi com o trabalho, no qual estabeleceu um novo ponto de trabalho<sup>47</sup>, além da Barroquinha, mais próxima à sua casa, no Vale das Pedrinhas, representado pelo círculo vermelho.

Imagem 2: Deslocamentos casa-trabalho



Fonte: Elaboração da autora

compõem o Nordeste são: Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho (DIAS, 2017).

<sup>47</sup> Utilizo da ideia de ponto de trabalho para me referir ao local onde as interlocutoras trabalham e onde construíram seus territórios. O "ponto" é a referência da presença delas e de suas "guias" para suas clientes, amigas e demais pessoas com quem mantêm relações na rua. Ele não precisa necessariamente ser um ponto "físico", material, que dispõe de infraestrutura, muitas vezes a delimitação deste "ponto", para elas e demais trabalhadoras que atuam no mesmo território, tem limites invisíveis, faz parte da construção espacial e social, em que na temporalidade da rua definiram aquele local como "seu", sendo importante essa demarcação para as "políticas da rua" na definição dos limites e espaços de cada trabalhadora, gerando conflitos e tensões quando este não é respeitado. Essa dimensão do ponto foi vista em campo, em um dia após uma discussão entre Dália e seu companheiro no "mato" [como ela denomina seu ponto de trabalho nas proximidades com a Estação da Lapa], em que ela foi embora e durante toda a noite ninguém ocupou seu "ponto", permanecendo um espaço vazio entre as várias "guias" e pessoas.

## Por que o centro?

Os centros das cidades brasileiras são conhecidos por suas tradicionais atividades comerciais e, conseqüentemente, pela alta presença de trabalhadoras de rua. O acesso às ruas e à centralidade<sup>48</sup> (FRÚGOLI, 2000) possibilitam que as mulheres e outros grupos populares se apropriem das espacialidades e infraestruturas, sobretudo, no caso das ambulantes, das riquezas que circulam e são produzidas, pelo grande fluxo de serviços e pessoas.

Antes de abordar propriamente os territórios das interlocutoras, é importante fazer algumas considerações quanto ao “centro”. Ao tratar do centro em sua pesquisa, Helene (2015, p. 62) vai dizer que, entre as décadas de 1960-1980, os centros tradicionais de diversas cidades brasileiras passaram a perder a centralidade que dispunham, devido aos avanços no sistema rodoviário de circulação, aos alargamentos dos territórios das metrópoles, com a propagação de novos loteamentos afastados das áreas centrais. As pessoas com maior poder aquisitivo buscaram morar fora do núcleo tradicional, “saíram do centro das cidades para mudar para novos empreendimentos imobiliários, como condomínios verticais e horizontais distantes”.

Com essas mudanças urbanas e sociais, os centros tradicionais das cidades brasileiras passam a sofrer transformações quanto ao seu uso, concentrando poucas residências e usos mistos e com predominância do uso comercial, transformações que contribuíram para o aumento gradativo de imóveis vazios e abandonados. A autora ainda vai dizer que, com o esvaziamento e saída da população abastada da região central, os centros tradicionais passaram a ser ocupados por grupos populares, que visavam os benefícios que essas regiões promovem: infraestrutura-serviços-acessibilidade, criando redes de sobrevivência, que são características desses territórios tradicionais.

Desde o estabelecimento de trabalhos improvisados e/ou à margem da oficialidade, como vendedores ambulantes e catadores de material reciclável que tiram proveito da grande confluência de pessoas das áreas centrais, até a ocupação de imóveis abandonados, constituindo uma rede de estratégias e táticas de sobrevivência, de papéis informais, de relações de vizinhança e familiares, de trocas sociais, culturais e de sociabilidades improvisadas fruto do constante adensamento da organização popular no espaço urbano em busca de alternativas de sobrevivência (ibid, p.63 ).

Como ocorreu em outras cidades brasileiras, Salvador também passou por situações semelhantes; no final dos anos 1970, a cidade passava por processos de reestruturação urbana, uma nova centralidade, a do Iguatemi, passa a ser formada na cidade, “processo esse que

---

<sup>48</sup> Helene (2015), em diálogo com Andréa Tourinho (2006), esclarece acerca do termo “centralidade”, esse advindo de uma mudança urbana decorrente do crescimento da urbanização brasileira, em que, por volta de 1969, criou-se novas centralidades nas cidades, deixando de ser esta exclusividade única dos tradicionais centros.

conferiu uma nova configuração ao tecido urbano de Salvador, modificando o cotidiano das relações intraurbanas e interurbanas e fazendo surgir novos equipamentos urbanos que contribuíram para a alteração daquela estrutura” (MAIA, 2015, p.48). A formação dessa centralidade associa-se à necessidade de uma nova ordem urbano-industrial metropolitana, que contou com mudanças dos centros financeiros, atividades comerciais rentáveis que se encontravam no centro tradicional, assim como deslocamento dos órgãos do governo do estado (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, 2020).

Essa nova centralidade causou transformações no centro antigo de Salvador, mas este não deixou de ter sua importância no comércio popular e de rua. Segundo Carvalho Filho e Montoya Uriarte (2014, p.34), “para associação de camelôs esse é um lugar que abriga mais de 6 mil informais, a maior aglomeração de informais da cidade de Salvador, grande parte deles usando irregularmente o espaço”. Na atualidade, o Centro de Salvador continua sofrendo transformações e intervenções, tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada, e, vale dizer que, em muitos casos, com atuações em conjunto (MOURAD, FIGUEIREDO, BALTRUSIS, 2014; TANAJURA, VALLADÃO, 2017). Na seção sobre os projetos urbanísticos – capítulo Ocupação e Disputa -, aprofundarei melhor as intervenções que vêm sendo pautadas, relativas ao trabalho de rua e ao espaço do Centro como um todo.

Como iniciei nesta seção, os centros das cidades são conhecidos pela alta presença de trabalhadoras de rua. Já em 1959, Milton Santos trazia em seus escritos a presença do trabalho de rua na cidade de Salvador; ao tratar do Centro em específico, ele diz que este abriga quase toda atividade comercial da cidade, dividida em quatro aspectos: comércio grossista, de exportação e importação; comércio varejista, subdividido em varejo rico e pobre; comércio de alimentação e comércio de rua, este último desempenhando lugar importante para o comércio, composto por feiras livres, com produtos de alimentação e caseiros, e pela presença dos camelôs e vendedores ambulantes. Ao tratar do comércio ambulante, diz das semelhanças e do espraiamento deste em diversas partes do centro:

Além das feiras "sedentárias", há um verdadeiro comércio ambulante. É comum encontrar, ao ar livre, sobre os passeios, uma variedade de mercadorias, anunciadas aos gritos pelos camelôs. A praça Cairu é uma espécie de quartel-general desse gênero de atividade. Junot Silveira (1955: 9)<sup>49</sup> assim descreve essa paisagem: "ao redor da estátua, funciona o comércio de bugigangas: *came/ots* com seus maravilhosos medicamentos, vendedores ambulantes de camisas de homem, brincos baratos para senhoras, gravatas de quarta classe, meias, mil e uma quinquilharias; fotógrafos, com enormes aparelhos antigos e desajeitados, que revelam fotos em dez minutos; cegos que mendigam com seus violões, acordeons e tamborins, homens e crianças que vendem coleções de poesias populares". Esse quadro tão bizarro reproduz-se no Terreiro de Jesus (praça 15 de Novembro), e, se retirarmos o fotógrafo e o cego

<sup>49</sup> SILVEIRA, Junot. *A Bahia na Voz dos Trovadores*. Salvador, Tip. do Senai, 1955.

cantador, é o mesmo na rua Chile, a principal artéria da cidade. (SANTOS, 1959b, p.87).

Levando em conta esse processo sócio-histórico e o centro nos dias atuais, nessa pesquisa, trabalho com o centro a partir da ideia de um território negro<sup>50</sup> e popular (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, 2020), não apenas pela grande presença destes no Centro, mas, sobretudo, por considerar o processo sócio-histórico de trabalho e de moradia dessa região, com constantes disputas, caracterizando um espaço de resistência da população negra e pobre que ali viveu e ainda vive e trabalha. Essas pessoas fazem o Centro diariamente, ocupam, se apropriam, usam, transformam o espaço, produzem novas dinâmicas, contribuem para o giro da economia e movimentação das ruas, disputam no cotidiano com o poder público, a iniciativa privada e o “rapa” para que possam permanecer nos territórios, trabalhando, morando, e mantendo as redes ali construídas.

Imagem 3: Centro negro: cidade pensada e cidade prática



Fonte: Fotos do Google Imagens e Prefeitura de Salvador – Colagem: Elaboração da autora

<sup>50</sup> Em uma observação na Av. Sete de Setembro, Carvalho Filho e Montoya Uriarte (2014) constataram que 85% das pessoas que circulam e estão pela avenida são negras ou mestiças.

É também em diálogo com essas dimensões que reforço, a partir das considerações de Montoya Uriarte (2019, p. 395), a importância do centro e o direito à centralidade para a realização do trabalho para a população pobre e negra, em especial para quem já mora no centro: a “centralidade é sobrevivência, mas também, e não menos importante, é rede de relacionamentos e memória alimentada nos percursos diários, trajetos cotidianos e circuitos traçados ao longo de anos de moradia em diversas casas do centro da cidade.”

O centro é território negro pela história cravada nas suas ruas, nos monumentos, nos edifícios, construções feitas por mãos negras; na memória da presença negra ocupando as praças, “cantos” e chafariz. O centro de Salvador – entendido aqui como centro histórico e centro antigo – foi chão para as práticas ancestrais do trabalho de rua: segundo Reis (2019), em 1857, grande parte de negras e negros de Salvador, escravizados ou não, trabalhavam nas ruas. Eram as ganhadeiras e quituteiras, práticas de ganho - lavadeiras, carregadores, ganhadores, ambulantes, negros e negras responsáveis pelo abastecimento da cidade, bem como sua circulação, transporte, alimentação: eram quem movimentava o cotidiano da cidade (MATTOSO 1978, 1992; REIS, 1991, 2000, 2019; COSTA 1991, SOARES, 1994). Contudo, mesmo o trabalho de ganho exercendo papel importante no funcionamento e produção da cidade, ainda são pouco visibilizados e/ou reconhecidos<sup>51</sup> pela historiografia<sup>52</sup>, ou mesmo nos estudos urbanos<sup>53</sup> (PEREIRA, 2018).

A ocupação de mulheres negras nas ruas da capital Baiana é antiga, ganhadeiras, quituteiras e ambulantes, “cobriam alargado território urbano” (REIS, 2019, p.20) comercializando variados tipos de produtos, “verduras, frutas, peixe, carne verde, moqueada e cozida, quitutes doces e salgados, panos da costa, toda sorte de quinquilharias, entre outros produtos locais e importados” (ibid), vendedoras das mais diversas iguarias de origem africana. O nexo das ganhadeiras com a cidade se apresenta pela ocupação de locais estratégicos, não apenas nos cantos de trabalho. Elas perambulavam pelas ruas e praças, com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, por feiras livres, mercado público, porto e áreas residenciais (COSTA, 1991; SOARES, 1994). Nesse sentido, é possível pensarmos no

---

<sup>51</sup> Acerca dessas insuficiências de abordagens, Pereira (2018) faz relação com a suposta ideia de “democracia racial” difundida na sociedade brasileira, que mascara a real necessidade de investigações quanto ao tema, ao passo que privilegia e exalta a contribuição de imigrantes europeus, sem atribuir a eles nenhuma conotação racial.

<sup>52</sup> Abdias Nascimento (2016), ao falar da tentativa de apagar a “mancha negra” na história do Brasil, relata que houve em 1899 um ordenamento por parte do ministro das Finanças de Rui Barbosa, para que fosse incinerado todos os documentos, incluindo registros estatísticos e demográfico dos povos africanos e escravizados.

<sup>53</sup> Nesse sentido, indicamos as contribuições que a professora Gabriela Leandro Pereira vem construindo junto ao grupo de estudos corpo, discurso, território na Universidade Federal da Bahia, acerca das existências negras na cidade e os processos de produção da cidade pela negritude. Para conhecer os trabalhos e discussões pautadas pelo grupo, ver: podcast corpo, discurso e território e <https://www.instagram.com/corpo.discurso.territorio/?hl=pt-br>.

trabalho de rua também como uma herança africana, que foi sendo reconfigurada dadas as condições sociais e urbanas no Brasil.

Imagem 4: Mãos negras fazedoras de cidade



**“Tudo que corre, grita, trabalha,  
tudo que transporta e  
carrega é negro”**

Robert Avé Lallemand

Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles, Pierre Verger, Ayrton de Magalhães e Ben Mulock - Montagem: elaboração da autora

Esse mesmo centro permanece até os dias de hoje como território pulsante do trabalho de rua e do comércio popular, área que concentra o maior número de trabalhadoras de rua de Salvador (MAIA, 2015), vendendo os mais variados produtos, desde os mais tradicionais, como folhas e ervas, frutas e acarajé, até os mais globais, como réplicas de roupas de marca, eletrônicos e acessórios. O centro de Salvador é significativo para o trabalho de rua, pois conta a história de muitas mulheres negras que fizeram sua vida a partir desse território, como é o caso das interlocutoras.

### Centro ampliado e os territórios das interlocutoras

Os pontos de trabalho das interlocutoras estão distribuídos entre o centro histórico e o centro antigo de Salvador; neste campo multissituado, trabalhei com a ideia de “centro ampliado”, concentrando não apenas os três territórios das interlocutoras, mas considerando as várias localidades no Centro, mobilizadas para pensar o trabalho de rua, tais como as que aparecem nos projetos e intervenções do poder público, nos documentos que tratam do trabalho

de rua, nas ruas percorridas durante a pesquisa de campo, todo o entorno e o conjunto que faz desse centro ampliado território do trabalho de rua.

É importante dizer que este “centro ampliado” não é homogêneo, é complexo e múltiplo em sua composição social, espacial e temporal. As diferentes reconfigurações do centro embaralham as várias perspectivas sobre ele. Conta com construções coloniais, ocupações urbanas, prédios de luxo e de classe média/alta, assim como patrimônios em ruínas e casas autoconstruídas. Com diferentes equipamentos urbanos, tem como ponto comum o trabalho de rua, mas este também é diverso, seja pelas “guias”, produtos comercializados, equipamentos de trabalho, ocupações, trabalhadoras fixas e outras móveis, regularizadas e “irregulares”, diversidade que busco evidenciar ao longo da escrita e das imagens. Carvalho Filho e Montoya Uriarte (2014, p. 36) falam dessas sobreposições de tempo e da paisagem do Centro, mais especificamente na Av. Sete de Setembro:

A avenida, assim, se forma a partir dessa rede de imagens, produzidas e reproduzidas pelos olhos de cada um que por ali circula. A paisagem arquitetônica condensa diversos tempos: os tempos coloniais aparecem quando se adentra nos becos estreitos que fogem de qualquer vontade renascentista de linha reta e traçado regular; os tempos de finais da colônia se mostram em seus sobrados antigos; os tempos da belle-époque soteropolitana aparecem no alargamento da Avenida e na tentativa de padronização estética ao longo dela; os tempos modernos se mostram nos prédios altos construídos em meados do século XX e nas reformas mais recentes de construções antigas.

Imagem 5: Diferentes ocupações do trabalho de rua no “centro ampliado”



Fonte: Fotos google imagens - Montagem: Elaboração da autora

Podemos pensar esse “centro ampliado” como “zonas limiars”, como sugere Arantes (2000) ao falar acerca das cidades contemporâneas brasileiras: “lugares sociais conformados por uma diversidade de categorias e sujeitos sociais, territorialidades e sociabilidades que se superpõem e se entrecruzam de modo complexo, não apenas no espaço, mas também no tempo (ARANTES, 2000 apud ROSA, 2018, p. 187).

Ao falar sobre os locais de trabalho das interlocutoras, considero que não são apenas espaços, são, sobretudo, territórios que envolvem variadas relações sociais e espaciais construídas ao longo dos 40 anos de convívio neste “centro ampliado” - retomo essa discussão no capítulo redes de relações e políticas da rua. Souza (2001, p. 108) vai dizer que “o espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia” e sua configuração pode ser de diferentes formas, podendo o território ser uma região, bairro ou mesmo uma rua, mas que se conformam a partir das relações de poder:

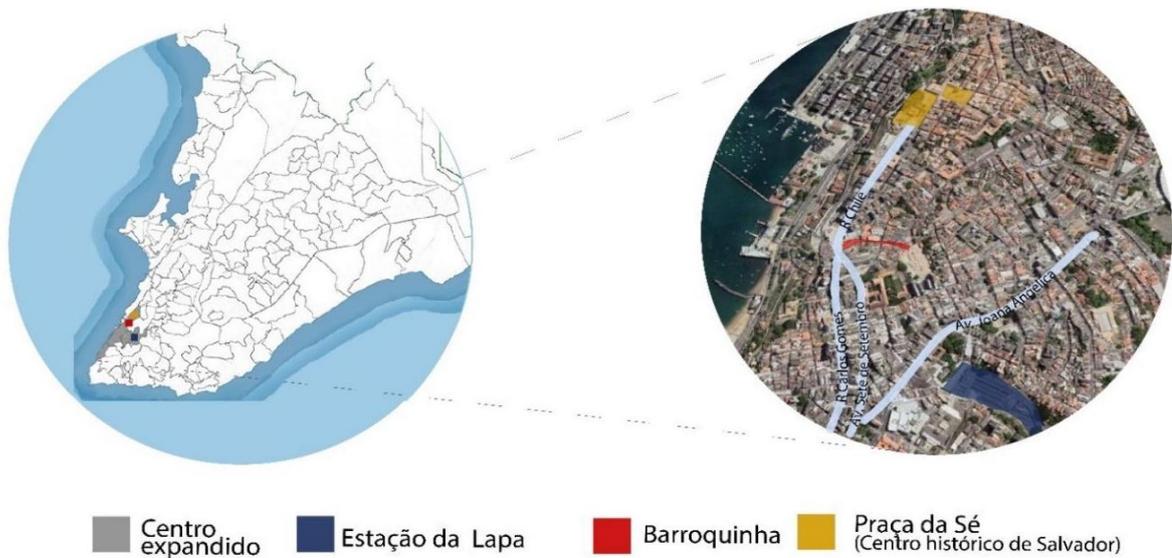
Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço [...] podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias ) ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (ibid, p. 87).

Os três territórios onde as interlocutoras estão instaladas não são no meio e na efervescência do centro<sup>54</sup>, mas estão em locais estratégicos que pegam o fluxo de pessoas circulando, seja pela estação de ônibus e metrô, seja pela área turística ou por ser uma área de passagem. Enquanto o Centro Histórico e a Barroquinha estão mais próximos e fazem parte da construção inicial da cidade de Salvador, contando com construções de casarões e vias de mais de 400 anos, a estação da Lapa é da década de 1980, sendo o maior terminal rodoviário da cidade de Salvador e um importante equipamento de mobilidade urbana na área central. São territórios onde elas lutaram e disputaram para ali estar e ficar, como veremos na seção “trajetórias atravessadas por projetos urbanísticos”.

---

<sup>54</sup> Essa aproximação panorâmica ao centro visa oferecer subsídios para leitura das sessões que compõem a dissertação, para aprofundar as leituras no centro de Salvador, consultar: Sant’Anna (2003); Santos (1959b); Montoya Uriarte, (2019a); Figueiredo e Estévez (2020).

Imagem 6: Pontos de trabalho das interlocutoras



Fonte: Elaboração da autora

Imagem 7: Ponto de trabalho Tânia - Centro histórico de Salvador



Fonte: Elaboração da autora

Imagem 8: Ponto de trabalho Cida - Barroquinha



Fonte: Elaboração da autora

Imagem 9: Ponto de trabalho Dália - Estação da Lapa / "mato"<sup>55</sup>



Fonte: Elaboração da autora

De modo a somar novas camadas de compreensão nos processos sociais e espaciais vividos pelas interlocutoras, apresento abaixo duas cartografias relativas às trajetórias de moradia e de trabalho, e seus respectivos fluxos e trânsitos até a chegada no trabalho de rua e sua fixação no Centro. Essas produções imagéticas visam também aproximar mais as leitoras das interlocutoras e territórios, a fim de auxiliar na compreensão dos fragmentos das trajetórias e narrativas das interlocutoras, que são costurados ao longo do texto.

<sup>55</sup> “Mato” é a forma como Dália nomeia seu ponto de trabalho, espaço este, caracterizado por uma relação entre uma calçada, uma rua e um canteiro, que ficam no limite da estação da Lapa. Ele pode ser entendido também como um espaço de resistência, que após a realocação das trabalhadoras em 2014/2015 para realização do projeto de reforma da Estação da Lapa, surge como um novo ponto de trabalho pelas trabalhadoras que não se adaptaram com os locais realocados e queriam permanecer trabalhando na Lapa, por já terem seus clientes e pela proximidade com a moradia; este foi o caso de Dália.

Imagem 10: Trajetórias de trabalho



Fonte: Elaboração da autora

Imagem 11: Trajetórias de moradia



Fonte: Elaboração da autora

Uma rápida leitura das cartografias mostra o quão estreita é a relação entre trabalho e moradia, conectados a partir dos deslocamentos e fixações pela cidade. As cartografias evidenciam que grande parte dos trânsitos de moradias se deram no miolo e na periferia de Salvador, não ocupando a faixa da orla, com exceção do Vale das Pedrinhas, onde Cida mora atualmente, mas que ainda assim se trata de um território popular e negro, reforçando as dimensões de raça e classe na ocupação espacial da cidade, uma vez que a orla é habitada, em sua maioria, por pessoas brancas e de classe média/alta (CARVALHO, 2020). Quando há ocupação dessas áreas, ocorre em momentos específicos para trabalharem, como vemos nos percursos de trabalho de Dália e Tânia.

As fotos que acompanham os mapas, além de representativas, informam territórios e espacialidades presentes na cartografia e que são próprios das trajetórias das interlocutoras, assim como as “guias”. No mapa do trabalho, é possível identificar a barraca do CHS, cedida pela Prefeitura, em que mesas e placas conformam esse território de trabalho. Em seguida, a “guia” de Cida, com folhas e ervas, com duas configurações diferentes, característica do espaço em que ocupa, em que não podendo mais armar sua barraca e ter seu ponto fixo, acaba fazendo o “jogo das cadeiras” e improvisando o mostruário, conforme sua própria disponibilidade e a do ambiente. Por fim, a “guia” de Dália, a “prancha” com o isopor, bem representativo de modo geral para as trabalhadoras que vendem bebidas, bem como seu antigo ponto de trabalho, no ponto de ônibus, em que vendia amendoim cozido, milho assado e outras miudezas como bala, cigarro e bebidas.

No mapa de moradia, o prédio (representativo) é da URBIS e fica localizado em Cajazeiras, onde Tânia morou por um tempo, antes de construir a casa-andar (como veremos adiante); as duas fotos abaixo são da comunidade do Tororó e do Engenho Velho de Brotas, onde Dália e Cida mantêm/mantiveram relações de moradia. É possível observar a presença das casas autoconstruídas, com diferentes formatos, materiais, tamanhos, assim como a representação das ocupações, com uma casa de taipa e outra com materiais reaproveitados, mudanças vividas por Dália; abaixo é uma foto da Rocinha, primeira moradia de Tânia no CHS. As dimensões do morar e o universo dessas casas serão melhor aprofundados no capítulo “*gestão da vida cotidiana*”.

### **Produzindo conhecimento desde, com e entre mulheres**

Proponho produzir conhecimento no cotidiano, em conjunto, a partir do diálogo, do encontro, das trocas entre mulheres. Essa proposta leva em conta que a produção de conhecimento não resulta de um processo individual, ao contrário, como apresenta bell hooks

(2017), é, em grande parte, fruto de fontes e elaborações coletivas<sup>56</sup>. Nesse sentido, considerando a produção de conhecimento um processo coletivo, me aproximo das perspectivas de “episteme dialógica” sensível e criativa, tal como proposta por Ana Clara Torres Ribeiro (2010), com a qual dialoga também Oliveira (2012, p.15, grifos da autora), que anuncia: “o reconhecimento dos diferentes *saberes* próprios dos *lugares* e o incentivo ao *diálogo* colaboram para a consolidação de uma episteme sensível e dialógica, que não só é necessária, como é urgente para pensar a vida social”. Assim como Rosa (2018, p.192), que, em diálogo com Ribeiro, vai dizer que a episteme dialógica demandaria uma:

implicação corpórea do pesquisador com as práticas dos “muitos outros” nas cidades e suas zonas limiáres, na disposição ao encontro, ao diálogo, à compreensão de outras racionalidades e normatividades, de outros modos de pensar, fazer e viver, e, sobretudo, à partilha de saberes e produção conjunta de conhecimento com aqueles que habitam e produzem cotidianamente as margens da cidade.

Na implicação corpórea de pesquisadora, assumo a pesquisa implicada, como propõem Macedo e Macedo de Sá (2018), não apenas como ferramentas teórico-metodológicas, mas sobretudo como competência epistemológica, ética e política, a partir da criação de vínculos, de relação de troca mútua<sup>57</sup>, que auxiliam nessa construção em conjunto, que “assume a posição de uma experiência aprendente que busca uma nova inflexão” (ibid, p. 325) também na busca de tensionar as abordagens totalizantes das cidades, mobilizando narrativas e modos de vida que disputam no cotidiano os seus saberes, fazeres e existências.

Aciono tais perspectivas na proposta de não propagar modelos com viés de pesquisas “extrativistas” e distanciadas, que encaram as interlocutoras e os territórios como exclusivamente ‘objetos de estudos’, vistas apenas como ‘canais de informações e fontes de dados’. Sugiro, dessa forma, uma outra construção da relação entre pesquisadora e interlocutoras, com relações de proximidade, estabelecendo vínculos, afetivos e de respeito, buscando não reproduzir/reforçar supostos lugares de hierarquia, de poder, propondo assim construir a pesquisa junto e com as interlocutoras, em que, após conhecimento e aceite em contribuir com a pesquisa, em me receber nos pontos de trabalho e tecer interlocuções, pudemos juntas pensar e falar acerca da cidade e do trabalho de rua.

Nessa construção teórico-metodológica, que tem no seu ponto de partida o encontro com o outro, nesse caso com mulheres negras, aproximo-me do campo disciplinar da

<sup>56</sup> As reflexões metodológicas aqui descritas estão em grande parte apoiadas nas discussões feitas no grupo de estudo margear – antigo Urbanidades Liminares. Reforçando o lugar da produção de conhecimento coletiva, indico a leitura do texto do nosso texto coletivo. ver: Alves-Cordeiro *et al* (2021).

<sup>57</sup> Mais à frente falarei de alguns desdobramentos da pesquisa junto às interlocutoras, mas, ao propor uma pesquisa implicada, engajada, busquei contribuir com as demandas que foram sendo apresentadas no decorrer da pesquisa pelas interlocutoras, dentro das limitações de conhecimento técnico, operacionais e temporais.

antropologia para auxiliar na investigação do espaço urbano e das relações sociais que são tecidas nele, tendo como direcionamento o fazer-cidade<sup>58</sup> cotidiano (AGIER, 2015) das mulheres negras trabalhadoras de rua do Centro de Salvador. Segundo Montoya Uriarte (2012, p. 174), a antropologia seria:

o lugar, dentro do espaço das ciências ocidentais, para pensar a diferença e o antropólogo é aquele que se interessa pelo Outro: um sujeito bastante raro, é verdade, porque, em lugar de querer defender uma identidade, queremos ser atingidos pelo Outro; em vez que nos enraizarmos num território de certezas, buscamos o desenraizamento crônico que nos leva à busca pelo Outro.

E, ao tratar da Antropologia “da” cidade, Carvalho Filho e Montoya Uriarte (2013, p. 104) enfatizam que esta “pretende estudar não apenas um grupo num espaço circunscrito, mas a relação entre o espaço e as práticas das pessoas que conformam o grupo escolhido, tornando o espaço uma variável fundamental”. Tendo como ponto de partida o trabalho de rua praticado por mulheres negras, aproximo-me do espaço urbano a partir das práticas deste trabalho e da construção dos territórios por essas mulheres, para que seja possível refletir acerca das produções de cidade presentes nas relações cotidianas, tomo como referência os estudos da etnografia, enquanto campo epistemológico e metodológico (PEIRANO, 2014; MAGNANI, 2009), de modo a me auxiliar nos caminhos construídos para a realização da pesquisa, como sugere Magnani (2009, p. 137):

Postulo partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos *arranjos coletivos*, isto é, das estratégias que eles utilizam para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas, através de comportamentos que não são erráticos, mas apresentam padrões discerníveis.

A pesquisa etnográfica é uma prática de pesquisa, em que a pesquisadora compartilha do universo social das interlocutoras, característica por ter uma temporalidade estendida e continuada, busca-se apreender os sentidos e significados, estes que têm fundamental importância, no que se refere ao olhar, a escuta atenta, a os cheiros, ao sentir (FONSECA, 1999, 2018; MAGNANI, 2009; MONTOYA URIARTE, 2013a). Situações que busquei construir no decorrer da pesquisa de campo, uma escuta atenta e sensível, implicada, observação-participante<sup>59</sup>, e apreensões urbanas nos territórios das interlocutoras e ruas do Centro.

<sup>58</sup> Michel Agier vai dizer que a “cidade é feita essencialmente de movimento”, e é a partir dele que a cidade se torna uma construção permanente, na expansão dos universos sociais e urbanos. O fazer-cidade é entendido enquanto um processo contínuo, que tem em sua essência a busca pelo direito à cidade. Utiliza-se o termo de modo a englobar as práticas e saberes que também constituem as cidades, e as produzem cotidianamente. Me dedico, sobretudo, ao fazer-cidade das mulheres trabalhadoras de rua.

<sup>59</sup> A observação participante tem como característica um olhar de dentro e aprofundado, um processo longo, sendo a temporalidade um elemento importante para realização da pesquisa e da observação. Tem como pressuposto a interação entre pesquisador-pesquisado; desenvolve outros sentidos para apreensão em campo, desde o ouvir, escutar, ver e sentir, deixar-se afetar pelo momento vivido, ao ponto de estar ligado aos acontecimentos. (FOOTE-WHYTE, 1975; VALLADARES, 2007).

Vale destacar que, por mais que exista uma relação estreita entre antropologia e etnografia, por vezes, há uma confusão quanto à competência de cada uma, como afirma Ingold (2011, p. 01), ao dizer que ambas “são empreitadas de ordens bem diferentes” e com objetivos diferentes:

O objetivo da Antropologia é, creio eu, o de buscar um entendimento generoso, comparativo, não obstante crítico, do ser humano e do conhecimento em um mesmo mundo no qual todos nós habitamos. O objetivo da etnografia é o de descrever as vidas das pessoas que não nós mesmos, com uma precisão e uma afiada sensibilidade através da observação detalhada e da experiência de primeira mão.

Ao falar da etnografia como método, em sentido amplo, próprio da antropologia, Magnani (2009, p. 136) diz que este não deve se restringir à técnica, ou excludente como atitude, experiência ou atividade de campo, “entendido como método em sentido amplo, engloba as estratégias de contato e inserção no campo, condições tanto para a prática continuada como para a experiência etnográfica e que levam à escrita final”. Para o autor, o que caracteriza a etnografia não é a obsessão do acúmulo dos detalhes, mas sim a atenção que lhes dá. Assim, pode-se pensar a etnografia como um processo de aprendizagem (MACEDO, MACEDO DE SÁ, 2018) considerando seu caráter epistemológico, que visa trabalhar com as experiências cotidianas, narrativas e aprendizagens que são situadas socialmente, espacialmente e culturalmente.

As contribuições acerca da “etnografia de rua”<sup>60</sup>, propostas por Rocha e Eckert (2003; 2020), também foram importantes na construção e condução da pesquisa de campo, uma vez que as autoras apontam que os deslocamentos na própria cidade possibilitam construir o conhecimento da vida urbana a partir dos compartilhamentos, experiências, apreensões, no contato da pesquisadora com os grupos sociais que vivem a cidade, a rua, e que são figuras chave para investigação. “A técnica de etnografia de rua consiste na exploração dos espaços urbanos a serem investigados através de caminhadas ‘sem destino fixo’ nos seus territórios” (ibid, 2003, p. 04-05) em que, atravessada por caminhos, ruídos, cheiros e cores, “sugerem, sem cessar, direções e sentidos desenhados pelo próprio movimento dos pedestres e dos carros que nos conduzem a certos lugares, cenários, paisagens, em detrimento de outros”. (ibid)

Com tais contribuições, me direciono à rua para estar em contato com a cidade, com o trabalho de rua, particularizando observar e apreender as práticas - do trabalho de rua, mas não apenas -, as dinâmicas urbanas, os usos e a interação com a rua, a ocupação e desocupação da

<sup>60</sup> É importante evidenciar que “etnografia de rua” tem escolas, - agradeço a Milton Júlio de Carvalho filho o alerta e considerações - e que, dentro das tradições da antropologia, é possível ver diferentes estudos sobre a rua: interação no espaço público, unidades culturais, dinâmicas da rua, a rua dentro da paisagem urbana, para citar alguns. Para essa discussão e maior aprofundamento indico os livros que me foram indicados por ele: “A rua: espaço, tempo, sociabilidade” de Cordeiro e Vidal (2008) e Etnografia de rua, Estudos de Antropologia Urbana” de Rocha e Eckert (2020).

rua e os acontecimentos, a fim de apreender a relação entre trabalho de rua e a cidade. Neste gesto, a partir das observações e presença na rua, alinho-me ao que as autoras dizem sobre a pesquisadora que “está sujeita a conhecer uma diversidade de micro eventos de interação a qual ele próprio interage ou reage conforme a situação experienciada” (ibid, p. 07), pois, são esses elementos e discussões, aqui mobilizadas, que me auxiliam e fundamentam a inspiração etnográfica que a pesquisa tem.

O fazer coletivo que a pesquisa evoca, exige um agir ético e com respeito, estar atenta a todo momento, ter sensibilidade na condução do diálogo, uma vez que, há inúmeras complexidades na produção compartilhada de conhecimento, são relações que envolvem subjetividades, histórias, memórias, podendo, nesse processo, acionar dores e memórias (ALVES-CORDEIRO, *et al*, 2021), sobretudo em um momento de pandemia, em que houve uma mudança brusca no modo de vida delas, impossibilitadas de trabalhar e sofrendo com o aumento das dificuldades financeiras, e sobretudo porque vivíamos um luto coletivo, com milhares de mortes diariamente.

No processo de reconfiguração da pesquisa e do campo, durante a pandemia, e ao considerar as discussões apontadas acima, construí uma estratégia metodológica que se conduzia a partir do que as mulheres queriam contar e falar (PIEROBON, 2018; PINHO, 2019). Considerei que a pesquisa não estava ali como primeiro plano, pois, devido às fragilidades que a pandemia vinha causando, era um momento de reaproximação com elas, dedicado à escuta atenta e sensível, compartilhamentos e trocas sobre tudo o que estava ocorrendo e o que elas vinham passando e sofrendo com os efeitos da pandemia. Busquei estar atenta e ter muito respeito e cuidado na forma de condução, respeito tanto às medidas de segurança quanto às subjetividades e vida das interlocutoras, bem como a temas referentes ao trabalho, à família e ao cotidiano. Assim, colocava-me adentrando em alguns assuntos, ao passo que acompanhava as trajetórias e narrativas, situações, dinâmicas e acontecimentos sobre os quais elas narravam, fazia perguntas acerca do que elas estavam narrando, sem me amarrar à necessidade de impor assuntos ou direcionamentos que fossem de interesse exclusivo da pesquisa<sup>61</sup>.

As narrativas das interlocutoras por si só já anunciavam e traziam variados elementos acerca das relações mulher-trabalho-cidade, assim, a partir desses encontros e diálogos, questões iam surgindo, perguntas eram feitas e temas se evidenciavam, tornando possível aprofundar e compreender melhor algumas dimensões que me interessavam investigar. Em

---

<sup>61</sup> Adotar esse caminho foi muito importante, mas ele também coloca desafios que são: manejar, conduzir, apropriar-se desses dados e fontes de pesquisa, a fim de transformá-los em uma reflexão analítica dentro do prazo do mestrado, que é reduzido, ainda mais em um momento de pandemia, em que há inúmeros atravessamentos que não contribuem para uma produtividade em profundidade, como eu gostaria que fosse.

momentos específicos, à medida que elas se mostravam receptivas, realizei entrevistas semiestruturadas, e a experiência de construção de uma cartografia em conjunto com Dália<sup>62</sup>.

O tempo foi uma dimensão importante na pesquisa de campo, e ela se fez presente de diversas maneiras: as narrativas das interlocutoras eram carregadas de diferentes temporalidades, traziam o momento atual, as coisas acontecidas no dia anterior, situações vividas há poucas horas, mas também sobre a infância, o início do trabalho de rua, as disputas, os projetos e as dificuldades. Essa liberdade em deixar que o diálogo fosse fluido e não necessariamente direcionado às questões, a priori, fez com que os assuntos e temas fossem diversos, e permeados por essas diversas temporalidades; talvez, se inicialmente eu tivesse estabelecido direcionamentos e/ou categorias a priori, muitos conteúdos poderiam não ter surgido. Mas também foi necessário lidar, nesse período estendido da pesquisa de campo, com as instabilidades, as ausências, as constantes mudanças nas vidas, nas narrativas, nas dinâmicas urbanas, como um jogo de vai e vem levando-me a reconstruir e repensar a pesquisa a todo tempo, incorporando dimensões tanto nas elaborações metodológicas, quanto em seus desdobramentos analíticos.

Conforme o campo ia sendo construído, e os primeiros esquemas, esboços e análises surgiam, novas frentes de pesquisa, no diálogo com outras fontes, também surgiam: documentos, reportagens, leituras, decretos e leis, a fim de ampliar a análise e a discussão construída. O acúmulo, o cruzamento, a sobreposição dos materiais empíricos, documentais e bibliográficos também contribuíram na compressão, complementação, e para afirmar e/ou confrontar os processos e narrativas que eu estava tendo contato.

Os documentos são da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e tratam dos projetos<sup>63</sup> e intervenções urbanísticas realizadas na década de 1980 e 1990 que atravessam o trabalho de rua e os territórios das interlocutoras, e a área do centro no geral. As reportagens são de jornais locais, como A Tarde e G1 Bahia; site de comunicação da Prefeitura<sup>64</sup> com materiais veiculados na última década, que auxiliaram na busca de reportagens que abordam o trabalho de rua em Salvador, das intervenções e projetos realizados nos territórios das interlocutoras, e das matérias que tratavam da pandemia na interface com o trabalho de rua; um levantamento das leis e

---

<sup>62</sup> A ideia de cartografar se deu pela necessidade de conseguir espacializar, temporalizar, ou aprofundar algumas situações que surgiram nos encontros de pesquisa. Cheguei a fazer a mesma estratégia metodológica com Cida, mas ela se mostrou resistente, pouca interação e abertura, restando apenas interromper e não insistir na construção.

<sup>63</sup> Os projetos compreendem de 1992-2014 e foram estudados em profundidade por Laila Bouças (2015), que buscou investigar como incidem as ações de planejamento e ordenamento na área do centro antigo da cidade de Salvador. Não buscamos retomá-los para analisá-los em profundidade, utilizo desses projetos como fontes documentais, complementares à pesquisa, de modo a compreender as intervenções nos territórios de estudo: as narrativas, processos, tratamentos do poder público, a continuidade e diferenças para com o presente.

<sup>64</sup> <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/>

decretos<sup>65</sup> também auxiliou na compreensão dos instrumentos normativos acerca do trabalho de rua na cidade.

No cuidado desta construção de conhecimento, feita em conjunto, retornei a campo com o trabalho impresso após a escrita da dissertação para apresentar e dialogar acerca do “resultado” da pesquisa, bem como mostrar as colagens e imagens produzidas. Conversamos sobre a pesquisa, o que estava ali escrito/discutido, falei sobre cada seção, em como estava trazendo as narrativas e trajetórias delas ao longo do texto, mostrando os textos, as cartografias, as fotos, deixando que elas também folheassem e fossem vendo/lendo.

### Encontros de pesquisa:

No esforço para a estruturação da pesquisa de campo, adotei a ideia de encontros de pesquisa<sup>66</sup> (FELTRAN, 2008; ROSA, 2014), encarados como uma construção no tempo e no espaço, como uma teia que vai sendo tecida, costurando-se e se formando a partir da proximidade, da intimidade e dos afetos estabelecidos no decorrer do tempo, em que a confiança é construída e assuntos até então não abordados começam a surgir, assim como relatos cotidianos e mudanças da vida. Foote Whyte (2005, p. 299) diz que “a vida no lugar não se desenrolava segundo encontros formalmente agendados. Para encontrar as pessoas, passar a conhecê-las, encaixar em suas atividades, tinha que gastar tempo com elas – um bocado de tempo, dia após dia”.

Os encontros possibilitam que emergjam questões e situações, permitem que se tome conhecimento da realidade, auxiliando a pensar a cidade, as práticas de trabalho de rua, a produção urbana e espacial, através das trajetórias e narrativas dessas trabalhadoras. Ao falar do encontro, Maluf (1999, p. 70) diz que é nesse momento que se busca “além de olhar, ver; além de ouvir, escutar; além dos fatos, sentido”. Feltran (2008, p. 60), contribui ao dizer: “ao se expor aos encontros de pesquisa e à reflexão sobre eles, invariavelmente emergem questões relevantes àquele que pretende conhecer”. Busquei, desta forma, construir uma relação de proximidade com as interlocutoras, a fim de compreender significados, tradições, modos de vida, costumes, relações, etc. (GOLDENBERG, 2004), “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002):

Olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou

<sup>65</sup> <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/532/leis-de-salvador>

<sup>66</sup> Essa abordagem de pesquisa também foi muito discutida e trabalhada nos encontros coletivos do grupo de pesquisa Margear, assim, incorporo nesta etapa muito das contribuições e trocas desses encontros.

associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise (ibid, p. 18).

Os encontros de pesquisa possibilitam a um só tempo a interação com as trabalhadoras de rua e com os espaços da cidade, nessa construção metodológica, somadas as trajetórias e narrativas, as observações no cotidiano auxiliaram na investigação. Acesso que foi permitido conforme a relação construída com essas mulheres, e as múltiplas identidades nas quais me davam: pesquisadora, cliente, amiga, refletindo no acesso que tive ao campo. Não houve apenas um modo de observar, ele ia se alterando conforme as condições de cada encontro, uma observação direta, outra mais distanciada, observação-participação, observando e interagindo, em que eu fazia breves notas no celular, para não esquecer quando fosse relatar no caderno de campo; portanto, havia momentos de observar e posteriormente perguntar sobre assuntos ou diálogos que eu havia presenciado.

Considero que é por meio dos encontros que nos colocamos abertamente à criação de vínculos e afetações próprias das experiências da pesquisa de campo. Portanto, a criação de vínculos se deu de formas e intensidades diferentes com cada uma delas, devido ao tempo e à proximidade que foi possível ser construída no contexto pandêmico que vivíamos durante a pesquisa, e pelo modo de ser de cada uma delas: Cida é mais reservada, mais fechada e falava pouco sobre si, não gostava de recordar coisas do passado e acionar memórias que remetiam à um lugar de dor, da vivência de tempos ruins – e assim a respeitava; Dália já é o inverso, falava muito de si, trazia em detalhes situações que viveu, era aberta para falar e responder questões; e com Tânia tive uma aproximação mais distanciada, nosso diálogo se deu mais através do WhatsApp, por conta da pandemia, pois ela e a associação da qual faz parte ficaram mais de um ano e meio impossibilitadas de retornar à ruas, em decorrência da não liberação por parte da Prefeitura<sup>67</sup>, e também porque passou por problemas de saúde, teve que fazer uma cirurgia, e relata que sentiu fortemente os impactos da pandemia em sua vida.

As três interlocutoras sentiram os impactos da pandemia – bem como a maior parte das pessoas que trabalham na rua – impactos econômicos, sociais, dificuldade em se “isolar”, medo da contaminação e seus efeitos, luto etc. Preocupações que, no caso de Tânia, não se restringiam apenas consigo e sua família, mas também com todas as pessoas que fazem parte da associação,

---

<sup>67</sup> Ao longo deste 1 ano várias foram as tentativas e preparos para retornar ao trabalho, mas a cada tentativa de retorno eram surpreendidos com novas medidas de restrições e fechamento das atividades devido ao aumento de casos, também houve troca de gestão da SEMOP, sendo necessárias negociações e aproximação com a nova secretaria e grupo para viabilizar o retorno.

que recorrentemente se direcionavam a ela apresentando demandas e necessidades, decorrentes do que estavam passando.

Ao dizer que os encontros promovem uma aproximação junto às interlocutoras, experienciei momentos em campo em que Dália e Cida falavam abertamente sobre situações da vida, questões intimamente pessoais, em que me colocavam também nesse lugar de escuta, trazendo, por exemplo, queixas sobre o namorado, a filha, as dificuldades de trabalho, mobilizando as várias identidades que elas me davam: pesquisadora, amiga, cliente. Em outros momentos, faziam convites<sup>68</sup> ou manifestavam interesse em me levar na casa da filha, fazer um churrasco, no terreiro onde fez santo<sup>69</sup>, no aniversário da irmã e da neta etc. Situações experienciadas que não necessariamente integram a pesquisa de forma literal, direta, mas que me ajudaram a refletir sobre o trabalho de rua, as “margens”, as dinâmicas urbanas, enfim, a fazer conexões com as outras dimensões da vida e do urbano, que considero estarem imbricadas. Esses convites demonstram que essas relações estavam sendo construídas a partir da pesquisa, mas que transbordavam para além dela<sup>70</sup>, não se resumiam - e não era minha proposta - em uma coleta de dados, nem em respostas prontas, reafirmando o caminho metodológico que a pesquisa se propôs a trilhar.

Levando em conta que os encontros não são apenas harmoniosos - retomo essas discussões na conclusão -, podendo haver tensões, distúrbios, desencontros e desconfortos, houveram algumas situações experienciadas. Por exemplo, houve encontros em que elas não estavam muito dispostas a conversar, trocavam poucas palavras, estavam mais ativas com o trabalho ou observando cuidadosamente a rua e seus acontecimentos. Sem saber se estava ‘sendo chata’ ou ‘insistindo’ no encontro, tendo a sensibilidade de apreender esses momentos e de também respeitá-los, mudava as estratégias de pesquisa, quando havia abertura, eu interagia com o ambiente e as dinâmicas do trabalho de rua, tecia interlocuções com as clientes, às vezes apenas observava, ou ficava menos tempo no “ponto de trabalho” delas e ia circular pelo centro.

As idas aos encontros de pesquisa eram feitas através de transporte público/ ônibus, bicicleta e a pé; estar em contato com a rua, com a cidade, também era estar em contato com o

---

<sup>68</sup> Os convites ficavam mais na conversa, não foram possíveis serem concretizados por conta das dinâmicas da pandemia, momento de aberturas e fechamentos das atividades, e também devido ao aumento da violência nos territórios, em especial em Cajazeiras, em que Dália, mesmo querendo que eu conhecesse, optou por não ir, pois a violência e conflitos com o tráfico se tornaram frequentes, sobretudo com a pandemia, situação que até a afastou do território.

<sup>69</sup> Fazer santo, no Candomblé, significa a iniciação no culto aos orixás, representado como um novo recomeço, um renascimento.

<sup>70</sup> Até o momento de escrita desta dissertação, a relação com essas mulheres não foi finalizada, pois acredito que essas relações vão além da pesquisa.

trabalho de rua: dentro do ônibus, nas “guias” espalhadas pelas calçadas e pela cidade; e na oferta de um produto ao andar na Avenida Sete<sup>71</sup>.

Os encontros ocorreram nos pontos de trabalho destas três mulheres, em 4 territórios diferentes – Estação da Lapa, Praça da Sé, Barroquinha e Vale das Pedrinhas, e também na casa de Dália, na comunidade do Tororó, encontros que não eram pré-agendados, estavam sujeitos ao acaso, à possibilidade de não acontecerem, de elas não poderem atender ou dar atenção, ou mesmo de não estarem lá trabalhando – sobretudo na pandemia, momento de maior instabilidade e mudanças. Os encontros não eram estáticos, a partir do ato de encontrá-las novos movimentos surgiam, como a ida à estação da Lapa, o suco na lanchonete, a volta pra casa juntas de ônibus, assim como, em alguns momentos, esses encontros não aconteciam apenas entre mim e ela(s), havia amigas, clientes, filhas, outras trabalhadoras, presenças que movimentavam outras questões, assuntos e direcionamentos para o campo.

Articulado aos encontros de pesquisa, adotou-se como ferramenta de trabalho o caderno de campo, muito utilizado na pesquisa etnográfica, assim como a escrita implicada (HESS, WEIGAND, 2006, p. 16) que “capta, no dia a dia, as percepções, as experiências vividas, os diálogos, mas também as sobras do concebido que emergem”. Encarando-os como suportes de pesquisa, aquele aporte imediato, rápido, interno, quase como diário, constando as impressões e questões que iam surgindo ao longo da pesquisa, assim como o registro de todos os campos realizados, como um relato-livro, uma descrição densa do campo, mas também trazendo reflexões e observações cotidianas.

O caderno, enquanto um acúmulo de escritos, foi muito importante para a escrita da dissertação, servindo de suporte, de consulta e análise, auxiliando no ato da escrita. “Entre o momento da escrita e o momento da leitura (do primeiro para o último), existe um espaço temporal que cria uma distância (permitindo uma postura crítica)” (ibid, p. 17). Dessa forma, reler o diário é uma forma de recordar anotações; refletir sobre a prática; ter contato com novos fragmentos que ajudam a escrever o presente.

Por fim, foi a partir dos encontros de pesquisa que busquei uma implicação maior junto às interlocutoras, pois havia a intenção de poder contribuir com as práticas de trabalho e com elas próprias dentro das demandas que pudessem surgir no percurso da pesquisa, decorrentes de uma prática política, ética e implicada, a qual me propunha a ter.

---

<sup>71</sup> Avenida Sete de Setembro, mais conhecida como Av. Sete, é uma das principais e mais tradicionais vias urbanas da cidade, inaugurada em 1916, sua construção faz parte do plano de reforma urbana iniciado em 1912 em Salvador. Com proposta de conectar o centro antigo aos novos bairros na região sul da cidade, ela concentra o mais movimentado comércio popular de rua, com lojas e muitos trabalhadores de rua. Para maiores aproximações quanto à Av., ver: Carvalho Filho e Montoya Uriarte (2014); Bouças (2015); Rocha (2016); Montoya Uriarte (2017).

Algumas demandas foram surgindo, desde as mais simples do cotidiano a outras de ordens mais pontuais, devido à pandemia, que transitavam em ajudar na montagem e desmontagem da “guia”; “tomar conta” da “guia” enquanto iam ao banheiro buscar novas mercadorias ou entregar uma encomenda; auxiliar para pagar uma conta; articular ações para ajudar as pessoas da associação que passavam por situações difíceis com a pandemia; apoiar e ajudar na busca de fornecedores quando alguma delas pensou em montar uma nova “guia”, entre outras situações. Contribuir tecnicamente na reforma do novo ponto que havia alugado, pensando o layout interno e auxiliando na pintura da fachada. Bem como me coloquei a disposição para contribuir tecnicamente com projetos de reforma/construção da casa e do terreiro, a partir das queixas e necessidades que elas apresentaram no decorrer da pesquisa.

Essas ações, construídas em conjunto com as interlocutoras no espaço/tempo da pesquisa de campo, também foram importantes para a criação e fortalecimento dos vínculos, da aproximação, da confiança, bem como da compreensão acerca dos interesses e objetivos da pesquisa para com elas, que não se pautava apenas ‘em fazer perguntas’, assim como a não reprodução das pesquisas distanciadas e extrativistas; é com um agir ético e político, com as vidas e corpos que estou me relacionando, como abordei na seção anterior.

### Trajetórias e Narrativas na dobra com o cotidiano

Foi a partir dos encontros de pesquisa, no cotidiano do trabalho e nas ruas, que adentrei no universo das trajetórias e narrativas das interlocutoras. A cada encontro, as trajetórias e narrativas iam se acumulando, somando, informando processos, dinâmicas urbanas, passagens, deslocamentos; modos de vida de mulheres negras que estão em constante luta na busca de melhores condições de trabalho e moradia, tornando possível investigar, através delas, as tramas presentes na chave mulher-trabalho-cidade.

Como afirma Kofes (1994, p. 119), “as histórias de vida contêm informações, evocações e reflexões”, e, direcionando às questões urbanas, que é o meu interesse, considero “as trajetórias urbanas como trilhas que permitem descrever a cidade” (ROSA, 2014, p. 34 apud TELLES, CABANES, 2006)”. Trabalhar com as mulheres e suas trajetórias<sup>72</sup> é pensar singularidades, particularidades e ao mesmo tempo propor relações e comparações, que são significativas em informar experiências sociais coletivas, “conhecer o social partindo-se da especificidade irreduzível de uma vida individual” (GOLDENBERG, 2004, p. 37). Kofes (1994, p. 140), ao investigar as “histórias de vida”, afirma que elas “continuam sendo instrumentos

---

<sup>72</sup> Algumas reflexões acerca das trajetórias: trajetória biográfica (KOFES, 1994; KOFES, MANICA, 2015) e trajetórias urbanas (TELLES, CABANES 2006, 2009; ROSA, 2014).

fundamentais para a compreensão e análise de relações sociais, de processos culturais e do jogo sempre combinado entre atores individuais e experiências sociais, entre objetividade e subjetividade”.

Nessa pesquisa, optei por trabalhar com trajetórias urbanas, a partir das construções de Vera Telles e Cabanes (2006), levando em conta que, no curso da vida, os indivíduos e suas famílias percorrem-atravessam-experienciam espaços sociais diversos, podendo informar acerca da tessitura do mundo urbano. Portanto, as trajetórias urbanas, somadas as narrativas de mulheres negras, trabalhadoras de rua, têm sido chave para “pensarmos o fazer-cidade na microescala, dado os agenciamentos que realizam: trabalho, moradia, família, redes de cuidado e de afeto, assim como conflitos, disputas e violências”. (ALVES-CORDEIRO, *et al*, 2021, p. 12)<sup>73</sup>.

Telles sugere a partir do diálogo com Revel, que “seguir o traçado das trajetórias urbanas de indivíduos e famílias significa seguir ‘a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais (um destino particular) se inscreve’ (REVEL, 1988 apud TELLES, CABANES 2006)” (TELLES, CABANES 2006, p. 71). Este é, pois, um meio de descrever o mundo urbano, ou mais:

Encontrar na trajetória os pontos de condensação – os eventos – que nos dão a cifra para apreender os campos de força operantes no mundo urbano, a trama das relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsação da vida urbana – a redistribuição de possibilidades, bloqueios, aberturas ou impasses que atravessam e individualizam cada história de vida, mas que também a situam em um plano de atualidade (ibid).

Compostas por três linhas de intensidades, são camadas de análises e dimensões sócio-espaciais que conectam as dimensões urbanas no espaço e no tempo pelas trajetórias urbanas, sendo elas: a linha vertical referente ao tempo biográfico, da vida, tempo social, com perspectiva e temporalidade histórica; a linha horizontal das espacialidades, das práticas urbanas, da materialidade e forma, expressas no espaço, que enquanto referências permitem o cruzamento com demais fontes que informam acerca da história urbana, da cidade; e a linha perpendicular, que atravessa as outras duas, direciona aos eventos políticos, operando de forma prática nos territórios urbanos, diz respeito às dinâmicas estruturais da polícia, a cronologia dos investimentos públicos, as gestões e ordenamentos, conectando espaços e territórios pelos tempos políticos da cidade (TELLES, 2006). As trajetórias têm suas relações na escala de tempo-espaço, onde se misturam o tempo particular, próprio, singular, o tempo da vida

---

<sup>73</sup> Este trabalho trata de uma produção coletiva de pesquisadoras do grupo de estudo Margear, do qual faço parte, em que buscamos costurar as reflexões e inquietações acerca de experiências teórico-metodológicas tecidas com e desde as “margens” da cidade, desde uma perspectiva interseccional, cujas reflexões a um só tempo derivam da e decantam na dissertação.

individual com o tempo social, histórico e espacial.

Entende-se nesta pesquisa, que as trajetórias e as narrativas são dimensões complementares, ao tratar de elementos diferentes, como apresentados nesta seção, são significativas na compreensão dos processos de fazer-cidade praticados pelas mulheres negras, trabalhadoras de rua.

Considerando o que apresenta Benjamin (1994), as narrativas dizem respeito às experiências, passadas de pessoa a pessoa. Podemos pensá-la também como relatos, como percursos de espaços que atravessam e organizam lugares, possuindo valor de sintaxes espaciais, como sugere Certeau (1994), a narração seria uma outra experiência espacial, bem como as narrativas urbanas, que, para “além de narrar, também ‘montam’ cidades, ao produzir outras subjetividades urbanas”. (JACQUES, 2015, p. 80). E como traz Montoya Uriarte (2013b, p. 131):

Narrar, por sua vez, supõe selecionar, isto é, priorizar e descartar – momentos, passagens, personagens, falas etc. – para, em seguida, “montar” uma sequência, uma ordem, uma composição. Narrar é um trabalho conscientemente inventivo, que se vale de outras linguagens que não apenas a oralidade.

As narrativas que guiam a pesquisa e se reelaboram neste texto foram criadas a partir de experiências urbanas, tanto minhas, quanto das interlocutoras, e, a partir dos vários fragmentos textuais, imagéticos, documentais, das trajetórias e narrativas das trabalhadoras, busquei criar uma escrita narrativa, de modo a pensar a cidade e suas produções cotidianas a partir do trabalho de rua praticado pelas mulheres negras. Sendo assim, ao me deparar com as narrativas das interlocutoras, mobilizadas pela pesquisa e reelaboradas por mim nessa escrita, elas contam sobre a vida, o trabalho, relações urbanas e sociais, memórias da infância, de quando iniciaram o trabalho de rua, são permeadas de alegria e conquistas, mas também de dores e sofrimentos; relatam relações abusivas, confrontos com o “rapa”, destruição do ponto de trabalho por intervenções públicas que visavam interesses privados, em detrimento das vidas e práticas que habitam e fazem a cidade no seu cotidiano. Enfim, as narrativas elaboram experiências vividas por mulheres negras, trabalhadoras de rua, que fazem da rua seu território de trabalho, permeada de relações, sentidos, subjetividades que nos mostram os agenciamentos, disputas, resistências, os processos de produções de cidade praticados por elas no cotidiano do centro de Salvador.

As narrativas acionadas nessa pesquisa não se restringiram apenas às contadas nos encontros de pesquisa, pois, considerando o que sugere Maluf (1999), elas não estão presentes apenas nos espaços pesquisados, são expressas em todo lugar, dentro e fora deles. Deste modo, outras narrativas foram mobilizadas para análise: além das interlocutoras, contamos com narrativas de outras trabalhadoras de Salvador e de outros estados do Brasil, as narrativas das

clientes, do poder público e algumas veiculadas pela mídia, são fontes de pesquisa que possibilitam cruzamentos, compreender processos, confrontar narrativas, auxiliando na investigação.

A partir da narrativa, Maluf (1999) sugere ir além da literalidade, da história contada, na busca de sentidos e de significações. Assim como a narrativa etnográfica que, como sugere Macedo e Macedo de Sá (2018, p. 329), não deve ser compreendida apenas como texto, “mas como dinâmicas ‘práticas de sentido’ (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 1 apud Macedo e Macedo de Sá, 2018)<sup>74</sup> que implicam, por sua vez, em transformações recíprocas”. A própria escrita da dissertação é considerada uma narrativa, pois, a escrita narrativa, como sugere Maluf (1999, p. 75), “descreve e busca interpretações para as narrativas e para os sistemas simbólicos de onde ela emerge e que nela se inscrevem”.

As narrativas informam universos, contextos sociais, situações e experiências, podendo reforçar ou contrapor estigmas e preconceitos, como é possível evidenciar nas produções acadêmicas do campo disciplinar do urbanismo:

No âmbito local, no campo disciplinar do urbanismo, não é raro que produções acadêmicas sobre Salvador, cidade fundada a partir da diáspora forçada de povos africanos e da infraestrutura escravista (FIGUEIREDO; ESTÉVEZ; ROSA, 2020), ainda importem preceitos e formas de pensar e pesquisar cidades informadas pelo referencial da modernidade, da colonialidade e da branquitude, e conseqüentemente desprezem e/ou invisibilizam os processos de produção de cidade pela negritude (PEREIRA, 2018). (ALVES-CORDEIRO *et al*, 2021, p. 10).

No que diz respeito aos estudos urbanos, consolidou-se o uso de categorias analíticas dicotômicas, como cidade/favela, centro/periferia (ROSA, 2009, 2018), perpassando por questões como “informalidade”, “ilegalidade” e “irregularidades como sendo características intrínsecas dos espaços da população pobre e negra na cidade. Estabelecidos a partir de uma leitura atenta somente aos problemas e às faltas, “[...] os discursos sobre as cidades, tendem por reservar às periferias o lugar da escassez e da ausência, enquanto deixam passar a complexa teia que se tece nestes espaços construídos mais pelo acúmulo do que pela falta” (LEANDRO, 2015, p. 33). Dimensões que se fazem presentes também na esfera acadêmica, em que há produções de conhecimento que perpetuam um referencial teórico colonialista e eurocêntrico, persistindo com ideais totalizantes e supostamente universais de cidade (RAMOS, 2013).

---

<sup>74</sup> VIVEIROS DE CASTRO, E. O Nativo Relativo. MANA: Estudos de Antropologia Social. Vol. 8, nº1, Rio de Janeiro, abril, 2002.

Faz-se, assim, necessário tensionar essas narrativas e chaves de leitura universalizantes através das quais é comumente encarado o trabalho de rua, sobretudo em diálogo com as interlocutoras e o que elas movimentam a partir das suas trajetórias e narrativas. E é dessa forma que busco, com essa narrativa, suscitar outras possibilidades de leitura acerca do trabalho de rua e outras narrativas urbanas que levem em conta modos de vida, experiências de cidade e processos sociais, sobretudo ao falar de vidas negras, pois, como propõe McKittrick (2011), faz-se urgente não reduzir a história da população negra unicamente à dor e ao sofrimento, como se vê recorrentemente nas análises acerca de espaço e racialidade, concentrando a discussão no corpo negro sofredor. Dessa forma, a autora nos convida a pensar “outras geografias e histórias do devir negro no mundo”, as quais não se baseiam exclusivamente no sofrimento, mas na vida humana.

A partir disto, busco também outras lentes teórico-analíticas<sup>75</sup> (PINHEIRO-MACHADO, 2008; NETO VEIGA, 2018; GONÇALVES, 2021; TELLES e HIRATA, 2010, GONÇALVES, BAUTÈS, MANEIRO, 2018), acerca do trabalho e dos estudos sobre a “informalidade”, a fim de somar nas diferentes compreensões e configurações do que seja o trabalho de rua praticado por mulheres negras na cidade de Salvador, considerando que essas práticas de trabalho, “revelam os arranjos e negociações diversas a partir das quais a cidade é produzida” (GONÇALVES, BAUTÈS, MANEIRO, 2018, p.9).

## Fragmentos e Imagens

Feita por fragmentos, pedaços, partes, essa é uma escrita a partir de acúmulos, nexos, conexões; fragmentos de campo, teóricos, bibliográficos e imagéticos; notícias, entrevistas, legislações, documentos. São composições que alimentam esse texto e dizem respeito à parte do material que me auxiliou nas reflexões da pesquisa.

Trabalhar com fragmentos possibilita diferentes composições, propicia o exercício narrativo por meio do seu papel inventivo, de criação, de narração, que não necessariamente se faz apenas na oralidade, como busco construir com as imagens<sup>76</sup> ao longo da dissertação. Existe um modo narrativo linear, que privilegia a cronologia linear dos fatos, a sequencialidade, a

---

<sup>75</sup> Ao mobilizar outras lentes analíticas, é importante destacar que não faço uma leitura e análise tão somente pela dimensão da exploração do trabalho; compreendo sua existência e importância, mas ao considerar que há também outras perspectivas de análise, sobretudo em conformidade com que apresentam as narrativas das interlocutoras, optei por travar outras discussões, na disputa de narrativas perante esta prática de trabalho, mas sem desconsiderar as explorações, violências e precarizações decorrentes do capitalismo.

<sup>76</sup> Karina Kuschnir articula antropologia e desenho, concentra no site <https://karinakuschnir.wordpress.com/> ilustrações e reflexões, mobilizando essas outras formas de pensar e narrar.

racionalidade, pautada pelo mundo ocidental e colonial (SANTOS, 2018), mas há também formas de conhecimento, muitas delas ancestrais, que abrem brechas e frestas, são desviantes, criam nexos e outros sentidos, a partir de composições narrativas diversas (JUNIOR, JACQUES, SILVA, 2020).

A abordagem etnográfica e a produção de conhecimento também nos dão pistas para pensar essa dimensão dos fragmentos, como descreve Magnani (2009, p. 135) a partir de Lévi-Strauss: “os fragmentos se ordenam, perfazendo um significado até mesmo inesperado”. O autor caracteriza esse processo como um “*insight*”, “que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo” (MAGNANI, 2002, p. 17). Nesta pesquisa, os fragmentos - coletados e produzidos - me ajudaram tanto nesses processos de “*insight*” - em fazer ver situações, significados, conexões, separações, nexos -, como também na construção da narrativa - costurando diversos fragmentos às minhas análises e reflexões, sempre em diálogo e em relação a outros fragmentos, fontes e materiais de pesquisa.

Busquei, na pesquisa, experimentar outras formas de narração, articulando fragmentos textuais e imagéticos, de diferentes tempos e espaços. Os fragmentos elencados não são arbitrários, suas composições dizem respeito à narrativa que busquei aqui construir acerca das relações de trabalho praticadas por mulheres negras no espaço urbano; o cotidiano, as produções de cidade que resultam desse fazer da rua espaço de trabalho, as disputas e tensões que envolvem essa presença negra na cidade.

As imagens são partes dos fragmentos que compõem a escrita, entendidas aqui não como meras ilustrações, mas como “formas de pensar”, “de fazer ver”, de “narrar”, pois as imagens depreendem uma potência da imaginação de cada leitora, não existindo uma única narrativa e possibilidade de leitura, elas instigam percepções, detalhes, conexões, questões, que são ampliadas na conexão das imagens com a escrita.

Ao propor o “pensar por imagens”, Mortimer (2018) apresenta que na tradição ocidental, por muito tempo, as imagens foram domadas e controladas, submetidas à escrita e aos livros como ilustração, o que chamaram de “aprisionamento multissecular da tradição da escrita”:

Nesse esforço de controle das imagens estaria um combate ao risco da alienação e da idolatria por meio da explicação da imagem – uma forma de controle – colocando-a, portanto, como ilustração do texto ou a restringindo a lugares específicos – outra forma de controle: museus e galerias. (ibid. p. 163)

Por mais que a imagem tenha estado submetida a esse controle, ela possibilita a transformação, como discorre Mortimer (2018, p. 160), em diálogo com Barthes (1984): a

fotografia tem a característica do “isso foi”, e, portanto, é “capaz de furar, dentro de uma esfera individual e particular, o discurso codificado da cultura (*studium*) e afetar o indivíduo de forma pungente e dilacerante (*punctum*)”. Para Barthes, o observador da imagem pode narrá-la e compartilhá-la. É nesse mesmo sentido que a autora sugere trabalhar a imagem como lugar de problematização, pois, através dela, se faz possível apreender a urbanidade presente em outros momentos históricos.

Como propõe Mortimer (2017; 2018), apostamos no potencial que possuem de agitar estruturas estáveis, especialmente aquelas que tangenciam os preceitos do campo dos estudos urbanos no país, dado que, através de imagens insubmissas ao controle da escrita, se conforma um território de disputa por visibilidade. (ALVES-CORDEIRO, *et al*, 2021, p. 16).

Ao falar sobre imagens fotográficas, em particular os álbuns de família, a autora Augustina Triquell (2012, p. 20, tradução livre) vai dizer que a imagem “possibilita toda uma série de memórias e narrativas, nas quais identidades e identificações são fundadas”. Compartilho do que apresenta Azoulay (2019) ao afirmar que as imagens não são politicamente neutras, “nem se ausentam das relações de poder entre os corpos que participam de sua constituição” (ALVES-CORDEIRO, *et al*, 2021, p. 16).

As imagens possibilitam ainda a reconstrução da história, que no caso dos povos negros foi negada e deturpada, tal como enfatizado por Lázaro Roberto<sup>77</sup>, fotógrafo negro e soteropolitano, conhecido como ‘lente negra’, que teve sua inserção no universo da fotografia em 1970 e tem, em suas imagens, a representação das raízes e cultura afrodescendentes em sua atuação cotidiana.

Portanto, ao utilizar as imagens como ‘formas de pensar’, ‘de fazer ver’ e também de ‘narrar’, o uso da imagem pode ser, também, instrumento para contestar as representações estabelecidas de determinados temas, bem como pode ser representativa ao afirmar a presença negra, sobretudo das mulheres, no espaço urbano de Salvador, nas práticas de trabalho e na construção cotidiana da cidade, não apenas no momento presente, mas também em outros momentos históricos. “Almejamos, com esses variados modos de narrar, abrir caminhos imaginativos em torno dos territórios populares e negros que rompam com as projeções de extermínio para eles programadas”. (ALVES-CORDEIRO, *et al*, 2021, p. 15).

As narrativas imagéticas presentes na dissertação têm como base imagens que se transformam no processo de criação, seja em montagens, colagens, cartografias. Nesse sentido por serem imagens que passaram por transformações - em alguns casos, há sobreposição, junção, recortes, fragmentos de várias fontes e autorias -, considero importante dizer as fontes

<sup>77</sup> <http://cadernos.festfoto.art.br/duas-perguntas-para-lazaro-roberto/>

de pesquisa que me auxiliaram nessa construção, para que além de referenciar as produções usadas, sirvam também de fontes futuras para outras pesquisas.

As principais fontes utilizadas foram: Arquivo fotográfico do Zumvi, da qual Lazaro Roberto faz parte (<https://www.instagram.com/zumviarquivofotografico/>); acervo de fotografias e iconografias do Instituto Moreira Salles (<https://ims.com.br/>); acervo da fundação Pierre Verger (<https://www.pierreverger.org/br/>); acervo iconográfico da Hemeroteca Digital (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>); e, por fim, imagens do Google Street, que permite criar “cenar” de determinados espaços do centro de Salvador, assim, busquei inserir as mulheres que já habitam o centro, e foram “capturadas”, em seu cotidiano.

Importante, também, dizer que não trago fotos das interlocutoras para as construções das imagens, para que sejam preservadas suas identidades. Os rostos que aparecem são de imagens de acervos públicos – ditos acima, e em alguns casos, retiradas do Google.

### Escrita da dissertação

*Eu sentia, ao caminhar, meus pensamentos se movimentarem como um caleidoscópio, a cada passo uma nova constelação: antigos elementos desaparecendo; outros surgindo; muitas figuras.*

Walter Benjamin<sup>78</sup>.

Assim foi a construção dessa pesquisa: a cada passo, encontro, diálogo, leitura, novas composições iam se formando, umas se juntando, somando, outras se separando, se tensionando, ao passo que se acumulavam os vários pedaços que a compõem, tendo por esses fragmentos-pedaços as várias partes formando diferentes todos, como um caleidoscópio. Optei por seguir, também na escrita, alguns dos caminhos percorridos pela pesquisa<sup>79</sup>, como mencionado anteriormente, partindo das trajetórias e narrativas das trabalhadoras de rua que guiam minha investigação.

Podemos pensar que a pandemia que estamos vivendo - neste exato momento da escrita - é algo que nos desmonta devido a seus efeitos, nos tira o fôlego, nos deixa sem ar. Nesse sentido, não foi fácil elaborar a escrita neste contexto; encontrei inspiração em Luiselli (2012, p. 12), quando conta que “eu tenho uma bebê e um menino médio. Não me deixam respirar. Tudo o que escrevo é – tem que ser – de curto fôlego. Pouco ar”, pois, com a pandemia, que foi e é um atravessador na vida das interlocutoras, na minha vida e no próprio processo de pesquisa, essa escrita acabou por se apresentar em “pedaços” – de curtos fôlegos, compartilha dos

<sup>78</sup> Trecho retirado de (JACQUES, DRUMMOND, 2015, p.11).

<sup>79</sup> Essa escrita é uma tentativa de criação, de modos de narrar, assim como Thais Rosa nos estimulou diversas vezes, trazendo que pesquisa é invenção, criação. Insistir em estruturas tradicionais científicas poderia ser mais cômodo, mas não iria condizer com o processo de construção da pesquisa.

caminhos que a pesquisa de campo teve que tomar, e como acesso as trajetórias e narrativas das interlocutoras. Porém, compreendendo também que, a partir de uma pesquisa - e sobretudo de mestrado, que tem um período curto -, não temos como ter o entendimento por completo seja das trajetórias das interlocutoras, seja da complexidade do trabalho de rua, seja do fazer-cidade que seus cruzamentos evocam: acessamos apenas partes, fragmentos de vida, narrativas e memórias parcelares, a partir do que interessa a elas narrarem, e que se constituem nossas 'guias' na escrita.

Neste trabalho, não pretendo fazer uma reconstrução das trajetórias, mas, por meio delas, lançar questões para pensar o espaço urbano a partir do trabalho de rua praticado por mulheres negras, sobretudo na cidade de Salvador. Portanto, não segui um caminho linear, sequencial ou contínuo, mas um caminho de questões, de fragmentos, buscando costurar discussões teóricas, empíricas e documentais, em que cada pedaço (ou seção) é uma abertura às discussões que entraremos e que dizem respeito às relações do trabalho de rua com o espaço urbano.

A escrita que trago aqui é um esforço de reflexão e síntese a partir da experiência de campo e propriamente da pesquisa, em que busquei apreender a relação do trabalho de rua com o espaço urbano praticado por mulheres negras. Na feitura da escrita, o trânsito entre o observado e o registrado no diário de campo para o interpretado se deu de forma também fragmentada: nas pausas do campo e nos momentos de escrita. Realizei esquemas analíticos ao revisitar os dados de pesquisa e o caderno de campo; ao revisitar o caderno de campo, organizava os escritos em "temas/categorias". Dentre os esquemas, fiz linhas do tempo das trajetórias, quadros conceituais e empíricos, relatórios com material empírico, que iam sendo montados e remontados, no exercício analítico – reflexivo. As orientações também funcionavam como um momento de compartilhamento, decantação, organização e visibilização dos materiais e questões da pesquisa, funcionando também como um exercício reflexivo.

Vale dizer que não defini as categorias a priori, elas foram se configurando e ganhando força no decorrer do processo reflexivo da pesquisa; portanto, não fiz o uso clássico de categorias, optei por compreendê-las como categorias-temas-blocos que concentram variadas discussões, as quais trago para diálogo. As principais utilizadas foram: trabalho, moradia, interseccionalidade, dinâmicas e disputas urbanas, cotidiano, ordenamento, intervenções e projetos urbanos. Foi por meio dos cruzamentos e análises dos dados de pesquisa que cheguei a tais categorias como fios condutores das seções que compõem a dissertação.

Devido ao tempo e aos atrasos decorrentes da pandemia, e por não ter tido um momento exclusivamente de campo e posteriormente um momento de escrita, essa construção foi se

dando simultaneamente, parte do processo reflexivo se deu junto ao ato da escrita, em que *insights*, conexões, associações tanto entre o material empírico quanto o teórico, foram sendo mobilizados conforme a escrita ia sendo construída.

Para a construção da escrita, utilizo da metáfora do caleidoscópio para adentrar no universo dos fragmentos e sessões que compõem essa pesquisa, girando-o de diferentes maneiras para enxergar as pluralidades que essa pesquisa evoca, não com a intenção de congelar e ter quadros prontos ou fixos, mas ao manipulá-la ter diferentes combinações, alargando cada vez mais as possibilidades de leituras e questões lançadas.

O caleidoscópio, o brinquedo<sup>80</sup>, é uma espécie de luneta, sendo experienciada pelo toque e pelo olhar, assim como a leitura, somada à imaginação a partir do que se lê ou vê: “[...] introduzimos objetos de pequeno volume, como pedaços de pano de diferentes cores, conchas, pedras falsas etc.” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 143). Esses objetos de pequeno volume dizem respeito, nessa pesquisa, aos fragmentos que compõem essa dissertação, compostos por histórias, memórias, vidas, lutas, dores, disputas, conquistas, situações, que são articulados nas dimensões do vivido, percebido e concebido (LEFEBVRE, 2006). “Ao se misturarem, esses objetos se combinam diante dos olhos de mil maneiras curiosas sempre regulares e nunca semelhantes, efeito que é produzido pela reunião de três vidros em forma de triângulo que dominam todo o comprimento do tubo” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 143). É a partir da manipulação das seções que se pode brincar com os conjuntos, com as várias escalas, podendo fazer variadas combinações, trazendo dimensões e entendimentos diferentes.

A despeito da proposta de composição que aqui se apresenta, as seções também podem ser lidas separadas, rearranjadas, agrupadas de outras formas, proporcionando outras leituras e entendimentos da narrativa proposta. Mas, é o seu conjunto que traz a densidade do tema e da investigação realizada, que possibilita compreender de forma mais aprofundada as discussões tecidas. Entretanto, a sua estrutura deixa livre para que a leitora brinque, manuseie, monte sua própria leitura, a partir do que queira ler, saber, entender, tendo como eixo condutor as práticas de trabalho de rua no centro de Salvador experienciadas por mulheres negras.

Assim, construí três fios condutores que surgiram da análise e reflexão dos dados e materiais de pesquisa, são eles: **Ocupação e Disputa; Redes de Relações e Política da Rua; e Gestão da Vida Cotidiana**, que, além de fios que nos ajudam a entrelaçar as seções que os compõem, podem ser pensados como desdobramentos de três dimensões centrais à pesquisa:

---

<sup>80</sup> Pensado também como um “brinquedo científico” (Estetoscópio, fenacistoscópio, telescópio, microscópio, caleidoscópio ou outras lanternas mágicas), como proposto por Baudelaire e apresentado por George Didi-Huberman (2015).

trabalho, cotidiano e vida, que vão guiar a costura da escrita, a reflexão teórica e que ajudaram na escolha dos fragmentos e das sessões que compõem cada capítulo.

Começo com Ocupação e Disputa: ancorada na discussão teórica da “informalidade” e do trabalho de rua, em que trago a dimensão da perseguição e do controle a essas práticas de trabalho nas cidades brasileiras. Três dimensões temporais me ajudam na reflexão, a partir do cruzamento dos materiais de campo, são eles: a chegada na rua, a presença na rua e a disputa para permanecer na rua. Busco fazer uma construção dos processos e atravessamentos do que é trabalhar nas ruas da cidade para as interlocutoras, assim como proponho pensar que a inserção das mulheres negras no trabalho de rua, e mesmo na “informalidade”, é articulada com um processo sócio-histórico que coloca as mulheres, em sua maioria negras, na “informalidade”, fazendo-nos refletir que o trabalho de rua em Salvador (e podemos pensar também em outras cidades brasileiras) carrega consigo heranças africanas, sendo praticado antes mesmo do século XIX pelas ganhadeiras, quituteiras e ganhadores. Dessa forma, busco tensionar abordagens totalizantes que concentram a análise e a reflexão sobre o trabalho de rua apenas em aspectos econômicos, ou exclusivamente na chave da ausência, sem problematizar as complexidades e diversas configurações que se têm com essas práticas de trabalho, desconsiderando sua diversidade como práticas de trabalho históricas nas cidades brasileiras, e, sobretudo, a contribuição enquanto práticas que produzem cidade, e a participação das trabalhadoras no fazer-cidade cotidiano.

Partindo desse primeiro momento de discussões mais amplas, do campo do “vivido” (LEFEBVRE, 2006), mas também de uma estruturação de sociedade que é desigual, vario um pouco de escala para chegar ao cotidiano, aproximando-me das redes de relações e política da rua, que são tecidas no dia a dia, no encontro das diversas agentes que ocupam e fazem a cidade. Esse capítulo propõe deslocar a ideia de que o trabalho de rua é desorganizado, sem ordem e aleatório; ao contrário, a partir do diálogo com as interlocutoras e das observações do cotidiano, identifica-se uma imensidão de regras, acordos, normas, negociações, que são estabelecidas direta ou indiretamente no dia a dia, configurando uma política da rua. Essa política está na ordem do trabalho, das relações, dinâmicas coletivas e suas formas de funcionamento, do que é permitido ou proibido, mas também dizem das redes e articulações que são mobilizadas, criadas, de modo a responder às situações apresentadas anteriormente, de perseguições, dificuldades, precariedades e disputas, mostrando que na rua não se trabalha sozinha, há uma rede de trabalho e mesmo de relações para que possam se fortalecer, se ajudar, somar forças nas disputas, criar laços, afetividades, que apontam também que a rua é, além de um espaço de trabalho, um espaço de relações, que se somam, mas também que se conflitam.

Transitando entre as escalas e dimensões anteriores, proponho-me a refletir sobre a gestão da vida cotidiana, partindo da discussão teórica da autossuficiência da mulher negra, e me ancorando nos processos de “fazer a vida”<sup>81</sup> (SILVA, 2020) das mulheres, que fazem da rua seu espaço de trabalho. Articulo a “guia” enquanto uma categoria extraída do campo e muito utilizada por essas mulheres, pensando-a como um “modo de vida” que possibilitou que as mulheres sobrevivessem, criassem as filhas, construíssem suas casas, com muita luta, trabalho, resistência, disputa, dadas as condições de trabalho que enfrentam cotidianamente na rua. Somado a isso, há a necessidade de “*manter a guia viva*”, ativa, pois ela faz com que o dinheiro circule, entre e saia, a alimente e a sustente; nessa perspectiva, busco evidenciar alguns modos de gestão do trabalho e as táticas cotidianas elaboradas pelas trabalhadoras, diante das dinâmicas urbanas, a fim de não permitir que a “guia” acabe.

A gestão da vida também me leva para o trabalho de rua na relação com a família e as tramas que vivenciam, seja através do movimento das crianças acompanharem as mães no trabalho, por não ter onde ou com quem ficar, seja pelos ensinamentos que promovem a continuidade do trabalho passado de mãe para filhas. Além disso, é encarado como uma profissão ou “carreira”, realidade que foi observada em Salvador, na qual famílias inteiras estão trabalhando na rua, formando uma rede de apoio que se ajuda e se complementa, mas cada um tendo seu próprio “negócio” e sua “guia”.

Por fim, a dimensão da casa como elemento essencial dessa gestão da vida cotidiana, sobretudo para as mulheres, sendo essa uma extensão pessoal do que elas são, mas também importante na dobra trabalho-moradia, como suporte do trabalho, local de preparo e armazenamento dos produtos, e, sobretudo, pelo orgulho dessa “conquista” proveniente do trabalho de rua. Ter uma casa, para elas, significa, em especial, ter uma estabilidade, uma vez que não dependem de aluguel, e, então, conseguem equilibrar esse contexto com as instabilidades próprias do trabalho de rua.

---

<sup>81</sup> Anna Raquelle Silva (2020), também pesquisadora do Margear, ao estudar a relação entre moradores de rua e cidade, mobiliza a expressão “fazer vida” a partir do diálogo com Sabrina, sua interlocutora, e com Certeau (1994): “a expressão é usada aqui em referência à arte de perseverar na existência em contextos tidos com adversos, ou, em outras palavras, a ‘arte de viver no campo do outro’ (Certeau, 1994, p.81 apud SILVA, 2020)”. Com o uso desta expressão, a autora busca escapar da expressão “sobrevivência” considerando que esta restringe a apreensão das práticas e suas praticantes, e assim destacar que: “a prática de viver em seu sentido mais amplo, que além das dimensões biológicas e de proteção/defesa contra violência, engloba também as dimensões afetivas (vínculos) e ativas da própria existência e da produção da cidade”.

# OCUPAÇÃO E DISPUTA

Cida acorda cedo para trabalhar, sai ainda de madrugada – céu escuro – pega o primeiro ônibus e segue para a feira de São Joaquim. Sua movimentação por lá é rápida: compra suas mercadorias – folhas e ervas – e logo volta para o ponto, onde consegue pegar o mesmo ônibus que foi; é só o tempo de ele dar a volta. Ela tem dois pontos de trabalho, da feira vai direto trabalhar, segunda e terça desce na Barroquinha, no centro; quarta, quinta e sexta desce no Vale das Pedrinhas, bairro onde também mora. Ainda é cedo quando chega no “ponto” para montar sua “guia”, o movimento nas ruas é de grande fluxo, e a dinâmica do dia está apenas começando. Junto com as trabalhadoras de rua, o comércio está a abrir. Cida, então, pega suas folhas da sacola, e começa a montar a “guia”, põe cada coisa no seu lugar, aproveitando para molhar seus produtos para refrescar e garantir que durem mais tempo. Este é o cotidiano de Cida, que sai todos os dias para trabalhar na rua. Não começou como ambulante, já trabalhou “de carteira assinada”, mas a necessidade de criar a filha e de levar dinheiro para casa é que marcaram a sua chegada ao trabalho na rua, inicialmente como um complemento de renda, tornando-se depois sua atividade principal. Mas para estar e ficar na rua vários são os empreendimentos feitos, pois vivenciam a precarização do trabalho, humilhação e o sofrimento: exposta ao sol, à chuva, longas jornadas de trabalho, estigmatização e humilhações, constantes violências e perseguições do “rapa”. Mas ela não deixa de jogar com o terreno que tem, em constante disputa, utiliza de táticas, artimanhas e negociações para tornar possível sua permanência na rua. Na tentativa de se fixar, constrói seu “ponto de trabalho” dentro um território que também vem sendo construído por ela, estabelecendo relações interpessoais, redes e buscando segurança. Mas as disputas não se encerram no âmbito da convivência territorial direta, pois a todo tempo é atravessada por projetos urbanísticos, tentativas de ordenamento, que, em muitos casos, visam retirar a trabalhadora de rua da rua, e/ou concentrar em pontos específicos – processo vivenciado por Cida com a retirada da feira do Couro, na Barroquinha, onde trabalhava. Sem muitas possibilidades do que fazer, frente a ação da Prefeitura, restou a Cida resistir e disputar sua permanência na rua, no centro e no seu território.

Na experiência cotidiana de fazer da rua um espaço de trabalho, quero chamar atenção, aqui, para dois movimentos: ocupar e disputar, os quais considero fios condutores que percorrem seções deste capítulo, de modo que possamos pensar as dinâmicas urbanas que estão em jogo nessa área do centro ampliado em foco na pesquisa, em diálogo com as trajetórias das interlocutoras.

Ocupar é se apropriar de algo, é tomar “posse”, fazer uso, mesmo que temporário, de algo ou alguma coisa. Proponho pensar, com Birman (2015, p. 165), “O ato de ocupar como forma de dar visibilidade aos que não contam para a distribuição de direitos”). Ocupar é o

movimento que as trabalhadoras do centro de Salvador fazem todos os dias pela manhã com suas “guias”: ocupam “seus pontos” de trabalho. Assim, é possível afirmar que a ocupação da rua pelo trabalho de “vendagem”<sup>1</sup> por essas mulheres é sim uma ocupação, decorrente de um trabalho-ofício-labor, feito no tempo e no espaço, podendo ser ele temporário ou estendido, ou mesmo um modo de vida, como proponho pensarmos nesta dissertação.

A ocupação urbana tem como reivindicação o “direito a estar ali”, sobretudo para os mais pobres, como aponta Agier (2015, p. 492): é um “agir político cujo objeto é um direito humano e, ao mesmo tempo, um direito à cidade”. O ato de ocupar as ruas e os espaços públicos da cidade possibilita às trabalhadoras de rua a manifestação de uma prática – e também de um saber –, ao mesmo tempo que um horizonte de vida, carregada de sonhos, desejos e esperança, de imaginar outros futuros. Izeli (2020, p. 25) define ocupação em sua pesquisa como uma:

estabilidade momentânea, temporária, passível de causar um arranjo no espaço, mas também de possibilitar um rearranjo constante, a fim de conquistar visibilidade – e invisibilidade quando necessário –, de garantir direitos, de resistir e de disputar o espaço da rua em suas distintas esferas.

O ato de ocupar como reivindicação de um espaço que não se tem, ou o qual se busca ter, é o movimento cotidiano que as trabalhadoras de rua fazem. Como acontece na luta por moradia, a ocupação do espaço público também é vista e tratada - pelo poder público, por moradores da cidade, por comerciantes locais - como uma “invasão”, como tomar posse de algo que não é seu, por quem não tem permissão para (ou direito de) estar ali. Essa afirmativa é vista no tratamento da Prefeitura Municipal de Salvador para com as trabalhadoras de rua: insultos, violências e apreensões. Ao mesmo tempo, o trabalho de rua estar ali também é de interesse da Prefeitura, e para tanto, cria mecanismos a fim de controlar e/ou disciplinar a ocupação - escancarando a gestão dos ilegalismos<sup>2</sup> (FOUCAULT, 1997; DROIT 2006; TELLES e HIRATA, 2010) existente -, desde que se pague o valor estabelecido, esteja cumprindo as normas e não extrapole o permitido, se não, os tratamentos anteriores voltam a operar. Às vezes, podem operar mesmo sem as normas serem extrapoladas, os critérios, em alguns casos, são nebulosos.

Ao ocupar as ruas da cidade, as trabalhadoras de rua criam e/ou transformam os espaços, podendo esses serem efêmeros ou não. Instalações, arranjos e estruturas provisórias: uma

<sup>1</sup> Vendagem é um termo vindo do campo, usado pelas interlocutoras, e diz respeito à atividade realizada no trabalho de rua, a venda. Termo também encontrado na historiografia, presente desde o século XIX para remeter ao trabalho realizado pelas ganhadeiras e ganhadores em Salvador.

<sup>2</sup> Em diálogo com Foucault (1997) é possível apreender que a gestão dos ilegalismos, se configura como sistemas de operação acionando dispositivos de poder diferenciados. O autor problematiza que nem toda prática ilegal deve ser punida, assim como nem toda lei deve ser respeitada, então, ele coloca no centro da investigação os modos como as leis operam, não para coibir ou suprimir os ilegalismos, mas para diferenciá-los internamente, nas maneiras de contornar a própria lei.

tomada no poste público para ligar o som; um “puxadinho” de lona e madeira para amenizar nos dias de sol e chuva; faixas, placas, cadeiras, sons, que comunicam seus produtos e sua presença; presença que articula relações, bens e serviços, que é fazedora de cidade, pelos agenciamentos, construções, disputas, resistências que são travadas no cotidiano no movimento de fazer da rua seu espaço de trabalho.

Esse movimento de ocupar as ruas – não sem tensão, conflitos e disputas – pode ser pensado como a busca pelo direito ao trabalho (CUNHA, 2009). Como também ocorre na ocupação de terras e imóveis na busca pelo direito à moradia – situação que atravessa duas das trajetórias em diálogo com essa pesquisa -, de forma ativa, as trabalhadoras reivindicam o uso e a permanência da rua<sup>3</sup>, movimento este que não se dá de forma pacífica, pois travam-se disputas no cotidiano entre trabalhadoras, Prefeitura/Estado e estabelecimentos privados.

Entendendo a disputa como defesa, nas ruas ela vai alterando suas escalas no tempo e no espaço. No cotidiano, se faz presente a micro-escala na disputa por ocupação do espaço, pela atração da freguesia, na concorrência entre ambulantes e também entre lojistas, nos conflitos entre os cadastrados e não cadastrados, entre trabalhadoras de rua e moradores, e sobretudo com o “rapa”. Alcança também disputas em escalas mais macro, entre trabalhadoras e poder público, políticas urbanas, projetos de urbanização, tentativas de remoções-retiradas-realoções.

A partir das narrativas das trabalhadoras, evidencia-se que as disputas acionadas não se restringem exclusivamente ao trabalho de rua, como buscaremos apresentar ao longo do trabalho. Por trás dessas variadas disputas, há a busca em permanecer nos territórios de trabalho e/ou moradia, com as relações construídas, com a dinâmica de vida ali existente, o desejo de estar e permanecer no centro, tendo no horizonte a busca pelo direito à cidade, e consequentemente pelo direito ao trabalho – direito ao seu modo de vida. Para tanto, há muita luta, sofrimento, resistência e articulação para fazer da rua um espaço de trabalho, e, no caso dessa pesquisa, para fazer do centro um território de trabalho e/ou moradia.

### Algumas notas acerca do trabalho, trabalho de rua e “informalidade”

As notas aqui escritas são mobilizadas a fim de introduzir a discussão sobre o trabalho de rua na cidade<sup>4</sup> e os atravessamentos que surgem a partir dessa forma de ocupação urbana e, consequentemente, suas disputas cotidianas, mas também como uma abertura geral que trará

<sup>3</sup> Vale pontuar que não apenas em Salvador, mas em diversas cidades brasileiras ocorrem enfrentamentos para que permaneçam no centro trabalhando. Para citar alguns: Itikawa (2006), Silva e Filho (2018), Hirata (2015).

<sup>4</sup> O trabalho de rua é uma prática antiga nas cidades, que pode nos levar desde o ofício do mercador medieval (COSTA, 1989b) até as práticas da escravidão no Brasil (REIS, 2000, SOARES, 1994, FARIAS, 2012; POPINIGIS, 2012), ou os trabalhos de rua nos países africanos (MONTEIRO, 2012; QUEIROZ, 2016).

questões importantes que guiarão as demais discussões da dissertação. Antes de abordar o trabalho de rua em Salvador, é importante tecer algumas palavras e reflexões no que diz respeito aos processos sócio-históricos relativos ao trabalho na sociedade brasileira, que nos ajudam a pensar a ocupação de muitas mulheres negras na dita “informalidade”, e sobretudo no trabalho de rua.

O trabalho no Brasil tem base, desde o início, em um sistema excludente, que explorava a mão de obra negra, visando unicamente o lucro por meio da força de trabalho negra, realidade do conhecimento de todos, e muito bem discutido por Abdias Nascimento (2016). Proponho, então, começar a reflexão por estes primeiros trabalhos realizados no Brasil.

Eram as senzalas, as casas senhoriais e as ruas os principais espaços de trabalho dos negros, povos que foram retirados – forçadamente – da África para serem explorados no Brasil. Nascimento (2016) afirma que sem os africanos escravizados<sup>5</sup>, a estrutura econômica do país jamais teria existido, pois eles foram determinantes para o início da história econômica do país, sobretudo por que ele vivia “sob o signo do parasitismo imperialista”. Tal afirmativa é construída na ideia de que eram as mãos negras que faziam a cidade acontecer, movimentavam o cotidiano, construíram as cidades brasileiras. A partir dos trabalhos escravistas, edificavam prédios públicos e privados, habitações, igrejas, eram responsáveis pela limpeza, transporte de alimentos, em suma, eram negras e negros que abasteciam a cidade (PATERNIANI, 2019).

Dos diferentes ofícios em que se encontravam as negras e negros no período escravista, vamos destacar um em especial: o trabalho na rua<sup>6</sup> – conhecido como “ganho”. Era desempenhado por ganhadores<sup>7</sup> e ganhadeiras, ambulantes, lavadeiras, engomadeiras, aguadeiros, por vezes ‘escravos’, libertos ou alforriados. O trabalho de ganho era responsável pelo transporte de mercadoria de diversas ordens, praticado, em sua maioria, por homens negros, como bagagens, cargas, comidas e bebidas no geral, pequenos envelopes, assim como o transporte de água e coleta de dejetos humanos. Os mesmos também eram responsáveis pelo transporte de pessoas, através da “cadeira de arruar”<sup>8</sup>, em que o meio de transporte eram corpos negros. (REIS, 2019; MATTOSO 1992; DURÃES, 2002).

<sup>5</sup> Usamos o termo “escravizada” ao invés de “escravas” a partir das contribuições de Kilomba (2020, p. 20), que segundo ela, o primeiro termo diz respeito a “um processo político ativo de desumanização”, enquanto que o segundo, “descreve o estado de desumanização como identidade natural das pessoas que foram escravizadas”.

<sup>6</sup> Acerca do trabalho de rua no século XIX, desenvolvi um artigo em que trago um estudo mais aprofundado, Batistoti (2019).

<sup>7</sup> Segundo Durães (2006), o termo ganhador denota a imagem de um vencedor, que ganhou ou almeja ganhar, entretanto, essa não era a imagem replicada pela elite branca no século XIX, que o utilizava como uma forma negativa de dizer que eles não compunham o “mundo branco”, que se encontravam nas ruas e cantos da cidade e faziam parte de um grupo subalterno.

<sup>8</sup> Em 1885 - 1886, a cadeira de arruar já não era mais utilizada com tanta frequência, anteriormente grande parte dos ganhadores se dedicavam a esta ocupação (HOLTHE, 2002).

O trabalho de ganho teve seu início com as mulheres ainda na condição de escravizadas, trabalhando para o “senhor”, assim, eram colocadas por seus donos para “ganhar em suas custas”, servindo como fonte de renda para eles. Eram obrigadas a passar uma quantia significativa do que ganhavam, ficando apenas com o excedente, além de terem que pagar taxas e tirar licenças, junto a prefeitura, para que pudessem fazer o uso das ruas e espaços urbanos para vendagem. Contudo, apesar e junto a essas condicionantes de trabalho, essa era uma prática que dispunha de um horizonte de maior liberdade, em comparação aos escravos domésticos ou de engenhos, já que podiam morar fora da casa do “senhor”, e assim, tinham maior interação com a cidade, ruas e pessoas. Algumas conseguiam, ao longo do tempo, comprar a alforria, e então permaneciam trabalhando na rua, mas agora com os rendimentos somente para si.

A presença de mulheres negras nas ruas realizando seus trabalhos como ganhadeiras, ambulantes, quituteiras, lavadeiras e outros ofícios era fato mais que documentado pelos viajantes. A vendagem, em sua maioria, era de produtos alimentícios, em grande parte de iguarias africanas, e em segundo plano tecidos e miudezas. (GRAHAM, 2013; COSTA, 1989a; SOARES 1994). Graham (2013) diz que não havia uma praça ou um mercado para tal atividade, este foi criado apenas em 1850, mas ainda assim com condições inadequadas. Para adquirir os produtos era necessário ir aos “cantos”<sup>9</sup>, ou comprar com as ambulantes nos balaios carregados na cabeça.

Prática essencialmente urbana, era desempenhada em “cantos”, pontos fixos, perambulando por ruas, largos, praças, fontes e chafarizes. A realização desse trabalho exercia papel importante na produção e no funcionamento da cidade, como evidenciado acima.

Dessa forma, no século XIX, especificamente em Salvador, a população negra foi o motor pelo qual a cidade se movimentava. Das comidas nas mesas às construções e reparos das casas, do abastecimento de água e descarte dos dejetos ao transporte de pessoas e cargas, das construções de igrejas, ruas, fortes... enfim, tudo. Assim, diversos ofícios exigiam o fluxo de negros e negras escravizados ou não nas ruas para garantir o funcionamento constante de Salvador. (FERREIRA, 2019, p. 85)

---

<sup>9</sup> Os cantos eram locais de concentração de escravizados e libertos, trabalhadores de *ganho*, que se encontravam ali à espera de trabalho, ficavam em esquinas, encruzilhadas e locais estratégicos seguindo a estrutura física de mobilidade e funcionamento da cidade, locais de circulação e concentração de pessoas. Para além de ponto de trabalho, eram espaços de confluência, de encontro desses trabalhadores. Para compreender mais detalhadamente os cantos, consultar as produções de Costa (1991), Reis (1991, 2000) e Durães (2006).

Imagem 12: Respeite o povo negro da Bahia



Fonte: Fotos: Acervo IMS, Hemeroteca Digital - Colagem: Elaboração da autora

Abdias Nascimento (2016, p. 59), acerca da escravidão, vai dizer que “durante séculos, por mais incrível que pareça, esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou a fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano”. Essa fama diz respeito a uma falsa propagação das relações sociais no Brasil, de que havia uma “democracia racial”, em que negros e brancos conviviam harmoniosamente, tendo oportunidades iguais de existência, de liberdade e de direitos. Em que o colonialismo português conseguiu construir o “mito da escravidão benevolente”, mascarando a violência, crueldade e o sangue negro que jorrava em terras brasileiras.

Nessa falsa construção de sociedade e de história, propagava-se ainda que havia uma “saudável interação sexual”, mas que no fundo tratava-se do estupro coletivo das mulheres negras. Estupro este que visava “embranquecer” a sociedade, pelo medo da “mancha negra” em que se construía o Brasil, como afirma Nascimento (2016, p.84):

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país.

A “democracia racial” tal como foi construída pela elite branca deve ser compreendida como racismo à brasileira, “não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado

qual o apartheid da África do Sul” (ibid, p. 111). E como veremos adiante, tem interferência direta no mercado de trabalho, por meio do acesso, das oportunidades e da figura do “trabalhador ideal”.

Após longos séculos de trabalho escravista, muito bem documentado e discutido por Moura (1988), Reis (2003), Gonçalves (2006), Nascimento (2016), para citar alguns, inicia-se o período pós-escravidão, momento em que o Brasil se torna uma República, em 1889. O trabalho ‘deixa’ de ter caráter escravista, para se tornar trabalho ‘livre’: “O escravo liberto se torna, na lógica burguesa jurídica do contrato, livre para vender sua força de trabalho no mercado”. (PATERNIANI, 2020, p. 58). Contudo, para a população negra, essa mudança de status não proporcionou mudanças efetivas no modo de vida (GONZALEZ, 1979; NASCIMENTO, 2007; NASCIMENTO, 2016), pois este trabalho livre, agora assalariado, não foi construído para contemplar a “mão de obra” – negra - até então utilizada. Ou como afirma McKittrick (2011, p. 949, tradução livre) “pessoas e lugares negros servem como os não ditos trabalhadores da modernidade”. Nesse sentido, Pereira (2015, p. 22) afirma que, mesmo o país se tornando República, as reformas tão necessárias para tornar o Brasil uma nação democrática, nunca foram implementadas:

Ao contrário, foram várias as investidas em direção a inserir o país em um sistema político e produtivo moderno, mas com a devida cautela para que fosse mantida a hierarquia econômica, política e social construídas secularmente de forma desigual.

Paterniani (2019, p.101), em diálogo com diversas autoras, aborda as dificuldades vividas por negras e negros no pós-abolição, manifestação do racismo que opera em todas as esferas da sociedade:

Muitos empregadores não escondiam que não admitiam “pessoas de cor”; alguns setores industriais, sobretudo a área têxtil, eram conhecidos por recusar-se a contratar “trabalhadores negros” nas suas fábricas. Vários estabelecimentos comerciais contratavam negros somente para serviços de limpeza. E também quando um negro queria alugar uma casa, ouvia com frequência o já conhecido “prefere-se branco” ou “prefere-se estrangeiro”. Houve clubes recreativos e esportivos, restaurantes, pistas de patinação, cinemas e inclusive hospitais e escolas de elite (...) que barravam ou dificultavam a entrada de pessoas de cor.

Dentre estas investidas, a que trouxe grandes consequências, e que perpetua até os dias de hoje, foi a lei de terras, que, promulgada tendenciosamente duas semanas antes da declaração do fim do tráfico escravista no Brasil, em 1850, é a expressão de um racismo estrutural que “endossa a racialização na desigualdade de possibilidades para tornar-se proprietário de terra entre brancos e negros”. (PATERNIANI, 2019, p.99) e que teve efeitos significativos ao trabalho na época, e ainda hoje:

A lei passou a restringir o acesso à propriedade, que até então era legitimado pela ocupação e produção da terra por homens livres. Com sua promulgação, o cidadão só poderia tornar-se proprietário mediante operações de compra e venda, o que

inviabilizava o acesso de todos aqueles que não possuíam rendimento para adquiri-la. Algumas décadas após legitimada a mercantilização da terra, foi abolida a escravidão. As consequências desta medida reverberam até hoje na produção e na crise urbana, visto que a concentração fundiária ainda é uma realidade no país. (PEREIRA, 2015, p.22)

Vinculado a esses processos de trabalho, há uma outra dimensão de ordem estrutural, a divisão sexual do trabalho, que é importante ser considerada, sobretudo quando se fala dos trabalhos os quais as mulheres ocupam e realizam. Pois, como constataram as antropólogas feministas, a divisão sexual do trabalho “traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” (KERGOAT, 2009, p. 67). Hirata e Kergoat (2007, p. 599) afirmam que a divisão sexual do trabalho é:

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Para as autoras, esta divisão tem dois princípios organizadores: o da separação, em que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o da hierarquização, em que o trabalho do homem tem maior valor, “vale mais” que o trabalho da mulher. Não à toa é frequente vermos casos em que homens e mulheres realizam as mesmas funções, mas há diferença salarial, em que os homens recebem mais do que as mulheres. Ou ainda, a ocupação de cargos de chefias e vagas mais qualificadas, que se tornam obstáculos para a ocupação das mulheres, devido ao sexismo e à divisão sexual do trabalho.

Retomando as discussões pós escravidão e o trabalho de caráter assalariado, Paterniani (2020, p. 57) faz uma reflexão sobre os vínculos entre colonialidade e modernidade. Para a autora, houve um esforço para criar a “ficção do trabalhador (branco), esse tipo ideal de encarnação modernista da ordem, da limpeza, do trabalho e do progresso”. Nessa ficção, não se incluía a população negra, uma vez que “para desenvolver o país, era necessário buscar ‘um trabalhador cuja herança não fosse a escravidão’ (MARTINS, 1979 apud PEREIRA, 2015, p. 24). Como bem evidencia Beatriz Nascimento (2007, p. 104):

Numa sociedade como a nossa, onde a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preencher estes espaços. O critério racial constitui-se num desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação.

Decorrente dessa ideia do trabalho, o que prevalecia era uma política de estado eugenista, que visava o embranquecimento da nação (NASCIMENTO, 2016; PATERNIANI, 2020), com discursos de “desenvolvimento” e “modernidade”, em referência aos países

européus. Fazendo-se presente também na história urbanística brasileira, como discorre Ramos (2012, p 01):

Temos, em um momento, o discurso sanitalista e higienista com subsídios eugenistas; em outro, o aformoseamento da cidade em nome de uma sociabilidade e estética arquitetônica e urbanística europeias; em dado momento, o pensamento da sociologia incidindo sobre o saber urbanístico; mais adiante, o urbanismo modernista e, por ora, as ideias urbanísticas submetidas ao Estado neoliberal, em que em todos os momentos estão fundados nas percepções da sociedade capitalista.

Na direção do embranquecimento da sociedade brasileira, e por não considerar o negro, agora livre, digno de um status de trabalhador, a elite branca tratou de fazer uma política de imigração. Iniciou-se, no Brasil, o incentivo da imigração europeia para ocuparem o lugar do “trabalhador”, agora livre e assalariado, continuando a operar a ideologia de branqueamento, que tinha como objetivo erradicar a “mancha negra” na população brasileira (NASCIMENTO, 2016).

Imagem 13: Do algodão doce aos produtos importados



Fonte: Fotos do Google Imagens – Colagem: Elaboração da Autora

Nesse sentido, o argumento central de Paterniani (2020), com o qual coaduno, é de que o trabalho assalariado, colocado na chave do “trabalho universal”, aquele ideal que se busca ser alcançado, é uma operação da branquidade<sup>10</sup>. Na mesma lógica, pode-se pensar que o trabalho de rua, sendo lido e colocado na chave do trabalho “informal”, se torna o oposto do formal, o que para a sociedade é considerado o padrão, a norma, o “trabalho universal”. Desse modo, é relegado à trabalhadora de rua o fracasso, as ausências e os diversos estigmas, dada a impossibilidade de ter alcançado o tão almejado mercado de trabalho “formal”.

Mesmo com as tentativas de aniquilação das culturas africanas frente aos processos de colonização, não conseguiram as extinguir por completo (NASCIMENTO, 2016). Podem ser pensadas como fontes de resistência e ancestralidade, que ainda hoje são reivindicadas e propagadas por mulheres negras e homens negros. O trabalho de rua, entendido tal como proposto aqui como um modo de vida, poderia ser pensado como herança africana, trazendo consigo também instrumentos, infraestruturas, expertises que foram construídos ainda no passado colonial. Podemos dizer que o trabalho de rua no Brasil é racializado, por contar com quase 70% das trabalhadoras negras, sendo que 39% são homens e 28% são mulheres, conforme a pesquisa do gênero em números<sup>11</sup>. Diante disso, é uma discussão que não pode ser posta apenas pelo viés da classe, como historicamente vem sendo feito, ainda mais levando em conta o processo de colonização do país, em que inexistiu acesso e oportunidades iguais para brancos e negros, perpetuando ainda hoje seus efeitos em nossa sociedade. A perspectiva de gênero também se coloca importante, pois houve um aumento, nos últimos anos, do número de mulheres nesta prática de trabalho, trazendo reflexões outras para se pensar a cidade e o trabalho de rua.

Na atualidade, o trabalho de rua é encarado como uma atividade dita “informal”, que continua não fazendo parte desse trabalho descrito acima, assalariado, “universal”, “formal”. Foi por muito tempo encarado como uma atividade provisória (DRUCK, OLIVEIRA, 2008), acreditando-se que após certo tempo se alcançaria o trabalho “formal”. A maneira como denominam este trabalho é bastante polissêmica, ou mesmo imprecisa, abarcando diferentes definições e abordagens analíticas. Em alguns casos, “a noção de informalidade tende a caracterizar as economias - e de modo mais amplo, espaços situados nos países em desenvolvimento” (GONÇALVES, BAUTÈS, MANEIRO, 2018, p. 09).

---

<sup>10</sup> Paterniani (2019, p. 03) trabalha com o termo “branquidade” do Estado. Em diálogo com outras autoras, ela vai dizer que branquidade é: “os vínculos entre os diferentes tipos de racismo presentes em algumas práticas e concepções estatais”. Para a autora, só há branquidade pois existe a divisão da humanidade, sob o ponto de vista da própria branquidade, entre brancos e não brancos; “o branco tomado enquanto referência padrão de humanidade e os não brancos a partir de sua negação (isto é, do que não são), sequer reconhecidos como dotados de positividade, destituídos de humanidade e de possibilidade de existência”.

<sup>11</sup> <https://www.generonumero.media/ambulantes-pandemia/>

Pinheiro-Machado (2008) diz que, no Brasil, a noção da “informalidade”, mesmo sendo elástica, se torna problemática, uma vez que é definida como o oposto da formalidade, e grande parte das leituras partem dessa dualidade “formal-informal”. Mas na prática essas fronteiras não são tão rígidas e opostas como se pensa. Há uma sobreposição, uma mistura e complementaridade desses trabalhos ditos “formal e informal”. Nessa linha, os autores Gonçalves, Bautès e Maneiro (2018, p. 16) contribuem, em diálogo com Morice (1991)<sup>12</sup>, ao afirmarem que:

Por outro lado, é importante ressaltar que não existe fronteira bem definida, delimitando o formal do informal. Segundo Jacquot *et al.* (2016)<sup>13</sup>, o termo informal não deve ser compreendido como contrapondo ao formal, subentendendo que não se teria forma, logo não se teria regra. O informal, ainda segundo Jacquot *et al.* (2016), aparece articulado, às vezes mesclado, ao formal, produzindo uma variação de regimes de urbanismo e de configurações sociais que compõem e estruturam a cidade, em função dos níveis de práticas informais ali existentes. Não se trata de “setores” distintos e antagônicos: de um lado o formal e, de outro, o informal. Essa distinção não tem cabimento e não é possível conceber a questão apenas de forma dualista, senão na maneira na qual é considerada pelas instituições dominantes, por evidentes razões de controle e, em muitos casos, de controle e repressão.

O entendimento de que este trabalho é “informal” depreende tratamentos e estigmas que são vividos pelas mulheres no cotidiano do trabalho de rua; encarando-a como irregular, ilegal, marginal, fora da lei, problema urbano e social, abordagens que fortalecem tratamentos de criminalização, repressão, violência e controle, como veremos ao longo da escrita. Segundo Rabossi (2011), as políticas de repressão do trabalho de rua, aplicadas em cidades do mundo todo, dispendem desse tratamento pois encaram as trabalhadoras como pessoas fora da lei, ou que atuam contra ela. É possível, também, relacionar esses tratamentos a um histórico presente nos espaços de trabalho que ocupam a rua, que por muito tempo na história brasileira foi associada a “um espaço depreciado socialmente” (FREHSE, 2005): lugar do pobre, mendigo, escravizado, prostituta, concentrando nela tudo que era considerado mais “inferior” ou “ruim” na sociedade. Quanto maior era a condição social, mais distante estava da rua. (FREHSE, 2005, 2013; DURÃES, 2002). Tais reflexões reforçam a necessidade de nos deslocarmos das abordagens homogêneas e totalizantes acerca da “informalidade”.

Outra dimensão histórica e que tem relação direta com o exposto acima é a perseguição da Prefeitura/Estado para com as práticas de trabalho de rua, sobretudo nas cidades brasileiras (ALCÂNTARA, *et al* 2013; HIRATA, 2015), mas também em muitas cidades da América Latina (RABOSSI, 2011; PINHEIRO-MACHADO, 2008), evidenciando-se processos de

<sup>12</sup> MORICE, A. “ Les maîtres de l’informel” in Lautier, B., Miras, Claude de e Morice, A. *L’État et l’informel*, Paris : Harmattan, 1991, p.143-208

<sup>13</sup> JACQUOT, S., SIERRA, A.; TADIE, J. Informalité politique, pouvoirs et envers des espaces urbains. *Espace Politique*, n. 29, 2016.

rígida fiscalização, controle, perseguição, violência e tentativas de eliminação. Mas, atualmente, esse jogo de poder transita por relações mais flexíveis, de aceitação e regulamentação, com o intuito de disciplinar, impor regras, firmar leis e obter um maior controle, ressaltando-se a gestão dos ilegalismos que opera no espaço urbano<sup>14</sup>. O caso da Ciudad del Este, no Paraguai, é um exemplo dessa política de repressão e, posteriormente, uma certa aceitação do trabalho de rua, onde, em 1971, estabeleceram-se normas para que o mesmo fosse regulamentado (RABOSSI, 2011).

Torna-se contraditório pensar que, ao mesmo tempo em que há perseguição, criminalização, fiscalização, há também um reconhecimento e uma regulamentação que consideram estas “trabalhadoras”, realizando cadastro, alvará, e em alguns casos capacitações profissionais. Em 1940 regulou-se o exercício do “comércio ambulante” nacionalmente através do Decreto-lei nº 2041 de 27/02/1940, mas que, na prática, não necessariamente reverteu em direitos, melhores condições de trabalho e reconhecimento. Nesse sentido, acerca das políticas públicas e da “informalidade”, os autores Gonçalves, Bautès e Maneiro (2018, p.15) vão dizer, ressaltando mais uma vez a gestão dos ilegalismos que opera no espaço urbano: “[...] As políticas públicas para lidar com a informalidade demonstram como o Estado, de maneira seletiva e muitas vezes arbitrária, classifica, regula, distribui e gere as fronteiras entre formal e informal”. Estas são questões que colocam em debate a centralidade do estado e do sistema capitalista na produção da “informalidade”: ao contrário da afirmação corrente de que há uma ausência do estado, em determinadas situações ele é um dos agentes principais no avanço, consolidação e produção da “informalidade” (GONÇALVEZ, BAUTÈS, MANEIRO, 2018). Por mais que o trabalho de rua atue nas “margens” do sistema capitalista, ele se torna central para este sistema, “parte intrínseca desse mercado e que está arraigada de forma visceral ao Estado, ao sistema econômico e ao mercado de trabalho formal no país e fora dele.” (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 118).

A “informalidade” como é pensada e entendida pela literatura abarca variadas atividades, muito além do trabalho de rua. Antunes (2011), defende que a precarização e exploração do trabalho e o conseqüente aumento da “informalidade” é uma das formas de operar do sistema capitalista, que age substituindo o trabalho “mais formalizado” por diversas configurações de “informalidade”. São mudanças presentes no mundo do trabalho que visam

---

<sup>14</sup> Esses tratamentos, que vêm operando no espaço e no tempo das cidades brasileiras, têm raízes nos passados coloniais que constituíram algumas cidades. Nesse sentido, podemos voltar ao trabalho de rua realizado no século XIX em Salvador, quando já eram presentes constantes perseguições, tentativas de ordenamento e categorização, posturas e fiscalizações como forma de controle dessas práticas de trabalho e, sobretudo, da população negra (REIS, 1991, 2000, 2019; DURÃES, 2002, 2006).

ampliar os modos de ser da “informalidade” e da precarização do trabalho com exploração da mão de obra e condições desumanas de trabalho.

Neste emaranhado das relações econômicas se encontra o trabalho de rua, apesar de atuar nas “margens” do sistema capitalista, compreendo que o trabalho de rua permite que as trabalhadoras possam acessar a cidade e seus recursos, trabalho, dinheiro, circulações, relações, proporcionando a sobrevivência e criando relações urbanas e sociais, e, em alguns casos, possibilitando realizar seus projetos de vida e conquistar “sonhos”. Mobilizamos tal entendimento em diálogo com as narrativas e trajetórias das interlocutoras, que, a todo tempo, demonstram as complexidades, contradições e divergências do que é trabalhar na rua, enfatizando os ganhos, as “conquistas”, o orgulho, mas sem deixar de evidenciar as dificuldades, precarizações, tensões, perseguições e violências que também sofrem.

Essas práticas de trabalho desempenham papel importante na circulação de mercadorias, bens, riquezas e pessoas, que não apenas beneficiam os mercados populares, mas toda uma malha urbana que se encontra no entorno dessas práticas de trabalho. Nessas tramas da “informalidade” é possível dizer, a partir de Das e Poole (2008), que a “informalidade” é um suposto necessário do Estado - e acrescento: da cidade, como busco evidenciar nesta pesquisa.

\*

A partir das discussões postas, é importante colocar em debate a escolha do termo “trabalho de rua”. Várias são as nomeações utilizadas para definir essa prática de trabalho - ambulante, camelô, trabalho informal, trabalhador de rua, “*vendagem*” -, seja pelas trabalhadoras, pela academia, pelas bibliografias, pelo poder público<sup>15</sup>, pela mídia. Sabe-se que o termo trabalho de rua pode ser amplo, englobando outras práticas de trabalho para além do ambulante, camelô ou “*vendagem*”, nomeações que mais se aproximam do trabalho de rua. Contudo, o termo traz consigo duas palavras que expressam bem a prática e o que acreditamos que seja necessário evidenciar: primeiro, “trabalho”, reafirmando que o que praticam é sim trabalho<sup>16</sup>, pois, recorrentemente, não é considerado e/ou é desvalorizado e estigmatizado; seguido da “rua”, que informa o local onde esse trabalho é realizado, e assim as conectam com a cidade e sua espacialidade. Seu uso se torna mais abrangente do que trabalho ambulante ou camelô, pois engloba tanto as práticas fixas quanto móveis, como afirma Bouças (2015).

<sup>15</sup> A SEMOP, através da Coordenação de Fiscalização e Licenciamento, considera que as atividades ambulantes são aquelas exercidas na via pública (BOUÇAS, 2015).

<sup>16</sup> Ainda que “informalmente”, precarizada e sem direitos trabalhistas. Quem o pratica considera um trabalho, e em alguns momentos sua própria profissão, pois é uma atividade que exercem no cotidiano, por muitos anos – ou a vida toda – e que proporciona rendimentos e sua própria sobrevivência.

Em Salvador, o termo ambulante<sup>17</sup> é usualmente utilizado<sup>18</sup>. As interlocutoras se reconhecem como ambulantes. Mas, apesar de remeter a uma prática em fluxo, aquele que é “um vendedor que se movimenta constantemente, em algum veículo ou a pé, com seu produto em busca de consumidores” (DIAS, 2017, p. 185), este é um termo que não necessariamente diz respeito apenas a quem trabalha de forma móvel, mas também é referência para a trabalhadora fixa, que monta sua “guia”, seu tabuleiro ou sua barraca.

A escolha pela utilização do trabalho de rua também é feita em detrimento da não utilização de trabalho “informal”, por considerar que este não é um termo que contempla a prática de trabalho em estudo, recaindo em oposição, dualidade e comparação ao formal, a “norma” e “padrão”, como abordado acima. Considero, assim, que se faz necessário utilizar/criar novos termos que contemplem os assuntos pesquisados. Como aponta Fonseca (1999), é preciso rever certas noções de nossa própria cultura impregnadas no pensamento contemporâneo, para então “escutar” o outro e assim captar significados particulares.

Por fim, entraremos nas seções que compõem este capítulo e que são desdobramentos dessa primeira discussão apresentada. Elas são da ordem de três momentos, mas que conectam tempos e espaços variados, relativos à chegada na rua, em diálogo com os processos anteriores de trabalho das interlocutoras e suas decorrências que fazem com que se estabeleçam no trabalho de rua. A presença na rua, e seus atravessamentos, como as disputas urbanas, perseguições do “rapa”, os estigmas, criminalização, violências e precarizações que envolvem o trabalho de rua. E, por fim, a continuidade e permanência na rua, com as dinâmicas, as trocas, a articulação e a disputa na busca em permanecer trabalhando na rua, no centro, mesmo frente aos constantes projetos urbanísticos e tentativas de controle e retirada.

### Chegada na rua:

*“A minha vida mesmo foi vendagem” (Dália)*

Essa é a resposta de Dália após a pergunta sobre como ela começou a trabalhar na rua. Conta que iniciou por volta dos 18 anos de idade - hoje já tem 57 anos-, e diz que suas

<sup>17</sup> Segundo o Ministério do trabalho (2008), a definição da atividade ambulante seria: “Vendem mercadorias em vias e logradouros públicos. Estipulam prazos e condições de pagamento e fornecem descontos nos preços. Planejam atividades de vendas e definem itinerários. Compram, preparam e transportam mercadorias para venda, visitam fornecedores, fazem levantamento de preços e negociam preços e condições de pagamentos. Providenciam licença para exercer a ocupação”.

<sup>18</sup> Vale destacar aqui que não há um consenso de nomenclatura entre as mulheres e homens que compõem o trabalho de rua (BOUÇAS, 2015), tanto da forma como nomeiam o que fazem, quanto do instrumento de trabalho, que pode variar entre “guia”, “ponto”, “banca”. Tentamos nos aproximar ao máximo da forma como são utilizadas pelas interlocutoras, ou do que achávamos interessante defender enquanto termo a partir das contribuições da pesquisa em diálogo com a bibliografia.

experiências de trabalho se fizeram em grande parte como ambulante. Os motivos que levaram as três interlocutoras a ocuparem as ruas do centro de Salvador para trabalhar são diversos, vão além da recorrente abordagem da literatura de serem a “sobra da mão de obra” ou os “não absorvidos pelo mercado de trabalho formal”. Mas as necessidades básicas se assemelham nos três casos: busca por trabalho, dinheiro e sobrevivência.

Chegaram até a rua em condições sociais diferentes, no entanto, compartilham da luta cotidiana do que é trabalhar na rua: instabilidades, precarizações, perseguições, construção de redes de apoio, enfrentamentos com a Prefeitura Municipal e o “rapa”, “perrengues” e dificuldades que parecem não ter fim. Mesmo que passem por variações no decorrer do tempo, transitando por momentos de maior estabilidade e melhor estrutura, a precarização se faz presente, entendendo-a como um processo induzido, como apresenta Judith Butler (2015). A autora, ao discorrer sobre as condições precárias de vida, defende que ela é politicamente induzida, assim como há uma distribuição diferencial da condição de precariedade, em que ocorre a maximização da precarização para uns e a minimização para outros.

Processo este vivido por Dália, que chega ao trabalho de rua no início da década de 1980, devido a uma necessidade extrema de sobrevivência sua e de seus filhos. Uma vida feita por experiências de trabalho na “informalidade”, ou melhor dizer, na rua. Ela considera que sua vida se fez a partir da “vendagem”:

*“Desde a idade de 18 anos que eu trabalho na Lapa, na Lapa andando, dentro do ônibus, agora que a gente teve a oportunidade de se fixar, a gente vendia no ônibus, que nem baleiro, correndo, vendia água, a gente vivia assim, agora a gente vai conhecendo, conhecendo, aí estou ali instalada, ali [no “mato”], já vendo na Fonte Nova...”*

O contato com o trabalho de rua se deu após o término do relacionamento com o marido, com quem viveu por 7 anos, momento no qual se viu sem alternativas e sozinha em uma cidade, para ela, ainda nova<sup>19</sup>: “saí com uma mão na frente e outra atrás, me saí pra vendagem”. Sem dinheiro, não tinha uma rede de apoio, nem para onde ir ou onde morar. Restando-lhe ir para a rua. Chegou a morar na rua<sup>20</sup>, mas, segundo conta, por pouco tempo<sup>21</sup>, pois lá aprendeu que era possível trabalhar e ‘fazer dinheiro’ por meio da “vendagem”.

<sup>19</sup> Dália morava em Ichu, interior da Bahia. Mudou para Salvador aos 13 anos, escondida da família, para conhecer a “cidade grande”. Trabalhou por pouco tempo em casa de família, pois quando conheceu seu primeiro marido foi morar com ele.

<sup>20</sup> Esse momento de sua vida será melhor descrito quando for abordado o tema da moradia, na seção “gestão da vida cotidiana”, mas uma informação importante é que na rua ela conheceu um homem que a ajudou a “sair” da rua, alugou uma casa temporariamente e com o trabalho de rua ela pôde, por um tempo, pagar o próprio aluguel e devolver o dinheiro que ele havia emprestado.

<sup>21</sup> O tempo para as interlocutoras é muito impreciso, não lembram ao certo o período, nem por quanto tempo vivenciaram alguns fatos, referem-se sempre entre pouco ou muito tempo. Algumas datas e períodos foram possíveis levantar a partir

Vivendo na rua estabeleceu suas redes de apoio, aprendeu “manhas” e táticas para “se virar” e começou a trabalhar, primeiro com reciclagem e vendas na “*sinaleira*” (semáforo). Por um tempo trabalhou “*vendendo comida na porta de obra*”, trabalho que possibilitou que saísse da rua, após um homem, seu “*anjo da guarda*”, como ela prefere chamar, ofereceu este trabalho e alugou uma casa para ela – retomo essa história na seção “gestão da vida cotidiana”. Desde então não parou de trabalhar: trabalhou em estações<sup>22</sup>, dentro dos ônibus, circulando em diversos “cantos” da cidade.

Atualmente, trabalha com a “guia” fixa na estação da Lapa, e, antes da pandemia, trabalhava esporadicamente em dias de jogos e eventos na Arena Fonte Nova<sup>23</sup>, aos domingos – em particular durante o verão – no calçadão da praia da Barra, e em festas populares ao longo do ano e demais eventos pela cidade. Com a pandemia, houve uma considerável redução nos seus trabalhos ‘esporádicos’, pois os jogos, festas/eventos e a praia ficaram fechados e suspensos, o que impactou no rendimento mensal, pois eram momentos que possibilitavam ‘levantar um dinheiro a mais’, além daquele já certo e programado das vendas na estação.

O processo de chegada ao trabalho de rua, para Cida, se deu de forma diferente: ela trabalhava com “carteira assinada” em um restaurante na Barroquinha<sup>24</sup>, e começou a trabalhar na rua também no início da década de 1980, quando tinha por volta de 32 anos de idade, de uma forma não planejada nem intencional. Conta que, um dia, quando chegou para trabalhar, o *chef* do restaurante a entregou uma “guia” de fita cassete<sup>25</sup> dizendo que um homem<sup>26</sup> havia deixado lá para que ela vendesse. Naquele momento, ficou sem entender, pois não conhecia o homem nem sabia o motivo de tal feito, mas passou a trabalhar em uma dupla jornada, das 6h às 14h na cozinha do restaurante, com o preparo de comida, e, após o expediente, montava sua “guia” na escadaria da Barroquinha, na porta do restaurante onde trabalhava e junto à tradicional Feira

---

de menções a acontecimentos, filhos, idade, gestão política, e então fiz uma aproximação desses períodos para que pudesse situar temporalmente as narrativas.

<sup>22</sup> Antes de chegar na estação da Lapa, trabalhou por um período na estação Nova Esperança (ENE), atual estação Pirajá, que fica próxima ao bairro em que morava, Cajazeiras.

<sup>23</sup> Itaipava Arena Fonte Nova é o estádio de futebol reconstruído no mesmo local do antigo Estádio Octavio Mangabeira, para a realização da Copa do Mundo de 2014. O uso pela interlocutora é Arena ou apenas Fonte Nova. O estádio fica a 4,0km da estação da Lapa e da casa de Dália, é um local onde ela mantém relações de trabalho quando ocorrem jogos e eventos.

<sup>24</sup> Barroquinha é um bairro antigo de Salvador, construído no período colonial, faz parte do perímetro do CHS, no passado tinha um forte comércio, que ligava a Baixa do Sapateiro, hoje contém poucas lojas e movimento, na seção “Trajetórias atravessadas por projetos urbanísticos” trataremos melhor dessas mudanças.

<sup>25</sup> A fita cassete ou K7, foi lançada oficialmente em 1963 e popularmente utilizada como instrumento para gravar e reproduzir som. Entre as décadas de 1970/80 o K7 era um dos formatos mais comuns para música pré-gravada, junto aos discos de vinil. Já em 1990 houve a decadência do uso, sendo substituída pelos CDs.

<sup>26</sup> Apesar de Dália e Cida terem a figura de homens ajudando-as no início de suas trajetórias no trabalho de rua, elas enfatizam, e suas trajetórias mostram, que sempre trabalharam sozinhas (no caso de Dália, trabalhando com os filhos). Mesmo quando estiveram casadas, o trabalho sempre foi esse lugar de busca por autonomia e por garantir a criação dos filhos.

do Couro,<sup>27</sup> existente desde a década de 70. Com a “guia” na escadaria, tinha o apoio do restaurante, que já tinha uma relação de proximidade, e aproveitou da dinâmica da rua e da Feira que movimentava grande fluxo de pessoas<sup>28</sup>.

Por alguns anos, permaneceu trabalhando nessa dupla jornada, o que se tornou ainda mais necessário quando engravidou de sua única filha no final da década de 1980. No entanto, o restaurante em que trabalhava faliu, e ela passou a trabalhar integralmente na rua, permanecendo até os dias de hoje, com seus 73 anos. O trabalho de rua surgiu em sua vida como uma ‘oportunidade’ colocada por uma outra pessoa, mas se tornou essencial para poder arcar com a criação da filha e a manutenção da vida delas, visto que foi mãe monoparental (“solo”). Posteriormente, essa prática de trabalho se tornou sua única fonte de renda, e ela se recriou na rua passando da “guia” de fita para a “guia” de miudezas, e hoje trabalha com uma “guia” tradicional de folhas e ervas, que tem relação direta com a sua vida, uma vez que ela é fundamentada e é mãe-de-santo, trazendo para a “guia” o saber construído pela/na religião.

Diferentemente das outras duas trajetórias, o processo de entrada de Tânia no trabalho de rua não foi individual. Começou no início da década de 1980<sup>29</sup>, quando ainda morava no Pelourinho, junto com amigos e vizinhos do Pelourinho e CHS, quando viram a possibilidade de ocuparem as ruas e praças e aproveitarem da forte dinâmica cultural, religiosa e de turismo ali existente para ganhar dinheiro. No início, começaram apenas às terças-feiras, com a “terça da benção”, dia de uma tradicional e famosa missa que atraía grande público, a partir desta dinâmica ocuparam o Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho, pela proximidade com a igreja Nossa Senhora Rosário dos Pretos e a igreja São Francisco, começaram a trabalhar com venda de bebidas e comidas, para atrair o público que saía das missas:

*“Começou com a terça da benção, era só na terça. A gente chegava e esperava os artesãos fechar, que tinha um bocado de artesão lá no Terreiro. No Pelourinho não tinha nada. Aqui no Terreiro a gente esperava o pessoal que vendia camisa e não sei o que, que eles botaram umas tendas e vendiam as camisas durante o dia, aí quando chegavam na noite, na terça-feira, eles já sabiam que a gente invadia, eles deixavam, aí a gente chegava e coloca o isopor, colocava um balcão, pegava um carro de som. A gente chamava Boca de Brasa, que era uma kombi que tinha aqueles alto falantes,*

<sup>27</sup> A Feira do Couro foi uma tradicional Feira existente na Barroquinha desde a década de 70, e que, após constantes projetos de ordenamento, foi retirada por completo em 2016, na seção “Trajetórias atravessadas por projetos urbanísticos” esse processo relativo à Feira será abordado mais detalhadamente.

<sup>28</sup> Ao recordar esse início com a “guia”, ela lembra de como a área da Barroquinha concentrava grande fluxo de pessoas, tanto pelo movimentado terminal da Barroquinha, quanto por sua localização na encruzilhada, que se conectava com a Baixa do Sapateiro e Av. Sete de Setembro. Ela recorda, com tristeza, quão importante era a área da Baixa do Sapateiro. Na década de 1970/80 tinha a maior concentração do comércio de rua. Espaços que foram se transformando a partir das intervenções urbanas. Montoya Uriarte (2019), no livro “Entra em beco sai em beco”, faz um panorama histórico da Baixa do Sapateiro.

<sup>29</sup> Em 1980 ela começou a trabalhar na rua, mas seu contato com esta prática de trabalho se deu ainda quando criança, ao acompanhar a mãe, que era “Baiana de Acarajé, e também pela própria dinâmica do Pelourinho e CHS, bairro em que morava, onde experienciava o trabalho de rua no seu cotidiano.

*a gente pegava aquele pessoal, pagava na verdade, né, fazia um acordo assim, a gente vai ter 20 pessoas trabalhando, quanto é que você vai cobrar pra gente? Pra você fazer até 22h. Aí o cara ia, ligava o som, chamava os tambores, todo mundo querendo aparecer, na verdade todo mundo queria aparecer”.*

Assim como Cida, Tânia também trabalhava, paralelamente, com carteira assinada, gerenciando hotéis; porém, como tinha 5 filhos e o dinheiro não era suficiente, foi para as ruas trabalhar, como forma de complementação da renda. No decorrer do trabalho de rua, o movimento e crescimento cotidiano foi aumentando, e Tânia percebeu que o rendimento<sup>30</sup> financeiro que vinha dele estava sendo maior do que na administração de hotéis: *“eu trabalhava e eu chegava a ganhar em um dia o que eu ganhava em um mês”*. A renda que, a princípio, era extra, passou a ser a principal, então, optou por deixar o trabalho em hotéis para se dedicar apenas ao trabalho de rua. Mas ela conta que, anterior a esse período de trabalhar somente na rua, ainda em meados da década de 70 e início da década de 80, teve uma vasta experiência trabalhando em hotéis<sup>31</sup> e fazendo dupla jornada com o trabalho de rua. Trabalhos estes possibilitados a partir da conclusão dos estudos: *“antigamente quando você fazia segundo grau você fazia contabilidade, mas pra pegar aquele certificado como contabilidade cê tinha que estagiar... aí eu caí para estagiar em hotel”*.

Os processos sociais vividos por essas três mulheres, antes e após iniciarem o trabalho de rua, são diferentes. Dália deixou de estudar muito cedo, pois o trabalho foi uma realidade presente em sua vida desde muito nova, aos 13 anos começou a trabalhar em casa de família, e desde então suas experiências de trabalho centraram-se na dita “informalidade”. Cida também deixou de estudar cedo, dada a necessidade do trabalho, começou aos 12 anos como ajudante de cabeleireira, aos 18 anos resolveu tentar a vida fora de Salvador, seguiu para o sudeste em busca de novas oportunidades de trabalho, teve experiências de trabalho com carteira assinada em fábricas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ao retornar para Salvador, conseguiu se manter no mercado de trabalho, mas, após falência do restaurante, permaneceu no trabalho de rua, atividade que também desempenhava. A história de Tânia é a que mais destoa dos processos vividos por Dália e Cida, como dito acima, pois ela concluiu o segundo grau e fez ensino superior em estética - quando já trabalhava na rua e com o dinheiro da barraca -, e, após anos

<sup>30</sup> Quanto ao rendimento, uma das considerações apresentadas por ela é que trabalhar com carteira assinada há vários descontos, INSS, FGTS, vale transporte, entre outros, reduzindo consideravelmente o salário.

<sup>31</sup> Na área de gerenciamento, Tânia conta que trabalhou com alimentos e bebidas e gerenciando hotéis, sendo que esse último foi o que teve mais experiências de trabalho. Trabalhava na administração de uma empresa fazendo o controle burocrático de apart-hotéis, dentre alguns hotéis em que trabalhou cita Apart-hotel do bairro de Ondina, Barra, Graça e o Hotel Luxo Convento do Carmo, atual Pestana.

de experiência no dito mercado de trabalho “formal”, fez da rua uma ‘carreira de trabalho’, para qual optou por se dedicar exclusivamente.

As exposições acima dizem respeito a história de apenas três trajetórias, mas que já apresentam inúmeras questões para se pensar a vida das trabalhadoras negras e as complexidades do trabalho de rua. Essas diferentes entradas no trabalho de rua me colocam a refletir sobre a diversidade e complexidade existentes nessa prática de trabalho, e me fazem questionar e tensionar abordagens totalizantes presentes na literatura, que consideram que a inserção na “informalidade” se dá apenas devido à não absorção pelo mercado de trabalho (AMARAL, 2002; PAMPLONA 2013). Costa (1989b, p.43) enfatiza que o trabalho de rua não tem apenas funcionado como escape ao desemprego ou demais desequilíbrios sócio econômicos, “como também tem desenvolvido ramos da economia paralela que cumprem funções importantes na produção da cidade”.

Imagem 14: "A princesa esqueceu de assinar nossa carteira de trabalho"



Fonte: Fotos Lázaro Roberto – Montagem: Elaboração da autora

A partir das narrativas e trajetórias das interlocutoras, temos duas situações que demonstram que, mesmo estando no mercado de trabalho, o trabalho de rua se mostra como uma possibilidade e uma forma de complementação de renda, uma vez que estar no mercado de trabalho não necessariamente garante estabilidade financeira, em particular para mulheres negras, uma vez que estão fortemente submetidas à desigualdade, ao racismo e à divisão sexual do trabalho, relegadas, em grande parte, a empregos desqualificados e com menores rendimentos mensais (GONZALEZ, 1979).

Dessa forma, faz-se necessária uma expansão das fronteiras analíticas e epistemológicas, em diálogo com as narrativas e trajetórias das interlocutoras, para que possamos compreender a complexidade do trabalho de rua, sobretudo na cidade de Salvador, fundada à base de um regime colonial e escravocrata, que deixou marcas e se perpetua até o momento presente, em diferentes dimensões da sociedade, de modo extremamente desiguais e racistas, colocando várias barreiras para as mulheres negras.

As ampliações analíticas se fazem ainda mais necessárias ao nos aprofundarmos nas trajetórias e narrativas que dizem da vida dessas (e de muitas outras) mulheres negras, uma vez que, conforme dados do IBGE (2010), o trabalho infantil é uma realidade posta para a população negra, onde das 1.835 crianças entre 5 a 7 anos que trabalhavam, 63,8% eram pretas ou pardas<sup>32</sup>.

Dados que são expressões das trajetórias vividas pelas interlocutoras, mas que dizem respeito a uma condição social compartilhada por muitas mulheres negras que se encontram nas “margens” da sociedade e da cidade no Brasil. O que elas vivem – mas também os homens negros – diz respeito a um racismo estrutural, decorrente da sociedade colonialista que ainda hoje vivemos, e que coisific(a)ou a população negra, desumaniz(a)ou e não permitiu perspectivas de vida e acesso para mudanças sociais. Pelo contrário, se “entendemos que a matriz colonial é uma das chaves para pensarmos a guerra de dominação que se instaura entre mundos diferentes” (SIMAS, RUFINO, 2020, p.9), entendemos também que é a partir dessa dominação que reforçam precarizações, “informalidades” e desigualdades.

### **As mulheres negras e o trabalho**

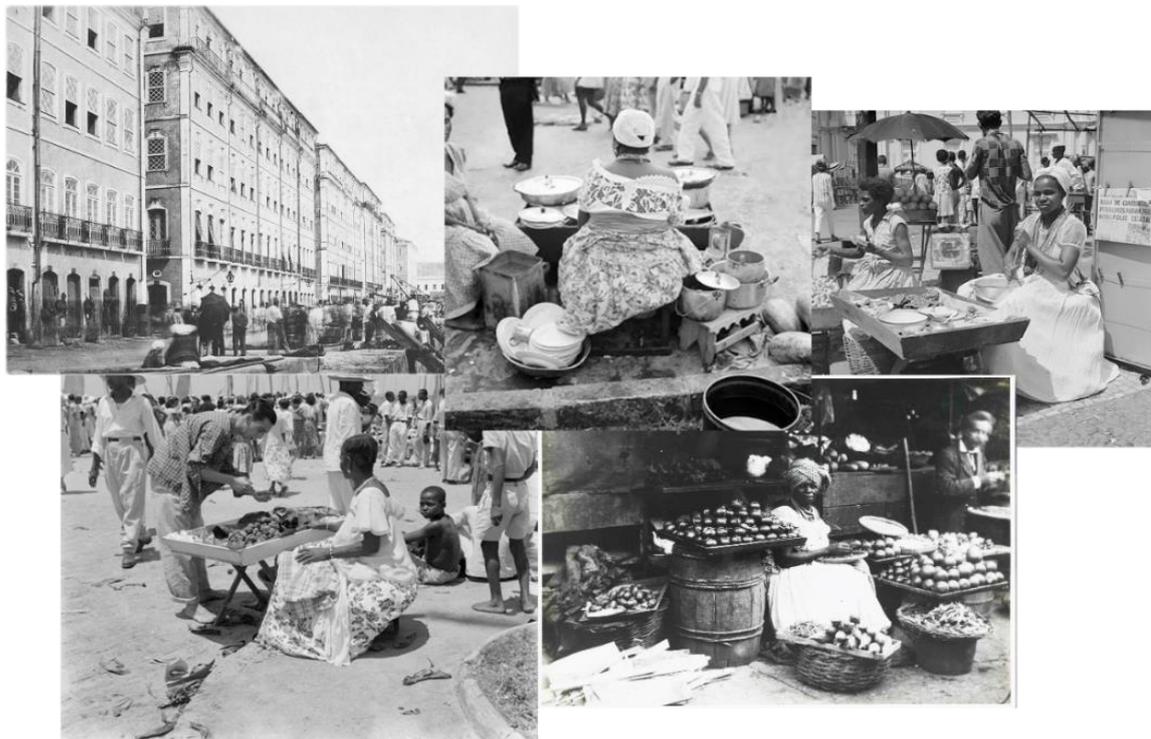
Ao falar de trabalhadoras de rua, vale situar uma perspectiva sócio-histórica do trabalho na vida das mulheres negras. Considero importante evidenciar a dimensão da racialização, pois, no Brasil, mulheres negras e brancas tiveram, historicamente, processos sociais – e

---

<sup>32</sup> “IBGE mostra as cores da desigualdade”: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>

oportunidades – distintos relativos ao trabalho. As mulheres negras foram trabalhadoras forçadas no sistema escravista e, mesmo no pós-abolição, não houve outras oportunidades senão continuarem trabalhando nos empregos mais desqualificados para sobreviverem, trabalhos estes ainda semelhantes ao que se desenvolvia no sistema escravista, uma vez que a cristalização da estrutura de dominação se deu, sobretudo, sobre as mulheres negras, como afirmam Lélia Gonzalez (1979) e Beatriz Nascimento (2007).

Imagem 15: Ganhadeiras: ofícios de rua e práticas afro-brasileiras



Fonte: Fotos: Acervo IMS, Benjamin Mulock, Ferrez Marc - Montagem Elaboração da autora

Essas condições impostas às mulheres negras são resultado de dois processos, segundo Nascimento (2007): por ser “mulher de raça negra” e por seus antepassados terem sido escravizados. Processos estes que têm no cerne da sociedade brasileira as sobrevivências patriarcais – e privilégios – não possibilitando acesso a oportunidades e políticas do Estado para estas mulheres, e sem muita alteração quanto à sua condição social. Dentre as atividades que as mulheres negras – e algumas mulheres brancas e pobres - desempenha(vam) pode-se destacar: empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas - são atividades domésticas, na área do cuidado, com baixa remuneração e em geral tidas como mais desqualificadas.

Tal situação não se encerra no “pós-escravidão”, mas se enraíza na estrutura social e econômica da sociedade, presente também nas trajetórias das interlocutoras, nas quais, desde muito cedo, o trabalho é uma realidade. Dito isso, é possível pensar que as mulheres negras

foram as primeiras trabalhadoras, contrariando o discurso feminista – branco – do acesso e direito ao mercado de trabalho, pois para as mulheres negras o trabalho sempre existiu. Era nas senzalas, nas casas senhoriais e nas ruas que as mulheres negras trabalhavam:

(...) a mulher negra está presente em praticamente todos os tipos de trabalhos descritos pelos viajantes: na mineração, na agricultura, no trabalho doméstico, na manufatura e no comércio. Isso demonstra o seu grau de importância enquanto trabalhadora, desde o período colonial. Ela foi a primeira e, por muito tempo, a única trabalhadora (LEITE, 1984:44 apud RATTTS, 2003, p. 8).

Essa realidade confronta o que é pregado no mito da “fragilidade feminina” (CARNEIRO, 2003), que enxerga as mulheres como frágeis, delicadas, “inferiores”, e ditam tratamentos e comportamentos sociais que não cabem à realidade das mulheres negras.

Filho<sup>33</sup> (1994, p.13) reforça o que venho dizendo ao afirmar que, até 1940, poucas mudanças ocorreram na vida dessas mulheres após a abolição da escravidão, uma vez que permaneciam nos trabalhos desqualificados, somados à exclusão da divisão sexual do trabalho, não possibilitando a elas o acesso ao mercado de trabalho:

As ocupações a elas destinadas eram em muito semelhantes às das escravas e forras, visto que a divisão do trabalho ainda excluía, no ano de 1920, 83.9% das mulheres do mercado formal de trabalho, espremendo-as nos dados estatísticos, nas profissões “domésticas” ou “mal definidas”, como nas “não declaradas ou sem profissão”. Aliás, 49% da população maior de 21 anos estava presente nessas categorias do censo, donde 86% eram mulheres.

Já na década de 1950 e refletindo sobre o modo como as mulheres negras se inserem no mercado de trabalho no Brasil, Gonzalez (1979) faz uma análise histórica e recorda deste período marcado pelos processos de “desenvolvimento” e “modernização”, com ampliação dos setores industriais e crescente urbanização. Nesse momento de ampliações e mudanças, a indústria têxtil iniciou o processo de decadência, com fechamento de várias fábricas. Esse processo foi sentido em particular pelas mulheres negras, pois perderam seu lugar na “classe operária”. Mesmo tentando acesso a demais setores, como o de roupas e alimentos, depararam-se com as barreiras raciais, em que o processo de seleção racial atuava, priorizando mulheres brancas ou “morenas” – como apresento na seção: “algumas notas acerca do trabalho, trabalho de rua e “informalidade”.

O mesmo ocorreu nas ofertas de prestação de serviço nos escritórios e bancos, que tendo como requisito a escolaridade, deixavam de fora grande parte das mulheres negras. Dentre os grupos sociais, homens brancos e negros e mulheres brancas, a mulher negra é quem menos

---

<sup>33</sup> É importante evidenciar aqui que o autor generaliza a condição de classe ao tratar da mulher pobre, sem evidenciar que ele estava abordando, em grande parte, acerca de mulheres negras, também pobres, descendentes do processo da escravização.

tem possibilidades de acesso (NASCIMENTO, 2007). Situações que reforçam a discriminação e o preconceito:

Tal fato criou muito mais motivos no sentido da reafirmação da discriminação, uma vez que o contato com o público exige “educação” e “boa aparência”. Mesmo nos dias atuais, em que se constatam melhorias quanto ao nível de educação de uma minoria de mulheres negras, o que se observa é que, por maior que seja a capacidade que demonstre, ela é preterida. Que se leia os anúncios dos jornais na seção de empregos; as expressões “boa aparência”, “ótima aparência”, etc., constituem um código cujo sentido indica que não há lugar para a mulher negra. As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média, são praticamente nulas para a maioria absoluta. E tais setores são justamente aqueles da classe média. (GONZALEZ, 1979, p. 14)

Após 1950, houve um crescimento das classes médias, contudo, este “desenvolvimento” e “ascensão” não chegou para as mulheres negras, conforme retrata Lélia Gonzalez quando aborda o contexto social e econômico vivido pelas mulheres negras, afirmando que elas permaneceram “relegada[s] à condição de massa marginal, mergulhada[s] na pobreza, na fome crônica, no desamparo” (GONZALEZ, 1979, p.14).

Nesse sentido, ao tratar do mercado de trabalho, hooks (2019, p. 66) afirma que o acesso ao mercado de trabalho por mulheres privilegiadas não se deu apenas pela discriminação de gênero e o sexismo:

Foi o fato de os trabalhos disponíveis para elas terem sido os mesmos trabalhos de mão de obra não qualificado e pouco remunerada disponíveis para todas as mulheres trabalhadoras. Grupos de elite compostos por mulheres com alto nível de educação permaneceram em casa, em vez de fazer o tipo de trabalho que várias mulheres de classe média baixa e de classe trabalhadora estavam fazendo.

Ao considerar que as mulheres negras sempre trabalharam, e pensando a rua como um dos principais lugares de trabalho destinados a essas mulheres, possibilita-se, a partir da ação das trabalhadoras de rua tensionar o lugar da “mulher” como categoria homogênea, encarada apenas na escala doméstica, reclusa aos lares, pois, se no passado esse era o lugar destinado às mulheres burguesas e brancas, não foi o lugar ocupado por mulheres negras e pobres. Contudo, não podemos desconsiderar que parcela das mulheres brancas, negras e pobres, também estão no contexto doméstico, donas de casas, realizando o trabalho doméstico, não remunerado. As práticas de trabalho que atravessam a vida destas mulheres – no geral – são das mais diversas, não se restringindo apenas ao trabalho pago e/ou assalariado.

Esses marcadores históricos fazem parte de uma construção social e racial que opera ainda nos dias atuais em nossa sociedade, e que, segundo Gonzalez (1979, p. 15), não são apenas uma discriminação efetiva, e sim um racismo cultural, “que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa”. Fazendo-se presente através da pirâmide social na qual evidencia a subalternização do gênero e reverbera

nos rendimentos econômicos e é estruturante no papel social e econômico ocupado por mulheres negras: no topo da pirâmide encontra-se o homem branco, com maior prestígio e ganhando os melhores salários, seguido dos homens negros e depois das mulheres brancas<sup>34</sup>, ficando a mulher negra na base da pirâmide, com os piores trabalhos e remunerações, no duplo jogo de opressões, de gênero e raça. (AKOTIRENE, 2019; RATTTS, 2003).

A respeito da discriminação das mulheres, Gonzalez (1979, p. 15) discorre:

No que se refere à discriminação da mulher, que se observe, por exemplo as diferenças salariais no exercício de uma função junto ao homem, e a aceitação de que “vai tudo bem”. Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas, faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica, tem sofrido um processo de reforço quando à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação.

Essa estrutura se expressa nas taxas de trabalho de emprego/desemprego no Brasil: segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)<sup>35</sup>, a taxa de mulheres empregadas nunca chegou aos 60%, diferentemente dos homens que já tiveram uma participação de 85% no mercado de trabalho, mesmo as mulheres tendo maior escolaridade que os homens. No caso particular do trabalho de rua, segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em referência à base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017<sup>36</sup>, a desigualdade racial histórica se faz presente nos rendimentos mensais, em que pessoas brancas recebem mais que as negras. O homem branco tem um rendimento superior (935 reais) ao das mulheres brancas (708 reais), sendo que é ainda mais agravante se comparado aos homens negros (696 reais) e em particular às mulheres negras (525 reais). Um dos motivos para os menores rendimentos das mulheres no trabalho de rua, sobretudo as mulheres negras, conforme evidenciou-se em pesquisa do Observatório das Metrôpoles (2019), se dá pela condição desigual de trabalho, pois os homens dispõem de carga horária de trabalho na rua maior do que as mulheres, por se ausentarem dos trabalhos em escala doméstica, proporcionando assim maiores rendimentos financeiros.

<sup>34</sup> Pode-se dizer que há uma mobilidade quanto ao lugar ocupado por homens negros e mulheres brancas, podendo, em algumas situações, as mulheres brancas estarem a frente dos homens negros.

<sup>35</sup> “Retratos das desigualdades de gênero e raça”

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)

<sup>36</sup> Dados retirados do “Crise faz mulheres se virarem com comércio ambulante”

[www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/crise-faz-mulheres-se-virarem-com-comercio-ambulante.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/crise-faz-mulheres-se-virarem-com-comercio-ambulante.shtml)

Apesar de as mulheres serem a maioria na “informalidade”, o trabalho de rua foi por muito tempo ocupado por homens, situação que vem mudando nos últimos anos. De 2015 a 2017, dos brasileiros que começaram a trabalhar nas ruas, 55,5% são mulheres, representando 182 mil novas trabalhadoras de rua distribuídas em todo o país, conforme pesquisa do DIEESE. Representação vista nas ruas de Salvador, sobretudo no centro, onde se percebe que a ocupação de mulheres é alta e, em alguns territórios da cidade, elas são maioria, como observado em campo ou em diálogo com as interlocutoras: no largo da Mariquita, no bairro do Rio Vermelho; no “mato”, ao lado da Estação da Lapa; no CHS e na associação em que Tânia faz parte, entre outros.

A narrativa das mulheres, assim como uma literatura com a qual nos alinhamos (GARCIA *et al*, 2010; SILVA, 2011; ALCÂNTARA, *et al* 2013, BOUÇAS, 2015), ressalta a importância do trabalho na vida delas, que se orgulham do que fazem, consideram um trabalho digno e trazem a referência de não estarem “roubando e nem matando”. Destacam, ainda, os aspectos positivos de serem responsáveis pelo seu próprio negócio, obtendo, por exemplo, maior liberdade em relação aos horários, em não ter patrão, bem como as possibilidades que a rua oferece, como: conhecer pessoas, fazer amizades, clientes, e, em especial, as conquistas que alcançaram, como a criação dos filhos, pagar educação e, em alguns casos, construir a casa própria. As trabalhadoras não se colocam no papel de vítimas frente às desigualdades, estigmas e exclusão, elas jogam com o terreno que lhe é imposto, se reinventando e recriando, usam de táticas para se beneficiarem, e criam outras relações com essa prática de trabalho, mesmo sabendo (e vivendo) de todo o sofrimento, dificuldades e precarizações.

Assim, faz-se importante elaborar outras possibilidades de leitura, análise e narrativa acerca da relação do trabalho de rua com a cidade praticada pelas mulheres negras, pois, como sugere Pereira (2019, p. 01):

A presença negra na cidade não pode ser compreendida apenas pela ótica do “problema”, que em geral é formulado a partir de uma miríade de conceitos e racionalidades descontextualizadas, estranhas aos próprios “sujeitos-problemas” e às formas como, ao longo dos anos, vêm resolvendo suas vidas nas cidades.

### **Estar na rua: precarizações, humilhações e sofrimentos<sup>37</sup>**

“Ontem mesmo eu quase chorei, tô com um pouco de dor e tudo aqui, porque chega um certo horário o carro do gelo vai para muito longe, vai pra lá para o posto de gasolina, pra gente querendo ou não que é mulher, por mais guerreira e chefe de família que hoje a gente tem esse empoderamento das mulheres como chefe de

<sup>37</sup> Como já apresentado anteriormente, não busco reforçar estigmas e/ou dispor de apenas uma leitura referente à prática do trabalho de rua; contudo, não podemos desconsiderar toda a fragilidade, instabilidade e precarização que a compõem e que atravessam o cotidiano das mulheres que a praticam, sendo este um processo induzido, como nos apresenta Judith Butler (2015).

família, a gente guerreia mesmo, bota um isopor nas costas, vai pra dentro do bloco, vai pra fila, vai pegar gelo, mas a realidade que o corpo físico da mulher a gente sabe que não tem a mesma coisa que de um masculino, então você pegar um gelo de 20kg, às vezes dois, ontem eu tive que trazer dois, um no ombro outro no outro, isso sozinha. então você chora mesmo, poxa, meu Deus. Gelo. Cê fica em tempo de morrer”<sup>38</sup> (Vanessa).

O Carnaval de Salvador<sup>39</sup> é um dos casos mais emblemáticos da precarização e da exploração às quais as trabalhadoras estão submetidas, mas este é, também, o momento em que estas trabalhadoras tentam conseguir um bom rendimento com suas vendas, aproveitando a dinâmica e o grande fluxo de dinheiro que circulam nas ruas. Não pretendo afirmar, com isso, que no cotidiano do trabalho de rua elas não passem por situações semelhantes, contudo, na época de Carnaval é como uma maratona, se dá de forma concentrada e intensa. A primeira dificuldade enfrentada é em garantir a licença para trabalhar no evento, a concorrência é tão grande que as licenças se esgotam em poucas horas. Algumas trabalhadoras acampam na sede da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP) em busca de garantir uma vaga<sup>40</sup>.

Durante a “folia”, devido à dinâmica do trabalho e às condições sob as quais estão colocadas, acabam por dormir na rua, no circuito, para garantirem o “ponto” de trabalho. O deslocamento é outro fator que faz com que permaneçam na rua, pois, além da dificuldade do ir e vir com a “guia” todos os dias, o custo seria alto, visto que em muitos casos necessitam de um “carreto”<sup>41</sup> para possibilitar o transporte, e quanto mais distante for do local de moradia, maior é o custo.

Somado a essas dificuldades, as trabalhadoras de rua não dispõem de um local apropriado para tomar banho, dormir, se alimentar. Assim, fazem o uso improvisado das disponibilidades do local, como banho no banheiro químico, no mar, ou mesmo na rua, com a água que sobra do gelo derretido nos isopores. A falta de segurança também é uma dimensão presente, com relatos de roubos/furtos de mercadoria e de dinheiro. Todo o esforço e desgaste sofridos pelas mulheres são feitos pensando no retorno econômico durante uma semana de evento, e nas possibilidades de aplicação do dinheiro, que, segundo o relato de algumas trabalhadoras, pode representar lucros de 3 mil, 5 mil reais, e, às vezes, até mais.

Situações vividas durante o Carnaval também se fazem presentes no cotidiano, em particular quanto à desvalorização do trabalho que realizam, recorrentemente abordada nas

<sup>38</sup> Matéria do Bahia Meio Dia, no dia 26 de fevereiro de 2020: “Conheça a história de uma mãe que sustenta quatro filhos trabalhando como ambulante”.

<sup>39</sup> Indico as leituras Laurau-Silva (2016) e Ivo (2018) para aprofundar nas condições de trabalho durante o Carnaval.

<sup>40</sup> “Ambulantes acampados em frente a secretaria de Salvador começam a ser atendidos para licenciamento no Carnaval” <https://g1.globo.com/ba/bahia/carnaval/2020/noticia/2020/02/03/ambulantes-acampados-em-frente-a-secretaria-de-salvador-comecam-a-ser-atendidos-para-licenciamento-no-carnaval.ghtml>.

<sup>41</sup> Carreto é como se chama o serviço de transporte de cargas. Há muitos carretos que transportam ambulantes para trabalharem em festas, sobretudo as que moram longe dos locais de trabalho ou que têm instrumentos pesados, como as “guias” de bebida, que dificultam a locomoção, e, para isso, há um custo de ida e de volta.

narrativas das interlocutoras, variando entre o tratamento do “rapa”, os estigmas vinculados ao trabalho e o tratamento dos clientes. Dália enfatiza isso a partir das fiscalizações do “rapa” e do que se passa no dia-a-dia trabalhando na rua. O tratamento, segundo ela, é como se fossem criminosas. Diz que é uma profissão muito humilhante, pois a pessoa “*corre atrás para comprar seu produto e um pessoal vem e pega, leva seu produto, é muito humilhante, ambulante sofre*”. Não à toa, Dália acredita que “*a policia não gosta de ambulante*”, pois tem uma abordagem muito truculenta.

Geni, trabalhadora de rua em São Paulo, diz em entrevista a Alcântara (*et al*, 2013, p. 23) que “*dia de domingo é o melhor dia para trabalhar, pois não tem policia*”. O tratamento vivido e narrado pelas interlocutoras -trago mais situações na seção seguinte-, se faz presente também em outras cidades e reforça, no imaginário das trabalhadoras, sentimentos de inferioridade e de desvalorização:

Ah, muito, muito, muito, eles perseguem muito, muito a gente, viu? Dá a impressão que a gente sempre é marginal. Nunca a gente é gente assim comum, nunca a gente é trabalhador, porque eles chegam e dizem: vou apreender sua mercadoria, vou prender seu carro, como se a gente fosse o quê, sabe? (Amanda, 62 anos, em entrevista à GARCIA *et al*, 2010, p. 35)

A desvalorização também é praticada por alguns clientes que acreditam que, por ser ‘produto de ambulante’, de estarem vendendo na rua, devem ser baratos, têm pouco valor, ou, ainda, que têm que valer o que eles estão dispostos a pagar. Evidenciando esse tipo de visão, presenciei com Cida, em campo, uma situação em que, ao cobrar 5 reais no ‘punhado’ de folha, uma cliente se negou a pagar, o que a levou a modificar o valor de seu produto de 5 reais para 2 reais para garantir a venda – “*É mole? Se a gente não baixar não vende, é melhor a gente fazer por menos do que estragar, não é? Semana ou depois eu ganho mais...*”.

Diferentemente de Dália e Tânia, Cida não trabalha com produtos em que a procura é alta, assim, a necessidade de vender e de ‘fazer dinheiro’, sobretudo por se tratar de um produto perecível, de pouca duração, ela opta por vender e garantir os 2 reais, em vez de ficar sem nada, situação que evidencia a precarização e desvalorização existentes. No entanto, ela ressalta que não é sempre que dá o desconto, depende do produto e do momento, pois têm mercadorias que o preço é alto e a margem de lucro é pequena. Ela não deixa de manifestar seu sentimento de indignação com a desvalorização que as pessoas aplicam ao seu trabalho: “*Não sabe o pau que a gente dá para comprar a mercadoria*”.

O “pau” ao qual ela se refere é acordar ainda de madrugada, sair de casa com

o céu escuro e as ruas desertas, para garantir a compra da mercadoria<sup>42</sup> – “acordo 3 horas da manhã para sair às 4 horas e ir pra feira (Feira de São Joaquim) porque se chegar tarde não pego nada”. O horário está diretamente relacionado ao transporte público, meio que utiliza para se locomover pela cidade. Diz que não pode atrasar nem 1 minuto, pois, se perder o ônibus, o próximo só passará depois de 1 hora, além de correr o risco de as fornecedoras de folha<sup>43</sup> já terem ido embora ou acabar ficando com os piores produtos.

A preocupação não é só com o horário, mas também com as condições que enfrenta no dia-a-dia do trabalho – “porque lá é barro, na Feira de São Joaquim é molhado, e o pessoal sempre fala, porque tem lama, rato, bicho, aí não dá para ir de sandália, tem que colocar sapato fechado”. Por vezes, no percurso de casa até o ponto de ônibus, se depara com a interrupção dos ônibus ou mudanças de rota<sup>44</sup> devido a operações policiais no bairro e confrontos entre polícia e traficantes, situação que parece ocorrer há alguns anos, como constatou Dias (2017). Situações que também presencia tanto no deslocamento da casa-trabalho, quanto no cotidiano do trabalho no Vale das Pedrinhas. Cida relatou casos de diversos momentos em que, ao estar indo para feira, passava por homens armados, vendas de drogas, barreiras policiais; algumas vezes, quando está sozinha ou sente-se vulnerável, opta por mudar o ponto de ônibus, mas há casos em que o ônibus não entra no bairro, e é necessário que vá andando até a avenida mais próxima.

Esse trecho relatado por Geni, ambulante de São Paulo, entrevistada por Alcântara (*et al*, 2013), também apresenta algumas dessas dificuldades vivenciadas no trabalho de rua:

Gosto muito do que faço porque eu sei que é um serviço digno e respeitoso. É sofrido, porque a gente levanta de madrugada, tem dia que a gente não almoça e tem dia que a gente chega tarde da noite. É chuva, é sol. Ser ambulante em São Paulo é sofrido. A gente é humilhada até pelas pessoas que passam na rua. O ambulante sofre muito preconceito. Porque estamos na rua, somos desmerecidos em nosso trabalho. Eu escuto muitas vezes o freguês falando assim: “Isso é um roubo, muito caro!” Mas se entram num lugar mais chique, pagam o dobro e nem reclamam. Isso é um desrespeito, uma ofensa escutar isso! Nem sabem como é difícil se manter, simplesmente tô trabalhando porque tenho despesas, compro copinho, compro tudo. Então, quer dizer, ninguém vê o custo que você teve nas coisas (Geni em entrevista para ALCÂNTARA, *et al*, 2013, p. 23)

<sup>42</sup> Por muito tempo, essa também foi a realidade de Dália, quando trabalhava com “guia” de alimentos (amendoim e milho), quando ao longo da semana ia com frequência para feiras e centros de distribuição ainda de madrugada a fim de adquirir a mercadoria.

<sup>43</sup> As fornecedoras de folhas e ervas vão abastecer a feira de São Joaquim três vezes por semana - segunda, quarta e sexta - e ela aproveita para comprar diretamente com elas para garantir um preço melhor. Conta das dificuldades que as fornecedoras passam: “essas folhas vêm de Mapele, Dias D’Avila, do interior, e é um perrengue, eles estavam falando que o local onde pegam as folhas também funciona como esconderijo de bandido e desova, aí tem dia que vão buscar e não pode, os bandidos não deixam entrar”.

<sup>44</sup> <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/onibus-seguem-sem-circular-no-vale-das-pedrinhas-e-santa-cruz/>

Dificuldades e humilhações não necessariamente precisam ser vividas diretamente, podem estar na memória e no imaginário daquelas que vivenciam, externa ou internamente, como é o caso de Tânia, filha de “baiana de acarajé”, e que quando criança acompanhava a mãe, junto com sua irmã, nas vendas de rua: segundo ela, decidiu não seguir o legado da tradição da mãe, pois via aquele trabalho como um sofrimento, acredita que para ser baiana de acarajé “*tem que estar no coração*”:

*“essas coisas tem que estar no coração, entendeu? Nunca estive no meu... não sei se porque na época (por volta do final da década de 60) eu achava muito cansativo para minha mãe um negócio muito que ela tinha que levar, trazer, fazer, sentar ali, naquele fogo, naquela temperatura, escaldante...muito trabalhoso, muito, não sei. Eu quando era criança sempre via aquilo como sofrimento da minha mãe, não via como prazer de estar ali”.*

A precarização experienciada no cotidiano por aquelas que vivem do trabalho de rua é a mais dura jornada de trabalho, que resulta em inúmeras violações de direitos humanos sofridas por essas mulheres, sobretudo, por estarem em posições de vulnerabilidade diante do ambiente da rua, não contarem com estrutura de banheiro, depósito<sup>45</sup>, proteção contra as intempéries e segurança a furtos, assaltos e a violência por parte do “rapa”. Situações que trazem à tona o descaso da Prefeitura Municipal frente a essas condições de trabalho, uma vez que uma parcela das trabalhadoras paga a licença para poderem trabalhar, mas ter a liberação não necessariamente garante melhores condições de trabalho, nos termos de infraestrutura. Assim, reafirma-se a ideia exposta anteriormente da participação do Estado na produção da “informalidade”, e na precarização que incide sobre o trabalho de rua.

O “trabalho precário” ou “ocupação precária”, como apresenta a pesquisa do Observatório das Metrópoles, em referência a Proni e Gomes (2015), é considerado como aquela atividade “fora das normas vigentes” tais como subemprego, “informalidade” e desproteção social, que resultam em incertezas econômicas, com baixos rendimentos e sem garantias da continuidade na atividade.

De acordo com a mesma pesquisa, as mulheres precisam pagar até quatro vezes mais, se comparadas aos homens, para poderem trabalhar, devido a uma rede de exploração que atinge mais as trabalhadoras, de modo desigual. Elas são submetidas ao pagamento de aluguel de licenças, ou pagando taxas cobradas ilegalmente por fiscais da Prefeitura, grupos criminosos de traficantes e milicianos, que agem como administradores informais dos pontos de venda. Diante

<sup>45</sup> Os depósitos são espaços privados criados na região do centro para atender a necessidade de armazenamento de material e objetos do trabalho de rua, as trabalhadoras têm que pagar taxa semanal ou mensal para guardar sua “guia”. Eles são criados pelas comerciantes e moradoras do centro, e quem mais dispõe de espaço para tal finalidade.

disto, faz-se importante ampliar a discussão, sobretudo na perspectiva interseccional, pois cada vez mais cresce o número de mulheres, em particular negras, trabalhando nas ruas da cidade:

A crescente presença de mulheres camelôs nas ruas torna ainda mais importante a compreensão acerca de sua vivência no cotidiano na cidade. Porque experimentam a cidade de maneira diferenciada, as mulheres negras e pobres estão expostas a vulnerabilidades particulares, assim como dão sentido às suas trajetórias, concebem suas identidades e elaboram suas demandas de maneira distinta. Na medida em que o trabalho na rua indica ser uma estratégia de sobrevivência à crise e uma alternativa às amarras que conectam divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico remunerado e vulnerabilidade social, a defesa dos direitos das mulheres camelôs constitui-se, além do mais, numa temática central para a ampliação da democracia no país (ibid, p. 37).

As dificuldades e precarizações, em determinadas situações, podem ser entendidas como produzidas pelo próprio poder público, que são produtores e reforçadores da “informalidade”, como esta pesquisa evidencia, em diálogo com a literatura (NETO, VEIGAS, 2018; GONÇALVES, BAUTÈS, MANEIRO, 2018). Mesmo as trabalhadoras pagando a licença para trabalharem, não encontram mudanças quanto às condições de trabalho, como, por exemplo, investimentos em estruturas que garantam proteção de chuva e de sol, estrutura de banheiro e refeitórios, depósitos para armazenamento de material, e ainda se deparam com situações como suspensão ou negação da alvarás, reforçando esse lugar da “irregularidade” e, conseqüentemente, de perseguição.

Em determinadas situações vivenciam flexibilizações das medidas de ocupação do espaço, que podemos ler como a referida “gestão dos ilegalismos” em ato, permitindo que estejam na rua, mas de forma móvel e não fixa, reforçando ainda mais as precarizações e instabilidades existentes, como ocorreu recentemente com Paula, ambulante que trabalhava no terminal da Barroquinha e, após negociação – dela e mais um grupo de trabalhadoras – com a SEMOP, foi realocada temporariamente para a estação da Lapa:

*Paula: Mas eles (SEMOP) falaram com a gente que se a gente quisesse, a gente poderia, mas aí a gente teria que ter um carrinho ou um isopor, móvel... porque não pode colocar barraca.*

*Alisson: Maluquice! Ou seja, tá lhe empurrando aí para um cadastro que não tem a barraca.*

*(Conversa informal dia 23.10.2020)*

Para além das condições vividas no cotidiano, as dificuldades, precarizações e desigualdades se fizeram ainda mais latentes na vida das trabalhadoras no momento de pandemia: com grande parte das atividades suspensas, foram impossibilitadas de estarem na rua, e aquelas que não tiveram opção e permaneceram trabalhando viram seus rendimentos diminuir em mais da metade devido às ruas vazias e à mudança na dinâmica urbana. Dália perdeu mercadorias que venceram e estavam estocadas no depósito, após o Carnaval de 2020. Tânia e as outras trabalhadoras da associação ficaram mais de um ano afastadas da rua, pois a

Prefeitura não autorizou o retorno. Cida passou por dificuldades econômicas, precisou comprar fiado no mercadinho próximo à sua casa, acionando as redes de vizinhança, até que a situação melhorasse.

Com necessidade de voltar a trabalhar, após meses dentro de casa, dinheiro acabando, dificuldades surgindo, Dália e Cida se arriscaram<sup>46</sup> a voltar para a rua para trabalhar, dada a necessidade de sobrevivência e por “não conseguirem mais ficar dentro de casa”, como ambas relataram. Estavam trabalhando na rua expostas ao vírus, mesmo com o risco de contágio, com a elevação do número de casos, sem acesso à água na rua para a limpeza das mãos, pegando em dinheiro, tendo contato com pessoas, em algumas situações com o uso incorreto da máscara.

Mesmo com o retorno às ruas, as vendas caíram consideravelmente devido ao número reduzido de clientes, resultando em menores rendimentos mensais. Pitty Almeida, que trabalha em Salvador, e é diretora da Unicab (União Nacional de Trabalhadores e Trabalhadores Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil), em entrevista à empresa social “gênero e número”<sup>47</sup>, conta que teve uma redução de 80% nas vendas: “*tive que buscar outros trabalhos para conseguir manter minha casa e as despesas da família, sendo que antes só o trabalho de ambulante já era suficiente. Temos que escolher entre comer ou pagar o aluguel na data*”.

Some-se a tudo isso, ainda, as preocupações e tensões por se verem ainda mais suscetíveis a apreensões e violências, uma vez que a atuação do “rapa” não foi suspensa, mesmo durante a pandemia. Os efeitos da pandemia para as mulheres são ainda piores, pois com escolas e creches fechadas, se viram dentro das casas, sem trabalho e sem dinheiro, e muitas vezes impossibilitadas de buscar outros trabalhos ou recursos por conta dos cuidados com os filhos. Apenas algumas situações dos efeitos desastrosos da pandemia.

Segundo Rugel (2021), a América Latina e o Caribe foram os mais atingidos pela pandemia, com aumento do desemprego, seja ele formal ou informal, impactando diretamente mulheres que ocupavam atividades que foram mais afetadas, como hotéis e turismo, serviços domésticos e comércio, tendo como consequência um aumento drástico da pobreza e maior vulnerabilidade da população.

Com os impactos da pandemia e o aumento do desemprego, houve, conseqüentemente, o aumento de pessoas trabalhando na rua, como evidenciado nas mudanças observadas em campo: no “mato” houve um aumento de trabalhadoras vendendo bebidas e comida; nas ruas e ônibus, havia maior fluxo de trabalhadoras em movimento. Nos ônibus, a cada dia, os fluxos

---

<sup>46</sup> Em especial Dália, devido à proximidade com a Estação da Lapa, por ser um lugar em que circula um grande número de pessoas, 500 mil passageiros por dia, antes da pandemia. Mas Cida não fica de fora, pois, além de utilizar do transporte público, faz parte do grupo de risco, por ter 73 anos.

<sup>47</sup> <https://www.generonumero.media/ambulantes-pandemia>

de trabalhadores – no masculino, pois são a maioria – aumentava, ‘era um entra e sai’ de ambulantes durante todo o percurso no ônibus, vendendo dos mais diversos produtos, ou mesmo serviços, por exemplo, uma nova modalidade de trabalho decorrente da pandemia: “higienizadores de ônibus” – trabalhadores ambulantes com álcool e um pano, passam limpando os ferros, borrifando álcool nas mãos, higienizando o ônibus para uma maior proteção, e, em contrapartida, recebem uns “trocados”.

Situação que traz reflexões globais, como enfatiza Rugel (2021) ao dizer que haverá um aumento ainda maior na “informalidade” do que a já existente. Pois, se antes da pandemia a porcentagem de pessoas trabalhando “informalmente” era de 56%, pós pandemia esse número poderá chegar a 62%, crescimento que já se fez evidente, mesmo durante a pandemia. É um cenário preocupante, uma vez que, com o aumento da “informalidade”, conseqüentemente haverá um aumento da população em situação de pobreza, assim como da desigualdade, aumentando as disputas e conflitos no espaço urbano, devido ao aumento de trabalhadoras e aos agravamentos nas condições de vida. Situações que há algum tempo já vêm sendo vividas por algumas dessas trabalhadoras de rua, sobretudo após 1 ano de pandemia, como nos conta Tânia:

*“Pra dizer a verdade, assim ó, no grupo da gente, tem gente hoje que morava de aluguel e está morando de favor, tem gente na casa de parente, tem gente que tá morando na rua, tem gente que está para ser despejado, quando consegue pagar um aluguel, tava devendo três, entendeu... com papel de despejo, só aguardando. Tem gente que tá comendo no prato do povo<sup>48</sup> todos os dias, com aquele 270 que recebe da Prefeitura, que a Prefeitura tá dando 270 né, aí com todos os dias no prato do povo, tem gente que não tá ganhando 270 e não tem de onde tirar nada, tá vivendo de arranjar uma cesta básica aqui, um auxílio ali de alguém. Tá um pandemônio, minha filha. Tá um pandemônio” (Conversa pelo whatsapp 16.04.2021).*

Com a pandemia, ficou ainda mais evidente as desigualdades socioespaciais que assolam parte da população brasileira, sem acesso à infraestrutura, habitação de qualidade, e serviços básicos, como água, coleta de lixo e de esgotamento sanitário, sendo que, a população negra e pobre foram as mais atingidas pelos efeitos da pandemia, “revelando uma associação entre os impactos da situação atual e o racismo ambiental”, (HELENE, 2020, p. 60) e evidenciando como os atravessamentos de ordem racial, de gênero e de classe estão conectados e se manifestam nas desigualdades em curso. Situações que colocam as mulheres em maior vulnerabilidade, “por estarem diretamente ligadas às tarefas de coleta de água, limpeza,

<sup>48</sup> Prato do povo é um restaurante popular do governo do Estado da Bahia e oferece refeição por 1,00 real. Em Salvador, existem 2 unidades, no bairro do Comércio e Liberdade. Cida, que, em algumas situações em que não tinha ou ganhava almoço, ia até ao Comércio garantir a refeição.

cuidados de doentes e à reprodução da vida – dentro da família e/ou nas funções que ocupam nos trabalhos remunerados” (ibid).

Galindo e Júnior (2021, p. 73) apontam que estudos já demonstram os reflexos da desigualdade presentes nos dados, ressaltando uma realidade da qual já se sabia, de que a desigualdade social é também racial: “estudos já têm demonstrado a diferença de incidência de casos conforme a raça/cor e de mortes por esse mesmo critério tanto para o Brasil no geral (Baqui *et al.*, 2020<sup>49</sup>) quanto para o Nordeste em específico (Santana *et al.*, 2020<sup>50</sup>)”.

Um aprofundamento reflexivo nas dimensões das precarizações e desigualdades vivenciadas no espaço urbano pelas trabalhadoras de rua nos leva à análise da presença do “rapa”, que representa a abordagem da Prefeitura Municipal diante da presença dessas mulheres e suas práticas de trabalho na rua, e que, mesmo durante a pandemia, não deixou de atuar.

### Olha o “rapa”!

*“Hoje é a SEMOP, que são agentes fiscalizadores, que antigamente era “rapa”... se chamar “rapa”, hoje, eles não gostam, não, eles fazem um barulho”. (Tânia)*

O “rapa”<sup>51</sup> é uma figura emblemática nas cidades brasileiras. Pode-se dizer que onde tem trabalhadora de rua, tem “rapa”. Conforme definido pelo dicionário Houaiss Eletrônico, o “rapa” é “carro da Prefeitura Municipal que conduz fiscais e policiais pelas vias públicas para apreender mercadorias de vendedores ambulantes não licenciados<sup>52</sup>”, mas, na prática, os significados e configurações são diversos. Presente no cotidiano da rua, o “rapa” é sinônimo de temor para quem trabalha nas ruas, sendo considerado como uma das maiores dificuldades desse trabalho (CUNHA, 2009; BOUÇAS, 2015; LIMA, 2020), pois sua presença é uma ameaça, representa o medo de levarem a “guia”, terem prejuízos ou sofrerem alguma violência física.

<sup>49</sup> BAQUI, P. *et al.* Ethnic and regional variations in hospital mortality from Covid-19 in Brazil: a cross-sectional observational study. *Lancet Global Health*, v. 8, n. 8, July 2020.

<sup>50</sup> SANTANA, J. M. *et al.* Determinantes sociais da saúde e óbitos por Covid-19 nos estados da região Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Funcional*, v. 11, n. 1, ago. 2020.

<sup>51</sup> A forma como as interlocutoras denominam o “rapa” varia entre elas, Tânia chama de fiscais, Dália e Cida chamam de “rapa” e eventualmente de fiscais. Como o “rapa” é uma nomeação usual no Brasil todo e traz consigo todo um processo sócio-histórico de atuação para com o trabalho de rua, adotaremos este termo. As inquietações quanto à figura do “rapa” se deram anteriormente ao início da pesquisa, atravessando minhas experiências com a cidade. Em algumas conversas informais com trabalhadoras ficou evidente que o “rapa” era uma questão importante para entender as dinâmicas da cidade e do trabalho de rua. Algumas questões prévias foram se construindo anteriormente e após o início da pesquisa, quanto à regularidade, quais critérios utilizam para abordagem e apreensão, como as mulheres veem o “rapa”, se já sofreram alguma abordagem e/ou violência por parte deles. Busquei compreender essas e outras questões a partir do diálogo com as interlocutoras.

<sup>52</sup> Em Salvador, as fiscalizações não se restringem apenas aos não licenciados. Há situações em que fiscalizam os licenciados para ver se estão cumprindo as normas. Caso não estejam, apreendem mercadorias, sendo necessário o pagamento de taxa para liberação.

Há um histórico de atuação do “rapa” nas cidades brasileiras (FRÚGOLI, 1995; SILVA e FILHO, 2018; HIRATA, 2015; LIMA, 2020), sobretudo nas áreas centrais, com tratamentos de controle para com as manifestações populares ali existentes. Não reduzindo-se apenas à figura de fiscal e apreensor de mercadoria, a ação do “rapa” conecta-se a uma política de ordem e controle das cidades, que têm interesses de transformação dessas áreas centrais através de processos de modernização, embelezamento e elitização, “varrendo” grupos populares que ali vivem e/ou fazem seus territórios de trabalho, como: comércio ambulante, pontos de prostituição, moradores de rua. Ação que desconsidera a importância do centro para esses grupos e práticas populares, como acesso a serviços, infraestrutura, e como forma de experimentação, em alguma medida, de um direito à cidade.

Moura e Scocuglia (2016, p. 311), ao abordarem sobre o trabalho de rua em João Pessoa, apresentam semelhanças com o tratamento do poder público e do “rapa” em Salvador – e em outras cidades brasileiras. As autoras apresentam matérias publicadas em jornal em dois períodos, em 1950 e 1997, ambas tratando das políticas municipais de reordenamento dos espaços públicos, que visavam a retirada do trabalho de rua do Centro: “o principal problema alegado é o da ocupação de espaço nas calçadas, impedindo a circulação dos pedestres”. Esta segue sendo a visão dominante que se tem do trabalho de rua<sup>53</sup> relativo à produção do espaço: um problema a ser eliminado e/ou solucionado:

O comércio informal tende a ser encarado como um problema a ser “eliminado”, “controlado” e/ou “encoberto”, conclusão fundada na justificativa de que eles comercializam produtos ilegais e atrapalham a circulação nas ruas (causam desordem). Enquanto a primeira opção remete, geralmente, à tentativa de expulsar ambulantes e camelôs das ruas, as outras comumente reportam à necessidade de inseri-los em lugares fechados e planejados. Sem dúvida, todas essas opções envolvem conflitos entre o poder público e os camelôs/ambulantes. (ibid, p.310)

Em Salvador, no início da década de 1980, período em que as interlocutoras iniciaram o trabalho na rua, o “rapa” já se fazia presente, e neste momento era formado pela polícia (SALVADOR, 1973). A partir dessa configuração, entende-se que por muito tempo a presença de pessoas trabalhando na rua era tratada como uma questão de ordem social e de segurança e não propriamente uma questão urbana. Foi apenas em meados das décadas de 1980-90 que a fiscalização do trabalho de rua passou a ser de responsabilidade da antiga Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP) e atual Secretária Municipal de Ordem Pública (SEMOP). Atualmente, grande parte das fiscalizações ocorrem pelos fiscais da SEMOP, mas ainda há ações em que a polícia e/ou a guarda municipal atuam em conjunto.

<sup>53</sup> Não apenas ao trabalho de rua, mas também a grupos subalternos, como a criminalização da pobreza e das “margens” (ROSA, 2014; 2018), e, sobretudo, a marginalização histórica da população negra. (NOVAES, 2017)

Pode-se dizer, ainda, que a fiscalização da polícia para com o trabalho de rua está presente desde o século XIX: "se antes os ganhadores estavam submetidos ao duplo controle dos senhores e do Estado, agora que a escravidão definia cada vez menos sua condição, caberia apenas ao Estado a tarefa de controlá-los" (REIS, 2000, p.201). Nesse caso, o Estado era representado pela polícia, com vistas a controlar e ordenar o trabalho de rua, e conseqüentemente a população negra, que compunha essa prática de trabalho. Com legislações que se aproximam ainda das vigentes, para trabalhar nas ruas era necessário seguir as leis de posturas, dispor de licença, pagar taxa para uso da rua, controle da vestimenta, identificação das trabalhadoras, entre outras. Segundo Bruno Durães (2002, p. 294), as ações de poder sobre o trabalho de rua tinham duas características centrais:

Primeiramente, tinha um caráter de embelezar a cidade, reservar e conservar os espaços públicos da cidade para a elite “branca”, “letrada”. Esse não poderia ser um espaço pitoresco, ridicularizado, obscuro, popular, mas sim respeitoso, limpo e ordeiro. Dessa maneira, essas vendedoras eram estereotipadas de africanas e escravas, principalmente devido às suas vestimentas e a sua cor, as quais eram relacionadas com barbárie, atraso e falta de higiene. Por outro lado, as leis representavam a tentativa do governo de constituir, em Salvador, um processo civilizatório avançado, em sintonia com o progresso e o desenvolvimento de outros países.

Se o controle, perseguição e violência por parte do “rapa” ainda se fazem presentes nos dias de hoje, pode-se dizer que essas relações já foram bem mais conflituosas no passado. Atualmente, há uma flexibilização quanto às abordagens, negociações e diálogo, são relações mais tênues, que variam no tempo e no espaço, podendo ser lidas também na chave da gestão dos ilegalismos, em que há norma e regra, mas também flexibilização e exceção. A Prefeitura Municipal, através dos fiscais, cria novas regras, acordos “informais” e negociações, com cada território e sujeito, variando conforme as gestões políticas e a dinâmica da cidade, com momentos de intensa fiscalização, apreensão e uso da violência, e outros momentos de maior diálogo, negociação e flexibilização quanto à fiscalização.

A presença e regularidade do “rapa” vão se alternando também conforme territórios e situações de interesse, entre licenciados e não-licenciados, sendo frequente sua presença – apenas aos finais de semana – no Largo da Mariquita, no Rio Vermelho, e no Estádio de Futebol – Arena Fonte Nova. No centro e nos territórios das interlocutoras, as abordagens vão se dando de formas variadas no tempo e no espaço. Na Barroquinha, o “rapa” hoje quase não aparece, uma vez que ela não é mais um local de concentração do trabalho de rua, como era no passado. No “mato”, ao lado da Estação da Lapa, há períodos de “sossego”, em que o “rapa” não aparece, mas há outros em que vão todo final de semana, fazem apreensões, criam novos

ordenamentos<sup>54</sup>, novas normas<sup>55</sup>, impedem a instalação em determinados lugares, agem com violência.

Imagem 16: Trabalhar na rua é conviver e disputar dia-a-dia com a violência do “rapa”



Fonte: Fotos do Google Imagens e de campo – Colagem: Elaboração da autora

No caso do CHS, a abordagem da fiscalização transitou por diferentes processos históricos. Quando a associação começou a trabalhar, na década de 1980, o “rapa” era a polícia, haviam constantes conflitos, e eles realizavam frequentes rondas policiais e fiscalizações pesadas que tinham como objetivo impedir o som<sup>56</sup> – também mais recentemente, durante a

<sup>54</sup> Dália e Laura, assim como os clientes do “mato”, discorrem que esses embates e conflitos se dão por conta do setor privado, comerciantes, lojistas, investidores, em especial, o shopping, que se encontram no entorno.

<sup>55</sup> Em 2019, começaram a proibir a ocupação e a venda no canteiro, concentrando todas as trabalhadoras em apenas um lado da calçada, chegando a multar veículos de trabalhadoras que ali se encontravam. As normas foram seguidas por um período, mas, após a ausência do “rapa”, voltaram a ocupar os dois lados. Em 2021, com período pandêmico, muitas trabalhadoras saíram do “mato” e passaram a trabalhar dentro da estação, mas as abordagens policiais se tornaram recorrentes, o que faz com que elas estejam em permanente trânsito, mudando de lugar, da estação para o “mato” e vice-versa.

<sup>56</sup> Conforme o decreto 11.574/1997, é proibido qualquer tipo de som nas “bancas” para não causar perturbação à tranquilidade pública, resultando em multa. A questão do som já foi exposta também por Dália e, segundo ela, a SEMOP e a polícia aparecem alegando poluição sonora, e, em alguns casos, chegam a levar o equipamento. Situação que fez com

pandemia, Dália ficou um período sem levar o som justamente para que não fosse um atrativo de fiscalização e apreensão, mas, em contrapartida, queixava-se da perda de clientes pela ausência do som.

Ao passo que iam mudando as gestões políticas, os tratamentos iam se alternando entre maior flexibilização e/ou fiscalização e controle. No presente, segundo Tânia, a relação com o “rapa” é mais cordial, mas houveram várias tentativas de remoção por parte da Prefeitura. As trabalhadoras no CHS que estão com barraca ou *cooler*<sup>57</sup>, mesmo não dispendo de licença, não são perseguidas pelo “rapa”, pois este é um território que tem forte atuação da Prefeitura, com capacitação, cursos, ordenamentos, padronização, disponibilização de equipamentos e, conseqüentemente, elas são vistas como “legais” perante a Prefeitura, reforçando a gestão dos ilegalismos que opera no espaço urbano.

Essas diferentes atuações por parte da Prefeitura Municipal são reiteradas também na entrevista realizada por Alcântara (*et al*, 2013, p. 35) com Francisco, ambulante em São Paulo:

Mas já tivemos tempos difíceis, tempo de crise na gestão do José Serra e Kassab, que colocou a PM [Polícia Militar] e os fiscais da Prefeitura pra correr atrás de trabalhador e, quando não alcançavam a gente, jogavam aqueles cassetetes em nossas pernas. Caíamos, perdíamos as mercadorias, uma gritaria... “Perdeu, perdeu!!!” Davam tiro pra cima, escapava da Prefeitura, caía na PM, escapava da PM, caía na Prefeitura, então foi um sacrifício pra nós essa perseguição. O Haddad não está sendo bom como ele prometeu, mas 50% melhorou já pra gente, porque a gente tá trabalhando, a PM chega e pelo menos fala: “Tiozinho, sai fora, não pode ficar aí”. Agora, com Kassab e Serra, nós comemos o pão que o diabo amassou! Tinha vez que eu perdia mercadoria três vezes no dia, pegava dinheiro emprestado pra comprar mais mercadoria, e aí tomavam tudo. E se você resistisse e não deixasse levar as mercadorias, eles arriavam o pau, usavam spray, gás na cara da gente.

Como nas palavras de seu Francisco, é comumente enfatizado, pelas interlocutoras e demais mulheres que conversei informalmente acerca das ações do “rapa” nas ruas de Salvador, que essas perseguições e controle as enquadram como se fossem “bandidas”, “criminosas”, como se estivessem cometendo uma violação ou algo extremamente errado, mas enfatizam que estão apenas trabalhando. “*O baiano sofre, quem não quer vida fácil sofre, quem vive do suor, como o ambulante, sofre. Isso porque não estamos roubando nem traficando, se fosse eles não falaria nada*” - é evidente o descontentamento e indignação de Célia, “baleira”<sup>58</sup> que trabalha aos finais de semana no Rio Vermelho. Esse tratamento para com as trabalhadoras de rua, vale a pena enfatizar, se faz por trás da figura do “rapa”, mas é ação da própria municipalidade, que

---

que grande parte das trabalhadoras durante a pandemia trabalhassem sem o som, para que esse não fosse um atrativo de fiscalização e apreensão pela SEMOP.

<sup>57</sup> Cooler é um equipamento térmico cedido pela Prefeitura, após substituição dos isopores, que faz parte de um projeto de padronização e embelezamento da cidade de Salvador. Assim como no CHS, a substituição ocorreu nos bairros do Rio Vermelho e Barra.

<sup>58</sup> Baleiro é como são chamadas as pessoas que vendem balas, chicletes, doces, - e cigarro -, em um tabuleiro portátil, normalmente preso no corpo, mas que dispõe também de um tripé que possibilita que ele fique fixo.

dá ordens e pratica essas violências.

Entretanto, essa prática de trabalho, em alguns estados, como no caso de Salvador, é em certa medida regulamentada pela Prefeitura Municipal, por meio de leis e decretos que regem o exercício do trabalho. Em alguns casos, há liberação e consentimento da municipalidade a partir do pagamento das licenças, matrículas e impostos, que garantem que estejam “regulares” e que possam exercer seu trabalho perante a municipalidade (NOVAES, 2017).

Contudo, de alguns anos para cá, conforme contam as interlocutoras principais e outras mulheres com quem pude conversar durante a pesquisa de campo, há dificuldade em conseguir os alvarás, sendo frequente a recusa pela municipalidade. Há casos em que o poder público oferta outro local próximo ao escolhido pelas trabalhadoras, mas sem a mesma centralidade e fluxo<sup>59</sup>, ou pior, suspende as licenças já ativas, alegando reformas, intervenções e impossibilidades de continuar trabalhando em determinados territórios.

Os tratamentos e ações por parte da Prefeitura/Estado acabam por contribuir, reforçar, ou mesmo produzir a “informalidade” e a “ilegalidade”, como evidencia-se em alguns estudos (ITIKAWA, 2004; PINHEIRO-MACHADO, 2008; FRÚGOLI, 2009; ALCÂNTRA *et al*, 2013; OBSERVATÓRIO, 2019). Nesse contexto de gestão dos ilegalismos, ocorre por parte dos fiscais cobrança de propina, subornos, e não apenas fiscais da Prefeitura, mas abre brecha para que outras pessoas ocupem esse lugar do “controle”, como traficantes, milicianos e administradores informais que se apropriam de espaços e criam regras para futuras ocupações.

Nos encontros de pesquisa, as interlocutoras narraram situações dessa ordem, falaram acerca de relações de proximidade e negociações com fiscais, relações clientelistas com a Prefeitura/Estado. Dália, por exemplo, conta que o filho Felipe está em diálogo com um funcionário da SEMOP para conseguir uma vaga nos novos “boxes” no terminal da Barroquinha. Ela conta ainda das trabalhadoras de “passe de ônibus”<sup>60</sup> que, mesmo sendo proibidas pela estação, com constantes fiscalizações e abordagens pela SEMOP, polícia e outros órgãos, algumas delas conseguem permanecer na atividade, pois dão uma “*ponta*” para os fiscais<sup>61</sup>.

<sup>59</sup> Essas ações fazem com que muitas mulheres ocupem de forma “irregular” perante ao poder público espaços que estimam ter boas vendas e maior retorno com o trabalho.

<sup>60</sup> Essa atividade é feita pela venda de passe ônibus por um valor menor daquele cobrado pelas empresas responsáveis pelo transporte público, os trabalhadores ganham dinheiro com a integração que é feita pelo cartão de ônibus. A atividade é essencialmente masculina, pelo que pude constatar na estação da Lapa.

<sup>61</sup> Os fiscais são contratados pela própria estação da Lapa que realizam orientações e dão informações sobre os ônibus para os passageiros, orientam motoristas para o fechamento da porta ou aguardar passageiro que vai entrar, assim como uma de suas funções é fiscalizar essa atividade de venda dos passes de ônibus, que perante a estação é uma prática “ilegal”.

Situação vivida também por Cida no Carnaval<sup>62</sup> de 2020. Trabalhando na Barroquinha com uma “guia” de bebidas, no mesmo ponto que tem sua “guia” de folhas e ervas, foi abordada pelo “rapa” no primeiro dia de festa. Pediram a licença para trabalhar, e como ela não tinha, de imediato queriam levar sua “guia”, mas, segundo ela, foi a partir da negociação que conseguiu sair da situação e passou a ser “acobertada” por eles:

*“Aí eu falei: oh meu filho, isso aqui eu tomei dinheiro emprestado para pagar, você vai levar minha mercadoria?? Ele meteu a mão aqui por baixo (no isopor), viu que não tinha mercadoria que não devia, aí depois, ‘não tia, não vou levar, não... deixa aí’. Aí eu disse, oh filho quando você quiser vem tomar uma cervejinha, comer um tira gosto, vem aí que eu te dou”.*

Ela conta que eles não só voltaram para pegar o que foi prometido, como passaram todos os dias de Carnaval para beber em sua “guia”, o que ela considera ser algo bom: *“porque aí eu fico coberta com eles, né? ninguém encosta, ‘ali é pessoal minha e tal’”.*

A situação narrada por Cida tem referência a um dos maiores eventos que acontece em Salvador, o Carnaval, em que a abordagem da Prefeitura e do “rapa” é intensa. A regularidade das fiscalizações do “rapa” na cidade de Salvador se dá com maior frequência em festas populares e eventos, controlando a licença e os produtos comercializados. A fiscalização gira em torno da apreensão de mercadoria daquelas que não possuem licença, ou caso as cadastradas estejam vendendo produtos de marcas não permitidas<sup>63</sup>. Ao encontrar esses produtos, os apreende e ficam detidos<sup>64</sup> na sede da SEMOP, liberados apenas mediante o pagamento da multa.

*Aleida: E como é, quanto que paga para tirar?*

*Dália: Paga 300 reais para tirar, e se a festa, que agora as festas tem tudo negócio de patrocínio, que agora é skol, se a gente vai vender, tem uns capetas que gostam muito de levar por baixo, aí leva devassa, aí o “rapa” tira tudo e leva aquela mercadoria, bota no saco. Aí você vai ter que ir lá e pagar o que é seu para tirar.*

*Aleida: E às vezes compensa pagar?*

*Dália: Ô, se é seu. Se é sua mercadoria. Não vai compensar, mas você vai tirar. Eu mesmo, toda vez que ele vai levar, toda vez que ele me prende, se faltar uma cerveja eu vou lá tirar, ‘óia, tá faltando uma cerveja, quero’. Aí tem que diminuir o preço da licença.*

*(Entrevista realizada em: 29.05.2019)*

Em 2020, foram disponibilizadas 4,5 mil licenças<sup>65</sup> e, conforme dados da Prefeitura, as mulheres foram a maioria das cadastradas, com 67,6%, um total de 3 mil mulheres trabalhando

<sup>62</sup> Se considerar que o Carnaval é um período em que as trabalhadoras conseguem movimentar bastante dinheiro e ter um retorno satisfatório com as vendas, esses acordos com os fiscais podem ser mais frequentes, motivados pela existência do dinheiro e pela necessidade de permanecer trabalhando.

<sup>63</sup> Festas patrocinadas como Carnaval, Iemanjá, Ano Novo, São João, estipulam as marcas e os produtos permitidos para venda, sendo que o descumprimento resulta na apreensão da mercadoria pelo “rapa”.

<sup>64</sup> Presenciei uma apreensão no Rio Vermelho, quando cheguei já estava acontecendo, os fiscais estavam retirando os produtos da “guia”, colocaram em um saco plástico transparente, fecharam com um lacre, e deram um papel para a ambulante. Em seguida, saíram e colocaram no carro.

<sup>65</sup> “Ambulantes acampados em frente a secretaria de Salvador começam a ser atendidos para licenciamento no Carnaval” <https://g1.globo.com/ba/bahia/carnaval/2020/noticia/2020/02/03/ambulantes-acampados-em-frente-a-secretaria-de-salvador-comecam-a-ser-atendidos-para-licenciamento-no-carnaval.ghtml>

no Carnaval<sup>66</sup>. Mas este número de trabalhadoras é ainda maior, se considerarmos que uma parcela significativa trabalha sem licença, como é o caso de Cida e Dália. Os casos que não dispõem de licença ficam nas proximidades do percurso de Carnaval, pegando o fluxo de quem está chegando e indo embora e/ou locais menos visados para a fiscalização.

As repressões frente ao trabalho de rua são praticadas há muito tempo nas cidades brasileiras, e mesmo em Salvador, contudo, tanto as trabalhadoras no século XIX como as de hoje nem sempre aceita(va)m pacificamente as ações do Estado, cria(va)m táticas, conspira(va)m, com sagacidade dribla(va)m as normas e as tentativas de controle, com ações subversivas, como pode ser constatado nas revoltas e na greve negra no século XIX (REIS, 1991, 2000, 2019). E aqui nos aproximamos de um “sentido negro de lugar” como sugere McKittrick (2011, p. tradução livre), ao dizer que ele pode ser entendido “como o processo de situar material e imaginativamente lutas históricas e contemporâneas contra as práticas de dominação e os difíceis envolvimento de encontro racial”.

As táticas mobilizadas são diversas, em vista de permanecer no território, fugir do “rapa” e não serem vistas.

A noção de tática desviatória mostra outro caminho através das práticas microbianas, singulares e plurais, práticas multiformes, resistentes, astuciosas e teimosas que contrariam e sobrevivem a um sistema de poder, um sistema urbanístico estratégico, que busca ordená-las ou suprimi-las. Essas práticas, através das táticas desviatórias, escapam ao controle disciplinar, estudado por Michel Foucault, e indicam a possibilidade de uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido, praticado, das experiências corporais da cidade. (JACQUES, 2012, p. 22)

As táticas são aprendidas com o tempo e a partir da presença na rua, configurando um “saber-fazer” (SILVA, 2020), um modo de vida, como apresentado no capítulo “*redes de relações e políticas da rua*”. Nesse sentido, Dália<sup>67</sup> nos conta que no início, quando ainda estava aprendendo as “*manhas*” da rua, era frequentemente pega pelo “rapa”, mas foi a partir de trocas no cotidiano com outras trabalhadoras que foi aprendendo a hora de sair, a observar o movimento de outras trabalhadoras, em perceber a chegada do “rapa” e uma possível fiscalização. Aprendeu na Estação Nova Esperança (ENE, atual Estação Pirajá) que, quando o “rapa” chegava, tinha que dar um jeito de sair do terminal: entrar nos ônibus, sair correndo, só não podia permanecer, senão era pega. Contudo, ainda hoje, mesmo sabendo lidar melhor e

<sup>66</sup> “Mulheres são maioria entre vendedores ambulantes no Carnaval” [www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mulheres-sao-maioria-entre-vendedores-ambulantes-no-carnaval/](http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mulheres-sao-maioria-entre-vendedores-ambulantes-no-carnaval/)

<sup>67</sup> Das experiências vividas pelas interlocutoras, Dália é quem é mais atravessada pelas ações do “rapa” no cotidiano de trabalho, talvez pelo produto que vende, pelo território que trabalha, por não ter licença e por trabalhar em diversas festas, espaços em que há concentração do “rapa”. Ao longo dos 40 anos em que trabalha na rua, o “rapa” sempre esteve presente em seu cotidiano, e mesmo com tempo, não deixa de ser um tormento.

tendo as “*manhas*” para sair de situações de conflito, a presença do “rapa” continua sendo um disparador de medo.

Em pouco tempo observando as ruas da orla da Barra, em Salvador, aos finais de semana, é possível apreender algumas das táticas utilizadas pelas trabalhadoras para se esquivarem da fiscalização ao verem o “rapa”<sup>68</sup>, seja se esconder atrás dos carros ou puxar ligeiramente um pano com os produtos que estavam expostos no chão, movimentos em busca de não serem pegadas nem terem as mercadorias apreendidas. Algumas táticas podem ser observadas na descrição de Reginensi (2018, p. 127-128), que retrata observações de situações vivenciadas por trabalhadoras no Rio de Janeiro:

Os camelôs, no calçadão, atuam do mesmo jeito que seus colegas nas avenidas do bairro (Nossa Senhora Copacabana) ou das ruas e avenidas do Centro da cidade. Esses camelôs, chamados da “pista”, em oposição aos camelôs do camelódromo que são autorizados pelo poder público (MAFRA, 2008) usam de uma tática: unem cordões aos quatro cantos simples de uma tela plástica (ou de um pedaço de tecido) sobre a qual armazenam os seus artigos. Logo que a presença do “Rapa” for assinalada, preparam-se para aumentar os cordões e a tela torna-se uma bolsa que contém toda a sua mercadoria. Muitos deles, quando o Rapa se aproxima, vão se instalar no quiosque mais perto como se fossem clientes, tomando uma água de coco. Outros escondem a bolsa, na faixa de areia, perto de uma barraca. Essas pequenas táticas funcionam bem, mas, às vezes, o Rapa consegue pegar a mercadoria e levar o camelô para a delegacia.

Mas nesse jogo cotidiano de trabalhar na rua, nem sempre as táticas são efetivas, há momentos em que é preciso “recuar”, recriar, se reinventar, para sua segurança. A presença do “rapa” na cidade, o que ele representa e aciona na memória e na subjetividade das trabalhadoras, faz com que avaliem a permanência em determinados pontos ou produtos, novas ocupações, trabalhar ou não em alguns eventos e demais circunstâncias, pois, além da repressão e violência, o que está em jogo é não perder a “guia” e o dinheiro investido. Situação que pude presenciar em campo, quando Cida experienciou a dúvida de ir ou não vender água na festa de Iemanjá no ano de 2021, quando soube que a festa havia sido suspensa por conta da COVID-19. Sem a festa, as ruas ficariam cheias de policiais e do “rapa”, então, achou melhor não arriscar, decidiu por esperar a situação melhorar para poder vender, *“se não acaba jogando dinheiro e mercadoria fora [...] porque se botar mercadoria e depois ficar correndo com carrinho, com isopor, imagina...”*.

Nas diferentes atuações do “rapa”, Cida me conta memórias da década de 80, relata que sua primeira “guia” não durou muito tempo<sup>69</sup>, pois ocorriam frequentes abordagens do “rapa”,

<sup>68</sup> Importante dizer que como não pretendo expor as trabalhadoras, não irei detalhar essas táticas, mas que para a reflexão proposta aqui se faz necessário o registro desses saberes, decorrentes das violências e precarizações, que são inerentes ao trabalho de rua, sobretudo o praticado por mulheres.

<sup>69</sup> Essa mesma situação também é vista por Damião, ambulante em São Paulo, que fez a mudança dos produtos e substituição da barraca fixa por um carrinho de supermercado por conta das apreensões do “rapa”. Assim ele consegue “escapar” e ter mais garantia de que suas mercadorias não serão apreendidas (VIANA, 2013).

que na época era a polícia, “*eles vinham de monte, ainda mais que era “pirata”<sup>70</sup>, aí sim era perseguido*”. Por mais que ela e as demais trabalhadoras usassem de táticas para escapar - por exemplo, tinham “olheiros”<sup>71</sup> para avisar: “*quando a polícia chegava lá em cima a gente aqui embaixo já estava sabendo, os vendedores vinham correndo avisar que tavam passando lá em cima, era só o tempo de recolher tudo e sair correndo*”-, foi difícil manter a “guia”, optou por mudar o tipo de produto que comercializava, trocou as fitas-cassete para miudezas e, posteriormente, folhas e ervas, “guia” que mantém até os dias de hoje.

Em Salvador, parece ser um problema quando as trabalhadoras se instalam em um ponto fixo para a comercialização de produtos, o que não é uma prática nova, pois, já em 1920, a Prefeitura tentava controlar o espaço da antiga feira do 7 – que após um incêndio e alguns processos passou a se chamar Feira de São Joaquim – para que os pontos de trabalho não se tornassem fixos, como constatou Portela (2007).

Nesse sentido, em conversa com um trabalhador de rua que frequenta a “guia” de Dália e trabalha com venda de acessórios para celular, como película, capa de celular, carregador, e, durante a pandemia, máscaras, perguntei o que ele havia achado do projeto da Av. Sete de Setembro<sup>72</sup>, se estava conseguindo trabalhar, pois, após a inauguração, a frequência e a quantidade de fiscais eram intensas. Ele considera que o projeto foi positivo, pois melhorou o espaço de trabalho; quanto à presença e fiscalização do “rapa”, ele diz não ter problemas, pois trabalha em movimento e “*eles implicam com quem quer se fixar*”. É um trabalho que demanda estar em constante movimento, pois o “rapa” não permite que fique parada por muito tempo nas ruas, orienta logo para “circular”. Essa gestão dos ilegalismos se faz presente também nos momentos de intervenções urbanas, em que trabalhadoras são retiradas dos seus territórios de trabalho e a Prefeitura deixa “livre” para que escolham onde querem trabalhar, desde que não permaneçam fixas<sup>73</sup>.

A figura do “rapa”, criada há muito tempo pela Prefeitura/Estado, é uma forma clara de controle, seja da população, dos espaços e da cidade. Controle frente aos interesses políticos, econômicos e privados, e, sobretudo, controle no projeto de cidade que vem sendo pautado, com noções de “desenvolvimento” e “modernização”, alianças entre Prefeitura/estado e iniciativa privada, e as financeirizações econômicas, que projetam no espaço intervenções

<sup>70</sup> Pirata é uma expressão popular para se referir a produtos falsificados, à cópia exata e não autorizada do original.

<sup>71</sup> Os olheiros têm a função de evitar as apreensões do “rapa”, ficando em locais estratégicos para acompanhar a chegada dos fiscais. Em alguns casos, essa atividade é feita por crianças. (FRÚGOLI, 2009)

<sup>72</sup> A Av. Sete passou por mais uma obra de requalificação que além de melhorias infra estruturais, teve como objetivo o ordenamento do comércio ambulante, que passou a ter locais delimitados, novos equipamentos, e a remoção e realocação de ambulantes para novos locais do centro. Consultar: [avenida7.salvador.ba.gov.br/](http://avenida7.salvador.ba.gov.br/) <https://bahia.ba/salvador/ambulantes-vaio-deixar-as-calcadas-com-requalificacao-da-avenida-sete/>

<sup>73</sup> Essas relações serão melhor aprofundadas na seção sobre projetos e intervenções.

urbanas e projetos infraestruturais que “têm feito parte de uma estratégia de “branqueamento” socioespacial que impacta negativamente as vidas e meios de subsistência dos residentes negros de Salvador” (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, ROSA, 2020, p.57)

Este modo de agir da Prefeitura municipal perante as práticas de trabalho, transita por exceções e ambivalências, que acabam por reforçar ainda mais a precarização e “informalidade” através da gestão dos ilegalismos, ou de um “governo dos pobres”, como diz Birman (2015, p. 164). O que acrescentaríamos também acerca da população negra, considerando que a maioria dos soteropolitanos é negra, e uma grande parcela dessas pessoas está nas ruas trabalhando.

Utilizando das táticas e outros movimentos acionados pelas trabalhadoras, elas nos mostram que, ao viverem essas condições de trabalho, não esperam necessariamente que as mudanças venham “de cima para baixo”, buscam nos interstícios, nas brechas, nas táticas criadas no cotidiano, formas para deixar esse trabalho menos pesado e difícil. Criam as redes de trabalho e de relações, os vínculos com clientes, trabalhadoras e demais agentes que ocupam a cidade e seus territórios de trabalho, que não necessariamente eliminam as dificuldades e condições adversas de trabalho, mas dão outros sentidos à vida e à presença naquele território. Possibilitam ampliar suas forças para disputar, lutar e permanecer nos territórios, pois, como já dito anteriormente, a presença nos territórios não diz respeito apenas ao trabalho, envolve toda uma trama social de vida, relações, pertencimentos, raízes, subjetividades, trazem dimensões variadas da existência articuladas a esses espaços da cidade.

### **Ficar na rua: disputando a permanência**

*“Nós somos a primeira coisa que o turista vê quando chega, ou não?!  
Nós somos as pessoas que dão as boas-vindas aos turistas. Certo?  
Então a gente tinha que tá lá” (Tânia).*

Tânia demarca, em sua narrativa, a importância que as trabalhadoras têm para o CHS, e mesmo para a cidade, encarando-as como as receptoras dos turistas, uma vez que são elas as que estão cotidianamente na rua, são as que interagem, recebem, conversam, oferecem produtos, informam lugares, falam do CHS. Dessa forma, acreditando na importância que exercem para aquele território, considera que deveriam estar – e permanecer – lá, na rua, na praça, no centro. Para tanto, são necessárias negociações, mas que não se dão sem disputas, conflitos e tensões, pois há diversos interesses e agentes que atuam no espaço e nem sempre compartilham dos mesmos desejos.

A importância da existência dessa prática de trabalho no espaço urbano – como evidencia Tânia – é também enfatizada por Geni, ambulante de São Paulo, considerando a ampliação do acesso aos produtos pelos clientes:

O ambulante contribui para a cidade, pois dá acesso mais fácil de consumo. Onde eu fico, tem muitos bancos e os que trabalham ali atravessam a rua pra ir à minha banquinha comprar os meus produtos. São várias pessoas, inclusive tem um rapaz que fala assim: “Tia, nunca saia daqui porque, senão, onde a gente vai tomar açaí?” Ser ambulante faz parte da minha história. Se um dia eu parar de trabalhar, acho que eu morro, porque a minha mãe parou de trabalhar, logo ela ficou doente, caiu em depressão, deu problema de cabeça, deu câncer. (ALCANTARA *et al*, 2013, p. 28)

Essa dimensão da existência vinculada ao trabalho de rua é algo forte nas narrativas e trajetórias das interlocutoras, pois estar na rua não diz respeito apenas ao trabalho, mas também a um modo de vida, à possibilidade de acessos, de trocas sociais e urbanas – como busco evidenciar ao longo do texto –, articulações que reforçam as insistências, resistências e disputas que são travadas no cotidiano para que possam permanecer na rua e no centro, reivindicando o direito e o acesso à cidade, ao trabalho, aos bens e riquezas que circulam nas ruas e, sobretudo, nos centros das cidades.

As disputas urbanas se dão em várias escalas e variam no espaço e no tempo. Fazem-se necessárias frente à realidade que as trabalhadoras vivem no espaço da rua, e são mobilizadas a cada acontecimento, mudança e situação que possa surgir. Em uma microescala, no cotidiano, as disputas se dão entre as próprias ambulantes, entre ambulantes e lojistas, ambulantes e demais agentes do espaço urbano, que variam entre disputas pelo lugar, por produtos, preços, entre outras relações sociais e espaciais que vão sendo contornadas e negociadas através da presença na rua. Essas disputas espaciais se dão em sua maioria no centro, pelos fluxos e movimentações existentes, por ainda ser a área que concentra o comércio de rua da capital. Contudo, essas disputas não se restringem apenas ao centro, mas também ocorrem em territórios populares e negros de Salvador, como enfatiza Rebouças (2011).

Ao perguntar à Laura, trabalhadora do “mato” ao lado da Estação da Lapa, se havia algum conflito entre as trabalhadoras, ela conta:

*“Comigo não, porque eu não gosto de brigar, mas às vezes rola entre eles. É porque tem uns que querem ser o dono do pedaço, e aqui não existe dono, uns querem colocar mais cadeiras, ocupar o espaço do outro. Tem gente que fica trabalhando até amanhecer aqui, aí às vezes da confusão também”.*

Presenciei algumas situações de tensão no “mato” enquanto fazia campo, relativas ao uso do som, como: “*abaixa esse som aí*”, “*seu som tem que estar virado para o outro lado, está atrapalhando o meu*”, que também informam essas disputas espaciais, uma vez que as interlocutoras relacionam o som como atrativo de clientes. Disputas que não são particulares de Salvador, mas dessa economia urbana que movimenta as ruas das cidades brasileiras, como é percebido também por Aurineida Cunha (2009, p.80) em Fortaleza:

[...] Uma tensão percebida se estabelece entre os trabalhadores, independentemente de serem cadastrados ou não: é a concorrência, pois estão sujeitos às leis do mercado

(preço baixo, mercadoria de qualidade), que regula seu comércio e pode significar melhores vendas, e, em consequência, maiores condições de assegurar a sua sobrevivência.

Algumas disputas são mais comuns entre as trabalhadoras licenciadas e as não licenciadas, pois se cria a divisão e o entendimento de que uma está regularizada enquanto a outra está irregular, conseqüentemente “ilegal”, dando brecha para que atritos e tensões ocorram, promovendo desentendimentos e até mesmo denúncias. Frente à essas disputas, Bouças (2015) constatou que elas ocorrem também através do sentimento de pertencimento, do se “sentir mais dona” do espaço, como acontecem em alguns casos entre quem é natural de Salvador e quem vem de fora; dessa forma, a disputa ocorre na ocupação do espaço no centro e no acesso à licença, assim, quem já é de Salvador, utiliza desse argumento para reivindicar sua permanência pautada nesse sentimento de ‘pertencimento’.

Esses desentendimentos por disputas espaciais são históricos em Salvador, como apresentam Jacinto e Santos (2013), a partir de um fragmento do jornal de 1987: “Camelôs superlotam o calçadão do Relógio: ‘O Prefeito passou por aqui e disse que iria cadastrar todo mundo. Mas o que a gente vê é a invasão de pessoas não cadastradas e não é justo quem paga dividir o espaço com quem não paga’”. Contudo, apesar dessas tensões, esses autores ainda pontuam que as ambulantes entendem que estar irregular na rua é decorrente da necessidade de sobrevivência.

É comum ainda conflitos e disputas entre trabalhadoras de rua que envolvem ações que são aceitas por algumas, mas não são por outras, como a venda de produtos ilícitos (BOUÇAS, 2015), ou como a ocupação em áreas não permitidas, que podem acabar afetando a todas, como ocorreu na Estação da Lapa, e como pude presenciar em um diálogo entre Dália e um ambulante: “*tava todo mundo vindo pra cá [vender dentro da Lapa], aí fica ruim, prejudica todo mundo porque quando o “rapa” chega também desce pro “mato” e acaba com a vendagem*”. Durante a conversa, Dália faz uma referência à como as trabalhadoras de outro bairro se comportam frente à situações parecidas com as que estavam ocorrendo na estação da Lapa: “*lá no Porto da Barra [praia da Barra] os ambulantes puxam a ‘peixeira’ de dentro da caixa*”.

Disputas que não se dão apenas entre ambulantes e na micro-escala: quando se trata de disputar a permanência no espaço, ocorrem, em grande parte, com a Prefeitura municipal e o setor privado, devido a interesses divergentes entre trabalhadoras de rua e demais agentes produtores da cidade, seja a partir de projetos urbanísticos, projetos de ordenamento, criação de camelódromos, que podem levar à retirada, intensificação do controle, confrontos violentos com o “rapa”, entre outras situações. Conforme enfatiza Bouças (2017, p.71):

Podemos considerar que a rua enquanto lugar de disputa é ainda mais tensionada quando o poder público lhe impõe normas e regras de uso. No caso da atividade dos trabalhadores de rua, a qual estudamos, pudemos perceber essa tensão constante sobretudo porque as pessoas não querem trabalhar em ruas onde não há movimento, ou seja, em ruas onde não há possibilidade de vender. A sua necessidade de sobrevivência se sobrepõe à ordem estabelecida. Desta forma, os locais onde a atividade não deveria mais acontecer sofrem pressões permanentes, assim como re-apropriações constantes, ocorridas durante e após cada intervenção tentada pelo poder público.

Assim, as trabalhadoras estão no cotidiano lutando por seus interesses. Conhecendo bem o funcionamento do trabalho de rua, não aceitam qualquer proposta, não deixam seus pontos de trabalho facilmente – mesmo que em algumas situações sejam obrigadas. Quando isso se faz necessário, vão recriando táticas, movimentos para novas apropriações, para mudanças temporárias, mas sempre na disputa da permanência, tanto na rua quanto no centro. Essas táticas e negociações podem ser vistas em uma situação que aconteceu entre Tânia e o secretário da SEMOP, em um período de Carnaval em que a Prefeitura estava negando disponibilizar os equipamentos de trabalho: barracas, toldos e isopor. Ao questionar o motivo junto ao secretário da SEMOP, ele disse que a cervejaria não queria pagar e que a Prefeitura não seria obrigada a dar, mas Tânia, representando a associação, argumentou:

*Tânia: Então já que a cervejaria não tem obrigação de colocar, o barraqueiro não tem obrigação de colocar o produto dele.*

*Secretário SEMOP: mas se você botar outro produto a SEMOP prende.*

*Tânia: Tudo bem, então eu vou chamar todo mundo e vender somente comida. A gente vende somente comida. Ai dentro (do Centro Histórico) ninguém pega uma cerveja, a gente vende somente comida.*

*(Entrevista dia 07.11.2019)*

Com sagacidade, Tânia soube negociar com o secretário, tocando em um ponto forte: a dependência da “mão de obra” das trabalhadoras de rua nos grandes eventos de Salvador. Sem ter para ‘onde correr’, uma vez que quem faz o trabalho pesado são as trabalhadoras de rua, a Prefeitura cedeu e disponibilizou o material de trabalho.

Há ainda um embate histórico entre ambulantes e lojistas, sobretudo na região central, muito presente nos jornais de décadas passadas (JACINTO, SANTOS, 2013), e visto também nos projetos da década de 80-90 (SALVADOR, 1981; 1994; 1997a; 1997b), com denúncias e constantes queixas dos lojistas acerca da presença das trabalhadoras de rua. Atualmente, esses embates ainda ocorrem: segundo Tânia, hotéis, restaurantes e outros grupos que atuam no CHS tendem a ter um olhar recriminatório para com as trabalhadoras e as práticas de trabalho de rua, instruem turistas para não consumirem “na mão de ambulantes”, não aceitarem produtos de ambulantes, travando disputas no cotidiano para permanência e realização do trabalho.

“Chegada de agentes da Sesp ao calçadão da Avenida Sete, no Centro, termina em revolta e pneu queimado. Mais uma vez, os ambulantes reagem à presença dos fiscais

da Secretaria de Serviços Públicos, mais conhecidos como rapas, e desencadeiam uma manifestação no Centro de Salvador. Ontem, o alvo foram os que estavam instalados no calçadão que liga a Avenida Sete de Setembro à Praça do Relógio de São Pedro. Revoltados, eles interditaram a pista, nos dois sentidos, queimando pneus e papéis. [...] A maioria dos manifestantes, segundo depoimentos de pessoas que assistiram ao ato, era formada por mulheres e crianças. Todas vítimas das ações da fiscalização, tidas como truculentas.” (A TARDE, 19 de junho de 2004) (JACINTO, SANTOS, 2013, p. 143).

A presença das mulheres na linha de frente nas lutas sociais e na busca por melhorias de vida no espaço urbano é cada vez mais intensa (SIQUEIRA, 2015; HELENE, 2019). No caso particular do trabalho de rua, como apresenta a notícia, está presente já em 2004, mas ainda hoje as trabalhadoras seguem na luta e resistência para permanecerem, pois ter acesso às ruas, espaços públicos e à centralidade significa a possibilidade de se apropriar de parte da riqueza que é produzida e circula no centro das cidades, promovendo a reprodução social delas e, de um modo geral, de grupos populares que vivem da rua (OBSERVATÓRIO, 2019; PINHEIRO-MACHADO, 2008). Como enfatiza Cunha (2009, p.81), “[...] sobreviver na rua é constituir uma nova forma de uso do espaço público, e também uma maneira de subverter os padrões formais do mercado na sociedade capitalista alicerçada no trabalho assalariado”.

Situação que é evidenciada por Tânia, que trabalha no CHS e apresenta que o rendimento econômico que o trabalho de rua pode proporcionar – em determinados espaços da cidade e períodos do ano – faz com que muitas pessoas optem por este trabalho, “*então, você começa a trabalhar assim, é por isso que ambulante não larga*”, e foi o que aconteceu com Tânia, que optou por deixar o trabalho “formal” para se dedicar ao trabalho de rua.

Contudo, não podemos desconsiderar que é apenas uma pequena parcela de trabalhadoras que alcança grandes faturamentos. Em muitos casos, o trabalho de rua é uma das poucas – senão únicas – opções de trabalho para uma parte da população, e as condições de trabalho, em sua maioria, são precárias, com longas jornadas de trabalho, sem direitos garantidos, vivendo sob o estigma do trabalho “informal/ilegal” que direciona tratamentos de violência, perseguição e criminalização.

Entretanto, também parece haver algumas oportunidades de bom faturamento para quem consegue acessar determinados espaços e eventos, mas não sem muito trabalho – e por vezes “perrengues” e dificuldades – envolvidos: “*para você ter ideia, em uma festa de São João aqui, você trabalha 3 dias e ninguém sai com menos do que 5 mil no bolso. Uma festa de São João, festa de Carnaval. Na copa, teve gente de ganhar 4 mil no dia. No dia!*” (Tânia). Esta situação está diretamente ligada à dinâmica da cidade, e sobretudo por se tratar do CHS: uma área turística, que movimenta um fluxo de pessoas e de dinheiro anualmente, se intensificando em feriados, festas e no verão, recebe grandes investimentos públicos, contando com atrações e

eventos ao longo do ano, configurando uma “concentração de riqueza no espaço público” como descreve Itikawa (2004, p. 353). E não à toa que situações assim reforçam as disputas entre ambulantes no espaço, pois elas sabem que há ruas onde se têm melhores rendimentos, movimentos, fluxos. Assim, usam desse saber para negociações junto à Prefeitura, não aceitando propostas que visam a realocação para locais mais afastados, sem fluxos e que podem comprometer o trabalho que realizam.

No presente, permanecer trabalhando nas ruas demanda muito esforço, resistência e disputa, seja no cotidiano para enfrentar os deslocamentos, a exposição às intempéries, as longas jornadas de trabalho, assim como os embates com o “rapa”, Prefeitura, iniciativas privadas, que a todo tempo querem negar sua presença e permanência nas ruas. Mas elas se impõem, ou, como diz Montoya Uriarte (2014), a vida se impõe:

“A ação da Prefeitura, do poder, do Estado é uma ação que não para nunca. Ordenam o uso do solo, que se “desordena” e passa a ser ordenado de novo, num vai-e-vem infinito [...] A Prefeitura e a SUCOM, mesmo querendo, não conseguem esmagar os usos diferenciais. Assim, apesar de todo o esforço e política para criar um espaço repressivo, a vida reaparece, ela se impõe” (ibid., p. 121,128).

Nessa relação de disputa pela permanência, Moura e Scocuglia (2016, p. 321), ao trazerem casos de João Pessoa, fazem uma reflexão de que há trabalhadoras que são mais “fixas” do que alguns lojistas, pois as lojas mudam de lugar, de produtos e donos, mas o trabalho de rua permanece com seus “pontos” de trabalho. A partir das narrativas e trajetórias das interlocutoras, também nesta pesquisa evidenciei que a fixação era/foi um objetivo a ser conquistado, possibilitando melhores condições de trabalho, construção de redes mais sólidas, podendo ainda alcançar um alvará de permissão de uso, mas não sem insistência e disputa. Um dos atravessamentos de grande interferência e dificuldade para permanecerem nos territórios são os projetos urbanísticos que estão presentes nas narrativas e trajetórias das interlocutoras, assim como ao longo da década de 1980 até os dias atuais nas ações da Prefeitura municipal, tema da próxima seção.

### Projetos urbanísticos e trabalho de rua

Um dos fortes atravessamentos identificados ao se analisar o trabalho de rua no espaço urbano são os projetos urbanísticos, que se acumulam no espaço e no tempo, e nas diversas cidades brasileiras, sobretudo em suas regiões centrais<sup>74</sup>. De forma mais ampla, pode-se dizer que, no Brasil, e em particular nas grandes cidades:

<sup>74</sup> Para citar alguns: Brandão (2008); Moura (2014); Bouças (2015); Freitas (2019).

A requalificação em áreas centrais tem sido caracterizada por processos de gentrificação, marcados pela atração de novos tipos de atividades e de novos moradores, reinvestimento econômico, mudança de significado e imagem, melhoria ambiental e “limpeza social”, ou seja, a expulsão dos moradores pobres das áreas de intervenção. (MOURAD, FIGUEIREDO, BALTRUSIS, p. 439, 2014)

Transformações urbanas que tiveram no passado atuação de médicos sanitaristas e urbanistas frente aos projetos de “higienização” urbana, que visavam “limpar”, “remover”, “eliminar”, todos os “males” que consideravam existir no espaço urbano, como discorre Helene (2015, p. 183):

Ao longo da história das cidades, médicos, urbanistas e outros técnicos exerceram um papel instrumental no sentido de fornecer o argumento técnico para o banimento destes “males”, com remoções, grandes demolições e “Bota-Abaixo”, característicos de diversas intervenções urbanas no Brasil e no mundo. Estas ações são sustentadas pelo caráter de “verdade” do discurso técnico do planejamento urbano, que se constrói a partir de uma ideia de “neutralidade”, sendo colocadas como necessárias para o bem comum de todos os cidadãos e para melhoria da vida na cidade.

Salvador apresenta casos emblemáticos de projetos idealizados pela Prefeitura/Estado<sup>75</sup> – e vem crescendo as parcerias público/privado - que visam e pregam o desenvolvimento e modernização da cidade, mas que no fundo causam profundas transformações urbanas, afetando diretamente os territórios negros e populares, as práticas de trabalho e modos de vida. “As chamadas perspectivas modernizadoras operam a partir de sistemas de conhecimento anti-negritude, que historicamente situam os negros e as geografias negras, fora da modernidade - e de certa forma, até mesmo fora da humanidade” (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, ROSA, 2020, p. 65, tradução livre).

Essas intervenções urbanas, no caso de Salvador, e sobretudo na região do centro, fazem parte de uma “política racializada de despossessão e cercamentos urbanos” (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, 2020, p. 192) realizada por projetos de “recuperação, requalificação, revitalização” ao longo do tempo. O que vem operando no espaço e no tempo em Salvador são circuitos neoliberais de acumulação, que como apontam Figueiredo, Estévez e Rosa (2020, p. 57. Tradução livre) configura uma “matriz colonial e racial empregando mecanismos de expropriação - rebatizando as vidas negras como não enraizadas (Chakravartty & Silva, 2012;

<sup>75</sup> Para citar alguns desses projetos, tem o conhecido programa de recuperação do CHS (SANT’ANNA, 2017; FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, 2020) que removeu muitas moradoras negras para transformar o CHS em um “Shopping center a céu aberto” visando o turismo especulativo. Recentemente, têm a desativação e substituição do trem do subúrbio por um monotrilho no Subúrbio Ferroviário de Salvador, que vai remover muitas famílias, impossibilitar a mobilidade de moradoras, inviabilizar práticas e modos de vida, que dependiam do trem, além de causar uma grande transformação na paisagem (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, ROSA, 2020), e, por fim, a remoção da comunidade do Tororó, que está acontecendo nesse momento, para construção de um estacionamento de um novo Shopping no local (<https://www.pipocoufba.com/>).

Silva, 2014)<sup>76</sup>”. Em contrapartida, viabiliza-se a especulação imobiliária através de instrumentos urbanísticos, por meio da privatização do espaço para grandes empresas (MOURAD, FIGUEIREDO, BALTRUSIS, 2014). Situações que acabam por resultar em remoções, conflitos e interdições dos modos de vida negros, sobretudo na área do centro de Salvador, que, historicamente, é palco de conflitos desta natureza.

Imagem 17: A “nova” cidade a cada novo projeto



Fonte: Fotos de Campo – Colagem: Elaboração da autora

Nesse sentido, tem-se o caso do programa de recuperação do centro histórico de Salvador (PRC), que, segundo Figueiredo e Estévez (2020, p. 193), em diálogo com Collins (2015), “desmantelou um mundo popular, uma cidade negra, cujas relações de imanência seriam reorganizadas pela ação de uma poderosa e transcendental máquina patrimonial”. São

<sup>76</sup> (Chakravarty & Silva, 2012; Silva, 2014) - Chakravarty, P., & Silva, D. F. (2012) Accumulation, dispossession, and debt: The racial logic of global capitalism—an introduction, *American Quarterly*, 64(3), pp. 361-385. Silva, D. F. da (2014) Transversing the circuit of dispossession. *The Eighteenth Century*, 55(2), pp. 283-288.

projetos que atingem em grande parte a população negra, moradora do centro<sup>77</sup>, e são caracterizados por “violências raciais que indicam conexões e imbricações entre práticas históricas de banimento racial” (ibid, p. 194).

Os projetos que tratam do trabalho de rua, da década de 1970 aos dias atuais, em Salvador, apresentam em seu discurso estudos e propostas visando a necessidade de modernização de espaços e da cidade, trazendo o “novo”, com características de “embelezamento”, a imagem de uma cidade “limpa” e disciplinada, prevalecendo o controle (de corpos, práticas e do espaço). Figueiredo e Estévez (2020, p. 196), em diálogo com Mckittrick (2011, p.951), vão dizer que os discursos modernizadores historicamente associam a negritude à decadência “e, de maneira mais concreta, com lugares de ‘deterioração ambiental, social e de infraestruturas’”.

O discurso da Prefeitura municipal nos projetos que tratam do trabalho de rua é colocado nessa lente da “modernidade e desenvolvimento” que deveria acompanhar as mudanças na cidade. Mesmo com diferentes atuações, os projetos tinham como direcionamento o ordenamento do trabalho de rua no espaço urbano, com propostas de realocação, disciplinamento, padronização e concentração, como é visto no projeto de 1994: “A filosofia do projeto prevê a mobilidade e padronização dos equipamentos, facilitando a fiscalização e contribuindo para a imagem da cidade. Prevê ainda a liberação das praças, canteiros e calçadas, devolvendo para o cidadão o seu uso original” (SALVADOR, 1994a, p. 14).

Moura e Scocuglia (2016, p. 310), ao estudarem o trabalho de rua no centro de João Pessoa, reforçam como as abordagens nas cidades brasileiras visam a “limpeza” dessas práticas de trabalho, a partir de intervenções higienistas:

Os trabalhadores de rua – homem ordinário – são compreendidos aqui como sujeitos que podem ter vozes dissonantes e, por isso, estigmatizadas, embora sejam fundamentais na orientação de projetos e diretrizes urbanísticas, dado possuírem uma tradição na história dos espaços públicos no Brasil. Por vezes, ambulantes e camelôs são alvos de processos de higienização nos projetos de requalificação urbana contemporâneos, que não levam em consideração a informalidade como prática de reprodução de parte dos trabalhadores das cidades, em especial nos países latino-americanos.

A perseguição e combate pelo poder público frente ao trabalho de rua também esteve presente em Manaus, na década de 1970, com justificativa de que “seu demasiado fluxo no centro da capital favorecia a ocorrência de pequenos delitos e dificultava o tráfego de pessoas”

---

<sup>77</sup> Quando afirmamos que os projetos não levam em conta as práticas e modos de vida da população negra, tal afirmativa se vê presente no projeto do CHS e nas poucas moradias que foram garantidas para as moradoras que historicamente viviam lá: “Arquiteticamente, esses edifícios eram apenas adequados para a inserção periférica dos residentes na economia turística. Por exemplo, lá não estava em lugar nenhum para manter seus carrinhos e outros equipamentos de venda ambulante, apesar da maioria dos moradores se engajando nessa atividade nas praças do Pelourinho.” (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, ROSA, 2020, p. 77, tradução livre).

(SILVA, FILHO, 2018, p. 52). A desocupação das ruas passava também pelos interesses turísticos e privados, em que grandes lojas agiam com pressão e articulações políticas para efetivarem a retirada das trabalhadoras: “grandes lojistas convocavam assembleias que envolviam comerciantes, jornalistas, prefeito, secretário de segurança e outras autoridades para coibir a prática do comércio ambulante, considerado ilícito” (SILVA, FILHO, 2018, p. 59). Os tratamentos foram os mesmos aplicados em grande parte das cidades brasileiras: a presença do “rapa” nas ruas, para coibir, fiscalizar e apreender os produtos.

Em Salvador, com o passar do tempo, as intervenções relativas ao trabalho de rua tiveram mudanças quanto à sua atuação: se nas décadas passadas elas tinham como foco central o trabalho de rua, com projetos de ordenamento, realocação, concentração, como investigou Bouças (2015), atualmente elas estão mais direcionadas a espaços e infraestrutura, como requalificação de praças, de estações de ônibus, e acabam por atingir e atravessar o trabalho de rua e as trabalhadoras, por serem estes seus locais de trabalhos, como será evidenciado na próxima seção.

Algo comum que vem ocorrendo com frequência nas intervenções urbanas realizadas pela Prefeitura Municipal em Salvador são “realocações temporárias”, nas quais a Prefeitura faz promessas de retorno após o término da obra, situações que não necessariamente garantem o retorno efetivo, uma vez que são promessas que podem não ser cumpridas. Itikawa (2016) afirma que os projetos, remoções forçadas, retiradas ou expulsões dos seus territórios de trabalho contribuem para que as trabalhadoras percam conexões de trabalho, as suas redes de relações, que envolvem relações com clientes, fornecedores, auxiliares, intermediários, assim como várias outras articulações que compreendem trabalho e moradia, trabalho e família, e trabalho e redes de sociabilidade.

Nesses momentos de saída “temporária”, as abordagens da Prefeitura são diversas: em alguns casos, a Prefeitura deixa “livre” para que possam trabalhar onde preferirem, desde que não se fixem nesses locais, como nos contou Paula, ambulante que trabalhava no terminal da Barroquinha e foi realocada em 2020 para a estação da Lapa. Há situações em que a SEMOP cadastra e orienta que procurem um novo lugar para trabalhar, como ocorreu com Dália na reforma da Estação da Lapa em 2018<sup>78</sup>. Ela conta que foi orientada a preencher uma ficha, tirar foto do novo local escolhido e levar até a SEMOP para possível autorização ou não. Há casos, ainda, em que apenas notificam da impossibilidade de continuar trabalhando no local devido às obras e deixam a cargo das trabalhadoras irem atrás, negociarem e tentarem a permanência,

---

<sup>78</sup> Essa tática utilizada pela SEMOP é aplicada em outros territórios e projetos, como ocorreu recentemente com a reforma do terminal da Barroquinha. O protocolo foi o mesmo e as mulheres relataram a mesma dificuldade na aceitação dos locais escolhidos.

como ocorreu com Tânia e a associação durante a reforma do Terreiro de Jesus em 2019: “Querida tirar a gente, eles não tiraram porque brigamos muito. E brigamos e provamos. Agora mesmo com essa retirada dessa reforma daí não tinha intenção de botar a gente em lugar nenhum, não havia essa intenção”.

### Trajetórias atravessadas por projetos urbanísticos

Os projetos urbanísticos<sup>79</sup>, cujas discussões iniciei anteriormente, são pontos em comum que incidem nas trajetórias das três interlocutoras, com diferentes impactos, em grande parte, são situações que desestabilizam suas condições de trabalho e mesmo de vida.

O projeto da Barroquinha é um dos casos mais emblemáticos das ações da Prefeitura Municipal que atravessaram as trajetórias das interlocutoras. O projeto urbanístico da praça do Cinema Glauber Rocha e da Ladeira da Barroquinha, em 2013, contou com a retirada da antiga e tradicional Feira, conhecida como Feira do Couro, existente desde a década de 70, onde se comercializa(va) essencialmente produtos em couro, como sandálias, cintos, carteiras, botas, chapéus, mas havia também barracas de folhas, ervas e roupas. No período do projeto, havia entre 20 a 30 barracas<sup>80</sup> compondo a feira, contando com trabalhadoras com mais de 50 anos trabalhando neste local, porém, foram removidas – com promessas de retorno – para que ocorresse a realização do projeto, mas desde então, mesmo após a finalização da obra, nunca mais puderam retornar, como nos conta Cida:

*“Havia uma Feira de couro ali na escada, eram muitas barracas, dos dois lados, tinha barraca até o fim da rua. Eu trabalhava ali, antes era muita gente, era gringo, os navios, as pessoas da Nigéria vinham, era uma Feira muito conhecida e falada”.*

O projeto<sup>81</sup>, de autoria da Metro Arquitetura (escritório paulistano), realizado na gestão do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto), em 2013, foi resultado de uma parceria público-privada<sup>82</sup> (PPP) da Prefeitura de Salvador com o banco Itaú. Dentre as

<sup>79</sup> Nos veículos de comunicação, várias são as nomenclaturas utilizadas para se referir aos projetos: requalificação, revitalização e urbanização. Em alguns casos, prevalece o uso de “projeto de requalificação”. Optei por utilizar o termo projeto urbanístico.

<sup>80</sup> Esse número é bem reduzido do que a feira do couro já foi um dia. Em 1997, haviam 134 barracas conforme projetos da Prefeitura (SALVADOR, 1991;1997), com sucessivos ordenamentos e intervenções urbanas, foram, ao longo do tempo, removendo, concentrando e realocando as trabalhadoras da Barroquinha e Baixa do Sapateiro. O camelódromo da baixa do sapateiro é resultado dessas intervenções.

<sup>81</sup> Uma das alegações do projeto, e consequente retirada da feira, se deu devido à obstrução visual do muro de arrimo em pedra, considerado patrimônio histórico, em que a Prefeitura considerava que a feira interferia. Consultar: [www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.178/5752](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.178/5752) [metroarquitetos.com.br/projeto/ladeira-da-barroquinha/](http://metroarquitetos.com.br/projeto/ladeira-da-barroquinha/) <https://www.archdaily.com.br/br/781582/ladeira-da-barroquinha-metro-arquitetos-associados>.

<sup>82</sup> O Ministério da Economia define Parceria Público Privada como: “um contrato de prestação de serviços de médio e longo prazo (de 5 a 35 anos) firmado pela Administração Pública e regulado pela Lei nº 11.079/2004, cujo valor não seja inferior a vinte milhões de reais, sendo vedada a celebração de contratos que tenham por objeto único o fornecimento de mão-de-obra, equipamentos ou execução de obra pública”.

intervenções propostas, estavam: troca de pavimentação, instalações elétricas e hidráulicas, reordenamento do comércio “informal” e padronização das barracas, reforma da escadaria que dá acesso à ladeira da Barroquinha.

Durante a obra, segundo Cida, as pessoas da Feira deixaram seus pontos de trabalho com a promessa de que retornariam, já que a Prefeitura garantiu que<sup>83</sup> “os 20 ambulantes da feira serão realocados provisoriamente para a Praça Castro Alves”<sup>84</sup>. O projeto inicialmente previa a continuidade dos barraqueiros na ladeira (VALLADÃO, 2017; MENEZES, 2018; SANTOS, 2016), através da padronização de barracas desmontáveis, ocupando o centro da ladeira e conciliando com o patrimônio histórico e os diversos usos ali existentes, levando em conta os dois principais fluxos: o de passagem, por aqueles que usam da ladeira para acessar demais áreas da cidade, com um tempo mais rápido e passageiro; e o do fluxo de clientes da feira, com uma temporalidade mais lenta, da observação, da conversa.

A abordagem da Prefeitura e da SEMOP no dia da retirada das trabalhadoras e da feira se deu com bastante violência e falta de respeito, conforme relata Cida: 18 agentes da Prefeitura e uma máquina escavadeira, demoliram e retiraram toda a estrutura ali existente<sup>85</sup>. “*Esse pessoal quando chega assim, trouxe polícia, trouxe guardinha, trouxe o ‘carai’ todo que eles queriam, parecia que a gente era ladrão. Meteu foi a máquina aí, pisou no caralho aí, que nada...*”<sup>86</sup>. A revolta de Cida é decorrente também do tratamento imposto a elas, pois, mesmo estando licenciadas<sup>87</sup> e pagando para poderem trabalhar na Barroquinha, foram tratadas como se estivessem na “ilegalidade”.

Após a finalização da obra, a Prefeitura não deu prosseguimento com o retorno das trabalhadoras, assim como não permitiu que retornassem para seus antigos pontos de trabalho e fez a realocação para outras localidades do centro. A Prefeitura havia anunciado durante o projeto em andamento que:

Quando retornarem à ladeira, após a reforma, eles contarão com tendas desmontáveis de comercialização que receberão gratuitamente e trabalharão dentro do modelo de

<sup>83</sup> [www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=44347%3Afeira-do-couro](http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44347%3Afeira-do-couro)

<sup>84</sup> Segundo jornais locais e comunicação da prefeitura, houve essa realocação temporária para a praça Castro Alves, tendo a Prefeitura disponibilizado novas barracas para instalação, contudo, as condições de trabalho não permitiram esta permanência. O espaço era pequeno, não comportando todas as mercadorias, deixando-as expostas ao sol; a não fixação causou um custo de 250 reais com depósitos, e 50 reais com ajudante para transportar.

<sup>85</sup> Grande parte das barracas era com estruturas de metal e lona, mas havia uma barraca de alvenaria e algumas feitas em tapume.

<sup>86</sup> Em relato para Menezes (2018), Cida diz: “As mulheres tudo chorando aí. Chorando quando viu o trator meter a p\*\*\*, o trator meteu assim já veio arrancando tudo, mercadoria e tudo. Tirou a metade, mas teve mercadoria também que ficou debaixo da... das barracas”. Bruna Menezes, é estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo, integrava o grupo de estudo Urbanidades Liminares -atual margear- e desenvolvia a pesquisa de iniciação científica: “Urbanidades liminares: moradia e dinâmicas socioespaciais nas “margens” da cidade”, teve como trabalho final de Graduação: Barroquinha: experiências coletivas de cartografia e projeto-ação.

<sup>87</sup> Cida, em entrevista à Menezes (2018), conta que, com as promessas de que voltariam após a obra, muitas das pessoas que trabalhavam na feira passaram a regularizar sua situação junto à SEMOP, chegando a pagar até 4 anos de atraso.

ordenamento da cidade, das 7h às 18h. Hoje, os ambulantes atuam com bancas fixas, o que é vetado pela legislação do município que regulamenta a atividade informal no espaço público. Nosso trabalho foi mobilizá-los e sensibilizá-los sobre essas mudanças. Posso dizer que eles se mostraram muito receptivos à ideia, pois toda a área ganhará uma melhor infraestrutura<sup>88</sup>.

Imagem 18: Feira do Couro e a promessa de retorno que nunca aconteceu



"Tinha uma feira de couro ali na escada, eram muitas barracas, dos dois lados, tinha barraca até o fim da rua, eu trabalhava ali" Cida.

Fonte: Fotos da interlocutora – Montagem: Elaboração da autora

Segundo Cida, algumas trabalhadoras mudaram para onde foi possível dar continuidade ao seu trabalho, permaneceram na região do centro, próximo à Estação da Lapa e no Largo Dois de Julho. Algumas permaneceram com barracas provisórias no Terminal da Barroquinha<sup>89</sup> (VALLADÃO, 2017), quem dispunha de melhores condições na época alugou/abriu lojas nos imóveis existentes na ladeira, na Carlos Gomes e na Av. Sete de Setembro. Entretanto, houve

<sup>88</sup> [http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=44347%3Afeira-do-couro-e-transferida-para-reforma-da-ladeira-da-barroquinha&Itemid=178](http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44347%3Afeira-do-couro-e-transferida-para-reforma-da-ladeira-da-barroquinha&Itemid=178)

<sup>89</sup> Este é um marcador observado pela pesquisa de Valladão (2017). Em 2020, o terminal, existente desde 1976, passa por uma reforma em que todas as trabalhadoras tiveram que sair para a realização da obra, e alguns boxes foram para a Estação da Lapa.

casos de trabalhadoras que desistiram de permanecer na rua após os projetos, como o caso de Sr. Amaro, que ficava ao lado da barraca de Cida.

A prefeitura também realocou algumas trabalhadoras para outras regiões do centro, mas Cida não quis sair, permaneceu na Barroquinha. Sua insistência em permanecer em seu território se dá pelas relações ali estabelecidas, relações de pertencimento<sup>90</sup>, freguesia e segurança. Mudar de lugar seria começar do zero, conforme conta Cida, estabelecer uma rede de clientes, encontrar um novo lugar para guardar a “guia”, em um território que não conhece ninguém. Atualmente, não existe mais nenhuma barraca na ladeira da Barroquinha, Cida é a única que permaneceu trabalhando, mas, ainda assim, não pode montar sua barraca. Dessa forma, ela improvisa a montagem da “guia” no gradil de lojas fechadas, no muro, em expositores, “do jeito que dá”. Essa falta de lugar e improvisado, que resulta em uma precarização de trabalho, é expressa na “dança das cadeiras” que Cida faz ao longo do dia, em que vai mudando de lugar por conta do sol em busca de maior proteção, quando não acaba por ficar exposta ao sol.

Hoje, ao recordar do projeto, sua narrativa é carregada de tristeza e revolta, da forma como foi feito e como tudo acabou:

*“Se eles botassem a gente lá e voltasse como era, aí é outra coisa, mas assim, acabou a Barroquinha. Aí é só prejuízo mama, só prejuízo. Eu que não vou mais ficar esquentando a cabeça com porra de nada. Já foi, já foi, uma coisa que não vem mais”.*

Ela ainda diz que no momento do projeto não tinha em quem se apoiar, com quem se manter: *“a gente não tem ninguém pela a gente. Não tem um líder, não tem ninguém, então a gente fica aqui ao léu. Certo? A gente não é ninguém, mamãe”.* A Barroquinha, para ela, “acabou”.

O movimento e o fluxo nunca mais foram os mesmos na Barroquinha, segundo conta, o que teve piora com a pandemia, sendo que a queda no movimento, para ela, está relacionada a dois fatores: aos projetos e, em especial, ao transporte público, que com a construção da estação da Lapa e, posteriormente, a implantação do metrô, o terminal da Barroquinha foi abandonado, reduzindo drasticamente o fluxo de pessoas na região.

Outro projeto que incidiu no cotidiano das trabalhadoras de rua, em particular de Dália e Laura, que nos contaram sobre ele, foi a reforma da Estação da Lapa, um projeto de requalificação decorrente também de uma PPP entre a Prefeitura de Salvador e o consórcio

---

<sup>90</sup> É importante dizer que só foi possível permanecer devido sua resistência e as redes de relações construídas no território, que permitiram guardas as mercadorias, ficar na frente das lojas, assim como por não ter tido perseguição da Prefeitura.

Nova Lapa, composto pelas empresas Axxo, Participa e Socicam<sup>91</sup>. Firmando um consórcio de 35 anos de concessão do equipamento<sup>92</sup>, em contrapartida, houve um investimento de 13 milhões por parte da empresa para “requalificar” a estação, de modo que, segundo a Prefeitura, “além de melhorias na infraestrutura, acessibilidade, climatização e instalação de wi-fi, um shopping<sup>93</sup> será construído na parte superior do equipamento” (SALVADOR, 2014, p. 04).

A reforma atingiu muitas trabalhadoras, cerca de 426<sup>94</sup>, concentradas em dois grupos, conforme dados da Asfaerp (Associação dos Ambulantes e Feirantes de Ruas Praças de Salvador): as que eram credenciadas e trabalhavam dentro da estação com boxes’ cedido pela Prefeitura<sup>95</sup>, e as ambulantes de isopor e barraca, que eram “irregulares” perante a Prefeitura e ficavam na margem da Estação da Lapa, vendendo uma variedade de produtos, desde roupas e acessórios a bebidas e comidas no geral.

Conforme notícias<sup>96</sup> sobre a reforma da Lapa, após diversas reuniões entre a Prefeitura e o sindicato/associação dos ambulantes, foram definidos pontos na região central para realocação dos mesmos, tais como: Aquidabã, Barroquinha, Av. Sete de Setembro, Av. Joana Angélica, Rua J.J Seabra e os muros dos Barris, na saída do terminal. As notícias dizem ainda que houveram negociações entre a Prefeitura e trabalhadoras para a criação de um camelódromo, onde seriam realocadas todas as pessoas que trabalhavam na época (2016) na estação. O local seria próximo à estação, entre o colégio Central e a Universidade Católica, contudo, o projeto foi interrompido, pois o local escolhido não foi de interesse das trabalhadoras, devido à perda de movimento e fluxo.

<sup>91</sup> O consórcio é composto por três empresas com diferentes atuações no mercado, sendo duas paulistas, Socicam e Participa, e uma baiana, Axxo Construtora. A empresa Socicam tem uma atuação nacional (ampliando a atuação também em outros países da América do Sul) na gestão de terminais rodoviários e urbanos, como aeroportos, portos, e centros comerciais.; opera 22 terminais urbanos no Paraná e 34 em São Paulo, entre eles, um dos maiores da capital paulista, o Terminal Parque Dom Pedro II. Já a baiana, Axxo Construtora, é especializada em obras de infraestrutura e de grandes edifícios, assim como “obras do governo”, como diz a empresa, tratando em grande parte de obras hospitalares, como Hospitais e policlínicas, bem como o prédio do Ministério Público e Assembleia Legislativa da Bahia, no Centro Administrativo de Salvador e outras no interior do estado.

<sup>92</sup> LEI Nº 8.545/2014 que autoriza a concessão da Estação de Transbordo Clériston Andrade.

<sup>93</sup> A construção do shopping é um caso emblemático que vem causando fortes enfrentamentos entre a comunidade do Tororó -local onde Dália mora- e a Prefeitura de Salvador, para a construção do estacionamento do shopping a Prefeitura vem removendo famílias que estão há mais de 15 anos morando nesse local.

<sup>94</sup> Do total de ambulantes, apenas 150 eram credenciados <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1638686-ambulantes-da-lapa-questionam-proposta-de-relocacao-da-semut>

<sup>95</sup> Os boxes são padronizados nos terminais de ônibus. Normalmente, vendem bebidas e comidas, só não bebidas alcoólicas, por ser proibido, conforme afirmou um funcionário da SEMOB através de um diálogo informal. Contudo, por mais que a venda seja proibida, na Lapa ela acontece em menor escala por meio dos ambulantes de isopor, próximo e/ou atrás do gradil, mas com a diferença de serem poucos vendedores espalhados e o isopor é bem pequeno, com fácil deslocamento. Em conversa informal com o funcionário da SEMOB, ele diz que não era cobrado de quem trabalhava nos boxes: “ó, os ambulantes, Barroquinha, antiga rodoviária, Mussurunga, estação da lapa, ninguém paga nada. Nenhum deles. Mais ou menos, a gente cobrava do crachazinho que fazia, que era o dinheiro da impressão do crachá e tinha o menino que cobrava”.

<sup>96</sup> <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1865534-ambulantes-fazem-protesto-em-frente-a-estacao-da-lapa-visaocidade.com.br/2013/11/ambulantes-da-lapa-temem-perder-espaco.html>  
[atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1652446-obras-comecam-na-lapa-e-ambulantes-serao-relocados](https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1652446-obras-comecam-na-lapa-e-ambulantes-serao-relocados)

Para Dália, o projeto e o procedimento para a requalificação da Estação da Lapa, elaborados em 2016, tinham já como intenção a retirada das trabalhadoras: *“o que eles queriam era tirar a gente da Lapa, tirar o ambulante, quem quiser agora que se vire, se quiser vender venda, agora tem que se virar porque não pode mais em lugar nenhum, nem ali no ‘mato’ pode”*. Laura, que hoje também trabalha no *“mato”*, conta que, na época do projeto, Adriano Silveira, diretor da SEMOP, as chamou para uma reunião para informar que não poderiam continuar trabalhando na Lapa e que seriam alocadas para diversas localidades da cidade, e pela distribuição da Prefeitura ela iria para a Av. Sete de Setembro. Conta que muitos não aceitaram, foram resistentes em sair e *“bateram o pé”*, mas que foi difícil continuar, não aguentaram a pressão do *“rapa”*:

*“Eles chegam com muita violência, empurram, apreende a mercadoria, são truculentos. Pensa só, aqui tem – bate no isopor – 700 reais de mercadoria, se ele levar como vou fazer? Como vou pagar? Eles chegam com a polícia, chegam é com caminhão, para já levar as coisas, e que quando sente que vai acontecer já tem que sair com os produtos para não perder”*. (Diário de campo, 12.04.2019)

Na época, quando Dália teve que sair da estação e escolher um novo local para trabalhar, como foi orientado pela SEMOP, fez a tentativa de escolha de dois locais junto à secretaria: a orla da Barra e o Fórum Orlando Gomes no Campo da Pólvora<sup>97</sup>. Ambos foram negados, disseram que não seria possível, a Prefeitura propôs localidades próximas, mas sem a centralidade e o movimento das áreas escolhidas.

Com a impossibilidade de se estabelecer nos lugares escolhidos, Dália e outras trabalhadoras, cerca de 15<sup>98</sup>, passaram a ocupar o *“mato”* ao lado da Estação da Lapa, como forma de permanecerem nos arredores da estação, mantendo a clientela, a proximidade com a moradia e as relações já construídas no território. Essa escolha vem acompanhada de disputas e resistência para permanecerem ali, frente aos conflitos com a estação e com o shopping, as recorrentes abordagens do *“rapa”*, e algumas vezes da PM, que tem uma base na estação. Além das quedas consideráveis nas vendas, pois, segundo Dália e Laura, nem todos querem sair da Lapa e ir até o *“mato”*.

Em campo, sem nem precisar perguntar sobre o assunto, o projeto da Estação da Lapa foi acionado em diversos momentos pelos clientes<sup>99</sup> de Dália, sejam pelas lembranças do

<sup>97</sup> O fórum ao qual ela se refere fica próximo à Fonte Nova e contempla o fórum da família, fórum Ruy Barbosa e o fórum Vara Civil 18.

<sup>98</sup> Quando conheci o *“mato”*, em 2019, tinha cerca de 8 trabalhadoras. Com a pandemia e a realocação das ambulantes do terminal da Barroquinha, a quantidade subiu para quase 20.

<sup>99</sup> Pode perceber em campo que muitos são clientes assíduos e de longa data. Com uma frequência de dois meses, indo entre sexta-feira e sábado, pude perceber grupos que estão lá toda semana, além de uma presença massiva de homens. Grande parte são trabalhadores da própria região do centro, ou que estão voltando do trabalho para casa e passam pela estação. Alguns trabalham nas lojas da Av. Sete de Setembro, há porteiros de prédios, ambulantes da região do centro, hospital do Martagão e moradores da região, que costumam ter lá como ponto de encontro dos amigos.

passado, *“aqui era muito bom, cheio de gente, todo mundo misturado, variedade de produtos”*, ou pelos aspectos ruins que foram ocasionados, *“o movimento no shopping caiu 50% depois que os ambulantes saíram de dentro da lapa”*; *“ficou ruim com essa mudança, pois antes não precisava vir até aqui, não tinha grade”*.

Dália e os clientes dizem que é o shopping que causa conflito, briga para retirar as trabalhadoras de rua, *“quem colocou a grade impedindo de os trabalhadores ficarem lá foi o shopping, nem foi a estação”* (Laura). Mas parece haver também conflito com os moradores do prédio junto à estação, como nos contou um cliente: *“o pessoal do prédio chegou a jogar, no final do ano passado, fruta, manga podre, saco de lixo com urina, nos trabalhadores e frequentadores. Querendo que eles saíssem, parece que incomodados com o som alto, barulho das pessoas e tal”*.

No caso do CHS, o projeto urbanístico mais recente é o do Terreiro de Jesus, mas, diferente dos outros territórios, na última década houveram dois projetos de ordenamento que tiveram como objetivo, ao menos em discurso - por parte da Prefeitura e algumas vezes nas narrativas das trabalhadoras - trazer benefícios, como: troca das barracas, padronização das trabalhadoras com coletes, substituição dos isopores por coolers, capacitação das trabalhadoras e demais ações que são direcionadas a essa área devido à atração turística. Contudo, tais tratamentos e projetos também podem ser vistos como controle e ordenamento, em que procuram uma padronização na apresentação dessa prática de trabalho na cidade, em particular em uma área turística.

O projeto<sup>100</sup> de requalificação do Terreiro de Jesus, que ocorreu em 2018 e 2019, teve como objetivo recuperar a ideia inicial desenvolvida por Burle Marx, em 1950, de modo a *“modernizá-lo e propor atualizações”*. Coordenado pela Fundação Mário Leal Ferreira<sup>101</sup>, o projeto foi elaborado pelo escritório A&P Arquitetura e Urbanismo, de Salvador/BA, e teve um custo de 1,6 milhão, com duração de 9 meses. Teve como intervenção: a recuperação do desenho do piso, restauração do chafariz, plantio de árvores, trocas de rampas de acesso, nova iluminação e troca do mobiliário urbano. Nos vários veículos de comunicação, inclusive os da Prefeitura, não foi mencionado em nenhum momento a existência das barracas e das trabalhadoras que atuavam na praça e nem como ficaria a situação delas perante o projeto.

<sup>100</sup><http://www.seinfra.salvador.ba.gov.br/index.php/noticias/300-prefeitura-inicia-obras-de-requalificacao-do-terreiro-de-jesus> <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/terreiro-de-jesus-sera-revitalizado-com-projeto-de-burle-marx/http://www.seinfra.salvador.ba.gov.br/index.php/noticias/300-prefeitura-inicia-obras-de-requalificacao-do-terreiro-de-jesus>

<sup>101</sup>A Fundação Mário Leal Ferreira é responsável pelo planejamento urbano do município de Salvador, está vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo – SUCOM, e é uma autarquia governamental brasileira.

Essa mesma invisibilização perante o projeto se deu no tratamento da Prefeitura para com as trabalhadoras e a associação<sup>102</sup> que Tânia faz parte: receberam apenas a notificação comunicando a impossibilidade de continuar trabalhando no Terreiro de Jesus – e também no Largo do Pelourinho, apesar da obra não atingir o local<sup>103</sup>-, sem propor alternativas para que pudessem trabalhar em outro local. Segundo Tânia, a associação não tinha esperança de “*ficar em nenhum lugar*”<sup>104</sup>, as informações que chegavam até elas eram de que não iriam poder voltar, afetando 91 trabalhadoras, sendo 46 barracas no Pelourinho.

Com a incerteza acerca de como ficariam, sem perspectivas de trabalho e com pouco diálogo junto à SEMOP, Tânia iniciou uma articulação junto aos “*políticos*”<sup>105</sup> e *parceiros*” da associação: “*envolvi todo mundo*”. Ela foi atrás das pessoas que procuram a associação em busca de ajuda/voto, e ela fez o mesmo:

*“Nós envolvemos a mãe de Neto”<sup>106</sup>. Para eleger Neto, no primeiro mandato, ela veio pro Pelourinho procurar a gente, e os presidentes, e a Associação é a mesma o tempo todo. Todo mundo lembra de tudo, nós temos registrado. Então ela veio, falou na hora de eleger Neto, certo? E nós trabalhamos para eleger Neto... de deputado”.*

Somado a isso, iniciou uma nova negociação junto à SEMOP, favorecida após a mudança da gestão (2018), que, segundo Tânia, tinha um novo secretário mais aberto ao diálogo e, assim, conseguiram a liberação temporária para que ficassem trabalhando na praça da Sé<sup>107</sup>. Dada a abertura, e aproveitando do próprio discurso da Prefeitura, negociaram novas barracas para que quando retornassem ao Terreiro de Jesus tivessem um “visual” novo, de acordo com a praça. A Prefeitura disponibilizou arquitetos e engenheiros para, junto com a associação, pensarem o novo layout da disposição das barracas no Terreiro de Jesus, bem como o design da barraca.

<sup>102</sup> A associação não tem licença para as barracas, já tentaram adquirir, mas a Prefeitura diz não ser possível. Em contrapartida, elas têm o “aval” da Prefeitura Municipal para se instalarem e trabalharem no cotidiano.

<sup>103</sup> Tânia não sabe ao certo o motivo que levou à retirada também do Pelourinho. Pode-se pensar que era uma possível tentativa de retirada das trabalhadoras do CHS? Visto que as vinculações entre a associação e Prefeitura/Estado são relações tênues, pois ao mesmo tempo que em determinadas situações ocorrem diálogo e negociações, elas vão mudando ao longo do tempo e das gestões públicas. E que os interesses em jogo são voltados em grande parte a municipalidade e não as trabalhadoras.

<sup>104</sup> Como em outros locais do centro, a SEMOP apenas notifica da impossibilidade do trabalho, não dialogando nem buscando locais para realocação, sendo essa uma negociação a ser feita após a retirada.

<sup>105</sup> Ao longo dos 40 anos de trabalho na rua, Tânia estabeleceu diferentes alianças políticas junto a políticos e órgãos públicos, em muitas situações com relações clientelistas em troca de apoio e voto político, com benefícios e apoio para com o trabalho de rua, como equipamentos, instrumentos de trabalho, e mesmo a garantia de permanência no território do CHS, mas que nem sempre foi assim, pois não era com todos os políticos que criavam essas alianças.

<sup>106</sup> Antônio Carlos Magalhães Neto foi Deputado Federal na gestão de 2003-2012 e posteriormente prefeito de Salvador na gestão de 2013-2020.

<sup>107</sup> Em relação aos dois locais, Tânia considera que o Terreiro é melhor para se trabalhar, proporciona outras relações de trabalho, envolvimento com os clientes, o movimento e a permanência de pessoas é maior, acredita que lá é mais dinâmico. Segundo ela, pode não estar acontecendo nada, sem nenhum evento, mas as pessoas vão, sentam, consomem, diferentemente da praça da Sé. Ela associa essas diferenças aos estigmas existentes na Praça da Sé, como local de prostituição, de ladrão, conta que os restaurantes e hotéis orientam os turistas a não pararem na praça da Sé, pois lá podem ser assaltados.

Um exemplo de projetos que visam “beneficiar” o trabalho de rua, como mencionado anteriormente, pode ser visto no projeto de 2016, que contou com a padronização e substituição de 45 barracas. Ao falar sobre o projeto, a então secretária, Rosemma Maluf, diz:

“Idealizamos esse projeto de um equipamento mais moderno, harmonioso e com a estética do Pelourinho, além da padronização com o nome dos proprietários. O benefício é uma nova estética e um novo ordenamento<sup>108</sup>. No programa de ordenamento do Centro Histórico se encaixam as barracas, onde adotamos essa nova estética e disposição para o Pelourinho, pois se trata de um espaço nobre de Salvador<sup>109</sup>”.

Além das barracas, foram substituídas também as mesas de plástico por mesas de madeira, assim como houve a capacitação das trabalhadoras pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). No mesmo ano, em agosto, houve outro projeto<sup>110</sup> de ordenamento voltado às ambulantes que trabalham com venda de bebidas em isopor e com venda de pulseiras, colares, picolé, entre outros. Segundo Tânia, o cooler vem como proposta de eliminação dos isopores<sup>111</sup>: “ela - a secretária - dizia que aqueles isopores eram muito feios, enormes, e não condiziam com o histórico da cidade”, enunciando mais uma vez o ideal de modernização e embelezamento que orienta muitas das intervenções. “Ela projetou aqueles coolers e conseguiu uma parceria para fazer”, proposta que foi replicada também no Rio Vermelho, Barra e na Lapa<sup>112</sup>.

A proposta do cooler, segundo Tânia, era para que as trabalhadoras pudessem circular, trabalhar se deslocando, com rodinhas, de forma que pudessem acompanhar o movimento do CHS: festas no largo, batuque nas ruas, presença de turistas, e, assim, trabalhar com a dinâmica da rua, subindo e descendo, parando e andando. Apesar de algumas críticas por parte das trabalhadoras quanto ao formato e estrutura do cooler, como dito acima, o uso do cooler é frequente entre as mesmas, podendo ainda ser vista a sua utilização em diferentes bairros e localidades de Salvador (CHS, Rio Vermelho, Barra, Av. Sete).

\*

<sup>108</sup> Barracas do Centro Histórico trazem imagens de pontos turísticos: <https://noticias.r7.com/bahia/barracas-do-centro-historico-trazem-imagens-de-pontos-turisticos-19052016>

<sup>109</sup> Centro Histórico recebe mais 45 barracas: <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1772194-centro-historico-recebe-mais-45-barracas>

<sup>110</sup> <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ambulantes-do-centro-historico-recebem-coletes-e-crachas-de-identificacao/>

<sup>111</sup> Esse processo teve também a inclusão das prostitutas que trabalham na Praça da Sé. Para Tânia, a proposta visava que as mulheres “deixassem a prostituição e trabalhassem como ambulantes”, mas, na visão das prostitutas, conforme conversa com uma pesquisadora que estuda o tema, elas não veem dessa forma, e sim que foram incluídas, pois algumas já possuíam também a “guia” de isopor, assim, houve a inclusão das mulheres que tinham interesse em ganhar o cooler para trabalhar.

<sup>112</sup> Na Lapa, segundo Dália, as pessoas que foram cadastradas e realocadas ganharam o cooler para trabalhar em movimento, ela e o filho ganharam, mas durante todo esse tempo que venho a acompanhando, ela sempre esteve com o isopor, devido à dimensão maior e à possibilidade de colocar muita mercadoria.

Ao nos determos, ainda que brevemente, nos projetos e intervenções nos três territórios em foco, é possível ver as diferenças de tratamento da Prefeitura Municipal de Salvador, em cada um deles, articulada às empresas da iniciativa privada, por meio de parcerias público-privadas. As intervenções têm no horizonte a questão histórica do embelezamento, padronização, disciplinamento, e também o controle<sup>113</sup>, mas mais que isso, tem em suas raízes uma "política racializada de despossessão" (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, 2020) que, por trás de um discurso de "modernização", promove cerceamentos urbanos, exclusão, seguindo a lógica da financeirização, e servindo aos interesses do capital. Esses tratamentos não são pautados somente pelo ideal de cidade que querem construir, mas sobretudo pelas relações intrínsecas com os corpos negros e pobres que ocupam – e produzem - esses espaços, o que Ananya Roy (2020, p. 227, tradução livre) vai chamar de "banimento racial", ao tratar da violência instituída pelo Estado contra corpos e comunidades, trata-se, pois, de um projeto de Estado. Para a autora, o banimento está "emaranhado com processos de regulação, segregação e expropriação e está inserido no geografias jurídicas do colonialismo colonizador e da separação racial". Como afirmam Figueiredo, Estévez, Rosa (2020) a produção de infraestrutura em Salvador vem sendo pautada a partir de um caráter "antinegitude":

Quando dizemos que os projetos de infraestruturas oficiais em Salvador são antinegitude, estamos dizendo que eles são pensados e implementados sem nenhum cuidado com as vidas negras dos territórios que dizem querer servir. Como se esses modos de vida – suas dinâmicas internas, circuitos econômicos, infraestruturas, relações e formas de sociabilidade – não tivessem valor material nem simbólico diante das abstrações coloniais que nutrem as narrativas da despossessão (CHAKRAVARTTY; SILVA, 2012; SILVA, 2014). (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, 2020, p. 195-196)

Como visto, no caso da Estação da Lapa e da Barroquinha, Dália e Cida são resistências em seus pontos de trabalho e territórios. Dália enfrentando constantes abordagens do "rapa", e Cida persistindo, mesmo em um território onde o comércio é escasso, colocando em debate se é apenas pelo trabalho que faz com que permaneçam na rua. Tais questões permeiam toda a escrita, pois, parece haver outros atravessamentos que fazem com que persistam e disputem a presença no espaço urbano, abarcando todas as relações, imbricações, afinidades, afetividades e redes ali existentes.

No caso particular do CHS, muitas das preocupações por parte do órgão público giram em torno do turismo, com interesses particulares que mobilizam investimentos e ações no território. Ao passo que também buscam monitorar de perto a atuação do trabalho de rua, como

<sup>113</sup> Com esse discurso, a Prefeitura argumenta, como visto nos documentos da década de 1970, que o trabalho de rua e a presença de ambulantes vão "atrapalhar o trânsito", assim, as intervenções vêm sendo pautadas tendo a premissa discursiva de melhorar a cidade, mas o que se evidencia é a tentativa - histórica - de eliminação da presença negra nesses territórios, os impedindo de prosseguir fazendo da rua seu local de trabalho.

é visto no aplicativo “Ambulante Salvador”, criado em 2019, para que os consumidores – turistas – pudessem avaliar as trabalhadoras de rua<sup>114</sup> das áreas turísticas do CHS, Mercado Modelo e Bonfim. Ao todo foram cadastradas 515 ambulantes.

Os projetos executados na Barroquinha e a eliminação da Feira fazem parte de um projeto mais amplo que vem ocorrendo no centro de Salvador, e pode-se dizer que em toda a cidade de Salvador, com o Programa Salvador 360<sup>115</sup>, um planejamento estratégico, com intervenções entre o capital e o estado, parcerias públicas-privadas e incentivos fiscais a empresas. São projetos<sup>116</sup> com discursos integrativos: “a gente aposta muito que a soma de todas essas intervenções em uma projeção de quatro anos, vai permitir um Centro Histórico muito mais pulsante, com uma nova energia e nova cara”<sup>117</sup>, uma “revitalização” plena<sup>118</sup>, como apresentou o então prefeito na época, ACM Neto. Contudo, na prática, o que se observa é a desconsideração e desvalorização das vidas e práticas populares e negras existentes no território do CHS.

Desprezam a presença de pessoas, sobretudo negras, que historicamente fazem o cotidiano deste território, e acabam por implantar projetos que não atendem e/ou não integram as realidades ali existentes, resultando em expulsões, remoções e conflitos. No caso das trabalhadoras de rua ocorrem realocações para lugares fechados, distanciamento em relação à rua e ao fluxo de pessoas, ocasionando prejuízos nas vendas. São projetos anti-negritude, de despossessão e cerceamentos urbanos, como mobilizamos anteriormente, em que no discurso de “modernidade” e de “ordem” opera a “branquidade do Estado” (PATERNIANI, 2019). E que, apesar de atualmente as trabalhadoras permanecerem em seus “pontos” de trabalho, elas vivem com a instabilidade e com o medo de que, a qualquer momento, podem perdê-los.

Projetos de cidade semelhantes estão presentes também nas áreas centrais de outras cidades brasileiras (ALCÂNTARA *et al* 2013; HELENE, 2015; SILVA, FILHO, 2018), visando transformações urbanas, investimento em massa, valorização imobiliária, mudança de usos, e consequentemente eliminação de práticas e grupos que são vistos em desconformidade

<sup>114</sup> É importante evidenciar uma outra iniciativa que envolve o uso de aplicativo, mas este como ferramenta para as trabalhadoras de rua que poderão registrar ocorrências de irregularidades e violações de direitos praticadas pelos agentes do Estado. Essa iniciativa é no Rio de Janeiro e faz parte de uma parceria do Observatório das Metrópoles e o MUCA. Mais detalhes, consultar: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/app-dos-camelos-parceria-muca-e-observatorio-das-metropoles-na-defesa-de-direitos/?fbclid=IwAR19ZZbSdHPNmQA>  
EshrfjS5oJXYVe-3wu-suo5lrFu\_3hf-1LSci0lyxtK0.

<sup>115</sup> <http://360.salvador.ba.gov.br/>

<sup>116</sup> <http://comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias-4/50408-nova-sede-da-fundacao-gregorio-de-mattos-formara-corredor-cultural-no-centro>

<sup>117</sup> <http://www.agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br/index.php/en/releases/cultura/6374-nova-sede-da-fundacao-gregorio-de-mattos-formara-corredor-cultural-no-centro>

<sup>118</sup> Vale pontuar que projetos ditos de “revitalização” tem um caráter de “trazer vida”, dar “nova vida” para um lugar supostamente “morto” ou abandonado, contudo, essa não era a realidade da ladeira, uma vez que haviam muitas trabalhadoras, que ocupavam, davam uso, movimentavam um grande fluxo de pessoas no seu cotidiano.

com as novas propostas de transformação urbana, nos termos de renovações, revitalização ou requalificação. Projetos que tem como finalidade eliminar essa população que habita o centro cotidianamente, como reflete Helene (2015, p. 182) a partir de ações de remoções da prostituição, são remoções “abre-alas”:

Para abrir caminho a um processo de expulsão daqueles que planejadores e urbanistas costumam chamar de “mazelas urbanas” (moradores sem-teto, camelôs, catadores de lixo, prostitutas, entre outros), classificados como entraves, obstáculos, dificultadores da implantação de serviços de “alta classe” e da constituição dessa imagem de cidade “civilizada”.

Cenário que reafirma o que David Harvey (2012, p.86) diz: “Progressivamente vemos o direito à cidade cair em mãos privadas ou interesses quase privados”, fazendo operar a lógica e o interesse do capital no espaço urbano, destituindo território, eliminando e/ou controlando práticas, afastando ou diminuindo cada vez mais o acesso de grupos populares à cidade e ao espaço urbano.

As situações narradas pelas interlocutoras colocam questões acerca de quais são os reais interesses da Prefeitura Municipal com esses projetos. Observa-se que os projetos urbanísticos e de ordenamento urbano, e conseqüentemente as realocações promovidas, trazem aspectos ruins à prática de trabalho, como: aumento de competição, se este for um local que já tem presença de outras trabalhadoras; destituição das redes de trabalho que envolve desde clientes a fornecedores, além de alguns casos contribuírem para maior precarização, por não dispor de um local fixo e seguro.

Em referência a algumas das intervenções que ocorreram no Centro de Salvador, evidencia-se que é dada uma importância maior aos aspectos físicos e estruturais (como a substituição da barraca, construção de cobertura nos becos, padronização com uniformes), promovendo melhorias no ambiente construído que, supostamente, incidiriam em melhorias também nas práticas de trabalho. Porém, quanto aos aspectos sociais e condições de trabalho, os impactos se dão negativamente, conforme a pesquisa pode apreender, levando às trabalhadoras, em alguns casos, preferirem as condições sob as quais estavam anteriormente, como afirma Cida, ao ser perguntada se ela preferia a Barroquinha antes ou depois da reforma: “Antes, agora não tem movimento. Lugar nenhum tem movimento. Acabaram com tudo, fia”.

# REDES DE RELAÇÕES e POLÍTICAS DA RUA

Trabalho que começou como temporário, como um complemento de renda, e que hoje configura mais de 40 anos de trabalho de rua. Esta longa permanência trabalhando na rua é motivada (além da necessidade e possibilidade de sobrevivência) pelas redes de relações e políticas da rua construídas no cotidiano. Tânia começou a trabalhar junto com amigos e vizinhos do Pelourinho e CHS, território em que, na época (1980), também morava. Na autoconstrução do território a partir do trabalho de rua, travaram disputas com a Prefeitura/Estado e a polícia (que era o “rapa” da época) resultando na criação da associação que existe até hoje, e que Tânia é uma das lideranças. Ressaltando que na rua não se trabalha sozinha, compartilham-se os saberes, as tensões, os conflitos, as regras, acordos e organizações, que dizem respeito às políticas da rua, criadas e recriadas no cotidiano. Organização que faz parte do saber-fazer construído no tempo e no espaço, e pela presença em um território em que se iniciaram as práticas de trabalho de rua, antes mesmo do século XIX, mas que também foi nas ruas do centro que aprendeu junto a sua mãe, baiana de acarajé, acompanhando-a nos ofícios de rua. Somada a presença das trabalhadoras na rua, nos inclinamos a pensar a rua e a “guia” como ponto de encontro e de relações, sendo local para se sentar, para trocar uma ideia, “gastar” um tempo, seja com as trabalhadoras ou com as clientes que a frequentam. A “guia” é local de sociabilidade, de trocas urbanas, de trocas afetivas, em que os produtos/serviços permeiam essas relações, mas que não se limita a eles.

Redes de relações são acionadas ou mesmo criadas para dar sentido à vida, pois somos seres sociais e precisamos do outro para existirmos como indivíduos, como propõe o psicólogo Lev Vygotsky (1987). Ou ainda, como diz Simmel (apud FRÚGOLI, 2007), a sociedade não é formada apenas pelos indivíduos, mas sobretudo por indivíduos em interação. Discussão que se torna ainda mais importante articulada com o espaço urbano, pois sendo parte dele, é ali que estas interações acontecem. Sendo assim, criamos maneiras de nos relacionarmos com o mundo a partir da coletividade. No caso das trabalhadoras de rua, a criação de redes<sup>1</sup> feita no cotidiano por aquelas que compartilham do espaço da rua, entendidas aqui como uma construção social

---

<sup>1</sup> Várias são as contribuições teórico-conceituais quanto à noção de “rede”, ao longo do tempo o conceito se difundiu no campo das ciências sociais apresentando abordagens diversas, “desde Elizabeth Bott (1976), que foi definitivamente amalgamado à cidade através de Hannerz, para quem a cidade é uma rede de redes (1980), e agora se expande para o estudo da sociedade global, como em Castells (1999), sociólogo para quem vivemos hoje em uma “Sociedade em Rede.” (MARQUES, 2014, p. 09). Ana Enne (2004) fez um mapeamento das principais abordagens do conceito empregados na literatura. Na atualidade, a autora diz que o conceito vem sendo empregado na análise da sociedade contemporânea a fim de definir as novas formas de socialização, assim como o fluxo informacional na ordem globalizada. No pensamento antropológico acerca das cidades e do urbanismo, o conceito de rede foi trabalhado por Hannerz (1980).

e espacial, acontece a partir de interações, trocas, ajudas e relações das mais diversas, unem-se e se separam no ritmo da vida e das necessidades. Enne (2004), acerca do conceito de rede, descreve que este é pensado como um sistema de inter-relação social.

Agier (2011, p. 79) mobiliza a definição de rede ancorada nas diferentes situações experienciadas pelas pessoas que informam episódios da vida urbana, ampliando as teias de relações; “as redes diferenciam-se mais ou menos segundo o seu principal critério de cooperação, ou, em outras palavras, segundo a natureza da relação social que está na base de sua existência, a qual também não ocorreria sem uma função ou um uso”. Nesse sentido, as redes podem ser de diversas ordens: parentais, de vizinhança, de rua, por gênero, raça, idade, sexo, classe etc. Aqui chamo a atenção para as redes de relações construídas na rua mediadas pelas práticas de trabalho – e pelas mulheres - mas que não se restringem ao trabalho. Agier vai dizer, ainda, que é possível chamar atenção para fenômenos de proximidade ou distância social decorrentes das redes de relações, sendo que, para seu funcionamento, circula um conjunto de valores, ideias e normas.

Essas redes de relações não se limitam apenas ao trabalho, pois, como diz Souza (2001), diante dos nossos olhos podem surgir diversas organizações espaço-temporais e redes de relações presentes no território, considerando que este, antes de ser espaço concreto, se constitui de relações sociais projetadas no espaço. Sendo assim, evidencia-se que essas redes de relações construídas pelas mulheres através do trabalho de rua no espaço urbano atravessam várias dimensões da vida, não se restringindo ao trabalho, havendo outras relações em jogo: são criadas amizades, laços afetivos, trocas e ajudas mútuas.

A criação de redes é aqui pensada como redes de ‘relações’, uma vez que envolvem diferentes dimensões da vida urbana, tais como: trabalho, moradia, vizinhança, afetiva, suporte, amizade, dependência, etc. Assim, estas redes são pensadas a partir das práticas do trabalho de rua no espaço urbano, uma vez que, ao compartilhar do espaço rua no cotidiano, a criação dessas redes se torna quase inevitável, considerando-se que as mulheres passam longas horas de trabalho na rua, e a rua torna esse campo de relações, que concentra diferentes práticas de trabalho e agentes sociais.

Em razão das precarizações e instabilidades existentes no trabalho de rua, essas redes são acionadas em busca de permanecer na rua e em seus territórios, frente às constantes disputas e conflitos com Prefeitura Municipal, - e às vezes entre elas próprias ou com outros comerciantes, como visto no capítulo anterior - situações que fazem com que as trabalhadoras se aproximem, mas também se separem.

Estas redes de relações dispõem de arranjos e agenciamentos próprios, enfrentamentos, táticas, acordos, construção de saberes, dimensões mobilizadas coletivamente e também individualmente, ora de forma mais visível, ora mais invisível, mas que dizem dessa presença na rua, do compartilhamento de espaço e, sobretudo, da permanência na rua, por todas as agentes envolvidas.

Defendo que é a partir das redes de relações que são construídas as “políticas da rua”: uma micropolítica, feita no cotidiano por aquelas que vivem da rua. A respeito da política compartilho do pensamento de Mouffe (2015, p. 08), em que a autora propõe uma distinção<sup>2</sup> entre a política e o político<sup>3</sup>. A política estaria no nível “ôntico” enquanto o político no “ontológico”, “isso significa que o ôntico tem a ver com as diferentes práticas da política convencional, enquanto o ontológico refere-se precisamente à forma em que a sociedade é fundada”. Com diferentes abordagens quanto ao que constitui “o político”, a autora tem como perspectiva que o político é um espaço de poder, de conflito e de antagonismo, ao diferenciar “o político” da “política” a autora diz:

entendo por “o político” a dimensão de antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto entendo por “política” o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político.

Neste sentido, as “políticas da rua” feitas e praticadas no cotidiano, vão além da política dominante, são desdobramentos dos “modos de fazer” (CERTEAU, 1994), mas que se utilizam de regras e convenções pré-estabelecidas pela ordem social e econômica dominante. São mobilizadas a partir de articulações e organizações frente às dinâmicas, conflitos, tensões, enfrentamentos de diversas ordens que ameaçam constantemente a presença e a permanência na rua, como visto. Tratam também das relações cotidianas entre as diversas agentes que vivem e experienciam a rua, assim, para a construção dessas políticas, as trabalhadoras de rua também utilizam de táticas para subverter imposições e controles, ao mesmo tempo que criam novas normas, regras, limites e articulações próprias no cotidiano das ruas, que não são estanques, vão variar no tempo e no espaço, como veremos nas seções do capítulo.

<sup>2</sup> Com duas abordagens diferentes, tem-se a ciência política e a teoria política, no primeiro caso, ela lida com o campo empírico da política, já o segundo é a esfera da ação dos filósofos, que diferente da primeira, investiga a essência do político.

<sup>3</sup> A autora tem como crítica o atual *Zeitgeist* “pós-político”, dirigida ao campo progressista, em que estes aceitam com otimismo a globalização, sendo defensores de uma forma consensual de democracia. Ao dialogar com pensamentos e conceitos que negam a dimensão antagonista constitutiva de “o político”, a autora coloca em cheque este ato de negação, que traz consequências para a política democrática. Assim, a autora sugere que “reconhecer a inerradicabilidade da dimensão conflituosa da vida social, longe de solapar o projeto democrático, é a condição necessária para compreender o desafio diante do qual a política democrática se encontra” (p.04).

Estas duas dimensões que se fazem presentes no cotidiano do trabalho de rua, as “políticas da rua” e as “redes de relações”, dizem muito quanto à dinâmica da economia popular urbana, como veremos adiante, e que não dizem respeito ao trabalho de rua apenas em Salvador, mas também presente nas ruas de diversas cidades brasileiras (ALCÂNTARA *et al.*, 2013; SILVA, 2015; ITIKAWA, 2016), na América Latina e em países do dito Sul Global (RABOSSI, 2011; PINHEIRO-MACHADO, 2008, ITIKAWA, 2016), como discorre Itikawa (2016), apresentando a articulação em rede das mulheres ambulantes em Durban, cidade costeira do leste da África do Sul, contra remoções forçadas do centro para construção de um shopping center.

No caso particular de Salvador, evidenciou-se que o trabalho de rua não acontece sozinho, apesar de cada mulher estar ali por detrás da sua “guia”; mas, para que essa prática ocorra no espaço urbano, redes sociais e espaciais são mobilizadas e estão em relação a todo tempo: seja através da família ajudando na produção, manutenção e funcionamento; seja entre trabalhadoras por meio da comunicação, troca de informação, ajuda no cotidiano do trabalho; ou entre trabalhadoras e clientes através de conversas no que diz respeito ao trabalho de rua, preços de mercadorias, e ajuda para “fugir” do “rapa”, como presenciei em campo; e mesmo com o próprio comércio “formal”, na compra de produtos, nas negociações pelo uso e ocupação do espaço; entre outras agentes envolvidas na prática do trabalho e/ou que também compartilham dos espaços ocupados pelas trabalhadoras. É possível pensar que, em meio às precarizações, instabilidades e dificuldades, articuladas às disputas travadas no cotidiano, essas redes de relações e políticas da rua são formas que elas encontram para articulação e fortalecimento frente à realidade que vivem, como veremos nas seções a seguir.

## O trabalho na rua e a autoconstrução de territórios

*“Eu sou uma pessoa que sou conhecida na minha área.” (Tânia)*

Essa relação de pertencimento, enfatizada por Tânia nesta afirmação, sintetiza uma vida inteira: mais especificamente, 67 anos de construção de relações no CHS e especialmente no Pelourinho, seja trabalhando, morando ou liderando uma associação. Por trás desse “ser conhecida” há uma construção social e espacial que vincula sua trajetória a estes territórios, antes mesmo de seu nascimento, pois foi lá – no Pelourinho - que sua mãe nasceu (assim como Tânia e suas filhas), e mesmo Tânia não sendo mais moradora desse local, as relações sociais e espaciais ali construídas permaneceram, sendo este território extremamente importante para sua vida, não apenas pelo trabalho, mas pelos elos ali construídos, de afetividade, representação e

subjetividade. Sendo assim, como venho construindo ao longo desta escrita, as ruas e espaços da cidade, para as trabalhadoras de rua, não são vistos como lugares anônimos ou genéricos, pelo contrário, são familiares, próximos; construção feita a partir dos 40 anos de convívio através do trabalho de rua.

A narrativa de Tânia chama atenção também para duas dimensões, a do “ser conhecida” e a do “ter conhecimento”, que a vincula ao território, ou “*minha área*”, como ela se refere, sendo um lugar de confiança, onde, além de ser conhecida pelas pessoas e cultivar relações, tem conhecimento das dinâmicas, dos acontecimentos e das pessoas que ali vivem e frequentam. Ao identificar tais concepções em sua pesquisa, Rosa (2014, p. 81 – grifos da autora) discorre:

Tais noções referem-se, simultaneamente, às pessoas e ao espaço, de forma imbricada: *ser conhecido* significaria estar imerso em redes de relações sociais que implicam necessariamente algum tipo de vinculação ao território, seja pelo fato de ser *nascido e criado* ou, ao menos, *morador antigo* em um determinado lugar (“*aqui todo mundo me conhece*”; “*aqui, onde eu vou tenho um conhecido*”), opondo-se àqueles considerados *estranhos*; de forma complementar, *ter conhecimento* expressa o outro lado da balança, reunindo tanto os contatos e *boas relações* cultivadas no tempo e no espaço, quanto o domínio físico e simbólico sobre um território (“*eu conheço esse lugar como a palma da minha mão*”; “*conheço cada burquinho aqui*”; “*aqui eu sei quem é quem*”; “*aqui eu sei onde encontrar ajuda*”).

Na defesa de que há uma construção, pelas interlocutoras, para fazer das ruas e espaços da cidade seus territórios, seja de trabalho ou de moradia, esses processos não se dão por escolhas aleatórias - nem mesmo simples, sem atritos e tensões, como evidenciado no capítulo “*ocupação e disputa*”: há toda uma teia de relações que conectam as trajetórias e as experiências de cidade e sobretudo de vida, para alcançar tais construções. Acionadas a partir do tempo, do convívio, da relação com a moradia e com o trabalho, dos deslocamentos, da segurança, das possibilidades de uma renda melhor, e sobretudo, das imaginações de futuros possíveis, essas redes fazem com que essas mulheres se estabeleçam e permaneçam cotidianamente nesses locais, pois, além de haver um pertencimento, há jogos de afetividades, subjetividades e relações, como é evidenciado na narrativa de Tânia, ao falar da associação e da relação entre elas: “*Temos boa relação, todo mundo aqui é amigo, todo mundo conhece todo mundo. É vantagem de trabalhar em comunidade, porque quem está aqui, ou é ou já foi daqui [CHS], entendeu? Então de qualquer forma se conhece*”.

Essas relações tecidas no espaço a partir do trabalho de rua podem ser entendidas como a configuração de um território, que segundo Haesbaert (2007, p. 20-21), o território nasce com a dupla conotação, material e simbólica, associado ao poder, mas, de acordo com o autor, não trata apenas do “poder político” tradicional, “ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de

apropriação”. Nesse sentido, de apropriação, é possível dizer que há locais na cidade de Salvador que são territórios do trabalho de rua, como as orlas, e em particular o centro. São locais de concentração do trabalho de rua, e as dinâmicas ali presentes só são possíveis pela ocupação e apropriação das trabalhadoras.

A partir da construção de territórios e dos “pontos de trabalho” as trabalhadoras podem ainda, constituir territorialidades, que além da incorporação política, trata das relações econômicas e culturais, do modo como as pessoas utilizam a terra, se organizam no espaço e os significados que dão a ele (HAESBAERT, 2007). Para Hasbaert, pode existir territorialidade sem território, mas o contrário seria inconcebível, seja empírica ou teoricamente.

Vieira (2017) ao conceituar território negro, nos convida a pensar as atribuições relacionadas a este espaço – negro -, não sendo pautadas apenas pelas práticas negras (capoeira, religião, batuque, samba, etc), mas também, pela presença efetiva de pessoas negras, sendo estes espaços físicos e simbólicos:

Seguindo a nossa construção de território negro destacamos a necessária vinculação entre espaço físico e espaço simbólico. A elaboração do simbólico – significados e sentidos construídos – sobre o espaço material (físico) e as práticas ali desenvolvidas é o que promove a construção do sentimento de identificação, pertencimento e a criação de vínculos com tal espaço. (ibid,p 42)

Ao propor pensarmos o centro de Salvador como território do trabalho de rua, mobilizo a ideia de centro negro, território negro, – já apresentada anteriormente no capítulo “*percurso teórico-metodológico*”. Não apenas pela presença – histórica – do trabalho de rua, que é composto majoritariamente por pessoas negras, mas também pela disputa de mulheres e homens negros para ali morar e trabalhar, para ali viverem. Este centro negro, pode-se dizer também, que vem sendo feito nas brechas, nos interstícios, nas disputas cotidianas frente ao “caráter anti-negritude da produção de infraestrutura em Salvador” (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, ROSA, 2020), que a séculos vem operando nessa cidade, e, mais especificamente, no centro. É um território que concentra a memória negra, as heranças africanas – como a presença do trabalho de rua –, que conta a história da criação e da constituição da cidade – feita por mãos negras – é a “vida urbana negra” tecida no cotidiano do centro, como diz Figueiredo e Estévez (2020).

A autoconstrução dos territórios<sup>4</sup> pelas trabalhadoras de rua não se baseia apenas nas relações; na verdade, pode-se pensar que as relações fazem com que se busque a fixação e a

---

<sup>4</sup> Mobilizo aqui pensarmos em “autoconstrução” do território ao analisar o movimento que as trabalhadoras fazem para transformar, “reconstruir” alguns espaços da cidade, material e subjetivamente, como nos territórios onde concentram seus “pontos de trabalho”, à medida que utilizam de táticas e dos recursos necessários na busca de constituir e consolidar um espaço potente, seguro e rentável. O território não está dado a priori para elas, por mais que este “centro ampliado” possa ser lido como historicamente um território do trabalho de rua, é apenas a partir da presença, permanência, disputa, das redes, dos jogos de poder ali construídos, que estes territórios, e mesmo territorialidades, são construídas e constituídas.

permanência no local. A autoconstrução do território, ou ainda, do “ponto de trabalho”, passa principalmente pela “atração” que o espaço proporciona para o trabalho de rua, como o fluxo de pessoas, sua centralidade perante serviços e outros comércios, a permeabilidade diante das fiscalizações, a possibilidade de fixação, se assim desejar, pois “sem o contato direto com os pedestres, não há vendas”, como evidenciam as autoras Moura e Scocuglia (2016, p. 318), a partir da narrativa de uma trabalhadora de João Pessoa, que diz:

Tá todo mundo aqui, todo mundo quer ganhar dinheiro. Na outra rua é fraco, na paralela [depois da entrevista circulei pela rua paralela e, de fato, o movimento de pessoas é menor, porém, alguns camelôs ali trabalham]. Só digo uma coisa, ninguém quer ficar onde não vende, onde vende é que a turma quer ficar. Ninguém quer ser deslocado pra um local vazio, todo mundo dá um jeito de se virar (J., Percurso 1, informação verbal).

Bouças (2015), ao aplicar questionário com 289 trabalhadoras/es do centro de Salvador, constatou que 31% escolheram seus pontos de trabalho devido ao movimento, por ter uma boa localização, e/ou por ter alguma tradição familiar. Sendo que, dos participantes, 43,3% disseram estar naqueles locais por conta da Prefeitura, decorrente de uma realocação ou porque o antigo ponto estava em reforma.

As interlocutoras desta pesquisa, ao falarem sobre os territórios, ou, como diz Tânia, “*minha área*”, e seus pontos de trabalho, enfatizam o desejo e a importância de permanecerem onde estão. Acionam disputas, tensões e acordos para isso, pois há um pertencimento e reconhecimento perante o território que foi sendo construído material e imaterialmente. Dispõem de um domínio e conhecimento próprios do cotidiano, sabem dos conflitos, disputas e dificuldades existentes, assim como sabem lidar com essas diferentes situações. Conhecem as dinâmicas, as pessoas, onde ir e não ir, têm relações de respeito com os demais agentes que vivem no espaço e, como consequência, têm uma segurança. Tem os fornecedores e clientes já estabelecidos, os depósitos de trabalho, proximidade com a moradia, várias relações materializadas espacialmente e subjetivamente no cotidiano desses territórios, que evidenciam o valor que as dimensões do “ser conhecida/ter conhecimento” têm, como apresentado acima.

São dimensões que se expressam na “fidelidade” das clientes às “guias” de determinadas trabalhadoras, como é o caso de Dália que “*tem uns certos vezeiros<sup>5</sup> meu*” ao se referir aos clientes que sempre bebem com ela:

*“Eu tenho um bucado, tenho um bucado de certo ali, tem uns certos vezeiros meu. Que trabalha no Martagão [Hospital Martagão Gesteira], trabalha na Vernades, loja C&A, tem um bucado que é certo. Mas tem uns outros, da Di Santina [loja do shopping Center Lapa] tem um bucado”.*

<sup>5</sup> Ao falar vezeiros, Dália quer dizer dos clientes que vão de vez em quando, mas que já mantém uma constância e esta relação de “fidelidade” da qual falamos.

A “fidelidade” das clientes é marcada também pelo tempo de permanência trabalhando no território, são 40 anos, o que mostra a importância da fixação, constituição e construção do território, sempre em articulação com as dimensões urbanas. A “guia” de Dália, localizada na maior Estação de transporte de Salvador, conecta diferentes territórios e pessoas, do centro e do entorno, e mesmo de outras localidades da capital, pois parte dos clientes são trabalhadores – no caso de Dália, a maioria é composta por homens – que estão no deslocamento trabalho-casa, tendo a Estação da Lapa como conector entre esses espaços-serviços-produtos-dinâmicas. Assim, a “guia” de Dália foi se constituindo como ponto de encontro e conexão, como veremos adiante.

Firmar um ponto de trabalho, um território, com uma temporalidade estendida, possibilita às trabalhadoras de rua maior visibilidade nos diversos fluxos que cruzam a rua que ocupam. Contudo, essa visibilidade, em determinadas situações, se reconfigura perante momentos de ameaça e fiscalização, como já explicitado no capítulo “ocupação e disputas”, sendo acionada a invisibilidade como estratégia de proteção, a fim de escapar de possíveis perdas de mercadoria ou de sofrer alguma violência física, e assim permanecerem trabalhando nas ruas.

“São inúmeros os indivíduos e grupos que tornam estrategicamente invisível a sua existência social a coberto da informalidade cotidiana da cidade, e conseguem, desse modo, escapar ao controle social e policial (Aubert e Haroche, 2011<sup>6</sup>)” (FORTUNA, 2019, p. 140).

As dimensões da autoconstrução do território, ou mesmo preservação deste, é evidenciada no diálogo com Cida, em que, mesmo que a Barroquinha tenha perdido sua característica de uma ‘boa rua para trabalhar’, e ela tendo uma outra opção de território de trabalho que poderia proporcionar até melhores rendimentos devido à localidade, ela insiste em permanecer onde está ao longo desses 40 anos, não abrindo mão das dimensões que envolvem a sua presença, as redes de relações ali construídas: da sua “segurança” quanto a consolidação naquele território:

*Cida: Tem duas moças mesmo que estão lá na Av. Sete (foram realocadas com a obra da Barroquinha),:*

*- 'Bora lá para Av. Sete, Cida?'*

*- 'Fazer o quê na Av. Sete? Se tem um 'bucado' de folha lá'.*

*Aí o pessoal [da Barroquinha] fala:*

*- 'Por que não vai lá pra cima, Cida?'*

*Aí eu vou lá pra cima meter as caras?*

*Aleida: Você prefere na Barroquinha?*

*Cida: Se ali tem onde eu guardar minhas coisas, filha, você acha que eu vou lá pra dentro? [Dentro do centro, da Av. Sete e becos]. O ônibus para ali pertinho, e o menino mandou eu guardar lá, eu chego o menino me abraça, e eu vou abandonar*

<sup>6</sup> Aubert, Nicole & Haroche, Claudine (orgs.). (2011), *Les tyrannies de la visibilité. Être visible pour exister?* Paris, Éditions Sés.

*eles? Não... o que der a gente monta, não é, não? Ruim por ruim, eu fico aqui e lá [Na Barroquinha e no Vale das Pedrinhas.] E se eu mudo, eu fico pra lá e pra cá e pego em bosta? Aqui (no Vale das Pedrinhas) a menina [Lisa] me faz tudo, me traz café, quando ela vai almoçar, se puder trazer um pouco de comida ela traz, senão eu vou para casa e almoço. Eu não peço a ela. Tomo minha cerveja, minha água de coco, a gente paga e ela me fornece.*

*Aleida: Você acha melhor estar em um lugar que você conhece? Com as pessoas que já tem alguma relação?*

*Cida: Se todo mundo se dá bem comigo... ela aqui fala 'o que eu tiver você come, se a gente não tiver nada também não come'. Aqui eu estou bem, negócio de arrumar para trabalhar lá, maior agonia. Eu pago minha água, pago minha luz, fia... que que eu quero mais? tenho minha vida... eu bebo, eu como, não tenho nada, vou ficar me esquentando?*

*(encontro de pesquisa 23.01.2020)*

Podemos pensar que a insistência de Cida em permanecer em um local no qual tem bastante familiaridade se dá, em grande parte, pelas consolidações ali existentes, construídas ao longo dos anos: relações interpessoais importantes, rede de clientes que sabem que irão encontrá-la ali, proteção contra ameaças e intempéries, ajuda/apoio e atenção que recebe de trabalhadoras e demais conhecidas.

A mudança para um novo território, poderia trazer melhores rendimentos, mas também traria várias outras demandas, como, por exemplo, a competição entre trabalhadoras, por ser um lugar de grande fluxo de pessoas; bem como a necessidade de uma nova construção de redes de relações, que possibilitasse uma base de apoio, como ela dispõe nos territórios onde trabalha; um alerta maior em relação à fiscalização e ao “rapa”, por ser um local visado; uma adaptação a uma nova dinâmica e territorialidade. Tudo isso faz com que ela, “a essa altura do campeonato”, com 73 anos de idade, não queira se arriscar, optando por não vivenciar grandes mudanças, sobretudo após ter vivido o trauma da retirada de sua barraca e do desaparecimento da Feira do Couro, onde trabalhava. Essa experiência reforça seu posicionamento em relação à possibilidade de mudança, uma vez que mudar de “ponto” a coloca suscetível a ações como essa novamente, considerando que o centro é um território em disputa e que passa por constantes intervenções da Prefeitura.

A partir das narrativas das interlocutoras e das observações em campo, mobiliza-se o pensamento de que a rua e seus pontos de trabalho são locais de familiaridade para as trabalhadoras de rua, não somente pelo longo tempo de trabalho no mesmo local, mas também por toda construção social e espacial que envolve a presença cotidiana nas ruas do centro. Carvalho Filho e Montoya Uriarte (2014) discorrem que, para muitas pessoas, é difícil considerar o centro como um “espaço familiar”, pois este é considerado espaço de passagem, de compras e de anonimato, concepções que, para esses autores, aproximam-se mais da dinâmica dos shopping centers do que das ruas do centro. Nesse sentido, os autores vão dizer

ainda que tornar certos espaços da cidade familiares diz respeito a táticas acionadas pelas moradoras da cidade, para nela viver.

Cada um traça seus percursos familiares na cidade... Certamente indispensáveis para poder, simplesmente, viver nela [...] esta dimensão familiar da cidade é uma parte essencial da vida cidadina, é ela que permite a ancoragem social mínima de cada um [...] podemos nos perguntar inclusive se a vida cidadina não é marcada pela alternância entre o conhecido e o desconhecido, mais do que pela oposição entre localidade e mobilidade, e se este balanceamento permanente entre proximidade e distância – sociais – não seria um dos fundamentos da cidadinidade. (AGIER, 1999, p. 55 apud FILHO, MONTOYA URIARTE, 2014, p. 65)

Ao compartilhar da afirmação de João do Rio (2008) de que a rua tem alma, Montoya Uriarte (2016, p.44) faz uma análise trazendo o trabalho de rua como a atividade essencial que explica essa “alma familiar”, dadas as características físicas e atividades nela realizadas, em particular a venda de produtos alimentícios, presente na Av. Sete de Setembro, rua em que desenvolveu sua pesquisa:

Uma atividade é essencial para explicar essa alma familiar: a venda de gêneros alimentícios realizada por vendedores ambulantes. Na rua encontram-se uma vendedora de beiju, catadores de feijão verde, vendedores de legumes, vendedores de castanha e camarão, vendedor de queijo e goiabada e alguns vendedores de temperos diversos. Claro que as farmácias, padarias, lanchonetes, bancas de jornal etc. são também espaços importantes para estabelecer contatos entre as pessoas, mas o comércio ambulante de comida é particularmente especial para promover breves “relações familiares” entre compradores e vendedores: eles não só se conhecem como se chamam pelo nome, se cumprimentam, trocam perguntas cordiais (“tudo bem?”, “como é que você está hoje?”), vendem ou compram fiado e, quando o tempo disponível do freguês o permite, sentam para uma prosa mais demorada. O comércio de víveres torna essa rua um espaço familiar, onde se para, se fica, se conversa, e não apenas se passa.

Em diálogo com tal abordagem, mobilizo o pensamento de que em determinadas situações, as ruas e territórios em que as mulheres trabalham podem ser considerados como uma extensão da casa, se não, uma “segunda casa”, como enfatizou Dona Maria, ambulante no centro de Salvador, em entrevista à Bouças (2015, p. 123): “A gente mora mais aqui do que em casa”. A rua como extensão da casa é pensada não somente pela territorialidade e a temporalidade ali presentes, mas por ser permeada por relações, hierarquias, regras, ora conflituosas, ora amigáveis e de afetos, como no ambiente doméstico.

Pinheiro-Machado e Rocha (2003, p.17), ao estudarem o trabalho de rua em Porto Alegre, dizem que as bancas e seu entorno simbolizam pequenas casas, tanto em relação aos objetos que as compõem: comida, espelhos, almofadas, escovas de cabelo e de dente, quanto aos tratamentos para quem delas se aproximam e mantém relação, existindo toda uma recepção, acomodação e cuidado:

Ela age como se estivesse na sua própria casa: convida-me para sentar, oferece-me café e diz: ‘fica à vontade’. Em volta de sua banca ela possui cadeiras de madeira,

ventilador e, para completar, um tapete estampado ou um carpete sobre o cimento. Eu brinco com ela: ‘como estás chique!’ E ela responde: ‘é para poder viver aqui’.

Situação também evidenciada com as interlocutoras desta pesquisa que, com minha chegada nos territórios de trabalho - e também em alguns casos com clientes-, agem como se estivessem ‘recebendo uma visita’, preparam o banco, convidam para sentar, oferecem água, bebida. Ao longo dos encontros de pesquisa sempre questionavam “*mas não quer beber nada? Não quer uma comidinha?*”, e, quando não dispõem dos produtos na própria “guia”, se oferecem para comprar de outras ambulantes que circulam pela rua; em alguns momentos, a recusa - por educação, por não querer que a pessoa gaste algo comigo ou mesmo pelo não interesse - pode ser vista como um desagrado e desfeita, como Cida reclamou uma vez: “*mas você não aceita nada*”, situação que me fez rever e aceitar algumas ofertas com mais frequência.

Nota-se também que o tratamento não se dá apenas em relação ao outro, existe a preocupação em ‘como se apresentam’ para trabalhar na rua, sobretudo Dália e Tânia, que enfatizam que não é porque estão na rua trabalhando que tem que estar de ‘qualquer jeito’, ao contrário, por trabalharem na rua e terem contato com muitas pessoas precisam estar arrumadas, fazem unha, cabelo e sobrancelha. Quanto à roupa, elas trabalham bem à vontade, normalmente usam short, blusa e chinelo. Talvez o desejo de estar arrumada e não de ‘qualquer jeito’ tenha relação com a discussão presente na seção “ocupação e disputa”, de que este trabalho carrega consigo estigmas de “ilegal”, “fora da ordem”, direcionando às mulheres o tratamento e as percepções de “bandidas” e “criminosas”. Assim tais posturas relativas aos modos de estar e se apresentar na rua visam não reforçar esse lugar que é colocado para elas, contestando-o.

A presença na rua é, portanto, este conjunto paradoxal que envolve se sentir bem e à vontade, estar familiarizada, ao mesmo tempo que passa por preocupações, medo e tensões (como discutido no capítulo “*ocupação e disputa*”). Para que estes sentimentos ruins não se sobressaiam ao desejo de ali estar, não apenas o desejo pelo desejo, mas sobretudo pela necessidade e importância que a presença na rua tem para a sobrevivência e manutenção da vida cotidiana, táticas são acionadas pelas mulheres trabalhadoras de rua, para tornar o trabalho e o tempo nesses espaços mais prazerosos e rentáveis.

## A rua e a “guia”: ponto de encontros e de relações

*“Eu gosto daqui, eu venho beber só aqui, não saio para ir beber em outro lugar, quando quero beber é aqui que venho. É pertinho de casa, volto andando, não preciso pegar ônibus”. (Ivana)*

Era domingo à tarde quando conheci Ivana, na Estação da Lapa. Com um pouco de conversa ela já informa a importância que é, para ela, a presença das ambulantes na estação, como espaço de convívio, sociabilidade, encontro, e sobretudo de relações e de pertencimento, não só pela proximidade com a moradia, mas por também ser ambulante, trabalha com quentinhas na região do centro. A sua fala revela que as espacialidades<sup>7</sup> e urbanidades<sup>8</sup> construídas pelo trabalho de rua e em particular pela “guia” costumam dimensões da vida para além do trabalho. Sendo comum a criação de redes de relações entre ambulantes, em que uma consome produtos da outra, conforme observei em campo, e como conta Dália, dizendo que é habitual uma ambulante frequentar a “guia” da outra, em alguns casos bebem e não pagam, pois ela também vai na “guia” da outra beber, mas, segundo ela, há situações de desconforto, ao contar que têm trabalhadores – ela se referia a um homem - de rua da estação, que bebem na “guia” dela, mas não querem deixar que bebam na dele também; quando essas situações acontecem, ela diz que “fica logo ligada” e não deixa mais beber de graça.

As redes de relações, não necessariamente se restringem apenas aos territórios onde trabalham, ou entre ambulantes que comercializam os mesmos produtos, ampliam-se também para outras práticas de trabalho popular<sup>9</sup>, como é frequente a ida de Dália para a praia da Barra<sup>10</sup>, onde tem amigos pescadores e ambulantes.

Nesse sentido, a rua pode ser pensada – ou como tenho provocado a pensar- como local de encontro e de relações, e sobretudo negro e popular, que por meio da fixação das “guias” nos pontos de trabalhos, movimentam novos usos, fluxos e acontecimentos, produzem espaço e criam redes de relações a partir da ocupação cotidiana das ruas. A “guia” é ponto de concentração, de encontros, de permanência, que une clientes, amigos, conhecidos e desconhecidos, que gastam tempo conversando assuntos que transitam desde cotidianidades a temas sérios, como política, informações, por exemplo, pronunciamentos da Prefeitura ou do presidente, situações da pandemia, dos acontecimentos do bairro e assuntos atuais conforme as últimas notícias dadas nos jornais. Há ainda clientes que cantam, dançam, tiram fotos, fazem piadas, circulam pelo espaço, e os que também “*enchem o saco*”, como relatou uma das interlocutoras.

<sup>7</sup> A respeito da espacialidade, Netto (2012, p. 13) vai dizer: “A espacialidade é o gravitas em torno do qual o social orbita e a vida urbana pulsa, o lugar onde habitam e convergem – sua ancoragem”.

<sup>8</sup> No livro “Urbanidades”, Netto (2012, p. 13) considera a urbanidade como uma propriedade robusta, “uma propriedade que parece endereçar o coração da vida urbana e suas condições”.

<sup>9</sup> Acerca da discussão de trabalho popular indico a leitura do livro “O mundo popular, trabalho e condições de vida” de Luiz Antônio Machado da Silva.

<sup>10</sup> A praia da Barra fica no bairro de mesmo nome, situada na extremidade da península da cidade, na orla atlântica. É um bairro turístico da capital, contendo em sua paisagem parte do acervo histórico e arquitetônico de Salvador, como: Farol da Barra, Fortes de Santa Maria e São Diogo.

Certeau (1994) vai dizer que o espaço é um lugar praticado; por meio do trabalho de rua, as mulheres realizam diversas práticas, transformam a paisagem, montam, desmontam, recriam, ocupam, aglomeram, esvaziam, em um movimento cotidiano e que a cada dia se configura em incontáveis formas espaciais. Praticam o espaço transformando seus usos iniciais e projetados, vistos anteriormente como espaço de passagem, circulação de pedestres e carros, em uma ocupação cotidiana permeada por redes de sociabilidade, aproveitando a rua como esse espaço aberto que proporciona maior interação e permeabilidade.

O espaço praticado de que Certeau (1994) fala, se conecta com as urbanidades existentes nas espacialidades do trabalho de rua, tendo a rua, seu espaço privilegiado para o pulsar da vida urbana, com função essencial na circulação da informação e de mercadorias, enquanto lugar do diferente, da socialização e da democracia (BOUÇAS, 2015). Passa a ser “o locus de encontro dos diversos elementos que compõem a heterogeneidade urbana, passando de local de circulação a local de visibilidade e confronto” (HELENE, 2008, p.3)”, é “lugar estratégico de observação da vida cidadina” (FRÚGOLI, 2009, p. 172) e, ainda, “alude a modos socialmente precisos de conceber a vida social” (FREHSE, 2013, p. 2).

Significados que trazem para a rua a vitalidade que a compõe, distanciando-nos assim da imagem da rua, impulsada pelo capitalismo, que a reduziu e a transformou apenas em vias de circulação, fluxo e trânsito, sendo possível também tensionar as narrativas intelectuais que abordaram a rua a partir do domínio da impessoalidade e da formalidade (MONTROYA URIARTE, 2016). Ao mesmo tempo, somadas a essa liberdade, várias outras dimensões acompanham o que é trabalhar na rua, para Druck e Oliveira (2008) trabalhar na rua é conviver com o acaso, a vulnerabilidade, insegurança, conflitos e disputas.

Netto (2012, p. 39), ao falar sobre urbanidade, entendendo-a como um fenômeno, discorre que ela possibilita o entendimento da própria relação sociedade-espaço, bem como sua produção, que se dá através da relação entre duas dimensões: o social e o espacial. Assim, o autor sugere usar o conceito:

para entender o modo de experiência de um mundo que se apresenta imediatamente urbano, devemos entender o cruzamento entre a espacialidade particular das cidades – como estruturas e projeções de ações conjuntas, seu papel como meio da ação coletiva – e a temporalidade singular da experiência urbana, em encontros e interações de outro modo impossíveis de serem produzidos. A espacialidade urbana tem, portanto, relação intrínseca aos ritmos variados da prática – uma forma de presença na produção das temporalidades diversas das ações das pessoas e suas experiências do tempo. Conjuntamente constituem urbanidade.

Imagem 19: Urbanidades que conformam o Centro Histórico de Salvador



Fonte: Fotos do Google Imagens – Colagem: Elaboração da autora

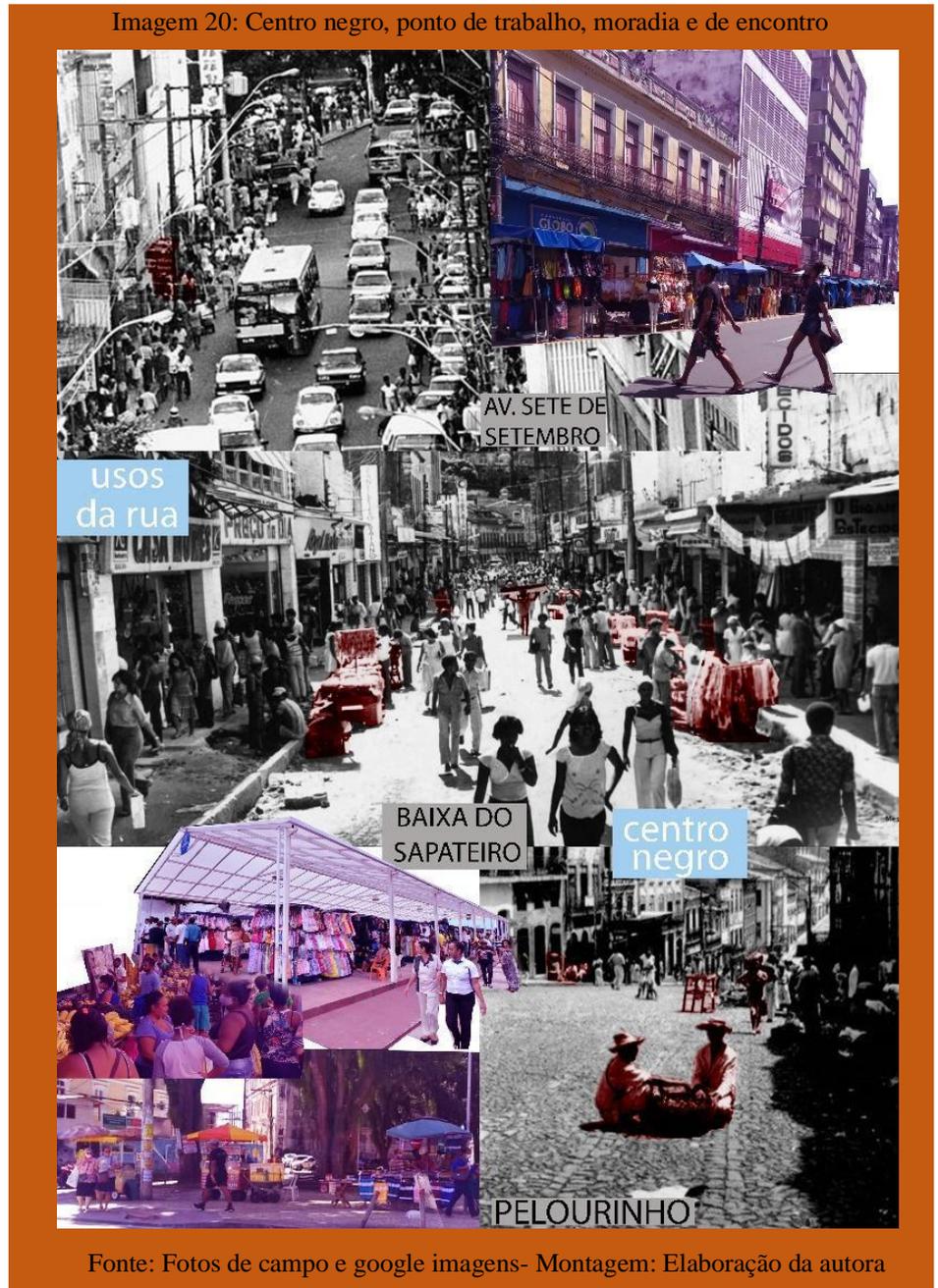
Na produção de urbanidades e espacialidades, mediada pela presença das trabalhadoras e das “guias”, redes de sociabilidade e interação são ativadas por clientes, trabalhadoras e demais agentes que compõe os territórios, transformam a relação com a rua e o espaço urbano, não apenas do ponto de vista econômico, ou de uma necessidade de sobrevivência ou de circulação, mas também em sua dimensão social, como ponto de encontro, de trocas, de lazer, de reflexões, costurando redes de sociabilidade no cotidiano da cidade, como enfatiza Freshe (2005, p 181-182):

Quanto aos indivíduos que trabalham nas atividades ligadas ao comércio ambulante, a rua é um espaço privilegiado para ameaharem a sua sobrevivência, não só material, mas também ‘social’; isso se levamos em conta as teias de sociabilidade que costuram nos lugares por onde passam com seus tabuleiros e cangalha.

A rua como ponto de encontro e território negro (ROLNIK, 1989) está presente desde o período da escravidão, “teriam na rua seu local de encontro”. Com as práticas de ganho – abordadas em “*ocupação e disputa*” – os cantos eram lugar de luta, disputa, cultura e fortalecimento “constituíam redes sociais resistentes, as quais terminaram por auxiliar na consolidação da tradição africana na Bahia. Eram espaços que misturavam religião (Candomblé), capoeira, redes de parentesco” (DURÃES, 2006, p.68).

Ao falar acerca da sociabilidade<sup>11</sup>, Grafmeyer (1994, p. 110) vai dizer que a dimensão urbana constitui importante repertório para analisar os modos de socialização produzidos, não apenas na família e na escola, mas sobretudo, “ao longo das existências, por vias de parentesco, dos laços de amizade ou profissionais, das relações de vizinhança e até mesmo dos contatos mais efêmeros que a vida na cidade suscita a todo o momento”.

Imagem 20: Centro negro, ponto de trabalho, moradia e de encontro



Fonte: Fotos de campo e google imagens- Montagem: Elaboração da autora

<sup>11</sup> Frúgoli (2007), no livro *Sociabilidade Urbana*, vai dizer que ao longo do século XX, o conceito ganhou usos e significados cada vez mais abrangentes, o que acontece é que, “tudo pode ser sociabilidade”, ao mesmo tempo que “nada”, já que perde sua força explicativa pela abrangência do uso. Em diálogo com Georg Simmel, criador do conceito da sociabilidade no campo da sociologia, Frúgoli propõe uma (re)leitura da sociabilidade no presente, na qual o conceito foi ressignificado a partir do diálogo entre sociologia e antropologia, dedicada à vida urbana.

Frúgoli (2007, p. 23-25) propõe uma leitura acerca do conceito que advém “das formas de sociabilidade enquanto possibilidades de construção temporária do próprio social entre estranhos ou atores sociais de condições diversas, em que a interação em si constituiria o principal intuito”. As relações de sociabilidade tecidas entre estranhos, como sugere o autor, podem ser vistas como “espaços comunicacionais” em que, “através da interação entre grupos, redes e indivíduos, se definem e redefinem simbolicamente certas diferenças socioculturais”.

A sociabilidade refere-se também às interações mais pontuais e mais frágeis que se podem instaurar em diferentes circunstâncias da vida quotidiana. O termo de sociabilidade abrange assim algumas das aplicações do termo de civilidade. No sentido mais lato, designa todo um universo das relações em público, ou ainda a aptidão de um indivíduo ou de uma população de viver tais relações. (GRAFMEYER, 1994, p. 112)

Diferentes situações de sociabilidade são vistas nas espacialidades em que o trabalho de rua está envolvido, não apenas em Salvador, mas em diversas cidades brasileiras, como Moura e Scocuglia, (2016, p. 320) indicam, a partir do caso de João Pessoa e dos espaços do trabalho de rua, conhecidos como “cantos”: “geralmente, um ‘canto’ é próximo de outros ‘cantos’, o que o transforma em um espaço de sociabilidade e convívio diário, de alianças, de controle e fortalecimento de laços”. Relações vistas também no relato de Pinheiro-Machado e Rocha (2003, p. 16):

Aos sábados e domingos, os camelôs também trabalham. Nesses dias, o Centro é muito diferente dos dias de semana: sem os trabalhadores das grandes empresas e setores administrativos, ele é palco de uma verdadeira festa das camadas populares de Porto Alegre. Todas as ruas, sem exceção, ficam sem espaço devido aos ambulantes que invadem a região. Se durante a semana o camelódromo parece grande, aos finais de semana, ele fica minúsculo (pelo menos aos meus olhos). O interessante nestes dias é o tom festivo que se estabelece. Os vendedores de *CDs* colocam músicas num volume muito alto, as vendedoras dançam o *Funk* e o *Pagode* que toca. Além disso, dezenas de vendedores de churrasquinho ficam às voltas, é não é exagero dizer que o Centro fica coberto por uma nuvem cinza da fumaça. O cheiro de comida e a música tomam conta das proximidades da Praça XV, do Mercado Público e da Praça Parobé. Pessoas de toda a cidade vão para lá, uns para visitarem, outros para passearem. Nos dias de “passe livre” nos ônibus (finais de semana e feriados) este ambiente se agita ainda mais.

Sociabilidades que também foram vistas nas ruas do centro de São Paulo, em 1989 por Costa (1989, p. 38), que conta que nas ruas vendia-se tudo, nota também a diferença dos produtos comercializados durante o dia e durante a noite, proporcionando novos usos e sociabilidades.

À noite, no centro da cidade, o transeunte, num clima de festa interiorana, abastecia-se de churrasco, pastéis e bebidas. Existia a uma divisão: durante o dia eram oferecidos produtos domésticos para serem levados para casa; à noite produtos para serem consumidos “in loco”, sugerindo encontro e permanência.

Contudo, os processos de produção da cidade pela lógica hegemônica e do capital, vêm incidindo nos processos de socialização nas grandes cidades, como alerta Ribeiro (2005), que por meio da modernidade racionalizada e espaços capitalistas com acumulação material e imaterial “aumentaria as distâncias sociais à medida que pauta as relações em uma perspectiva maquínica, monetária e excludente, ameaçando, portanto, a sociabilidade” (apud IZELI, 2020, p. 26). “Assim, a monetarização das relações sociais, que caracteriza a vida urbana, adquire novos conteúdos, que reduzem a gratuidade e a espontaneidade indispensáveis à sociabilidade e aos sentidos mais largos da urbanidade.” (RIBEIRO, 2005, p. 414 apud *ibid.*).

Relativo aos espaços de sociabilidade que o trabalho ambulante proporciona nas ruas da capital baiana, este é dos mais diversos, variando conforme o local de realização do trabalho, tipos de produtos comercializados, tipos de “guias” das trabalhadoras, entre outras variáveis. Carvalho Filho e Montoya Uriarte (2014, p. 63) dizem que “os equipamentos dos ambulantes costumam se tornar pontos fixos nos quais se pode ‘bater um papo’ ou sentar rapidamente”.

A ocupação dos espaços urbanos por mulheres ambulantes promove transformações no espaço, uma mulher com sua “guia” vendendo bebidas, churrasquinho, com uma caixa de som, cadeiras espalhadas, e vários outros elementos proporcionam o acontecimento dessa sociabilidade. Instiga a concentração de pessoas, que ocupam os espaços, são atraídas por esses diversos elementos que compõem um ambiente ideal para quem procura o que se pode encontrar ali: passar um tempo, bater um papo, consumir determinados produtos. Experiências urbanas que foram fortemente afetadas durante a pandemia, tanto para as trabalhadoras de rua quanto para os clientes. A interrupção desses encontros, relações e presença nas ruas se tornou algo “insuportável” para quem está acostumada à “correria” cotidiana (KOLLING, SANTOS, 2020).

As relações construídas na rua e decorrentes da “guia” evidenciam que não são apenas de ordem mercadológica, do dinheiro, da relação literal entre ambulante – cliente. Dália, estabelece relações muito próximas a alguns clientes e esses a ela – masculino por ser maioria homens -, com relações de “fidelidade”, frequentam a “guia” há anos e, muitas vezes, todas as semanas. Acompanham a “*vendagem*” dela em outros territórios, conhecem os filhos, alguns deles já frequentaram a casa dela e já presenciaram outros espaços do cotidiano dela e da família. Ocorrem situações em que o “cliente/amigo” compra bebida no mercado e deixa gelando na “guia” de Dália, enquanto bebe e fica interagindo com ela e com as pessoas que estão na “guia”, situações que permitem reafirmar que não é apenas a lógica do dinheiro que predomina. Essas relações podem envolver também trocas de serviços, como conta Cida, que realizou serviços religiosos sem um pagamento prévio do cliente, ela contará futuramente com os serviços de construção civil para realizar pequenos reparos na sua casa.

Em sua pesquisa, Bouças (2015, p. 122) realizou entrevistas e questionários com várias trabalhadoras/es da região do centro e, ao serem perguntadas(os) sobre quais eram as coisas positivas de se trabalhar na rua, a grande maioria manifestou que eram os vínculos de amizade construídos na rua, assim como as relações com as clientes: “coisa boa é estar aqui na rua, dá pra conhecer todo mundo, ter amizade”, como conta Antônio, trabalhador da Avenida Sete de Setembro, no centro de Salvador.

As dimensões de pertencimento e familiaridade descritas acima são vistas no cotidiano a partir das relações das interlocutoras com os espaços e com as pessoas que ali circulam e/ou que também mantêm tais relações. Não apenas devido aos diversos cumprimentos e paradas para pequenas conversas decorrentes da circulação por esses locais, mas, sobretudo, pelo conhecimento do espaço, que anteriormente era desconhecido ou estranho, passando a ser familiar a partir da presença cotidiana. As mulheres que experienciam e vivem esses territórios passam a “ler o espaço” (MONTROYA URIARTE, 2013a), entendem das presenças e das ausências, dos movimentos, das mudanças, reconhecem as agentes ‘de sempre’ ou quem é nova no ‘pedaço’<sup>12</sup>.

Situação explicitada por Cida ao dizer, mais de três vezes, em dias diferentes, que havia ladrões circulando pela Barroquinha. Perguntei como ela sabia que eram ladrões e a resposta foi clara: “*Oxe, se meu dia-a-dia é aqui, a gente sabe tudo, conhece*” e, ao perguntar se eles agiam naquele horário -pela manhã, comércio aberto-, ela disse: “*depende, desse jeito com a Barroquinha vazia eles atuam mesmo, podem até roubar se ele já estiver seguindo a pessoa desde lá de cima*”. São percepções urbanas, entendimentos a partir de uma longa vivência no mesmo território, na mesma rua, de um cotidiano vivenciado há muito tempo, mais de 40 anos, que a levaram a adquirir um conhecimento detalhado sobre a espacialidade e suas dinâmicas e que, muitas vezes, diante de situações que poderiam ser invisíveis perante nossos olhos, para ela é tão familiar, como, por exemplo, a compreensão de relações, ações ou intenções a partir de um movimento corporal ou uma pequena mudança espacial.

A partir dessas várias dimensões da rua, articuladas às narrativas e trajetórias das interlocutoras, é possível chegar ao entendimento de que a rua, para elas, não é apenas um local de trabalho. Mesmo que haja a necessidade do dinheiro, do ganha pão, estar na rua significa muito mais do que estar apenas trabalhando, sobretudo ao considerarem que os rendimentos são móveis, instáveis, como nos faz pensar Cida ao dizer “*ontem eu saí daqui com três reais,*

<sup>12</sup> Pedaço é uma categoria proposta por Magnani (1996), entendida como resultado de práticas coletivas, é referência para distinguir grupos e redes de relações pertencentes ao espaço. O termo refere-se também a um espaço entre, intermediário entre a casa e a rua, no qual se desenvolve uma sociabilidade básica.

*isso é trabalho?* Para em seguida reafirmar a necessidade e a importância de estar ali, evidenciando que, independentemente dos ganhos, o trabalho se apresenta como o motor principal que a move para as ruas: *"vai que alguém me procura aqui, tenho que estar aqui"*. As relações e enraizamentos nesse território, que se conectam com a presença dela e também com a sua prática de trabalho, faz com que permaneça no território, mesmo em circunstâncias difíceis, pois a rua é geradora de movimento, de acontecimentos, de trocas e relações, que dão sentido à vida, proporciona que se relacionem com outras pessoas, clientes, outras trabalhadoras, conheçam novas pessoas, surja uma venda aqui, outra ali, ganhe dinheiro, comida, “jogue conversa fora”, fale de coisas sérias, e assim a vida acontece nas ruas.

## Saber-fazer

*“Toda vida eu não fui besta, toda vida eu fui isso aqui ó” - batendo na cabeça e fazendo referência a inteligência, esperteza. (Dália)*

Essa referência é muito comum na narrativa de Dália, que sempre conta sobre os diferentes contextos pelos quais passou e as artimanhas, jeitos, expertises e soluções; as formas que ela encontrou de ‘dar conta do recado’ e de ‘não ser besta’. A primeira relação que faz é com o primeiro trabalho que teve, ainda em casa de família: *“trabalhei em casa de família, só que a mulher queria me fazer de escrava. Toda vida eu nunca fui besta”*, conta que logo deu um jeito de sair dessa casa e conseguir outro trabalho.

Ao falar sobre esse momento e a relação com esta “patroa”, Dália conta como a conheceu: durante um Carnaval, no final da década de 70, Dália tinha cerca de 14 anos e estava sozinha, então uma mulher se aproximou e começaram a conversar e, em um determinado momento da conversa, a mulher a “convidou” para trabalhar em sua casa. A mulher chegou a ligar para a irmã de Dália, que era responsável por ela na cidade, para pedir permissão para tal “acordo” de trabalho. Quando perguntei a Dália como começou essa aproximação durante o Carnaval, e como a futura “patroa” havia identificado que ela poderia ser uma boa pessoa para trabalhar na casa dela, visto que o contexto em que a proposta se desenvolveu era um tanto quanto inesperado e impróprio, ela considera que foi por ser facilmente identificada como uma *“menina do interior”*:

*“É... Carnaval você ir com um vestido aqui embaixo... [no joelho] vê que você é do interior. É, o pessoal conhece quem é do interior. Porque se eu chegasse de shortinho... o pessoal tudo de short e eu com o vestido, me lembro como hoje, um vestido de bola desse tamanho [representando o quão grande era a bola com a mão], amarelão, com um laço assim amarrado, de sandália havaianas, com uma sandália*

*grandona... Aí ela disse [ou pensou no caso] 'essa menina é quem eu estou querendo para tomar conta de Tiago'.*

Ao falar sobre o racismo genderizado, Kilomba (2020, p.93) chama a atenção para a dupla opressão de raça e gênero que opera de forma entrelaçada nos corpos de mulheres negras<sup>13</sup>, destacando que há uma fantasia colonial que mira nesses corpos desejos, objetificações, reprodução de um passado escravista e colonial, ainda muito presente no inconsciente da branquitude, como ocorreu com Dália, “a jovem menina não é vista como uma adolescente, mas sim como uma servente”.

Outra situação em que Dália afirma não ser besta, é no trabalho de rua, quando vendia comida em porta de obra:

*“Mas menina, os caras saíam por debaixo da cerca para não me pagar, era uma perturbação... aí eu peguei as 'manhas', o quê?! rammm. Depois que eu peguei as manhas da vendagem, foi aí que eu comecei a vender. Vendia! Aí eu comecei a trabalhar na obra de rejuntar o piso. Eu nunca fui besta não”.*

O “*não ser besta*”, acionado por Dália, conecta-se com a perspectiva de um “saber-fazer”, pois para manter a “guia”<sup>14</sup> e estar trabalhando na rua, essas mulheres depreendem jeitos, “manhas”, “táticas”, “artes de fazer” (CERTEAU, 1994) que são próprias de cada uma, em alguns casos são compartilhadas entre as trabalhadoras e em outros são mantidas em segredo: “todos os camelôs possuem uma série de hábitos e segredos que é a sabedoria de cada um e deve ser repassada aos seus filhos ou funcionário fiel” (PINHEIRO-MACHADO; ROCHA, 2003, p.24). Conhecimentos que são também aprendidos na experiência cotidiana, na temporalidade do trabalho de rua, de modo a fortalecer a permanência na rua trabalhando. Certeau (1994, p.41) fala sobre as “maneiras de fazer”, que “constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural [...] alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano”.

Esse saber-fazer, em grande parte, ancora-se aos conhecimentos advindos da rua e com a prática de trabalho, considerando a rua a “própria” escola, que ensina como fazer, o que não fazer, quando agir, e foi a partir dela que as mulheres trabalhadoras foram aprendendo, em diferentes tempos, espaços e circunstâncias.

Para as “margens”, a rua é representativa. É a “escola da vida”, como apresenta Gonzaga, liderança do Pop Rua (movimento da população de rua de Salvador), e interlocutor

<sup>13</sup> Além de Kilomba, algumas leituras foram indicadas no capítulo “*ocupação e disputa*”, nota 18. Na dobra com o espaço urbano, ver: Ratts, (2003); Silva (2018); Falú (2014); Curiel (2021).

<sup>14</sup> Em “*gestão da vida cotidiana*” há uma seção dedicada à manutenção e permanência da “guia”.

de Silva (2020). É um espaço de aprendizado, como também disse, no Congresso Virtual da UFBA, Tiffany Odara, que é travesti, ialorixá e educadora social, destacando que para ser quem ela é precisou da rua como espaço formativo, “que primeiro me formou, me fez entender quem eu era, para que eu pudesse estar aqui”<sup>15</sup>. A rua se apresenta como potência dessa construção social do indivíduo, mas também não podemos deixar de lembrar que, em muitos casos, são aprendizados a partir de luta, esforço, dores, frente à situações de precarização, estigmas, opressões e violências que são vividas na rua.

Como ressaltado acima, são aprendizados que vêm pela própria experiência de vida; assim, para Dália, sua formação e ensinamento veio da própria criação dos filhos: *“Estudei no interior, aqui não estudei não, só estudei lá. Aqui não estudei nada. O livro foi Janaína, o caderno foi Felipe, lápis foi Alisson” (risos).*

Nas apreensões urbanas feitas por Moura e Scocuglia (2016, p. 317), observam como o espaço é reconstruído diariamente através da ocupação e permanência das trabalhadoras de rua, reconstruções e adaptações que se dão devido às necessidades e exigências das próprias trabalhadoras, bem como pela Prefeitura Municipal, e que o corpo é representativo em afirmar o espaço conquistado.

Em uma fala de J., por exemplo, aparece essa constante adaptação:  
 “Tem recuo em uma loja que tá fechada. A dona da loja não vai abrir a loja. É claro que se ela abrir a loja vou diminuir o tanto de mercadoria que coloco, mas vou continuar trabalhando no recuo”.

A fala da entrevistada é significativa em informar esse “saber-fazer” e as “políticas da rua”, aproveitar de um espaço que, a priori, está ocioso, como a fachada de uma loja fechada, significando a possibilidade de ter um espaço maior e poder expor mais seus produtos, ou de uma forma melhor. Contudo, ao passo que há a expertise para tal feito, igualmente há para saber os limites, “até onde ir”, “até onde pode”, pois a forma de ocupação das ruas e calçadas para as trabalhadoras é uma questão central, presente nas “políticas da rua”, pois envolve acordos feitos entre ambulantes, lojistas, e mesmo com a Prefeitura/Estado. Compreensões que podem ser alcançadas também a partir das reflexões e apreensões sobre as dinâmicas da rua, em que as trabalhadoras de rua e demais agentes que vivem e compartilham desses espaços usam de brechas, táticas e possíveis oportunidades para praticar o “saber-fazer”.

É corriqueiro observar a circulação de sujeitos que fazem a rua como moradia e de trabalhadores/trabalhadoras de rua no espaço, usando o espaço como banheiro, trabalhando no “garimpo” de materiais recicláveis, uma vez que a existências de bares e restaurantes ali gera um fluxo desses materiais, e guardando seus materiais de

<sup>15</sup> Congresso virtual da UFBA 2021 - Mesa de debate: Nada sobre nós sem nós: o cotidiano da rua das/os trabalhadoras na rua e situação de rua - <https://www.youtube.com/watch?v=UnykaTCrJSM>

trabalho (carrinho de coco gelado, tabuleiros de acarajé, barracas, etc.) nos galpões de armazenamento existentes ali. (SILVA, 2020, p. 100)

É a construção desse conhecimento, desse “saber-fazer”, que dotam essas práticas de trabalho de sentido, caracterizam, particularizam, entrelaçam os saberes populares e as “políticas da rua”, manifestadas no cotidiano e nas práticas de trabalho. Para Pinheiro-Machado e Rocha (2003), um bom camelô dispõe do domínio de diferentes técnicas que são aprendidas no cotidiano, ressaltam dois importantes saberes: as técnicas de venda e as técnicas da banca. E, nesta pesquisa, destaco mais uma dimensão de fundamental importância: conhecer e incidir nas dinâmicas e regras que configuram as políticas da rua, como evidencia-se na narrativa de Dália:

*Dália: Mas teve umas meninas que me ensinavam, ‘oh Dália, quando o “rapa” vier, tu se sai’.*

*Aleida: Por que? Você não sabia do “rapa”? Não conhecia?*

*Dália: Não, não sabia. Aí elas me ensinaram, se sai dentro do ônibus. Aí eu fui aprendendo, aprendendo, quando eu aprendi, já foi.*

*(encontro de pesquisa 24.02.2021)*

O saber-fazer envolve também a gestão da “guia”, do trabalho, o controle e a movimentação do dinheiro, de modo que a “guia” funcione e traga retornos econômicos, contrariando a visão perpetuada de que pobres e negras agem de maneira irracional, e que não dispõem de capacidades para gerir economicamente um “negócio” (MOTTA, 2016), discussão que trago em “gestão da vida cotidiana”.

Imagem 21: Sazer-fazer a vida a partir da cidade e da rua



Fonte: Fotos de campo - Elaboração da autora

Podemos pensar que o saber-fazer é uma construção no tempo e no espaço, propagado como um conhecimento ancestral, tradicional, considerando que o trabalho de rua também tem um caráter familiar, seu saber é passado por gerações – como discutido no capítulo “*gestão da vida cotidiana*”. Trata-se também de um saber negro, de família negras, como no caso de Cida, em que a família também faz parte do Candomblé e compartilha do ensinamento das folhas e ervas, um saber que Cida leva para a sua “guia”. Assim como faz parte da trajetória de Tânia que, ao acompanhar sua mãe no trabalho de rua como baiana de acarajé, adquiriu esse saber-fazer vivenciando o cotidiano familiar, bem como o cotidiano do CHS, território cujo trabalho de rua historicamente se faz presente.

Cida e demais trabalhadoras que trabalham com folhas e ervas têm no saber-fazer um domínio de manuseio, sabedoria sobre o uso de cada produto que circula pela “guia”, para melhor indicar a cada cliente de acordo com as demandas que chegam até elas, sabedoria que conecta ancestralidade, raízes e magias que caminham com Cida. Em campo pude acompanhá-la montando a “guia” e, conforme ia tirando as folhas da sacola, compartilhava seus conhecimentos, falava os nomes das ervas, a finalidade, algumas ela tirava uma folha e me dava para sentir a textura e cheirar. Começou pela vassourinha de relógio:

*“Essa é boa para banho e reza, tira mal olhado, olho gordo. Esse é o alecrim do mato, conhecido também como alecrim do campo, é diferente daquele alecrim de horta. A cidreira é boa para acalmar, fazer chá. Essa outra é São Gonçalinho, é para sacudir a casa, tirar mal olhado. O algodão, junto com a quina-quina, é abortivo, mas com algodão também dá para fazer xarope para limpar dentro, tirar catarro. A comigo-ninguém-pode é forte, ela é para banho, mas tem que ser seca, fresca assim ela coça toda e para usar não pode ser qualquer um, tem que ter conhecimento, porque ela é braba, só quem tem o ensinamento que pode manipular – se você tomar um banho com ela você sai aqui virada no azeite, doida, por isso que não pode usar, não use. Muitas folhas são boas, mas só nós podemos usar elas”.*

Ao se referir a “nós”, Cida está dizendo das pessoas do axé, povo de santo, das religiões de matrizes africanas que têm um vasto conhecimento das ervas e sabem manipulá-las para diferentes funções. É um saber-fazer que não é compartilhado no dia-a-dia, pois muitos conhecimentos são restritos às pessoas iniciadas na religião.

O conhecimento acerca do produto é também uma tática importante de venda, percebe-se que a utilização de sons e chamados têm grande potência como estratégia de venda e captação de clientes. Os sons são muito presentes em Salvador, sons de músicas, de transeuntes, carro do ovo, anúncios de lojas, carro passando, buzina, sons que estão presentes também em outras cidades, que fazem parte da manifestação dos usos e da vida que acontece no espaço urbano. No centro de Salvador, em particular, o trabalho de rua proporciona outros sons que se somam aos rotineiros ruídos presentes. Os famosos anúncios feitos pelas trabalhadoras são uma das

marcas do trabalho de rua, e que, conforme se transita pelas ruas, os anúncios vão mudando de acordo com o tipo de produto comercializado.

Em uma das incursões a campo, parada por 10 minutos na estação da Lapa, foi possível capturar diferentes sons (que não conseguirei reproduzir entonações, pausas e repetições), que são representativos para observar a variedade de produtos que circulam pelas ruas do centro:

"água! água! água de copo, água de garrafa! água! água!"  
 "picolé, picolé, picolé"  
 "película de vidro é 5 reais"  
 "com 1 real bebe água!"  
 "tem graviola, cupuaçu, maçã verde, açai, côco, amendoim, chocolate africano, cajá, picolé, picolé!"  
 "mineral gelada - pipoca doce"  
 "picolé embalado é só 1 real"  
 "olha a película de vidroo"  
 "água gelada, cerveja e guaraná, olha a água"  
 "abará temperado"  
 "amendoim torrado só paga 1 real"  
 (registros em diário de campo, 08/05/2019)

Ainda a respeito dos sons, uma situação observada em campo e que vem ganhando maior proporção entre as trabalhadoras é o uso da reprodução de anúncios gravados nas caixinhas de som, que substitui a necessidade de a própria vendedora ficar anunciando a todo momento; essa reprodução toca o dia todo, o que também acaba causando uma mistura sonora, pois em uma localidade pode ocorrer de ter mais de uma gravação, além dos 'gritos anunciadores' das demais trabalhadoras, que acabam tendo que competir com o volume dos sons reproduzidos. A seguir compartilho três sons captados em lugares diferentes do centro:

Artrose, reumatismo, dor na coluna, varizes, aquele machucado, aquela pancada que você recebeu no acidente, era 10 agora é 5 o teu remédio.

Eu tenho também aqui, na promoção, máscara, máscara a partir de 3 reais, máscara de todo preço, de todo gosto, de toda qualidade, eu tenho máscara de time, eu tenho máscara 100% algodão, 2 forros, eu tenho máscara aqui 3D, eu tenho máscara estilo ninja, eu tenho máscara com respirador, eu tenho máscara de toda cor, de todo tipo, de toda qualidade, vem para loja<sup>16</sup>, vem conferir. Era 5 agora é 3, eu tenho máscara aqui a partir de 3 reais.

Alô você que desce, alô você que sobe, eu tenho película de vidro apenas 5 reais, [silêncio breve] película de vidro apenas 5 reais, aplica na hora, película de vidro apenas 5 reais, aplica na hora, película de vidro, película de vidro é 5 reais. Alô você que desce, alô você que sobe....  
 (registros em diário de campo, 02/10/2020)

Conforme eu caminhava pelas ruas do centro, diferentes espacialidades e estímulos iam sendo experienciados, sons, cheiros, sentidos, fluxos variando conforme o dia e horário, ruas

<sup>16</sup> O uso "loja" para se referir a "guia" ou a barraca também é ouvido pelas ruas, mas em menor proporção.

mais calmas, outras agitadas, ora espremida no meio da multidão, que percorre os apertados becos para chegar nas avenidas, onde os fluxos se dissolvem.

Próximo ao almoço os fluxos das ruas vão aumentando, as mudanças no espaço vão acontecendo, por exemplo, no entorno do relógio de São Pedro, na Av. Sete, a presença das “guias” de comida é mais intensa, de grandes a pequenos isopores, dentro deles muitas “quentinhas”<sup>17</sup> que buscam atender o grande número de trabalhadoras do centro, desde ambulantes a funcionárias das lojas. Depois do almoço, elas já não estão mais em quantidade, uma ou outra permanece na expectativa dos que atrasam a hora de almoçar. Evidencia-se com esses movimentos e transformações o fazer-cidade cotidiano, em que no ato de ocupar e desocupar as ruas do centro “os espaços são construídos e desconstruídos todos os dias, gerando sempre novas possibilidades de arranjos de ocupação”. (MOURA, SCOCUGLIA, 2016, p.315)

As mudanças podem surgir também conforme a dinâmica urbana, a época do ano, a mudança climática, um novo produto que os fornecedores colocaram em promoção, a possibilidade de transitar e se deslocar pelas ruas e mesmo nos eventos. De forma fugaz, as trabalhadoras vão se apropriando dessas dinâmicas para se beneficiarem e elevarem a “guia” para “fazer” mais dinheiro. Um caso bem expressivo, observado em campo, e que não é uma particularidade de Salvador nem mesmo do trabalho de rua, mas que é bastante evidente durante o transitar ao longo do ano nas ruas da cidade, é a mudança dos tipos de produtos comercializados nas “guias”, seja acompanhando o ritmo das lojas, seja em busca de atender à “tendência” do momento e àquilo que as clientes procuram, levando as trabalhadoras de rua a ofertarem roupas de São João, brinquedos para crianças, pisca-pisca, papai Noel, dentre vários outros itens.

As mudanças quanto ao tipo de produto também podem acontecer de forma pontual, conforme a dinâmica da cidade, ou como estratégia para se ter mais segurança quanto às abordagens do “rapa”, como acontece no Pelourinho durante o São João, onde Dália opta por vender capa de chuva<sup>18</sup>, devido à dificuldade que é trabalhar com a “guia” de cerveja:

*“Não vou nem trabalhar com cerveja. Capa você entra na festa, e essa “guia” de cigarro e de queimado, “guia” de cigarro vende, pode entrar. Agora “guia” de cerveja, aí multiplica o “rapa” e os vendedores do Pelourinho não deixa vender. Porque os vendedores de lá é tudo cadastrado. Então se eu chego daqui eles ali vão chamar o “rapa” onde eu tiver para me pegar”.*

<sup>17</sup> Refere-se a marmita, comida.

<sup>18</sup> Dentre os produtos de maior facilidade para “entrar na festa”, encontram-se: capa de chuva, cigarro e queimado [nome que dão para se referir às balas halls e freegells]; o cigarro e o queimado costumam compor a “guia do baleiro” que vende balas, chicletes, pirulitos e cigarros.

Ao narrar essa situação, Dália diz entender o comportamento das trabalhadoras do Pelourinho, pois diz que se fosse ela no lugar também denunciaria. Nesse caso, ela aposta em um produto que tem saída, por conta do período chuvoso, e por ter maior segurança ao entrar e transitar pela festa.

A construção desse saber-fazer leva em conta dinâmicas e usos da rua, assim, caminhando pelas ruas do centro de Salvador, em diferentes contextos, é possível captar, mesmo que em fragmentos, esses conhecimentos que são espacializados nas ruas e nos pontos de trabalho. A começar pela “guia”, a exposição do produto, as formas de abordar as clientes, ou, quando necessário, fugir do “rapa”. Conhecimentos que passam também pela ocupação de espaços e transformação dos mesmos, gerando novos usos, fluxos e dinâmicas, como é visto na praça Barão do Rio Branco, onde transformaram um espaço livre, que contém bancos e algumas mesas com tabuleiros, em um ‘centro estético’ a céu aberto, oferecem serviços como manicure e design sobancelha, movimentando grande fluxo de mulheres, espaço que Dália também frequenta. Essas dinâmicas e usos mobilizados nesse saber-fazer não se dão aleatoriamente, há um contexto, somados a circunstâncias físicas e sociais que interferem, contribuem e modificam os usos dos espaços.

## Na rua não se trabalha sozinha

*“Bira<sup>19</sup> é quem levava a gente para tudo que era festa, só que aí eu comprei uma Kombi para mim e Benício<sup>20</sup>, a gente comprou uma Kombi verde, que fica aí na frente. Ele e o gordo comprou, a gente deu uma parte e ele deu outra. Essa Kombi só anda quebrando, quebrando. Quebra o galho... [...] A Kombi a gente fica, quando vai pegar muita cerveja, que pega na BR, que aí traz 200 caixas na estrada, 300 caixas na Kombi. A kombi serve para todo mundo, Zene de lá de baixo, é porque você não conhece não, o que passa com a Kombi, gordinho, ele também trabalha de vendagem. Essa Kombi só anda na mão dos caras”. (Dália)*

O primeiro ‘estalo’ de que haviam muitas camadas para compreender o trabalho de rua veio a partir da história da Kombi<sup>21</sup>, que mostra que nem tudo é competição e conflito, que em meio à condições adversas sob as quais vivem, usam de táticas para terem melhores condições de trabalho, conforto e economia, e, em algumas situações, se articulam em conjunto, em rede,

<sup>19</sup> Bira é morador da comunidade do Tororó, vizinho de Dália, tem um comércio local junto à sua casa na Rua Senhor Rubens Mesquita e também trabalha de carreto para as trabalhadoras de rua do entorno e do centro.

<sup>20</sup> Benício também é morador do Tororó e, assim como Bira, tem um comércio na rua principal da comunidade. Tem ‘parcerias’ com Dália e seu filho Felipe. Ele trabalha como ambulante nas festas e eventos que acontecem ao longo do ano em Salvador.

<sup>21</sup> Dália contou a história de um trabalhador do Tororó que também comprou uma Kombi, mas ele não sabia dirigir, outras pessoas e trabalhadores de rua dirigiam para ele, assim, seu carro pode ser ponte para ajudar outras pessoas, inclusive essas que dirigem para ele, que podem não ter um carro, reforçando esses potenciais de rede.

mostrando que o trabalho de rua também é coletivo, mesmo que, em determinados momentos, parta de interesses individuais.

A Kombi compartilhada é uma forma que Dália e Benício encontraram para auxiliar no dia-a-dia do trabalho de rua, na reposição de mercadorias, nos deslocamentos para eventos, situações que, anteriormente, precisavam pagar para Bira, que trabalha como “*carreto*” de ambulante, além de atender, também, necessidades de várias outras trabalhadoras da região. Além de disponibilizar a Kombi, quando Dália e os filhos vão repor o estoque de mercadorias<sup>22</sup>, ela pergunta às trabalhadoras mais próximas se têm interesse em comprar produtos em conjunto.

Essa interação e comunicação se apresentou como algo recorrente do trabalho de rua, que conecta as trabalhadoras espacial e territorialmente, a partir dos produtos que comercializam, e, em decorrência disso, pensam e (re)criam as práticas de trabalho no cotidiano. Assim, conversam acerca dos pontos de venda, das festas e da dinâmica da cidade, combinam valores, passam dicas de trabalho, criam uma organização própria da/na rua, como conta Francisco, ambulante de São Paulo:

O comércio ambulante na cidade é muito importante. Os trabalhadores procuram sempre trabalhar em união, a gente conversa sobre o que pode vender na rua, os produtos que dão mais lucro, sempre procurando se ajudar. Se um vende pipoca, o outro vende milho, sem ninguém desfazer da mercadoria um do outro, porque estamos no mesmo barco, não tem como um ser contra o outro. (Francisco em entrevista a ALCÂNTARA, *et al*, 2013, p.34)

Nessa relação de trabalhar para somar e não para ser um contra o outro, Dália e o filho Felipe fizeram parcerias<sup>23</sup> de trabalho na Arena Fonte Nova<sup>24</sup> junto a trabalhadoras de comida que compartilham do mesmo “ponto” onde se instalam, então, enquanto eles vendem pastel, Dália e Felipe vendem refrigerante, suco e demais bebidas. Essa parceria construída é uma das táticas criadas pelas trabalhadoras visando maior rentabilidade com seu trabalho, pois, além destes clientes em conjunto, ela tem ainda uma “clientela” fiel que, quando vão assistir aos jogos, sempre bebem “em sua mão”. Ao se referir a esses clientes, ela diz que são “*os barão*”<sup>25</sup>, devido ao seu ponto estratégico na Fonte Nova, que fica em umas das entradas onde acessam pessoas associadas ao clube do Bahia, mas que não são apenas clientes de maior poder aquisitivo, pois sua “guia” é diversa quanto ao público. É interessante notar como as diferenças

<sup>22</sup> Dália tem um depósito próprio, ele fica na parte térrea de sua casa, e, nos andares superiores, tem a do filho e por último a sua, em “*a gestão da vida cotidiana*” apresentarei melhor a relação do depósito com o seu trabalho e sobretudo na relação com a moradia.

<sup>23</sup> Essa parceria já foi vista por outras trabalhadoras, como no Rio Vermelho entre uma Baiana de Acarajé e uma ambulante.

<sup>24</sup> Itaipava Arena Fonte Nova é o estádio de futebol reconstruído no mesmo local do antigo Estádio Octavio Mangabeira, para a realização da Copa do Mundo de 2014, recebe este nome devido ao patrocinador. O uso pela interlocutora é Arena ou apenas Fonte Nova.

<sup>25</sup> Em referência a quem tem dinheiro.

sociais se expressam na “guia”, vinculadas à espacialidade que se encontra, por exemplo, na Fonte Nova a cerveja mais vendida é Heineken, a mais cara da “guia”, enquanto que no “mato” é Itaipava latão.

Ainda à respeito dos “barão”, ela conta que durante a pandemia eles fizeram muitas doações de cesta básica, “*eles pensam assim, que porque a gente trabalha na rua passa necessidade*”, a quantidade de cesta foi tanta, que além de atender à ela e aos filhos, também pode doar para as vizinhas do bairro. Dália relata que durante a pandemia, no ano de 2020, recebeu muitas cestas básicas, de diferentes lugares, mas que em 2021 foi um ano mais difícil, pois já não haviam tantas doações.

As parcerias não se restringem apenas entre aquelas que trabalham na rua, há casos entre trabalhadoras de rua e o comércio “formal” local, como no caso de Cida, que tem dois pontos de apoio, cada um em um dos territórios de trabalho<sup>26</sup>. Na Barroquinha, o apoio é uma loja de tênis, em que o dono deixa que ela guarde a mercadoria para que não precise levar e trazer todos os dias, permite que utilize o banheiro, faz companhia a ela no dia-a-dia, sendo comum ficarem na frente da loja conversando, assim como ele a ajuda nos momentos em que precisa, como quando teve que trocar a “guia” e o rapaz cedeu um dos mostruários de tênis para que ela montasse a “guia”. Situação vista também em São Paulo (ALCÂNTARA *et al*, 2013) e em João Pessoa:

Acerca da construção cotidiana da permanência no espaço realizada pelos camelôs, identificamos que esta é conquistada por meio de estratégias que passam, principalmente, pelo diálogo com o comércio formal, mediante a relação com os donos das lojas em que estão situados e ao lado das quais vendem suas mercadorias. O apoio dos lojistas parece fundamental para permanecer no espaço, adaptar a ocupação e não permitir a entrada de novos camelôs. A partir dele, podem surgir “pactos”, troca de favores, nos quais muitas vezes o camelô acaba servindo de vigilante da calçada onde se encontra a loja, com vistas a regular a apropriação dos espaços por outros camelôs. (MOURA, SCOCUGLIA, 2016, p.319)

Variando conforme os interesses das trabalhadoras, as construções de redes podem ter diferenças de escalas e relações envolvidas, tratando do próprio compartilhamento de espaço e alguns casos da própria “guia”, não necessariamente com familiares ou amigos, mas como uma espécie de “sociedade”, são sócias que compartilham do mesmo “negócio”. Situação vista em campo, mas também abordada por Bouças e Tupiniquim (2017, p. 147), em referência ao centro de Salvador: “uma senhora que contou que sua atual profissão é de cuidadora de idosos, mas que nas horas vagas ela trabalha como camelô para complementar a renda. Ela reveza os dias

<sup>26</sup> Cida iniciou no trabalho de rua na Barroquinha, na década de 80, porém, após o projeto em 2016 – *abordado em “ocupação e disputa”* -, estabeleceu um novo ponto de trabalho, próximo à sua casa, no bairro Vale das Pedrinhas, devido à incerteza da permanência e grande diminuição no fluxo de pessoas e de vendas na Barroquinha.

de trabalho com um sócio”. Em campo pude conversar com uma ambulante que também é pastora da igreja evangélica e vende cosméticos, ao longo da semana ela reveza os dias de trabalho com sua sócia, permitindo que exerça outras funções de trabalho, situação que parece ser presente no trabalho de rua, como evidenciado por Bouças (2015) e Pinheiro-Machado e Rocha (2003).

Imagem 22: Ocupações da rua, redes de relações, e práticas de trabalho na Avenida Sete de Setembro



Fonte: Fotos do Google Imagens – Colagem: Elaboração da autora

Construídas no cotidiano a partir da rua e da presença das trabalhadoras nesse espaço, as redes de relações envolvem uma gama variada de sujeitos presentes nos territórios, como moradores de rua, lojistas, moradores do bairro, donas de depósitos, carregadores, vigias, abastecedores de mercadorias, “funcionários”, trabalhadoras da região, clientes, etc. entre vários outros que vão compondo essas redes criadas no espaço urbano. Como é visto no CHS com o trabalho da associação, que tem relação com o depósito, cedido pelo governo do estado, onde guardam as mercadorias: tem os “meninos” que ajudam na montagem e desmontagem da barraca, o vigia que cuida quando as barracas ficam montadas na praça, e ainda relações com o depósito de bebida do território.

Redes que podem variar desde uma olhada na barraca, ajuda com o troco, empréstimo da máquina de cartão, compra de mercadoria coletiva, compartilhamento de comida - situações observadas em campo e junto às interlocutoras- não se limitando apenas pelas trocas cotidianas, mas principalmente por ter pessoas de confiança para exercê-las (PINHEIRO-MACHADO, ROCHA, 2003; BOUÇAS, 2015), sobretudo quando precisam se ausentar da “guia”. Como se constata na narrativa de Tânia, em que ela e a filha ajudam uma Baiana de Acarajé nos momentos de muito movimento: *“tem umas meninas lá que trabalham de junto com a minha barraca quando eu tô no Terreiro, que elas são do acarajé, quando elas estão muito ocupadas a gente vai lá bate a massa, eu e minha filha, faz os bolinhos tudo...”*.

Situações também evidenciadas em campo, junto com Cida no Vale das Pedrinhas, seu outro território de trabalho, onde ela estabelece uma relação muito próxima à Lisa (como trago

na primeira seção), que também é ambulante e vende bebidas. O momento mais forte das vendas de Lisa é no final da tarde e à noite, quando ela espalha mesas e cadeiras pela calçada, e seu “box”<sup>27</sup> se transforma em um bar ao ar livre.

A relação que estabeleceram, além dos aspectos afetivos, que como diz Lisa, ela considera Cida uma “*mãezona*”, “*minha véia*”, elas também têm trocas mútuas de trabalho, em que ambas se ajudam conforme as necessidades do cotidiano. Pude acompanhar situações como empréstimo de dinheiro; nas manhãs em que Lisa não abre, Cida tem a chave e recebe a bebida com o fornecedor; assim como Lisa faz um papel de “mediadora” entre Cida e clientes quando ela não está trabalhando, anota os pedidos, a fim de garantir a venda para ela. As trocas também acontecem no sentido material, Cida era uma das poucas que não tinha toldo no “box”<sup>28</sup>, o sol da manhã é intenso e ela chegou a improvisar uma proteção com cabos de vassoura e lona, mas ainda assim não protegia tanto, o que fazia com que ela ficasse debaixo do toldo de Lisa para se proteger mais. Entre um encontro de pesquisa e outro, quando fui a campo, o “box” de Cida estava com um toldo, mais simples que os outros, mas que cumpre a função da mesma forma, e ela contou que foi a mulher do “box” ao lado (que vende açaí e cerveja) que deu de presente para ela.

O “box” de Lisa serve de apoio a outras trabalhadoras de rua, presenciei outras trabalhadoras montando a “guia” próximo à dela, pegando mercadoria, gelo, assim como outros agentes que compartilham do espaço da rua, como é o caso de um gari, que faz a limpeza urbana do bairro, e frequentemente passa no ponto de Lisa para pegar um cafezinho, tomar uma água, e quando está com tempo senta para “bater um papo”. Reafirmando a “guia” como ponto de encontro, como espaço familiar, como discutido anteriormente.

A comunicação entre as trabalhadoras de rua é um ponto central, funciona como um “telefone sem fio”, uma conversa com uma, que conversa com outra, e essa outra com outra e assim vai: elas ficam sabendo de tudo! Desde o que foi noticiado sobre os ambulantes no jornal, até informações mais importantes, como o acontecimento de uma nova festa que foi anunciada, se ela exigirá licença ou se a venda “está liberada”, qual serão os preços dos produtos, se haverá a necessidade de um novo cadastramento de ambulantes, ou fatos mais corriqueiros, como uma

<sup>27</sup> Falarei mais da relação entre as duas em “*gestão da vida cotidiana*”. Por hora, o box é um equipamento instalado pela prefeitura decorrente do projeto de canalização e urbanização do canal do Vale das Pedrinhas em que substituí as barracas desmontáveis de algumas trabalhadoras por “boxes” fixos. Acerca do projeto ver: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/10/25/urbanizacao-de-canal-e-finalizada-e-espaco-de-convivencia-e-lazer-inaugurado-no-vale-das-pedrinhas-em-salvador.ghtml>

<sup>28</sup> Diferente de Lisa, que ganhou o “box” da prefeitura, Cida, incentivada por Lisa, alugou um “box” próximo ao dela para que pudesse ter um local fixo, pois antes trabalhava nos mobiliários urbanos que tem na calçada, e assim melhores pode ter condições de trabalho. Abordarei melhor esse assunto em “*gestão da vida cotidiana*”.

cerveja na promoção, uma possível “batida” do “rapa”, atualizações sobre a festa do dia anterior, se foi boa ou não.

E essa “rede de informações” (ROSA, 2015; 2020) ou mesmo de “fofoca”, como apresenta Fonseca (2004)<sup>29</sup>, não ocorre apenas antes ou depois dos acontecimentos, mas também durante eles, como conta Dália: na sexta-feira, dia 9 de novembro de 2019, ela estava trabalhando no “mato” e estava acontecendo a comemoração do “Lula Livre” no bairro do Rio Vermelho; então chegou para elas a notícia de que o evento estava bom de venda, havia muitas pessoas e estava faltando cerveja. Neste dia, muitas trabalhadoras saíram do “mato” e foram para o Rio Vermelho, porém, Dália estava sozinha, sem os filhos para ajudá-la, e, impossibilitada de ir, acabou permanecendo na estação.

O que ocorreu com Dália acaba sendo a realidade de muitas mulheres que não têm carro, ou dependem das filhas, familiares, e/ou outras pessoas, para “migrarem de festa” e se locomoverem com a “guia”, vivenciando obstáculos no cotidiano<sup>30</sup>. Evidencia-se que para ir trabalhar em uma festa ou evento é necessário todo um preparo prévio, Laura conta que elas avaliam quais festas valem a pena ir, ainda assim, podendo correr o risco de a festa não ser o que esperavam, pois, em alguns casos, há custos para chegar até a festa e também para ir embora, situação que tem que ser levada em conta nos cálculos de rendimento do evento.

Na rua é possível identificar redes de mulheres trabalhadoras de rua, que trabalham juntas ou são pontos de apoio entre elas; um caso que exemplifica essas redes relação é a circulação de rifas<sup>31</sup> pelas ruas e que podem ser vistas no Centro, no CHS, no Vale das Pedrinhas e também no “mato”, assim como em vários bairros da capital. No movimento das rifas, que o prêmio é em dinheiro – mas não só-, duas ou mais mulheres andam juntas com uma caderneta na mão em busca de clientes para assinarem. Laura, mesmo trabalhando fixa em seu ponto,

<sup>29</sup> No livro “Família, fofoca e honra”, a autora “já alertara para a importância da *fofoca* como forma de comunicação nas camadas populares” (ROSA, 2014, p. 296), conforme a autora, ela tem três funções: educativa, de comunicação e informação, “A fofoca envolve, pois, o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio. Ela é sempre concebida como uma força nefasta, destinada a fazer mal a determinados indivíduos” (Fonseca, 2004, p.23 apud SILVA, 2020). Presente nas redes de relações do trabalho de rua, a fofoca no sentido de comunicação e de informação se faz mais presente, pelo que pude acompanhar em campo e através das narrativas das interlocutoras.

<sup>30</sup> Dália já enfatizou, em diversos momentos nos encontros de pesquisa, que se tiver que puxar sozinha o carrinho da “guia” (como ocorre em festas de rua em que trabalham se locomovendo) prefere não ir trabalhar, pois já não aguenta o peso sozinha.

<sup>31</sup> As rifas são comuns em Salvador e são como uma prática de trabalho desenvolvida no cotidiano, às vezes conciliadas a outras práticas, como no caso de Laura. A rifa é feita em um caderno que já é comprado com a tabela e os números impressos. A escolha do valor e da recompensa fica à escolha de cada uma, de forma a fazer algo que se torne atrativo para as pessoas, mas também lucrativo para quem faz. Os números sorteados seguem o sorteio da lotofederal. Conversando com Laura sobre a rifa, ela diz que todo dia sai, porque todo dia tem premiação. O prêmio pode ser dinheiro, bebida, ou de alguma temática especial, como na época era próximo ao dia das mães, uma mulher passou vendendo a rifa de um kit de perfume, sabonete e creme, mas Laura disse que o pessoal gosta mesmo é de dinheiro. Ela disse que normalmente os clientes de rifa são fixos, mas que tem que conseguir vender tudo para não ter prejuízo, pois todo dia tem prêmio, e se não vender, ela tem que tirar do bolso. É comum ver nos territórios populares e negros mulheres e homens vendendo rifas, exibindo várias notas de 100 reais grudadas na cartela, andam na rua balançando a rifa com o dinheiro para atrair a clientela.

também trabalha com rifa, vende no “mato” para seus clientes e para os demais que frequentam outras “guias”, além de oferecer aos conhecidos que passam pelo local, fato evidenciado em um dia de campo, quando observei que ela parou o carro de um conhecido que passava e ofereceu a rifa.

O fato de estar fixa proporciona que Laura se estabeleça como rede de apoio para as outras mulheres, passei uma tarde de quarta-feira junto a ela e pude observar a movimentação cotidiana que a conectava com a rede de trabalhadoras, seja como local de descanso para aquelas que vendem circulando, seja para entregar algum objeto ou dinheiro de uma mulher para outra, possibilitando que a rede aconteça. As redes também podem ser vistas na fabricação de mercadorias, levando em conta que algumas mulheres produzem para vender na rua e grande parte dos produtos são alimentos, portanto, em alguns casos, as trabalhadoras dependem da ajuda familiar ou de outras mulheres, que distribuem as tarefas, como no caso de Ivana<sup>32</sup>, trabalhadora do Centro, que vende quentinha, sua irmã é encarregada de produzir a comida e ela de ir para a rua vender.

Ao levar em consideração os atravessamentos de ordens raciais, de gênero e classe que afetam o cotidiano das trabalhadoras de rua, as opressões e situações que vivenciam constantemente, evidencia-se a potencialização dessas redes, mobilizando laços de solidariedade e trocas entre elas. A pesquisa do Observatório das Metrôpoles (2019, p. 38) apresenta que a presença dessas mulheres nas ruas seria apenas a ponta de uma rede de suporte entre mulheres mais extensa: “pode ser compreendida, por um lado, como uma sobrecarga de trabalho doméstico não-remunerado (agora em escala coletiva), mas pode ser interpretada, por outro, como criação de formas de cooperativismo”.

Redes de mulheres também são estabelecidas em eventos, como por exemplo, no Carnaval de Salvador. Na edição de 2020, mulheres compartilharam, em entrevista a um telejornal baiano, da dificuldade que é passar a semana “morando” na rua para trabalhar e relatam que articulam as refeições entre si para que possam ter uma alimentação melhor e com um custo menor, como relatou Vanessa Santos, ambulante da Barra: *“teve uma que foi em casa fazer o feijão, 'ah eu vou dar a calabresa, eu vou dar o tempero, eu vou dar a cebola... vamos simbora, vamos fazer um feijão. A outra, eu dou a carne de sertão e tal. Ai cada uma deu uma coisa e fez o feijão”*<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Ivana é trabalhadora de rua do Centro, e mora no entorno da Estação da Lapa, a conheci quando estava iniciando o campo, em um domingo, na estação da Lapa. Ela estava em uma das “guias” de bebidas e teci interlocuções ao longo da tarde conversando sobre diversos assuntos, principalmente sobre o trabalho de rua e o Centro.

<sup>33</sup> Jornal Bahia meio dia, 26 de fevereiro de 2020 “Conheça a história de uma mãe que sustenta quatro filhos trabalhando como ambulante”.

No cotidiano, essas relações transitam entre momentos de parceria, ajuda mútua e trocas, e outros de disputa, como evidenciamos em “*ocupação e disputa*”. Estas relações se entrelaçam, não são opostas, e podem funcionar juntas, sobrepondo-se e variando conforme o contexto e a necessidade, como ficou evidente em uma manhã no Terreiro de Jesus, em que fui à campo para acompanhar a dinâmica urbana durante a pandemia. Com a baixa do turismo, fazendo com que qualquer pessoa e/ou carro fosse motivo de disputa:

No terreiro de Jesus, diferente da praça da Sé, o movimento era menor, estava bem quente, e apesar de muitos bancos, era difícil encontrar uma sombra e um local fresco. Sentei para observar a dinâmica. A manhã inteira foi marcada por um corre-corre, guias de turismo, ambulantes e baianas disputavam carros e pessoas, bastava um carro virar a rua que um grupo corria para acompanhá-lo; o guia de turismo recebe e convida para um passeio, a baiana chama para a foto, as ambulantes levando fitinhas e pulseiras, porém algumas com abordagens invasivas, querem “empurrar” os produtos a todo custo. A baiana vê o turista e pergunta: “Já tirou foto com a Baiana?” para o outro ela diz: “Ei pai, espere aí, vem tirar foto com a Baiana.” (Diário de campo 05.10.2020)

Entretanto, por mais que haja disputa, há também negociação, houve um momento em que um carro parou e duas mulheres seguiam em direção a ele, mas um rapaz no meio do Terreiro também partiu em direção ao carro, e uma delas gritou “*Aleeeex, não é para ir, não*”. Ele olha pra ela e grita, “*vou não, vou não*”, e mudou o caminho. Em outra circunstância, o rapaz estava negociando com um casal e gritou: “*Carool, traz a maquininha de cartão, a maquininha*”, e Carol, que estava no largo do São Francisco, se movimentou rápido em busca de atender o pedido. Um ajuda o outro sem deixar a oportunidade passar.

Mas nem sempre prevalece a parceria e a ajuda despretensiosa, não pretendo generalizar estas situações observadas, pois há casos em que o interesse individual prevalece, submetendo trabalhadoras a relações de subordinação, como no caso dos depósitos. Devido à necessidade de uma estrutura de suporte físico para o trabalho, uma vez que há falta de depósitos públicos, são criados arranjos informais que se beneficiam explorando essa necessidade básica do trabalho de rua, como também constatou Bouças (2015, p. 143):

A saída para aqueles trabalhadores que tentam ter mais autonomia sobre seu trabalho acontece quando eles conseguem, por exemplo, guardar sua mercadoria com amigos, parentes ou mesmo com lojistas. Porém, a relação dialética entre a subordinação e a autonomia não se limita à questão do armazenamento, ela está também presente na forma como as mesmas são adquiridas pelos trabalhadores.

Pode-se pensar que essas redes mobilizadas cotidianamente existem e se mantêm, também, devido às precarizações e às dificuldades que essas trabalhadoras vivenciam, o que promove a construção de relações sociais a partir de identificação, proximidade, amizade, afetividade, inclusive a criação de redes de relações entre mulheres, que, ao compartilharem dessas situações cotidianas, criam sensibilidade para que possam se ajudar, compartilhar

trajetórias e somarem forças no trabalho na rua. Apesar de haver variadas redes de relações, elas não acontecem de forma aleatória, existem agenciamentos, escolhas e mediações quanto ao estabelecimento e manutenção das mesmas, assim como estão sujeitas ao encerramento desses ciclos e à criação de novos, variando no tempo e no espaço, conforme a dinâmica urbana, interesses e necessidades do momento.

## Regras, acordos, organizações

*“A gente não trabalha aqui no susto não, sabe”. (Tânia)*

Assim, Tânia finaliza a sua fala ao contar sobre as articulações e a organização da associação da qual faz parte. O “susto” ao qual ela se refere quer dizer “sem preparo, desorientado, disperso”, como comumente permeia o imaginário social acerca da representação do que é o trabalho de rua, considerado como algo improvisado, desorganizado e temporário. Mas, basta estreitar a distância entre o que se imagina e a vivência real do cotidiano, se permitindo observar de perto, conviver, frequentar a rua com os olhos atentos, transitar pelos espaços onde o trabalho de rua está pulsante, tecer diálogos com trabalhadoras, que será possível evidenciar que, por trás da imagem estigmatizada de “improvisado” e “precariedade”, há muita organização e articulação, tanto “formais” quanto “informais”, há escolhas, há políticas da rua, feitas na rua por aquelas que as praticam.

A associação que Tânia faz parte, e é uma das lideranças, surgiu no fim da década de 1980, a priori para disputar a permanência no território de trabalho - como visto em *“ocupação e disputa”* -, mas, atualmente, tem uma atuação de diálogo e mediação com a Prefeitura e as secretarias municipais em busca de acordos e negociações, tanto pelo interesse coletivo da associação, quanto pelo interesse político da Prefeitura. Por vezes, estabelecendo relações clientelistas, como troca de votos e apoio político, mas também ganhos que possibilitam melhorias para o trabalho de rua, como ocorreu por volta da década de 1990, em que a associação, em articulações políticas com o Governo do Estado, via Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), conseguiu um depósito no CHS, próximo ao trabalho, para que pudessem armazenar seus equipamentos e produtos, facilitando os deslocamentos e a logística. A posse permanece do Estado, as trabalhadoras, através da associação, fazem apenas uso do espaço.

A partir da organização enquanto associação, o grupo também faz parcerias com o SENAC/SEBRAE, Vigilância Sanitária, SEMOP, Prefeitura e Governo do Estado a fim

de proporcionar cursos de capacitação para as trabalhadoras<sup>34</sup> como conta Tânia:

*“Aqui o pessoal tá sempre fazendo curso de gastronomia, fazendo curso de bartender, curso de administrar, segurança alimentar para o pessoal que trabalha com comida saber que pode contaminar, quais as formas de contaminar o alimento, para não fazer de qualquer jeito”.*

Essas articulações construídas no tempo e no espaço são impulsionadas a partir da organização e da representatividade, uma vez que a associação possibilita a realização de reuniões com os órgãos públicos, levantando demandas, buscando parcerias com órgãos, instituições e iniciativa privada.

A narrativa e trajetória de Tânia trazem algumas pistas para discorrer sobre articulações e organizações do trabalho de rua em Salvador, a começar pela organização a partir de associações ou sindicatos<sup>35</sup> (BOUÇAS, 2015). Articulações políticas se apresentam como importantes formas de representação social, na busca por direitos, em disputas urbanas, negociações e mediações, a fim de alcançar melhores condições de trabalho, mas cabe enfatizar que nem sempre esses vários movimentos são aliados, em alguns momentos há interesses diversos, fazem articulações políticas diferentes, que acabam em disputas e conflitos territoriais.

Associações e sindicatos referentes ao trabalho de rua<sup>36</sup> aparentam ter tido, no passado, um papel importante de representação legal perante a Prefeitura, como consta no Decreto Nº 9119, de 12 de setembro de 1991<sup>37</sup>, o qual indica que, para tratar acerca do pedido de licença e/ou de renovação da mesma, era necessário envio de documentação com comprovação da filiação e contribuição sindical, que, conforme o estatuto do sindicato dos vendedores ambulantes e feirantes da cidade do Salvador (Sindifeira)<sup>38</sup>, a associada deveria pagar mensalmente uma taxa. A presença dos sindicatos/associações também é vista nos documentos referentes aos projetos urbanísticos, em que na composição de grupos de trabalho há

<sup>34</sup> <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ambulantes-do-centro-historico-recebem-capacitacao-do-sebrae/> <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1254732-curso-prepara-ambulantes-para-lidar-melhor-com-turistas>.

<sup>35</sup> Em Salvador e na região metropolitana há algumas organizações representativas do trabalho de rua, Bouças (2015) realizou entrevistas com algumas lideranças e traz as articulações da organização para com as trabalhadoras e a cidade. Dentre algumas associações e sindicatos existentes podemos destacar: Associação dos Feirantes e Vendedores Ambulantes da Cidade de Salvador e Região Metropolitana (ASFAERP); Associação Integrada de Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador (ASSINDIVAN); Associação dos Trabalhadores Informais de Salvador (ASSINFORMAL); Sindicato dos Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador (SINDIFEIRA).

<sup>36</sup> É comum andar nas ruas do centro de Salvador e ver a presença dos sindicatos e associações, seja através de faixas, adesivos, pessoas com camisetas, assim como após a nova reforma da Av. Sete, em 2020, as novas barracas apresentam ‘bandeiras’ com a logo da organização que fazem parte. Podendo ser lida também como uma demarcação territorial a partir da atuação e dos grupos de cada entidade. As organizações também são vistas em outros estados, como o caso do Movimento Unido dos Camelôs – MUCA, com uma forte representação feminina.

<sup>37</sup> Nos demais decretos de mesmo ano e posteriores, tais exigências associadas aos sindicatos foram retiradas.

<sup>38</sup> O SINDIFEIRA foi um dos primeiros sindicatos que representaram o trabalho de rua, e seu estatuto foi um dos documentos consultados pela FMLF, criado em 1966, o qual dá pistas acerca da organização das trabalhadoras, as presenças normativas, os objetivos da época, entre outros elementos.

participação dessas instituições representativas, como ocorreu na elaboração do projeto de revitalização da Baixa dos Sapateiros, conforme mostra o Decreto N° 10.167, de 15 de junho de 1993. Outra situação na qual os sindicatos/associações se fizeram presentes, em diálogo com a Prefeitura Municipal, foi em 1997, como apresenta a cartilha<sup>39</sup> “Manual do vendedor ambulante”, feita pela Prefeitura, que, ao tratar do ordenamento do trabalho de rua, estipulou horários de funcionamento, tal qual o comércio “formal”, sendo que, em casos excepcionais, ficaria a cargo do sindicato<sup>40</sup> entrar com solicitação à SESP (atual SEMOP) para funcionar em demais horários.

Mas há quem discorde achando que ainda há pouca mobilização e organização entre as trabalhadoras. Paula, ambulante da Barroquinha, mas que está temporariamente trabalhando na Lapa, diz: “*oxe, eles (SEMOP) não estão nem aí e também os ambulantes não estão nem aí, ou seja, cada um por si e Deus por todos. Se você chama eles para fazer uma reunião, pra conversar, para ver como vai ser, todo mundo cai fora*”.

Imagem 23: Tensões, acordos, conflitos



Fonte: Fotos google imagens, jornais locais - Montagem: Elaboração da autora

<sup>39</sup> “Manual do Vendedor Ambulante”: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/ECO-233.pdf>

<sup>40</sup> A cartilha não chega a especificar qual é o sindicato, se seria apenas o Sindfeira ou outros. Sabe-se que, com o decorrer do tempo, outros sindicatos e associações foram surgindo, como algumas citadas acima.

As associações e sindicatos também funcionam como mediadoras entre a Prefeitura/Estado, empresas, instituições e as trabalhadoras; em que são trabalhadas essas regras, acordos e negociações. Tânia conta uma situação que aconteceu em 2019, quando ocorreu um evento privado com o apoio da Prefeitura, a Virada Sustentável, e as trabalhadoras da associação queriam trabalhar com barraca nas ruas do CHS. Ao iniciar a negociação com a SEMOP, a secretaria disse que poderia liberar apenas 10 barracas, entretanto, segundo Tânia, isso promoveria uma situação conflituosa, pois a associação tem 91 barracas, e grande parte ficaria de fora do evento, o que geraria briga e desgaste. Assim, no papel de mediadora, Tânia optou por não participarem desse evento, a fim de evitar conflitos.

Contudo, mesmo com essas articulações políticas mais amplas, presentes nos territórios, é interessante notar que há também a política do cotidiano, há uma organização própria, com acordos, regras, ora visíveis, ora invisíveis, que dizem respeito a ocupação, ao que é ou não permitido e tolerado, articulações que surgem do cotidiano e da necessidade. Heitor Frúgoli já dizia, em 1995, no livro “Espaço público e interação social”, que a presença de trabalhadoras de rua na cidade se baseia em acordos, regras e códigos próprios, fundada em solidariedade e hierarquia.

As organizações, regras e acordos não são apenas sociais, podem ser também espaciais ou ainda temporais, manifestadas pelas próprias trabalhadoras ou impostas pela Prefeitura Municipal. Como identificado também em João Pessoa, por Moura e Scocuglia (2016, p. 315-316), que dizem que para permanecer no espaço, as trabalhadoras de rua criam uma racionalidade própria, “definem critérios e criam padrões de comportamento, incorporando regras e valores que transitam entre os espaços ‘luminosos’ e os espaços ‘opacos’<sup>41</sup>” expressos em grande parte em “deixar as calçadas livres para pedestre”, “ocupar pouco espaço” (ibid). Um dos entrevistados, a fim de ocupar pouco espaço e facilitar os deslocamentos, criou um expositor que comporta muitas mercadorias, ao passo que ocupa pouco espaço, “A adaptação dos expositores de mercadorias, a apropriação das paredes e o posicionamento dos carrinhos de forma estratégica demonstram a procura dos trabalhadores por deixar espaço de circulação para pedestres” (ibid).

Tais situações, para as autoras, decorrem de um princípio da organização, que guia a ocupação do espaço pelo trabalho de rua, e que me faz pensar, também, a partir de dados e observações desta pesquisa, que podem ser táticas usadas frente ao antigo - e ainda frequente -

---

<sup>41</sup> Espaços opacos e luminosos decorre do pensamento de Milton Santos (2008), em que o autor vai dizer que os luminosos são aqueles que possuem grande fluidez, com densidade técnicas e informacionais, sendo propensos para atração econômica, de capital, relativos a “modernidade” e “exaltação”, enquanto que os opacos são muitas vezes invisíveis a lógica dominante, com menos intensidades ao que se vê nos luminosos.

discurso da obstrução da calçada pelo trabalho de rua, muito presente, inclusive, nos projetos e estudos sobre o trabalho de rua em Salvador (SALVADOR, 1991; 1997), e que acabam por direcionar tratamentos e intervenções, como as realocações e remoções.

Ao trazer situações de tensões e conflitos entre moradoras/es de rua no centro de Salvador, Silva (2020, p. 125), em diálogo com sua interlocutora, Sabrina, afirma que para circulações e permanências mais estáveis das moradoras de rua é necessário jogos e mediações no cotidiano do espaço urbano:

passam por mediações que dependem de uma combinatória de táticas e saberes, que, por sua vez, estão ligados à apreensão e manipulação de códigos e regras implícitas, circunstanciais e espacializadas, que organizam relações, espaços, territórios e múltiplas territorialidades em cada espaço urbano.

Esses códigos e regras, em determinadas circunstâncias, são produzidas também pela Prefeitura, como pode ser visto nos terminais de ônibus da capital - Estação da Lapa, Barroquinha, Aquidabã e Pirajá - em que há a presença de trabalhadoras de rua cadastradas pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOB), cada barraca/quiosque/box é vinculada a um ponto/linha de ônibus específico, não podendo ter mais de uma trabalhadora associada a mesma linha, conforme conta um funcionário da SEMOB, em conversa informal.

Vistas também em festas e eventos, por vezes opera a “gestão dos ilegalismos”, como visto, em que há exceções, mudanças das regras e de formas de tratamento. Em eventos como, por exemplo, Carnaval e São João, as quais contam com dinâmicas diferenciadas, além da licença<sup>42</sup>, a Prefeitura determina algumas regras, como: o tipo de cerveja que deverá ser vendida, os valores, os equipamentos de trabalho, os locais de venda das trabalhadoras, entre outros. Mesmo que as trabalhadoras estejam há anos trabalhando nos territórios e/ou paguem licença para utilizar, durante esses eventos entende-se que haverá uma nova ocupação, sendo necessário tirar a licença própria para o período, conforme prevê decretos municipais. Em conversa informal com Carla, ambulante que trabalha com *cooler* no CHS, ela fala acerca da fiscalização do “rapa” e do pagamento de licença da seguinte forma:

*Carla: Não, a gente paga licença só quando é Carnaval, São João, aí tira a licença para a festa específica. Para isopor e cooler não precisa, mas estão dizendo que vão começar a cobrar 170 reais mensais. Porque eles acham que a gente que trabalha de ambulante vende pra cima e pra baixo, ganha dinheiro, mas não ganha assim, não. Aí estamos nos juntando para ver conseguimos negociar esse valor.  
Aleida. E com o cooler o “rapa” não vem? Não fica em cima?  
Carla. Não, aqui é tranquilo. Eles só falam que não podemos ficar aqui em cima (na praça), temos que ficar embaixo. Falam que nosso carrinho vai estragar a pedra*

<sup>42</sup> Vale enfatizar que nos eventos que exigem alvará existe uma parcela de trabalhadoras que trabalham mesmo sem o alvará, pois algumas vezes não conseguem pela alta demanda ou por não ter o “capital” para adquiri-lo, visto que o custo é elevado, ou por não quererem mesmo; nesses casos, algumas se arriscam a trabalhar “no meio” das trabalhadoras com alvará e outras trabalham nas “margens”, pela facilidade de circulação e menor presença do “rapa”.

*(portuguesa). Aí quando estou aqui em cima e a SEMOP está, eles vêm e falam, você sabe que não pode ficar em cima né, tem que circular. Aí eu saio. Então é assim, quando eles não estão, eu tô aqui em cima, e quando estão, eu estou embaixo. (Diário de campo, conversa informal 10.10.2020)*

Nessas festas populares e eventos que ocorrem ao longo do ano em Salvador, por ser um momento que possibilita que as trabalhadoras ganhem um dinheiro a mais do que no dia-a-dia do trabalho de rua, elas mobilizam as redes de trabalho e “políticas de rua”. Há aquelas festas mais “controladas”, como dito acima, em que as trabalhadoras usam da comunicação para segurança, fugir do “rapa”, etc. Mas nas festas em que não há normas/regras vindas da Prefeitura, as trabalhadoras criam regras entre si, muitas vezes antes mesmo da festa acontecer, a conversa vai passando de uma para outra, e os acordos vão sendo feitos entre elas.

Contudo, não se pode desconsiderar que sempre têm algumas que vendem mais barato ou fazem uma “promoção”, mas quando um valor é acordado, este deve ser respeitado por todas: “*vai ter muito vendedor, e se o pessoal[as trabalhadoras] coloca um real, todos tem que vender*”, por mais que não agrade a todas, como foi o caso de Dália na Festa da Irmã Dulce, na Arena Fonte Nova (2019), que, por mais que em sua “guia” venda água apenas de dois reais, teve que “fechar” com o valor de 1 real, pois a maioria escolheu assim.

Quando não há um grupo organizado, as iniciativas ficam a cargo de cada pessoa, mas nem sempre há consenso, adesão e apoio, e isso pode acabar em tensões e conflitos na rua. Com interesse em aumentar o valor da cerveja e acompanhar os aumentos dos produtos que vieram com a primeira onda da pandemia em 2020, Dália propôs às trabalhadoras do “mato” que todas subissem o valor da Itaipava – cerveja que tem maior saída -, fez algumas tentativas de acordo, mas ninguém “fechou” com ela, ficaram preocupadas de vender menos ou mesmo perder clientes com o aumento do preço. Diante disso, Dália então resolveu por si só fazer seu aumento: “*a ‘guia’ é minha, se quiser beber comigo esse é o valor*”, ela disse, e na semana seguinte veio com uma “guia” nova, isopor novo e placa nova, com reajuste no valor das cervejas e, mesmo assim, seus clientes continuaram a consumir em sua “guia”.

Após esse episódio, as trabalhadoras do “mato”, que de início foram contrárias ao reajuste de preço, também o fizeram na semana seguinte, aderindo ao movimento de Dália. O único trabalhador que não quis aderir ao aumento foi o próprio companheiro de Dália, que argumentou que não iria aumentar naquele dia, pois as trabalhadoras ficaram reclamando do lugar que ele havia ocupado. Situação que causou discussão e conflito, “*porque ele também não está levando fé na ideia, não, porque eu tô falando com ele, todo mundo botou a cerveja de 3 reais e ele quer vender a cerveja de 2,5 e isso não tá certo, né?*”. Nesse dia, Dália se recusou a continuar trabalhando após a postura do companheiro e foi embora mais cedo.

As trabalhadoras de rua, no cotidiano, vão criando e alterando esses acordos e regras entre si. Entre as trabalhadoras do “mato” é acordada a não permanência dentro da estação para que não seja um atrativo para a atenção do “rapa”, mas, aos domingos, quando há diminuição de passageiros, também diminui o número de carros da fiscalização circulando pela estação e da abordagem policial, então as trabalhadoras “sobem” para vender mais próximo da estação e, assim, ficarem próximas aos clientes.

Ao perguntar a Dália e Laura sobre o “mato”, e também para Cida referente ao Vale das Pedrinhas, acerca de como era para uma nova pessoa começar a trabalhar nesses territórios, todas foram positivas dizendo que era tranquilo, que não tinham isso de ser apenas elas. Laura disse: *“Se quiser pode colocar, tá todo mundo na mesma, todo mundo precisa trabalhar”*. Em campo presenciei um diálogo de Dália com um cliente que estava ‘ensaiando’ colocar uma “guia” de espetinho junto à sua e ela o incentivou bastante, ainda falaram que a única “guia” de espeto que tinha não era boa. Mas ao passo que a pandemia avançava, era possível ver seus efeitos no espaço urbano, como ocorreu com o aumento das “guias” no mato, em que antes havia apenas uma “guia” de espetinho, e em 2021, já haviam três.

Contudo, isso não significa que não haverá disputa e atritos, como ocorreu com a ida das trabalhadoras da Barroquinha para o “mato”, realocação feita pela SEMOP frente a reivindicação das trabalhadoras, para que pudessem continuar trabalhando enquanto o terminal da Barroquinha estivesse em obra. A realocação desagradou as trabalhadoras mais antigas do “mato”, pois houve um aumento da concorrência e um desacordo quanto ao espaço, pois a SEMOP colocou os boxes em locais já ocupados pelas trabalhadoras, conforme abordado no capítulo “ocupação e disputa”. Dália e as demais trabalhadoras do “mato”, por terem mais tempo no local, se sentem pertencentes e ‘mais donas’, ela defende que as trabalhadoras realocadas deveriam ser colocados todas por último, lá no final, pois *“chegaram depois”*, demarcando que também há uma hierarquia entre as mais antigas e as novas, que teriam mais “direitos” ou escolhas.

Existem, ainda, acordos que vão além do trabalho de rua, articulados com outras agentes que vivem no território, como no caso da Barroquinha, onde quem cuidava das barracas eram os moradores de rua, os “seguranças” (no masculino como usou a interlocutora), como nos conta Paula:

*“Eu comecei na primeira semana de janeiro, que minha tia faleceu dia 23 de dezembro, aí na primeira semana de janeiro eu peguei. Essa daqui, nunca arrombaram, mas porque minha tia sempre tratava bem os maloqueiro de lá, que dormiam lá, sempre cuidou deles, sempre tratou bem, respeitou, então eles cuidavam. Quando eu fui pra lá também, nossa, eles sempre cuidavam. Oxe, sei que lá [Barroquinha] eles que cuidavam das barracas.”*

Mas nessas relações, ela conta que esses mesmos que cuidam também podiam arrombar caso tivessem algum atrito, ou caso não pagassem pelo seu cuidado:

*Alisson: Lá na Barroquinha é assim, ou você paga segurança ou o 'neguinho' roubava a barraca. Aí eu digo se arrombar... chegaram a matar até um cara, se souber, né?*

*Aleida: O cara que roubava?*

*Alisson: Um cara que fazia a segurança; Ele não roubava não, ele mandava o 'saci' arrombar.*

*Paula: Se não pagasse pra ele, no final ele mandava, oxe. A de Cristina ele mandou o cara ir lá pegar a cadeira de Cristina. O cara pegou, e depois ele mesmo disse a Cristina que tinha visto o cara com a cadeira dela, vendendo para o coroa do bar da esquina. Cristina foi lá no bar, o homem disse que não tinha nem aberto o bar no dia que ele disse que tava vendendo a cadeira dela, o sacizeiro. Aí ela pegou e falou 'eu vou esperar minha cadeira na minha barraca onde ela tava', aí ele foi lá e devolveu a cadeira dela.*

*Alisson: O problema do morador de rua é quando ele quer alguma coisa, você nega a primeira vez, você nega a segunda vez, ele diz é, então não vai dar não? Ele pode não levar nada, mas tem o prazer em arrombar um cadeado, de te dar um prejuízo. (Conversa informal dia 23.10.2020)*

Como nos apresenta Agier (2015), a negociação se dá mediante uma ação, situação, fenômeno anterior e é a partir delas que se mobiliza a negociar o que quer que seja; no caso do trabalho de rua, é a presença no espaço urbano, negociar se houver outras trabalhadoras, se tiver comércio “formal”, negociar caso a área ocupada seja visada e disputada pela iniciativa privada, pela Prefeitura/Estado ou mesmo entre trabalhadoras de rua. Negociam e criam regras e acordos para o convívio no cotidiano, para que todas possam ganhar, para que possam se proteger. Como qualquer grupo ou “comunidade”, o trabalho de rua funciona como uma rede que conecta diferentes atores que vivem da rua, e é nesse mesmo espaço que criam suas regras de funcionamento.

# GESTÃO DA VIDA COTIDIANA

A partir do trabalho de rua, Dália pôde conhecer melhor e se relacionar mais profundamente com a cidade. Por meio dele, aprendeu a gestão da vida cotidiana, pois, segundo ela, antes conhecia muito pouco, já que veio do interior da Bahia para trabalhar na “*capital*”, ainda adolescente. Morou “*em casa de família*”, e só conhecia o entorno de onde trabalhava. Trabalhando na rua, pode percorrer a cidade - não por querer desbravá-la, mas pela necessidade de sobrevivência, transitando entre a casa e a rua, da casa para o trabalho, do trabalho à busca de fornecedores e à compra de mercadorias; nos trabalhos nas ruas fixas, nas ruas de festas, “*guerreando*”, construindo a autossuficiência, com o propósito de criar os filhos e “*melhorar de vida*”. Lutou(a) muito para não deixar a “*guia*” acabar, pois tendo a “*guia*” tem comida, dinheiro, e maior possibilidade de acesso a recursos. Nesses trânsitos cotidianos, as tramas entre trabalho de rua e família são iluminadas, são mulheres “*chefes de família*” que, sozinhas, criaram as filhas e filhos, conduzindo as várias camadas da vida urbana, mediando esses vários universos. Alcançar a moradia no centro se tornou seu maior “*sonho*”, uma conquista que mudaria suas relações com a cidade e com o trabalho, pois morar próximo ao trabalho significava para ela melhorar os trânsitos da casa-trabalho, ter menores jornadas de trabalho nas ruas, maior rendimento financeiro, ter mais acesso aos serviços e infraestruturas - significados e subjetividades que foram acionados a partir de sua experiência de longos anos trabalhando no centro. Para Dália, alcançar esta conquista de ter sua casa próxima ao trabalho perpassou processos distintos de moradia, sempre articulados ao trabalho de rua e demais camadas da vida urbana, demonstrando e reafirmando a gestão da vida cotidiana mobilizada pelas trabalhadoras de rua, e a importância da “*guia*” como um modo de vida.

Ao falar sobre a colonização como um fenômeno de longa duração, que opera ainda nos dias de hoje e nos “lança seus venenos”, Luiz Simas e Luiz Rufino (2020, p. 5-6) apontam que esse sistema gera “sobras viventes”, considerados “seres descartáveis” como muitos grupos sociais que vivem no espaço urbano são enquadrados, inclusive as trabalhadoras de rua: mulheres-negras-ambulantes, mulheres das “margens”. Contudo, esses autores dizem que parte das “sobras viventes” se transformam em sobreviventes e, assim, “supraviventes”: seres ativos e em reação, capazes de desviar-escapar-driblar a condição de “exclusão” imposta a eles. Deixam de ser “apenas reativos ao outro e ir além, armando a vida como uma política de construção de conexões entre ser e mundo, humano e natureza, corporeidade e espiritualidade, ancestralidade e futuro, temporalidade e permanência” (ibid.).

Partimos das reflexões de Simas e Rufino para pensarmos que as trabalhadoras de rua são “supraviventes”, agenciam várias dimensões do ser mulher, ser negra e ser ambulante, enfrentando desigualdades, estigmas, violências, e os desafios de viver nessa sociedade racista, machista, sexista e classista, que desconsidera, menospreza e diminui suas existências e importâncias. Mas, apesar dessas barreiras, estas trabalhadoras apresentam variadas “artes de fazer” (CERTEAU, 1994) para permanecerem vivas e se reinventarem a cada dia, movimentando-se para ocupar outros espaços ou ressignificar os que já ocupam, posicionando-se de forma presente e ativa nos processos de produção da vida, de significados e de disputas.

Portanto, a gestão da vida cotidiana é pensada aqui a partir das narrativas e trajetórias das interlocutoras, as quais fazem emergir modos de vida que entrelaçam as várias camadas da vida urbana: ela está na ordem da sobrevivência, da dinâmica urbana, de negociações, das disputas, das relações trabalho-casa-família-dinheiro, dos territórios, dos deslocamentos, dos enfrentamentos e problemas cotidianos. Enfim, é parte da existência dessas mulheres que vivem e produzem, a um só tempo, cidade e vida no cotidiano, das mais variadas formas, e assim, mobilizam dispositivos de gestão, organização, controle, cuidado e, também, de enfrentamento, conforme veremos. Dadas as condições sociais e urbanas às quais as mulheres estão submetidas, a gestão da vida também é permeada por precariedades, faltas, dificuldades, disputas e conflitos, cabendo às mulheres operacionalizar toda essa trama de relações; assim, criam e recriam táticas, alianças e redes de apoio, a fim de terem melhores condições de trabalho e, que permaneçam trabalhando no Centro. É sobre essas dimensões que refletiremos neste capítulo.

Ao considerar que as mulheres, se comparadas aos homens, desempenham papéis desiguais na manutenção da vida cotidiana, percebe-se que as mesmas são as responsáveis pela preservação da vida, tanto sua quanto dos seus. Dessa forma, transitam entre os ditos trabalho produtivo e trabalho reprodutivo<sup>1</sup>, colocando em cheque a abordagem dicotômica entre espaço público e privado, uma vez que as mulheres atuam como mediadoras desses espaços, pois, quanto mais separados a literatura acadêmica e o senso comum os coloca, mais as mulheres, a partir de suas experiências de vida e de cidade, evidenciam que estão sempre em relação, em associação, em interdependência.

Assim, as trabalhadoras contribuem rompendo o imaginário e a construção social advindas do processo de industrialização e modernização, onde casa e rua passam a ser esferas separadas e até opostas na vida cotidiana (MACHADO, ROCHA, 2003; OKIN, 2008). Nesse

---

<sup>1</sup> Considera-se trabalho reprodutivo aquelas atividades que são essenciais para a manutenção da vida humana, o que em nossa sociedade se associa a “atividades femininas” e que não há remuneração para sua realização, algumas dessas atividades são: cuidado com os filhos, de idosos, atividades domésticas no geral. Relativo a tal discussão, consultar: Bilac (1990), Melo e Castilho (2009), Siqueira (2015), Diaz e Gago (2017), Bengoa e Coral (2017).

imaginário, o espaço público, a rua e a cidade são tidos como local das trocas impessoais, do anonimato, do trabalho produtivo, vistos como espaços masculinos, enquanto a casa, espaço privado, reservado, das trocas íntimas e da família, é vista como lugar do doméstico, do feminino, das mulheres, tornando essas questões confinadas espacialmente e tematicamente como um problema de mulheres, como ressaltam Natalia Díaz e Verônica Gago (2017).

As autoras questionam o binarismo público-privado, assim como reforçam o papel do Estado na produção das desigualdades, sejam elas materiais ou simbólicas, pois, considerando que ele é um dos principais agentes no planejamento da cidade, é responsável por priorizar as atividades ligadas ao mercado e ao ‘padrão’ do estereótipo do “homem econômico”. Em consequência, reforçam as desigualdades daquelas que não correspondem à norma, em uma sociedade patriarcal-capitalista hetero-cis-branco-normativa. Sendo assim, as autoras mobilizam a noção de “bens comuns urbanos”, definida como: “criação de espaços, tempos e infraestruturas nas cidades, que são capazes de resolver as necessidades e produzir bem-estar coletivo, sem uma mediação exclusiva do mercado e do Estado”. (ibid, p. 89 - tradução livre)

Ao transitar por esses espaços, o da casa e o da rua, o cotidiano, que pode inicialmente parecer insignificante, ganha proporções potentes para se pensar essa gestão da vida, porquanto é a partir de um olhar e um convívio cuidadoso que uma miríade de vidas-situações-acontecimentos-fenômenos-produções emergem e se articulam, em constante relação. Nesse sentido, a vida cotidiana se reinventa a cada novo dia, a cada temporalidade, a cada situação e território, com projeções de futuros possíveis, nem sempre condizente aos ideais de modernidade e planejamento dominantes: “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” que, subvertendo lógicas e padrões dominantes, “[...] alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano (CERTEAU, 1994, p.38, 41). A vida cotidiana é reinventada a cada dia: “o cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. E isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É, portanto, aquilo que não tem data” (LEFEBVRE, 1991, p. 31).

Lefebvre (1991) no livro *A vida cotidiana no mundo moderno*, estabelece um diálogo entre o cotidiano e a filosofia, afirmando que a vida cotidiana é o mundo real em relação ao ideal, é o conjunto de atividades em aparência modesta, o que aparentemente, parece ser insignificante:

O cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos, razão, vaivéns), horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade etc. (ibid, p. 24).

É nessas repetições cotidianas que a vida acontece, se mostra, apresentando excepcionalidades nos micros detalhes, articulando associações do micro ao macro, e, assim, nos possibilitando pensar a complexidade dos espaços e relações sociais. Lefebvre (1991, p. 35) propõe, a partir do cotidiano, “caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos”.

Em diálogo com Lefebvre, Kapp (2012) propõe a noção de “espaço cotidiano”, definida pelo conjunto de moradia e ambiente urbano, manifestada pela ação direta dos cidadãos de forma factível e imprescindível, espaços que contam com características específicas de cada pequena porção do território, não necessitando a organização de funções especializadas e de especialistas: “o espaço cotidiano seria, assim, a menor escala de um exercício concreto do direito à cidade entendido como direito coletivo de transformá-la.” (KAPP, 2012, p. 469).

O conceito foi introduzido em analogia à vida cotidiana: se essa última é “aquilo que ‘resta’ quando se subtraem todas as atividades distintas, superiores, especializadas, estruturadas” (Lefebvre, 1991, p. 97)<sup>2</sup>, espaço cotidiano seria o que resta quando se subtraem espaços ‘distintos, superiores, especializados, estruturados’, como monumentos e redes e equipamentos urbanos de amplo alcance. (ibid.).

Portanto, ao se pensar a gestão da vida cotidiana atrelada às trabalhadoras de rua e suas moradias, evidencia-se que as diferentes tramas existentes convertem para um desejo comum entre as mulheres: a busca da autossuficiência econômica e independência financeira; enquanto mulheres, mães, trabalhadoras, independência diante de relações conjugais e relações abusivas, frente a patrões e ordens, assim como a autossuficiência econômica como forma de possibilitar novos horizontes de vida, de desejos, e conquistas. Após diferentes processos de moradia, a conquista da casa tornou-se possível a partir da autoconstrução e do trabalho de rua. Mas, para conquistá-las, essas mulheres tiveram que “guerrear” e “lutar” muito, passar por diversas situações difíceis, de humilhação, condições ruins de trabalho (que, muitas vezes, ainda permanecem ruins e, nem sempre a passagem por essas situações é garantia do alcance dessa almejada autossuficiência econômica, como veremos).

---

<sup>2</sup> LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford, Blackwell. 1991.

## Construção da autossuficiência da mulher negra

*“Na minha “guia” eu trabalho só.” (Dália)*

Essa foi a resposta de Dália quando a perguntei se ela trabalhava junto com o namorado<sup>3</sup>. Por mais que eles vão juntos para o trabalho, podendo contar com a ajuda um e do outro na reposição do estoque, no troco, ou alguma eventual necessidade, ao dizer que trabalha “só”, Dália se refere à “guia” como só dela, tendo cada um sua própria “guia” e o seu dinheiro. A autossuficiência financeira é algo que esteve presente na trajetória das interlocutoras, desde muito cedo: quando crianças e adolescentes já trabalhavam, ajudando nas despesas da casa e/ou acompanhavam a família no trabalho. Em suas trajetórias, essa independência financeira é marcada como processo ao longo de suas vidas, em que se casaram, se separaram, e sempre estiveram na linha de frente para sua sobrevivência e de seus filhos. *“Se não fui mãe solteira, mãe. Sempre fui eu mesma. Cê tá vendo algum homem aqui dentro? Nunca quis homem na minha vida.” (Dália).*

Assim como Dália, Cida e Tânia também são mulheres “chefes-de-família”, que “correram atrás”, com dupla jornada de trabalho, ou até tripla, para *“levar dinheiro para casa e criar os filhos”*, e isso se fez e se faz possível a partir do trabalho de rua. Segundo dados do IBGE, no Brasil, esse lugar ocupado pelas mulheres “chefes-de-família”, responsáveis pela manutenção do lar, cresce cada vez mais, havendo um aumento, entre a década de 1990 e os anos 2000, de um quarto para um terço dos domicílios brasileiros. Estima-se que, entre 30 e 40% dos lares ao redor do mundo são chefiados por mulheres. (SILVA, 2017b). Ao falar de São Paulo, Maria Odília Dias (1995) apresenta que no período da independência, quase 40% dos moradores da cidade eram mulheres sós, chefes de família, muitas delas concubinas e mães solteiras. Este fenômeno, segundo a autora, é enredado na estrutura da sociedade colonial. Mas, ainda assim, dadas as desigualdades raciais e sexuais que atravessam o mercado de trabalho, as famílias que são chefiadas por mulheres acabam por estar em uma situação estruturalmente mais precária (SARTI, 1992).

Neste contexto, é importante ressaltar que, dentro da realidade dessas mulheres “chefes-de-família”, há variações quanto a renda e ela se expressa através dos marcadores raciais. Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), nos domicílios em que as chefes são mulheres brancas, a renda per capita média é de 89,2% maior do que nos domicílios chefiados por mulheres negras, dados que revelam a discrepância quanto a condição social e

<sup>3</sup> Dália já foi casada e viveu alguns anos com ele, não deram certo e separaram, porém, em 2019, voltaram a se relacionar como namorados, como ela diz, cada um na sua casa.

econômica das mulheres (OBSERVATÓRIO, 2019). Esses dados estão diretamente ligados ao trabalho, uma vez que as mulheres negras exercem as funções desqualificadas profissionalmente pela sociedade, resultado de um racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) que caminha junto à construção social da sociedade brasileira.

É importante historicizar que este fenômeno de mulheres “chefes de família” não é algo novo na realidade brasileira (SARTI, 1994), sobretudo em Salvador (SOARES, 1994; FILHO, 1994). No século XIX, as mulheres ganhadeiras, que trabalhavam nas ruas, já ocupavam esse lugar de responsáveis pelo sustento/criação da casa e dos filhos. Filho (1994) nos fala sobre as mulheres das camadas populares e dessa outra realidade que não a do modelo familiar das elites do Brasil:

Como podemos perceber, o modelo burguês de família - que começa a se instituir entre as elites no Brasil no século 19 onde às mulheres era delegado o mundo do lar e ao homem o sustento da prole, não teve muita força nas camadas populares, sendo continuamente reelaborado no dia-a-dia das famílias. A participação das mulheres em “sua quase totalidade” em atividades econômicas, propiciavam-lhes “uma certa autonomia financeira em face a maridos e companheiros que muitas vezes mal contribuem para o sustento das famílias” (FILHO, 1994, 23).

Fenômeno também observado e discutido pela intelectual bell hooks (2019), que ao trazer a realidade das mulheres negras nos EUA, enfatiza as diferenças entre gênero e raça, em que, diferente das mulheres brancas, as mulheres negras não dispunham no núcleo familiar, a figura do homem como provedor do lar, em contrapartida, elas eram as provedoras e/ou dividiam esses papéis com seus companheiros. Assim como, Beatriz Nascimento (2007) chama atenção para a realidade brasileira, ao dizer que, com a decadência das áreas rurais e ascensão das áreas urbanas, em 1930, o poder econômico do homem enquanto “chefe de família” não se torna mais absoluto, sendo necessário, para manter o nível estável da renda familiar e garantir a sobrevivência, a inserção das mulheres e filhos no mercado de trabalho. No entanto, tal dinâmica não faz mudar o poder simbólico destinado aos homens, equivalente ao “provedor” e à “autoridade masculina” como representação máxima do sistema patriarcal que perpetua ainda hoje em nossa sociedade (SARTI, 1994).

Essas construções sociais dizem respeito ao caráter moral que se é atribuído à família e seus integrantes. Nesse sentido Sarti (1994, p. 77-78, grifos da autora) traz grandes contribuições para discussão:

O homem corporifica a ideia de autoridade, enquanto mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o *respeito*. Ele, portanto, responde pela família. [...] O fato do homem ser identificado com a figura da autoridade, no entanto, não significa que a mulher seja privada de autoridade. Existe uma divisão complementar de autoridades entre o

homem e a mulher na família que corresponde à diferenciação entre casa e família. A casa é identificada com a mulher e a família com o homem.

Contudo, bell hooks (2019b, p. 130) tensiona a noção de homem-provedor, ao dizer que “o desejo de prover não é um instinto masculino nato”, mas uma construção social fundada em uma sociedade patriarcal, machista e sexista. A autora apresenta casos em que há resistências dos ex-maridos em arcar com as obrigações de pensões, (também recorrente no Brasil) o que reafirma a “relutância dos homens de assumir o papel de provedor”.

Analisando o trabalho de rua na atualidade, evidencia-se que ele possibilita à mulheres um meio de sobrevivência, tornam-se consumidoras ativas e inserindo-as na economia, disponham sentido à vida por estarem trabalhando e sintam-se mais independentes por terem sua própria renda, permitindo que tenham condições para manutenção da casa e da vida. Além disso, pode representar para algumas uma forma de liberdade, ainda que existam as precariedades e vulnerabilidades que são particulares as mulheres, sobretudo mulheres negras.

Como se observa na literatura (MACHADO-PINHEIRO, 2008; ITIKAWA, 2016), e mesmo na narrativa das interlocutoras, as mulheres veem como ponto positivo a liberdade que o trabalho de rua proporciona, por elas serem donas do próprio “negócio” e, principalmente, por não terem patrões, ou não precisarem cumprir ordens; por poderem se manifestar e ser da forma como quiserem, não terem a cobrança de um outro (em geral homem) sobre seu trabalho.

A flexibilização quanto ao horário, a possibilidade de escolha do local de trabalho, proximidade com a casa ou instalação na região central, e sobretudo a presença de filhos/netos, são elementos destacados pelas trabalhadoras de rua, sendo alguns dos motivos que fazem com que as mulheres busquem e/ou permaneçam nesta atividade. Assim conseguem conciliar o trabalho com as demais atividades da vida, pois, sendo responsáveis pelos trabalhos de cuidado e o funcionamento da casa, trabalhar na rua possibilita a articulação desses universos: trabalho na rua e trabalho de cuidado, moradia e trabalho, casa e rua, universos que não são tão separados como se pensa.

Além disso, elas sinalizam que o trabalho de rua proporciona aprendizados por movimentar outros modos de gestão e organização, como diz a trabalhadora<sup>4</sup> de rua de Manaus em entrevista à Weil e Pinheiro (2013, p. 08): “eu gosto dessa profissão porque eu aprendi a multiplicar a mercadoria. O camelô de verdade é aquele que começa com um palito de fósforo e sabe trabalhar para transformar isso aí em uma caixa cheia de palito”. Sobretudo, a rua oferece possibilidades, como a construção de relações, conhecer novas pessoas, estar em contato cotidiano: “Estou satisfeita com a minha atividade, porque é uma coisa assim que a gente

---

<sup>4</sup> No presente artigo não consta nome.

conversa com todo mundo, eu converso com todo mundo, eu tenho essa liberdade, é um, é outro, oi Doutor? Como vai o senhor?” (Mafalda, 63, em entrevista a Garcia, *et al*, 2010, p. 36).

Em busca de evidenciar a autossuficiência econômica decorrentes da prática de trabalho de rua na vida das mulheres, é importante considerar os demais atravessamentos de gênero, raça e classe, sendo assim, a análise apresenta que elas dispõem de menos liberdade e possibilidades de trabalho do que os homens. No caso do Rio de Janeiro, de acordo com Observatório (2019), as trabalhadoras possuem menor acesso a licenças para trabalharem nas ruas, com diferenças de 10,8%; não bastando isso, essa limitação acaba por colocá-las em maior desigualdade, pois, para garantir a permanência e a segurança na rua, alugam licenças de outras mulheres, pagam taxas cobradas “ilegalmente” tanto pelo “rapa”, quanto por grupos criminosos de traficantes e milicianos. Outro fator de diferenciação são os rendimentos mensais entre homens e mulheres<sup>5</sup>, e também entre mulheres brancas e negras<sup>6</sup>. As mulheres sofrem duros impactos no cotidiano, como a ausência de creches em tempo integral e/ou próximas ao local de trabalho, condições precárias de higiene nas ruas<sup>7</sup> que se agravam quando estão grávidas ou com os filhos no trabalho, e pela falta de segurança no retorno para casa.

A autossuficiência como dimensão libertadora (hooks, 2019) pode se aplicar de diferentes formas na vida das mulheres, sobretudo as negras, como possibilidade de criarem os filhos e sustentarem a casa, saírem de relações abusivas, e terem um trabalho de que gostam: “Se uma mulher é economicamente autossuficiente, ela é mais propensa a terminar um relacionamento cuja norma seja a dominação masculina, quando escolhe libertação. Ela sai do relacionamento por que pode” (hooks, 2019, p. 82).

A autora diz ainda que, em uma perspectiva do trabalho como libertador e/ou que oferece maior liberdade, são apontados empregos com melhores remunerações e horários flexíveis. Quanto à remuneração e boas condições de trabalho, na maioria das vezes não é a realidade do trabalho de rua, levando em consideração a instabilidade e precariedade existente, estando muito aquém de ser plenamente libertador. Ainda que, por meio das narrativas e trajetórias das interlocutoras, seja possível apreender que esse trabalho foi essencial para a transformação das vidas delas e dos filhos, podendo com eles acessar bens materiais e espaços dos quais antes eram privadas, e, ao contrário de terem regredido profissionalmente, esse

<sup>5</sup> Com base no rendimento semanal, a maioria das entrevistadas apontaram receber até 500,00 reais, sendo que o número de mulheres nessa faixa com 76,6% é superior a presença dos homens, com 66,3%. Enquanto que os que responderam receber mais do que 1.000,00 reais por semana (foram poucos) eram todos homens, não havendo nenhuma mulher com esta faixa de rendimento (OBSERVATÓRIO, 2019).

<sup>6</sup> O estudo não aponta a diferença de rendimento relativo à raça no trabalho de rua, mas apresenta vários dados dessa desigualdade racial no contexto mais amplo do mercado de trabalho. Questões a serem desdobradas em futuras agendas de pesquisa.

<sup>7</sup> Uma entrevistada de Bouças (2015) conta que não vai ao banheiro durante todo o período que está na rua trabalhando, com medo de ações do “rapa” e de perder as mercadorias.

trabalho possibilitou a conquista de um processo de ascensão social, ainda que relativo: todas construíram uma casa a partir da “guia”, pagaram estudo para os filhos, vivem melhor do que estavam quando começaram, não passam fome como um dia já passaram, e, dentro do possível, dispõem de desejos que podem ser concretizados aos poucos, como o desejo de viajar, de reformar a casa e “comprar o que querem”; de alugar um ponto de trabalho e não ficar mais exposta ao sol e a chuva, entre outros.

Essas conquistas tornaram-se possíveis por meio de muita luta, trabalho, disputas, tensões, opressões e constrangimentos, decorrentes da presença na rua e das relações com o poder público, “rapa”, e alguns clientes. Contudo, essas conquistas não são condições fixas e permanentes, como a pandemia tem mostrado. Dada a instabilidade do trabalho de rua, e por ser ele dependente da dinâmica urbana e das economias que circulam na rua, os momentos de “crises” são facilmente sentidos pelas trabalhadoras, alterando as condições sociais no tempo e no espaço. A pandemia, sendo uma crise sanitária, não afetou apenas aspectos relativos à saúde, a economia foi um dos setores que mais sofreu com os efeitos deste momento. E consequentemente as mulheres das “margens”, que já viviam as desigualdades sociais no cotidiano, foram umas das atingidas por esses processos.

As interlocutoras impossibilitadas de irem para a rua trabalhar, se viram por longos períodos sem dinheiro, tiveram perdas de mercadorias que estavam estocadas. Com isso, buscaram os projetos sociais de auxílio para amenizar as perdas do não trabalho, dependeram de ajudas externas, como doações de cestas básicas, e relataram as dificuldades econômicas que vivenciaram, como precisar comprar “fiado”, terem abalos emocionais e psicológicas frente a tudo que estavam vivendo, e sobretudo, sentiram o impacto da impossibilidade de estar na rua trabalhando, o que para muitas trabalhadoras é o que move e dá sentido à vida.

Não utilizamos a autossuficiência da mulher negra para reafirmar estereótipos destinados a elas, como “mulheres fortes”, que “aguentam tudo”, mas como ferramenta teórica para compreender os processos que as mulheres negras passa(ra)m na construção da sociedade e de que forma isso se faz presente no trabalho de rua praticado por elas na cidade. Consideramos, a partir de Ângela Davis (2016), que a autossuficiência da mulher negra se deu devido a uma necessidade, quase como uma imposição, para sua sobrevivência, desde o período da escravidão, o qual foram forçadas a viver. E como apresenta bell hooks, o trabalho não necessariamente leva a autossuficiência econômica, mas ainda assim, a “autossuficiência econômica é necessária se mulheres quiserem ser livres para escolher o contrário da dominação masculina, para serem totalmente autorrealizadas” (hooks, 2019, p.86).

Atualmente, para as mulheres alcançarem autossuficiência econômica, o percurso é longo e nada fácil, é preciso “guerrear” bastante, como diz Dália, sobretudo para a criação dos filhos: *“Eu já sofri muito pra criar filho, criei o meu ali, guerreando ali ó, guerreando ali, criei. Porque eu não tive nada, o que eu tenho hoje foi guerreado”*. E isso se faz presente na independência que sempre buscou ter em relação aos homens, para que não dependesse deles, principalmente na criação dos filhos:

*“Só que eu cheguei mais o atrasado (pessoa perturbada), que depois que eu me separei eu morei com ele 11 anos (segundo marido), me separei dele porque ele fazia questão de comida, porque toda vida eu fui sem miséria, toda a vida que eu corri atrás foi para sustentar eles, se ele botava 100 eu botava 200, toda vida. Não fazia questão, se ele comprava 1 real de pão eu comprava 3, porque eu tenho meus filhos, não quero que dê comida aos meus filhos, corria atrás”*.

A busca das mulheres negras, trabalhadoras de rua, por autossuficiência é marcada por preconceitos, desigualdades e dificuldades. Não estando isentas da divisão sexual do trabalho, nem dos preconceitos relativos a gênero, raça, e mesmo geracionais. Sendo assim, nessa prática de trabalho vivenciam a desvalorização<sup>8</sup> quanto ao seu rendimento se comparado aos homens, as jornadas de trabalho são maiores, levando em consideração o trabalho de cuidado e não-remunerado que também desempenham, ocasionando em uma menor jornada de trabalho na rua, o que reflete em menores rendimentos. Também estão mais expostas a assaltos, assédios, violências, em comparação aos homens e são elas que comumente têm suas mercadorias apreendidas pelo “rapa” em maior proporção, como mostra o estudo realizado pelo Observatório das Metrópoles<sup>9</sup> (2019) no Rio de Janeiro, que procurou identificar, mapear e documentar a precariedade do trabalho de rua com direcionamento ao gênero.

A autossuficiência foi conquista processual na vida das interlocutoras, e hoje, com quase 40 anos no trabalho de rua, elas mantêm outras relações de trabalho, de modo a terem maior liberdade, terem melhores condições de vida e de trabalho: estabelecem dias fixos de trabalho e não mais a semana toda – o que mudou com a pandemia, pois com mudanças drásticas no rendimento mensal, voltaram a trabalhar mais dias na semana-, podem se dedicar a apenas um trabalho e ter a jornada de trabalho reduzida, podem alugar um ponto (de outro ambulante) para ter melhor infraestrutura, como fez Cida. Atualmente, podem dedicar mais tempo a elas mesmas, fazendo coisas que gostam, ou não fazendo nada, descansando, aproveitando que os filhos já estão criados, a casa já está construída, podendo pensar mais em si: *“Agora com uns 10 anos pra trás que eu penso em mim. Antigamente antes de eu sair, eu ia cozinhar pra menino,*

<sup>8</sup> Essa desvalorização da mulher no trabalho é algo antigo que ainda hoje não se extinguiu, estudos do trabalho de rua no século XIX já apontavam para a desvalorização e menores rendimentos dispostos a mulheres (SOARES, 1994; FILHO, 1994).

<sup>9</sup> O estudo traz a nomeação Camelô devido a constante do uso pelos trabalhadores de rua; mas entendemos que o camelô e o ambulante compartilham das condições de trabalho por serem trabalhadores de rua.

agora não. Quem quiser que se vire, vai trabalhar pra você comer. Oxe, acha que eu sou besta, é?!” (Dália).

## Mães e filhas – tramas entre trabalho de rua e família

*“Eu trabalhava com eles tudo pequeno, mãe, eu ia deixar mais quem? Sempre eu trabalhei com eles. Sempre até hoje. Todo mundo trabalha de vendagem, menos minha filha<sup>10</sup> porque a menina a gente não vai trazer pra vendagem. Aí eu deixava ela em casa, na escola, levava pra escola, aí vendia amendoim, com eles pequenos, na cabeça. Era uma agonia” (Dália).*

A realidade vivenciada por Dália é a de muitas outras mulheres: não ter onde ou com quem deixar os filhos, situação que contribui para que muitas delas busquem trabalhos flexíveis a fim de conciliá-los com as diversas atividades de cuidado que realizam no dia a dia. A dimensão familiar<sup>11</sup>, sobretudo vinculada aos filhos, atravessa a pesquisa, pois é algo indissociável da narrativa das mulheres, tanto mobilizada por situações do passado, quanto do presente; assim, a partir do convívio com as interlocutoras diretas da pesquisa e do diálogo com outras trabalhadoras, apreende-se que a família representa uma importante aliada nas práticas do trabalho de rua.

Visto que as mulheres desempenham ambos os trabalhos, “produtivo” e “reprodutivo”, é importante afirmar que ambos estão em constante imbricamento no cotidiano e na vida das mesmas. O trabalho e as atividades de cuidado não devem ser pensados como separadas, ao contrário, a decisão de um e de outra, parte da dinâmica e do entendimento de cada uma, como venho costurando no texto. Quanto mais separada e fragmentada elas são/estão, mais difícil será para as mulheres, pois terão que dar conta de ambas, e quando as dificuldades são grandes, normalmente abre-se mão do trabalho na rua para dar conta do trabalho doméstico. Quando não, acaba por negligenciar um ou outro, dada a sobrecarga de trabalho.

A pesquisa do Observatório das Metrôpoles (2019) apresenta que, para as mulheres poderem trabalhar na rua, cerca de 24,2% deixam os filhos sob o cuidado de parentes e vizinhos, sobretudo avós e madrinhas, quase sempre sob o cuidado de outras mulheres. As narrativas das

<sup>10</sup> Fica evidente a divisão sexual do trabalho, que faz Dália acreditar que a rua não seria lugar para uma mulher trabalhar, e fez com que a trajetória da filha fosse diferente, fez com que estudasse e era poupada de trabalhar. Dentre os filhos, a filha é a única que estudou e concluiu os estudos, fez curso superior e hoje é nutricionista. Essa divisão do trabalho também é vista entre as mulheres populares no início do século XX, momento no qual os homens eram colocados para trabalhar na rua, enquanto as mulheres reproduziam trabalhos de cuidado, como o cuidado com a casa, com os irmãos mais novos (FILHO, 1994).

<sup>11</sup> A pesquisa não se propôs a um aprofundamento na categoria família devido às limitações temporais e empíricas impostas pela pandemia, mas este é um tema com grandes estudos nas ciências sociais e pela antropologia social, que dispõe de vasto repertório sobre o estudo da família, com enfoque nas relações de parentesco. Para citar alguns: Durham (1983), Sarti (1992), Duarte e Gomes (2008), Rosa (2014).

interlocutoras, em grande parte, expressam que a entrada para o trabalho de rua, se deu em grande parte, como uma forma de possibilitar a criação e o sustento dos filhos:

*“Mas eu tinha 5 filhos, meu marido é funcionário público, aí o dinheiro não cabia, eu trabalhava gerenciando hotéis, e o dinheiro, mesmo assim, o dinheiro não dava. Certo? Quando eu comecei a trabalhar como ambulante, eu trabalhava como ambulante na terça e nos outros dias da semana gerenciando hotéis” (Tânia).*

Elas evidenciam contextos sociais e necessidades diversas, que demandam desde garantir comida na mesa, o dinheiro para pagar o aluguel e uma casa para morar, como dar uma educação de qualidade para os filhos, ter condições mínimas para oferecer a eles, sempre ressaltando a possibilidade de proporcionar “outra vida”, “outra oportunidade”.

A história de Vanessa Santos<sup>12</sup>, ambulante da Barra, é expressiva nessa relação do trabalho de rua e criação dos filhos. Ela conta que começou a trabalhar na rua ainda adolescente para ajudar a mãe, que também trabalhava como ambulante, durante o Carnaval. A responsabilidade ficou ainda maior quando se tornou “chefe de família”, e continuou a trabalhar na rua para conseguir criar os quatro filhos e dar uma educação melhor:

*“Você pensar em dar o melhor para os seus filhos é difícil. É muita violência que está acontecendo! As escolas públicas estão ruins, meus filhos todos estudam em escola particular, com essa luta toda que eu tenho, todos estudam em escola particular, aí é livro, material, de onde tirar esse dinheiro eu não sei, mas são uns 5 mil reais, para poderem eles serem diferentes, para eles estarem no mercado de uma outra forma, ter outras oportunidades”.*

A presença dos filhos no trabalho de rua é tão intensa que, nos últimos anos, nas festas populares e eventos de longa duração, como Carnaval e Virada do Ano, a Prefeitura elaborou um projeto<sup>13</sup>, por meio da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ), que acolhe os filhos das trabalhadoras de rua: “a estrutura da CAAC foi montada para ofertar às crianças conforto e segurança enquanto os pais trabalham no Carnaval”, oferecendo refeições e atividades lúdicas, estrutura de higiene e dormitório. Na época em que os filhos das interlocutoras eram pequenos não havia projetos como esse, restando levá-los ao trabalho.

Dentre as três interlocutoras, os processos que envolvem a família são diversos. Tânia, quando se tornou mãe em meados da década de 70, era casada e, por muito tempo, contou com o apoio do marido para criação dos filhos. Já Dália e Cida passaram por outro processo: eram mães monoparentais (“solos”), “sempre fui eu mesma”, como enfatiza Dália. A diferença entre os processos de Dália e Cida, é que Cida contava com uma rede de apoio da mãe e das irmãs

<sup>12</sup> Jornal Bahia Meio “Conheça a história de uma mãe que sustenta quatro filhos trabalhando como ambulante” 26 fevereiro de 2020.

<sup>13</sup> <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2119799-escolas-acolhem-filhos-de-ambulantes-que-trabalham-no-carnaval>  
<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias/51121-prefeitura-tera-acolhimento-para-filhos-de-ambulantes-no-festival-da-virada>

que ficavam com a filha enquanto fazia dupla jornada de trabalho, trabalhando na cozinha do restaurante do “chinês” e, após o expediente, como ambulante na frente do restaurante vendendo miudezas (lápiz, caderno, boneca, fita cassete). Ela enfatiza que não tinha escolha, “*se não trabalhasse passava fome*”. Conta que, mesmo grávida, continuou trabalhando na cozinha do restaurante: “*eu estava com barrigão e dava conta sozinha da cozinha*”.

Dália não teve essa rede de apoio com que pudesse contar, sua família é do interior, tem algumas irmãs que moram em Salvador, mas diz que sempre foi apenas ela, sozinha. Dessa forma, sem ter uma rede de parentesco, sendo mãe monoparentais (“solo”), em condições de extrema pobreza, sem casa e sem dinheiro após a separação do primeiro casamento, lhe restou a rua como morada<sup>14</sup>, e foi na rua que aprendeu sobre a “vendagem”: a partir daí aos poucos foi crescendo e transformando sua vida, ao passo que aprendia e crescia com o trabalho de rua.

Com a impossibilidade de ter onde e com quem deixar as filhas, os três filhos (sendo uma mulher e dois homens) acompanhavam seu dia-a-dia trabalhando na rua, conforme cresciam, passaram a ajudá-la nas vendas. Hoje os filhos – apenas os homens- continuam a ajudá-la no trabalho de rua, mas também possuem suas próprias “guias”, e, mais do que nunca, essa ajuda tem grande importância atualmente, pois aos 57 anos, Dália conta não ter a mesma força e disposição que tinha quando começou a trabalhar na rua. Nos deslocamentos casa-trabalho, eles carregam a prancha<sup>15</sup> com os isopores; em festas a presença deles é essencial, pois enquanto ela fica parada com a “guia” vendendo em um ponto fixo, eles ficam circulando com um isopor pequeno ou com mercadorias em sacos, para aumentar as vendas. Ajudam também levando-a para comprar mercadorias, bem como no controle e gestão do dinheiro, Felipe e Janaina são as filhas que ficam com o cartão, controlam, depositam e sacam dinheiro.

Sentadas no beco da casa de Dália, conversávamos sobre o trabalho de rua em sua vida; ao lembrar de um período em que teve bons rendimentos, mas muito trabalho, aciona essa memória junto ao filho:

*Dália: Eu vendia era muuuuito amendoim, véio.*

*Felipe: É, a gente vendia muito amendoim, tinha o pessoal do colégio que ia com saco já em tempo de festa para levar os amendoins. Amendoins quentes na hora.*

*Dália: Dava 4 horas da manhã eu já estava vindo da feira, chegava aqui já botava os isopor e ai era panelão. Eu vendia amendoim demais, véi. E cedo. E botava ele pequeno para vender amendoim.*

*Felipe: Chegava minha mão ficava doendo assim, de encher saco de amendoim.*

*Aleida: E você vendia andando?*

*Dália e Felipe: Lá no ponto, lá em Camaçari; eu botava ele pequenininho para vender, botava a bandeja, ele desaparecia.*

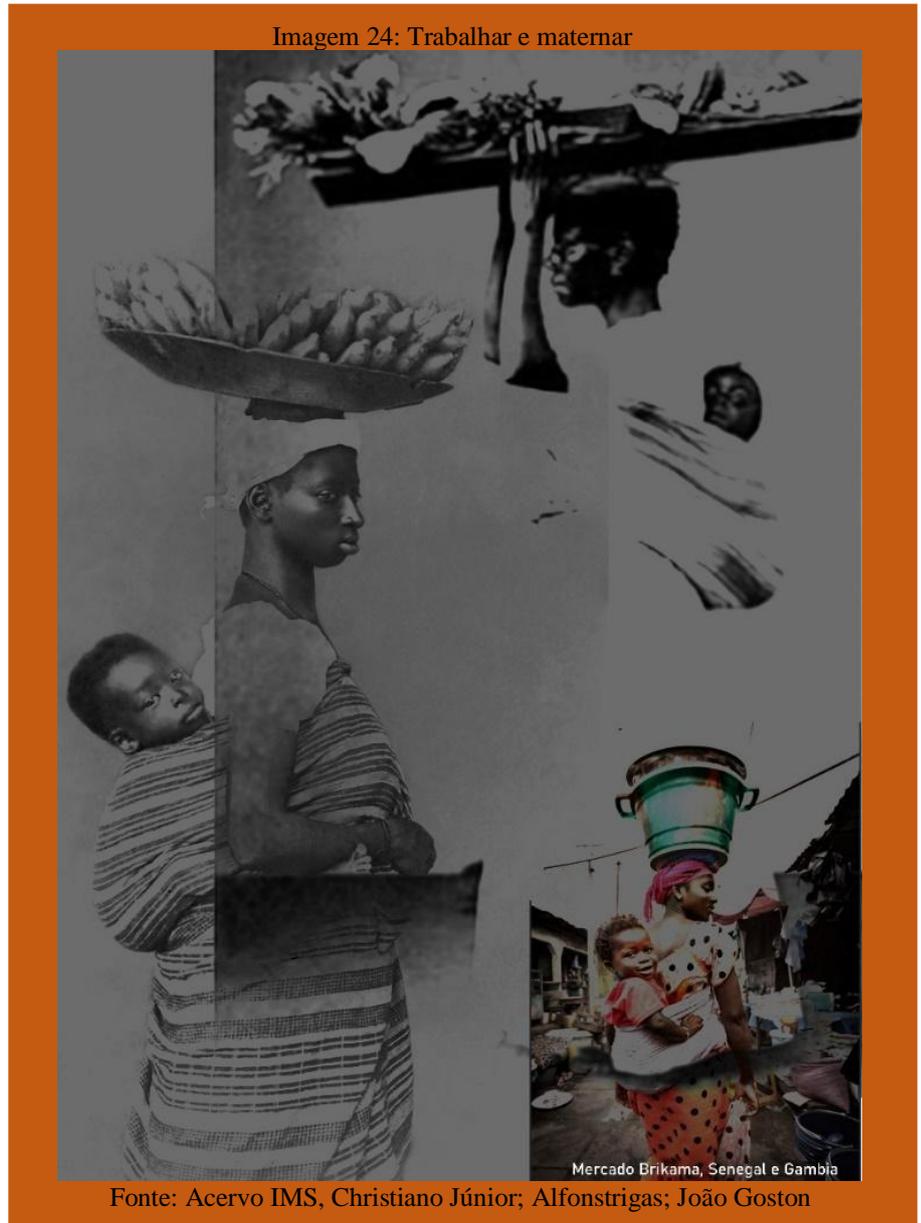
*Felipe: Eu ia pra Barra; eu me picava pra Barra, porque na Barra não tinha muito vendedor de amendoim, e tinha uns bares lá, um pessoal que já me conhecia, aí o*

<sup>14</sup> Ao abordar as trajetórias de moradia vinculadas ao trabalho de rua, em outra seção deste mesmo capítulo, será retomado este processo de morar na rua vivido por Dália.

<sup>15</sup> Prancha é como chamam o “carrinho plataforma” para transporte da “guia”.

*peessoal só comprava num bucado só, aí num instante eu vendia, levava a bandeja grandona e vendia tudo na Barra.  
(encontro de pesquisa - 17.10.2019)*

Imagem 24: Trabalhar e maternar



Fonte: Acervo IMS, Christiano Júnior; Alfonstrigas; João Goston

Essa realidade de trabalhar com os filhos não é uma particularidade de Dália, a partir da observação do cotidiano é marcante a presença de filhos e/ou netos junto às trabalhadoras. Situação também observada ao estudar sobre as trabalhadoras de rua do século XIX, presença cotidiana registrada em fotografias e pinturas<sup>16</sup> da época, a exemplo das imagens das ganhadeiras com os filhos amarrados nas costas ou sobre os tabuleiros.

Alberto Filho (1994), ao falar das mulheres negras e pobres, no início do século XX, diz que, para além das redes de parentes, comadres e amigas que as mulheres acionavam para sua

<sup>16</sup> Nas pinturas de Jean-Baptiste Debret, nas fotografias de Pierre Verger, Rodolpho Lindemann, etc. Alguns dos arquivos podem ser vistos no Acervo da Fundação Gregório de Matos e nos sites: <https://www.pierreverger.org/br/acervo-foto.html> ; <https://museuafrodigital.ufba.br/>

sobrevivência, o trabalho dos filhos também era essencial, começavam ainda crianças, fazendo pequenos serviços, como venda de bilhetes da loteria, doces, bolos e demais iguarias, muitas vezes produzidos pela própria mãe.

Situação parecida foi vivida, já por volta da década de 1960, por Tânia e a irmã, que acompanhavam a mãe, Baiana de Acarajé, no trabalho de rua na Ladeira da Praça, no CHS e, posteriormente, na Barra, na orla atlântica: *“a gente ia junto e a gente ficava, curtia... porque ficava tomando banho de mar, na hora do almoço a gente comia acarajé, comia peixe frito. Mas aí quando você vai crescendo você vai vendo que aquilo ali não é tão festa assim, né”*. A “festa” que Tânia se refere são as condições de trabalho que as mulheres vivenciam na rua, sobretudo as baianas de acarajé: *“na época (por volta da década de 60) eu achava muito cansativo para minha mãe, um negócio muito que ela tinha que levar, trazer, fazer, sentar ali, naquele fogo, naquela temperatura, escaldante, muito trabalhoso, muito...”*

A percepção de Tânia é significativa, mesmo quando ainda criança, pois ela via o trabalho da mãe como um sofrimento e não como prazer, devido às condições de trabalho. Esta percepção demonstra as dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao trabalhar na rua, em espaço aberto, desprotegidas do sol e da chuva, tendo que deslocar-se com a mercadoria e os instrumentos de trabalho, sujeitar-se a longas jornadas de trabalho, em pé, no fogo, sem banheiro.

Assim como sua mãe, Tânia, que a acompanhava no trabalho de rua, também é ambulante, e suas filhas também são, completando já três gerações de mulheres negras no trabalho de rua. Cada uma tem sua barraca, mas começaram da mesma forma que a mãe, em busca de uma renda extra. Este também é o lugar do trabalho de rua na vida das filhas, ambas com ensino superior, uma assistente social e outra farmacêutica, mas ainda assim mantém a barraca, pagando um funcionário nos dias que não podem trabalhar: *“Quando começa o verão agora, ela tem gente trabalhando, nos dias que ela não pode. Porque ela vai ganhar mais na barraca do que lá na farmácia. E não é só ela, é como a maioria aqui. A pessoa não está aqui assim, à toa”*.

Essa relação familiar no trabalho de rua é uma presença frequentemente observada nas ruas de Salvador (BOUÇAS, 2015; REBOUÇAS, 2011), presente na trajetória de Dália e de Tânia, de outras duas mulheres com quem pude conversar informalmente durante a pesquisa e, também, como mostra a reportagem do jornal ‘Bahia meio dia’<sup>17</sup>, em que apresenta Rita, vendedora de frutas na Av. Joana Angélica, mãe de 11 filhos, dos quais 7 estão na rua

<sup>17</sup> Jornal Bahia Meio “Três bairros de Salvador terão restrições implementadas por causa da pandemia da Covid-19” 8 de maio de 2020.

trabalhando junto com ela e para si.

Ao realizar um questionário com 289 trabalhadores do centro de Salvador, Bouças (2015) identificou que há uma tradição familiar em 11,3% dos entrevistados, decorrentes de terem aprendido com a família e/ou acompanhá-la no trabalho desde a infância, ou por algum incentivo familiar em iniciar esta prática de trabalho. Essa participação da família no funcionamento do trabalho de rua se faz presente também em outras circunstâncias, seja no preparo, na venda, na organização (FIGUEIREDO, 2016; SALVITTI, *et al* 1999).

Em Salvador esse fenômeno vai além das redes familiares que tornam possível a prática de trabalho, e pode ser encarado como uma “profissão” ou “carreira” que é passada de mãe para filho, seja pela proximidade quando criança, seja pela falta de oportunidades impostas, ou mesmo por verem o trabalho de rua como uma possibilidade de ganhar dinheiro. A partir da trajetória da mãe, e por já conhecer seu funcionamento, fornecedores, os tipos de mercadoria, as redes construídas no território, etc. Como fica evidente na fala do entrevistado de Rebouças (2011, p. 15): “Meu pai é pedreiro, tá quase se aposentando já... ele reclamava, reclamava... porque eu vim pra rua... não me ajudou em nada... agora é ele que vem quando se aposentar!”.

Pesquisas realizadas em outros estados também evidenciam essas redes familiares existentes no trabalho de rua. Pinheiro-Machado (2008) mostra que nas bancas do Centro de Porto Alegre raramente trabalha apenas uma pessoa, em grande parte trata-se de um negócio familiar. Assim como é o caso de Antônio Feliciano Matos em Manaus, conforme entrevista realizada por Silva e Filho (2018, p. 58), em que relata a influência da família no trabalho de rua:

Isso aqui veio de minha família, sou a terceira geração, já tenho a quinta, tenho duas filhas no ramo, cada um fazendo família. Veio do meu avô, aí meu avô passou pro meu pai, meu pai me criou com essa atividade, e eu criei meus filhos com essa atividade, então eu tenho orgulho do meu trabalho.

Sendo assim, a inserção e/ou permanência no trabalho de rua conta com a influência de familiares e amigos que já estão nas ruas trabalhando (SALVITTI, *et al*, 1999). Como fica evidente no relato de Dália, se na infância a filha foi poupada de trabalhar na rua, no presente tinha pretensão de começar uma “guia” de acarajé junto ao marido, após ter terminado a graduação em nutrição e ele ter saído do trabalho:

*“aí meu genro pegou e saiu do trabalho que trabalhava na continental de fazer pneu, aí comprou a estrada. Ele ia botar uma “guia” de acarajé de um real<sup>18</sup>. Minha filha formou em nutrição, ela ia administrar o acarajé, só que apareceu a oportunidade, ela tá trabalhando no hospital de Lauro de Freitas e em uma fábrica de sorvete. Aí*

<sup>18</sup> É interessante destacar que o Acarajé também virou um produto comercial, não apenas uma prática tradicional, sendo queixa de muitas baianas que herdaram de família essa prática, ou que estabeleceram outra relação de trabalho. Para maior aprofundamento consultar: Fonseca (2008).

*ela não pode mais trabalhar, porque eles gostam assim, tudo certinho, com alvará, porque é de comida, aí ele vendeu o tabuleiro e o material do acarajé”*

A trajetória de Cida é a que desvia desse processo familiar, pois sua única filha não seguiu com o trabalho de rua. Também se desvia em relação a “liberdade” que Dália e Tânia gozam por já terem os filhos criados e poderem ter maior despreocupação quanto a cuidados, pois recentemente sua filha se separou do marido e voltou a morar com ela, trazendo consigo a neta de 4 anos. Cida tem papel importante nos cuidados com a neta, dando suporte para filha: apesar de ter uma vizinha que é cuidadora e fica com ela durante a semana para que a mãe e a avó possam trabalhar, mas Cida é responsável por buscar a neta às 16h, o que a faz fechar a “guia” mais cedo, e segundo Lisa, “atrapalha” a venda de seus produtos, porque muitos clientes passam no final de tarde quando retornam do trabalho. Perguntam por ela, pela barraca das folhas e, às vezes, Lisa, faz o papel de mediadora, registrando os pedidos para garantir a venda para ela.

As dimensões apresentadas e discutidas acerca das tramas existentes entre trabalho de rua e família, evidenciam que as redes familiares contribuem para a perpetuação geracional do trabalho de rua, e, portanto, sua própria existência depende dessas redes e dinâmicas cotidianas construídas nessa relação.

## A “guia” como modo de vida

*“A “guia” é nossa vida, a gente não pode deixar ela acabar, é com a “guia” que nos alimentamos, se tem “guia” não passa fome, paga as contas” (Luna).*

Assim disse Luna<sup>19</sup>, durante um diálogo ao redor da “guia” de cerveja de Laura, outra trabalhadora, quando conversavam sobre o dia-a-dia do trabalho na rua, demonstrando a preocupação, a importância e o significado de manter a “guia” ativa, que vinha a partir da necessidade da gestão deste trabalho, de entrada e saída do dinheiro, principalmente naquele momento em que Luna estava ampliando sua casa. Por outro lado, ao perguntar a Dália o que significava “guia”, ela fez referência aos produtos que comercializa e ao conjunto de instrumentos de trabalho, como isopor, tabuleiro, prancha e carrinho:

*“Esses meninos mesmo, que vendem um balde de água, ali é uma “guia”; ali que vendem esses pãezinhos de queijo, ali é uma “guia”. Só que eles preferiram vender queijo, pãozinho de queijo; preferiu vender cerveja é uma “guia”, preferiu vender churrasco é a “guia” do churrasco, tudo é uma “guia”, qualquer coisa é uma “guia”, uma “guia” de queimado, “guia” de cigarro, “guia” de cerveja”.*

<sup>19</sup> Luna é trabalhadora da Rua Coqueiro da Piedade, a conheci no “mato” (espaço ao lado da estação da Lapa, onde algumas trabalhadoras colocam suas “guias”), junto à “guia” de Laura, e teci interlocuções com ambas no período de pré-campo.

No passado, usualmente chamava-se de gamela, tabuleiro, cestos (SOARES, 1994, 1996), eram os instrumentos de trabalho das ganhadeiras e quituteiras; na atualidade, o conjunto de mercadorias/produtos e instrumentos de trabalho é também chamado de “guia”<sup>20</sup>, mas pode ser nomeado de banca, barraca, box, ou mesmo ponto, pois a materialidade e a espacialidade se misturam dentro destes significados. A “guia” só é “guia” quando há uma ancoragem espacial, territorial, que faz conectar clientes, produtos, dinheiro, relações.

Considerando “guia” também como produto, ela se apresenta em diversas formas, tamanhos e mercadorias, por exemplo, dispor de uma caixa de “queimado”<sup>21</sup>, ou de cigarro é considerada uma “guia”; um isopor com picolé, água, cerveja ou amendoim é “guia”; os carrinhos de supermercado ou tabuleiros com produtos, também são “guias”. Existe, também, a possibilidade de trabalhadoras disporem de mais de uma “guia”, como era o caso de Dália quando trabalhava do ponto de ônibus próximo a estação da Lapa no ano 2000, em que aproveitava o grande fluxo de pessoas e a possibilidade de estar fixa para ter várias “guias”: *“Vendia queimado, mas só que eu tinha uma “guia” de queimado, outra de pipoca, “guia” de cerveja, de milho assado, amendoim cozinho”*.

Nas palavras de Silva (2017b, p. 37), a “guia” significa “uma banca onde são colocados vários produtos de consumo para venda às pessoas que passam e transitam pelas ruas e pela praça. Na “guia” se encontra água, refrigerantes, doces, cigarros, bala para venda”. Os itens que compõem a “guia”, citados pela autora, são algo em comum nas “guias” de bebida: as balas, doces e cigarros ficam expostos em potes transparentes, em cima do isopor, junto às garrafas de bebidas, como licor, conhaque, gengibrinho e cravinho; também pode-se observar algumas latas vazias, expostas na tampa, presas em palitos de churrascos, coladas com fita ou encaixadas conforme cortes na tampa do isopor, que representam os demais produtos vendidos na “guia”. Em alguns casos, as embalagens são grudadas no ferro da placa ou no carrinho, demonstrando diversas configurações que têm o mesmo objetivo: chamar atenção e evidenciar o que é vendido. Com a pandemia, o álcool em gel ou, às vezes, líquido, passou a ser mais um item que a compõe.

Não sabemos ao certo a origem do uso do nome “guia”, mas sua utilização é frequente pelas trabalhadoras de rua – e também clientes e/ou moradores -, o que pôde ser evidenciado na região do centro de Salvador. A partir dessa pesquisa e da interlocução com as trabalhadoras, evidencia-se que a “guia” tem um lugar central na vida de quem trabalha na rua, sobretudo das

<sup>20</sup> Assim como existem variadas denominações quanto ao tipo de trabalho que exercem, o mesmo ocorre com a “guia”, a qual também é chamada de banca, barraca ou mesmo loja. A escolha por adotar o termo “guia” é devido ao uso pelas interlocutoras dessa pesquisa, mas também, em particular, pelas significações que a “guia” pode levar a ter e ser, articulada ao trabalho de rua.

<sup>21</sup> Queimado é o mesmo que ‘bala halls’.

mulheres, que apresentam em suas narrativas os significados que ela exerce em suas vidas, tornando possível apreender que a “guia” não é meramente um conjunto de mercadorias e produtos, ela carrega consigo simbolismos, subjetivações, modos de organização, busca por autossuficiência, desejos, anseios, a possibilidade de ganhar dinheiro, criar os filhos, sustentar a casa, e mesmo, construir a casa a partir da “guia”, algo enfatizado pelas interlocutoras e evidenciado em outras pesquisas (BOUÇAS, 2015 ; ALCÂNTARA, *et al* 2013; REBOUÇAS, 2011). Dessa forma, a “guia” representa muita coisa para aquelas que vivem dela e, nesta pesquisa, a consideramos como um modo de vida.

Pinheiro-Machado e Rocha (2003) falou sobre a rua como um estilo de vida para pessoas que nela trabalham. Aqui mobilizamos a ideia de “guia” como um modo de vida, sobretudo para as mulheres, pois, se entendendo que o trabalho é uma das dimensões sociais mais importantes da vida, a “guia” compreende isso e muito mais. Não apenas um trabalho, é uma construção social, material e espacial que é construída no cotidiano e pela trajetória de cada uma que a pratica. E, para as interlocutoras da pesquisa, que estão a quase 40 anos trabalhando na rua, esse modo de vida é constantemente nutrido, reinventado, adaptado, frente à manutenção das casas, às relações sociais, disputas e resistências cotidianas. Dimensões presentes na narrativa de Cida, que ao falar do projeto que retirou a feira do couro – abordamos o projeto em “*ocupação e disputa*” - relata o quanto este trabalho é considerado um modo de vida:

*“teve gente que ficou doente com a retirada da feira, tem uma mulher mesmo, que mora aqui no final de linha, ela teve derrame, foram dois sustos que ela tomou, um com a derrubada da barraca na escadaria, e o outro foi a impossibilidade de permanecer no final de linha [terminal da Barroquinha]”.*

Assim, por meio da “guia”<sup>22</sup> e do que ela tem a potência de possibilitar, algumas conquistas são alcançadas, sendo enfatizadas nos discursos das interlocutoras, como a conquista da casa própria, seguida da possibilidade de oferecer melhores condições de estudo e de futuro para os filhos. Dália conta da organização que faz para manter a “guia” viva e poder juntar dinheiro para construir sua casa: *“eu trabalho duas semanas para “guia” e duas semanas para mim porque nós estamos construindo. Esses três dias que eu trabalhei, sexta, sábado e domingo, e amanhã que eu vou trabalhar é da “guia”. O dinheiro que tiver é pra comprar “guia”.* Para manter a “guia” em funcionamento, as trabalhadoras usam de táticas no cotidiano a fim de que consigam maiores rendimentos e possam guardar dinheiro, fazer com que ele “gire” e se multiplique.

<sup>22</sup> Na pesquisa de Laila Bouças (2015), na qual aplicou um questionário com 287 trabalhadores de rua na região do centro de Salvador, além de entrevistas, um número considerável de trabalhadoras (es) apontou para a conquista da casa, seguida da educação dos filhos, proporcionadas pelo trabalho de rua e pela “guia”.

Laura conta que, quando tem um pouco mais de dinheiro, faz estoque de produtos em casa; em contrapartida, às vezes deixa de colocar dinheiro em casa para manter a “guia”: *“agora quando tô com mais, dá para comprar para os dois”*. Deise, que é vendedora no CHS, me conta, em uma conversa informal, que em momentos em que está com pouco dinheiro compra cerveja fiado no depósito de sua confiança, vai para a rua vender, fazer o dinheiro e depois paga pelo produto. Os rearranjos mobilizados no cotidiano se dão pela importância que a “guia” tem para o sustento de muitas delas, pois é a partir dela que o dinheiro “gira”, entra e sai, alimenta e sustenta, proporcionando projeções futuras.

A importância da “guia” também está presente na narrativa de Jucelia<sup>23</sup>, ambulante de frutas na rua Joana Angélica, no centro de Salvador, que, no contexto de pandemia, expressou que seu desejo para o dia das mães era *“ganhar um dinheiro bom para botar uma “guia” boa para mim, porque eu botando uma “guia” boa, uma “guia” grande, eu vou poder levar um dinheiro a mais para casa”*. A “guia” é o empreendimento econômico destas mulheres, na qual colocam toda sua força e energia para que ela seja bem sucedida e traga um retorno positivo, pois, por meio dela sobrevivem, podem melhorar as condições sociais e econômicas, a “guia” possibilita que sejam, também, consumidoras, e que sustentem um título de trabalhadoras.

A “guia” é um elemento muito presente não apenas para as mulheres ambulantes, mas também entre as mulheres prostitutas do CHS, configurando-se como um outro trabalho que elas desenvolvem em paralelo, podendo-se pensar em uma mobilidade entre o trabalho sexual e o trabalho ambulante (SILVA, 2017b). A “guia” é tão significativa para essas mulheres que, dos anseios e projetos apontados, em sua maioria, aparece o desejo de ter uma “guia”, acompanhado ao de ter a sua própria casa. Para elas, ter a “guia” possibilita “continuar na batalha”<sup>24</sup>, obter mais ganhos no mesmo território de trabalho, em um lugar conhecido, podendo manter os laços e afetividades de anos ali construídas. Representa também projetar futuros, realizar sonhos, como diz Bianca, trabalhadora da praça da Sé, no CHS, em depoimento à Silva (2017b, p. 169)<sup>25</sup>: *“ter uma “guia” vem acompanhado do desejo de voltar a estudar”*; ou mesmo, para algumas, a “guia” é a possibilidade de sair da prostituição, por algum desconforto ou conflito, para outras ela é uma possibilidade a mais de trabalho, outra fonte de renda, que soma e complementa os diversos contextos do trabalho de rua, como os dias bons e ruins.

<sup>23</sup> Matéria do Bahia meio-dia no dia 8 de maio de 2020 “Três bairros de Salvador terão restrições implementadas por causa da pandemia da Covid-19”.

<sup>24</sup> Batalha é a expressão utilizada pelas mulheres para referir o trabalho que desenvolvem prostituição na rua (SILVA, 2017b).

<sup>25</sup> Essa relação entre as prostitutas e a “guia” parece ser uma discussão complexa e delicada, cheia de idas e vindas, subjetividades, desejos, escapes, e incertezas, com narrativas diversas, às vezes contrárias e ambíguas, emaranhados como o curso da vida. Silva (2017b) apresenta uma discussão mais profunda dessa relação.

O cotidiano das trabalhadoras é a “guia”, é ir para a rua, trabalhar, comprar suas mercadorias, abastecer/repor o estoque, ter o controle do seu trabalho, mas não é só no sentido operacional que ela se faz presente. É esse cotidiano com a “guia” que possibilita conhecer pessoas, lugares, criar novas relações, viver a cidade, compartilhando desde as mais duras jornadas de trabalho precarizadas, de violências físicas e psicológicas, e das constantes disputas que são travadas, até os momentos de boas vendas, de festejos, de encontros com pessoas-amigos-clientes queridos.

A “guia” como um modo de vida se relaciona nas mais diferentes camadas da vida urbana das mulheres, nos deslocamentos, na moradia, relação com os filhos, lazer, sendo que ela possibilitou que as mulheres sobrevivessem, criassem os filhos, construíssem suas casas, com muita luta, trabalho, resistência e disputa. Pois, como evidencia-se na fala de Tânia, não é apenas a profissão, mas tudo que está ligado a ela: “*Aí eu tenho uma filha que é assistente social, ela chega no lugar e falam ‘qual sua profissão?’ ‘Sou ambulante... (risos)’ ‘Ah Joana’.... ‘Ah mãe, eu tiro meu dinheiro de lá. Eu tiro meu dinheiro de lá...’*”. Foi com a “guia” que alcançaram transformações econômicas, sociais, espaciais, mas foi com ela também que passaram sufocos, humilhações e desesperos. Assim, a “guia” as conecta, no espaço e no tempo, com a cidade, com pessoas, possibilita relações, conquistas e desejos, para que possam fazer escolhas e criar futuros possíveis.

### Não deixe a “guia” acabar: trabalho de rua como táticas urbanas

*“Eu, como sempre acreditei em trabalho, nunca acreditei que nada vem fácil, nem vender cerveja é fácil. Não tem nada de fácil ali. Tudo ali é complicado. Se você não tiver determinação, se você não planejar, porque tem gente que bota uma barraca, pode botar uma barraca ali, chega ali pega o dinheiro e gasta todo. Vender, gastar, ou então beber tudo. E aí ela vai quebrar, porque tudo ali é custo, tudo tem uma gestão a ser feita, né?” (Tânia)*

As palavras de Tânia deixam claro que a gestão a ser feita é para que a “guia” não acabe devido a sua importância, como já enfatizado na seção anterior. Ao desempenhar um papel importante na manutenção da vida das trabalhadoras de rua, recomeçar uma “guia” do zero (que tenha estabilidade, rotatividade, que permita entrada e saída de produtos, conseguindo tirar a margem de lucro para o sustento da vida) pode ser um desafio, dadas as condições sociais em que vivem, pois dependem de um “capital” para ser investido, é por isso que o medo do “rapa” é grande, por representar a ameaça e a possibilidade de perda da “guia” e de tudo que foi investido, como enfatiza Laura: “*Pensa só, aqui tem – bate no isopor – 700 reais de mercadoria, se ele [“rapa”] levar como vou fazer? Como vou pagar?”*”.

A tensão com a existência e a possibilidade de aparição do “rapa” é tão grande, que, em um dia em campo, presenciei o comportamento de Dália, com o olhar tenso, atenta a qualquer movimentação, barulho de sirene ou um carro que se assemelhasse ao do “rapa” acionando um sinal de preocupação. Ela relata que fica tão tensa que a coluna e o pescoço travam, e sente uma dor forte.

A administração-controle-planejamento-gestão se faz ainda mais importante para o trabalho de rua devido à instabilidade que ele possui, pois existem os momentos de “crises” como diz Tânia, de altos e baixos, de “bombar” no verão e “segurar” no inverno:

*“porque vai ter a crise... como agora tá em crise. Ninguém tá vendendo, não tem nada, mas a gente tá na esperança que comecem os navios, a partir do dia 11, que aí vem a festa de Natal, verão. Aí o ambulante ganha dinheiro. Ambulante tem que aprender a guardar, pra quando chegar no inverno, não ficar na necessidade”.*

Tânia evidencia em sua fala que há momentos de boas vendas – verão – e outros que são de baixa – inverno – mostrando que a instabilidade faz parte destas práticas de trabalho. Somam-se à isso, situações do cotidiano e/ou repentinas, que atravessam o trabalho de rua, como uma apreensão do “rapa”, um projeto urbanístico ou uma possível remoção, o que faz com que elas estejam em constante readaptação, seja de dinâmica, de instrumento de trabalho<sup>26</sup>, ou mesmo mudanças de ponto quando necessário.

Outras situações não tão recorrentes e em uma escala muito maior também vão gerar readaptações, como ocorreu com a pandemia do coronavírus em 2020/2021, que retirou as trabalhadoras das ruas por meses<sup>27</sup> e em vários períodos, como bem enfatizou Helene (2020, p.60): “mulheres e pessoas negras serão mais afetadas pela estagnação da economia e da falta de circulação de pessoas nas cidades. Para muitas mulheres empurradas para a informalidade, a rua é um espaço fundamental de geração de renda”. E mesmo após o retorno das trabalhadoras de rua, a dinâmica urbana era outra, o fluxo da circulação de pessoas diminuiu consideravelmente, o poder de consumo de boa parte da população diminuiu, uma vez que, a pandemia afetou economicamente, aumentando ainda mais o desemprego; e também a suspensão por mais de 1 ano de festas e eventos – que comumente eram presentes em Salvador e que são momentos de concentração do trabalho de rua - situação que ocasionará perdas consideráveis nos rendimentos do trabalho para as trabalhadoras de rua.

<sup>26</sup> É frequente na narrativa de trabalhadoras a mudança do suporte da “guia” por conta do “rapa” e fiscalizações, seja para transportar se for necessário correr, ou mesmo para melhor esconder ou guardar, e, em alguns casos mais excepcionais, há a troca do produto comercializado, quando este é visado para apreensões.

<sup>27</sup> No momento dessa escrita já temos mais de 1 ano e 2 meses de pandemia e, ao longo desse período, houve momentos de proibição e isolamento e momentos de retorno gradual do trabalho. Cida e Dália continuaram trabalhando seguindo essas medidas, mas Tânia e a associação já estão há mais de 1 ano fora das ruas e em processo de negociação para que a Prefeitura autorize o retorno.

As interlocutoras em particular, que pude acompanhar de perto, passaram por dificuldades, precisaram usar as economias que haviam guardado – com o dinheiro que haviam “feito” no verão e Carnaval de 2020 –, até que a situação financeira apertou e foram voltando gradativamente para as ruas, mesmo correndo riscos de serem contaminadas, pois os auxílios emergenciais, tanto o municipal<sup>28</sup> quanto o federal<sup>29</sup>, não foram suficientes para fechar as contas do mês. As instabilidades também não estão apenas na ordem do trabalho, são da própria vida, um problema de saúde, uma cirurgia de emergência, a filha e/ou parente que precisa de ajuda financeira, como ocorreu com as interlocutoras. Enfim, situações adversas que podem surgir e desestabilizar um trabalho e uma condição social que já se encontrava instável.

A demanda dessa gestão do trabalho e dos recursos (MOTTA, 2016; ARAÚJO, 2017) está diretamente relacionada ao poupar, guardar, fazer novos investimentos, entender os períodos de alta e de baixa, para que não passem necessidade: “*tem que ser igual a formiga: guarda o que pega*” como enfatiza Tânia. É desse modo que Dália e Tânia usam da tática de não movimentar o dinheiro que vai entrando na máquina do cartão para deixar “render”<sup>30</sup> na conta: “*Se eu posso ter dinheiro todos os dias, por que eu vou mexer ali?*” (Tânia). No cotidiano, Dália e Tânia vão usando do dinheiro que entra “de papel”, deixando o dinheiro no cartão para eventuais emergências ou gastos maiores, como reposição de estoque.

A respeito da relação do dinheiro no cotidiano e do funcionamento das casas, Eugênia Motta (2016) e Marcella Araújo (2017) apresentam grandes contribuições para a discussão, evidenciando variadas formas no uso do dinheiro, em que há separações nas formas de recebê-lo e gastá-lo: “longe de um equivalente neutro e homogêneo, o dinheiro é carregado de sentidos, especialmente aqueles ligados à origem e às formas de gastá-lo” (MOTTA, 2016, p. 203). A autora vai dizer ainda, que há uma gestão cotidiana do dinheiro e ela se afasta da ideia da casa enquanto unidade isolada, o dinheiro da casa é usado para sustentar a vida daqueles que a ela pertencem e também a relação com outras casas. Os usos e as interdições de uso são cercados de moralidades” (MOTTA, 2016, p. 199).

<sup>28</sup> “Salvador por todos”, é o programa de auxílio municipal da Prefeitura de Salvador, conforme lei nº 9.517/2020, criado com o intuito de amenizar os impactos do coronavírus, conta com um benefício de 270 reais para trabalhadoras “informais” e pessoas em situação de rua que estão cadastradas pela gestão municipal.

<sup>29</sup> O polêmico auxílio federal também foi criado para amenizar a vulnerabilidade da população impactada economicamente pela pandemia. Após incansáveis discussões com o atual governo sob comando de Jair Bolsonaro, foi aprovado em 2020 um auxílio emergencial de 600 reais e de 1200 reais para mulheres chefes de família. Encerrado por um período, mesmo com a pandemia em curso, o auxílio voltou à ativa em 2021 com novas regras deixando de fora grande parcela da população que recebeu em 2020 e tendo drástica redução econômica passando de 600 para 150 reais para famílias compostas por uma pessoa; 250 para famílias com mais de uma pessoa e passando de 1200 reais para 375 para famílias chefiadas por mulheres. Para mais discussões relativas à pandemia e desdobramentos do auxílio emergencial consultar: Araújo e Silva (2020), Pereira *et al* (2020), Galindo e Júnior (2021).

<sup>30</sup> Algumas empresas de máquina de cartão trabalham com investimento de renda fixa, que na prática se resume a: “quanto mais dinheiro colocar e mais tempo ficar, mais ele vai render”.

Nessa gestão cotidiana do dinheiro, as trabalhadoras de rua acionam como tática o estoque de mercadorias, por possibilitar uma “folga” entre uma compra e outra e tendo um dinheiro a mais, podendo assim administrar seus usos e separações, como ter o dinheiro para colocar em casa, usar consigo e comprar novas mercadorias. No CHS, Tânia e a associação conseguem comprar mercadoria a prazo no depósito, pois os donos também fazem parte da associação e têm uma barraca. Dália compra em grande quantidade em um depósito na BR 324 com aspectos duvidosos quanto a sua regularidade<sup>31</sup>, e consegue pagar mais barato do que os preços do mercado. Cida vai frequentemente na feira de São Joaquim repor mercadorias para que a “guia” fique o mais diversa possível e tenha sempre aquelas folhas “clássicas” que têm maior saída, assim como costuma assistir ao programa Bahia Rural aos domingos pela manhã, para que possa conhecer novas folhas e ervas e buscar na feira, pois na segunda é comum aparecerem pessoas procurando por elas.

No cotidiano, essa gestão do trabalho é praticada de diferentes formas pelas trabalhadoras de rua, como sinaliza Bouças (2015, p. 121), a partir do contato com Diana, trabalhadora da Av. Sete de Setembro: “ela tenta anotar tudo que compra e o que vende, sobretudo porque se não fizer isso sai gastando tudo que ganha no mercado e não pode deixar a “guia” vazia”. Há quem coloque metas de trabalho diário, como Nilma, ambulante do Rio de Janeiro e interlocutora da pesquisa de Amâncio (2020, s/p), que estabelece valores diários para conseguir pagar as contas e sustentar a casa, além de trabalhar em dois locais, no centro de segunda a sexta e aos domingos na Feira próxima à sua casa: “Eu tenho que fazer R\$ 150 por dia para voltar bem para casa. Tem dia que o movimento não está tão bom, aí a meta fica R\$ 120”. Assim como presenciei em campo com Lisa, que trabalha com “box” fixo no Vale das Pedrinhas, que, ao vender fiado para os clientes “mais chegados”, anota tudo em seu caderninho. O que não está isenta de conflitos, pois como presenciei, um cliente insistia em dizer que já havia pagado parte da dívida e que ela não tinha dado baixa no caderno.

Quando a “guia” é de bebida ou comida e existe a possibilidade de os clientes se sentarem e irem consumindo ao longo de um tempo, o controle é mais difícil, pois o pagamento é só no final do consumo, mas nem sempre há uma fiscalização precisa. No “mato”, Laura usa da tática de anotar em um caderno – o mesmo em que vende as rifas-, faz um risco para cada produto que sai e conforme é feito o pagamento risca todos para dizer que já está pago. Com Dália, o controle vai variando de venda em venda<sup>32</sup>, ela não possui um controle físico, em

---

<sup>31</sup> Ela conta que o depósito não paga imposto, não recebe pagamento em cartão e não é “qualquer um” que tem acesso, seguranças liberam passagem para os clientes de “confiança” e autorizados.

<sup>32</sup> Esse assunto surgiu em um dia de campo em que estávamos eu e um cliente, que também é ambulante, ela relatou que teve um prejuízo de 2 mil reais ao fechar o balanço do mês, de imediato falamos do controle de venda, mas, segundo

alguns momentos ela trabalha com ficha e pagamento antecipado, como presenciei em campo e também em sua narrativa. Esse controle maior nas vendas é acionado quando o fluxo de clientes é grande, quando muitos clientes querem beber fiado e demoram a pagar, ou quando ela tem quebra no caixa (a quantidade de produto vendido não bate com o valor feito no dia/mês). Mas nem sempre essa é uma tática acionada, muitas vezes o controle fica a cargo dos próprios clientes que informam o que consumiram e a quantidade, alguns clientes separam pelos lacres e/ou latas. No entanto, não é uma forma muito garantida, pois as latas correm pelo chão com o vento, pessoas passam “catando”, ou mesmo ela pega para ir juntando e organizando o ambiente de trabalho.

Dália parte do princípio de que para ganhar dinheiro tem que investir na “guia”, ter som, placa e muitos bancos, para tornar a “guia” visível e atrativa. Dentre as três interlocutoras, ela é a que mais pratica essa gestão, por exemplo, ela “cata”<sup>33</sup> as latas de cerveja e as vende para a reciclagem, e, com o retorno do dinheiro, compra água mineral ou cigarro, fazendo com que esses produtos retornem para a “guia” e aumentem o lucro final. A gestão também é feita a partir da escolha dos locais de venda, não concentrando apenas no trabalho fixo, aproveitando da dinâmica urbana da cidade para trabalhar nas mais variadas festas<sup>34</sup> que ocorrem ao longo do ano e variando nos produtos dependendo de situações do cotidiano, como pude observar recorrentemente junto a diversas trabalhadoras de rua.

De fato, as trabalhadoras mobilizam diferentes táticas para que tenham maiores vendas, seja a variação de produtos conforme a dinâmica da cidade, ou ainda, trabalhar com mais de um produto, como é o caso de Luna que trabalha com bolsa, água e sombrinha na R. Coqueiro da Piedade<sup>35</sup> e, todos os dias conta com um grande fluxo de pessoas que entram e saem da estação da Lapa. Ao conversarmos, contou que havia renovado o estoque de bolsas, mas sabendo que iria chover nos próximos dias aproveitou o dinheiro que havia entrado e comprou sombrinhas, ela conta que nunca fica sem esses três produtos, mas como estava vindo um período de chuva ela comprou em atacado para ter em quantidade e pagar um pouco mais barato.

Situações parecidas foram vistas com as interlocutoras, que agregaram produtos em determinadas estações do ano, como presenciei com Cida em dezembro: próximo da virada do ano, ela renovou algumas folhas e ervas que são mais procuradas, preparou banhos e também

---

ela, o prejuízo se deu no dia em que o “rapa” apareceu e que muitos foram embora sem pagar. Ressaltando a vulnerabilidade a que estão submetidas, sobretudo em relação ao “rapa”.

<sup>33</sup> Assim como ela, outras mulheres também recolhem as latas, guardando em suas “guias” (carrinhos de mercado / prancha) ou em sacos. Lisa no vale das pedrinhas leva todos os dias as latas vendidas no dia anterior para um ponto de reciclagem próximo ao local de trabalho.

<sup>34</sup> Para citar alguns: festas populares de largos, parada LGBT, São João, Carnaval, festival da virada, e também aqueles que ocorrem eventualmente, como manifestações, eventos privados e outros.

<sup>35</sup> R. Coqueiro da Piedade é uma das saídas da Estação da Lapa para Joana Angélica e Av. Sete de Setembro, as duas ruas que concentram maior concentração de trabalhadoras de rua.

comprou alho macho, que serve “*para andar na bolsa, tirar mal olhado, basta um alho macho na carteira para afastar eguns*”<sup>36</sup>; *para comida não serve, é muito amargo. Nessa época de virada de ano o pessoal procura muito*”. Além dessas variações, de acordo com a dinâmica, Cida trabalha com encomendas, com produtos que revende da feira de São Joaquim ou com produtos do Axé<sup>37</sup>, ampliando as possibilidades de venda e de fazer dinheiro.

Já Dália e Tânia trabalharam com a venda de comidas em alguns períodos, principalmente próximo ao e no verão, quando o fluxo de clientes aumenta. Dália, por acompanhar a dinamicidade do trabalho de rua, aciona outros produtos para trabalhar na “guia” e garantir mais vendas, como faz no São João, em que vende capas de chuva no Pelourinho, e, em algumas festas privadas, onde não é permitida a venda de cerveja e/ou há alta concentração do “rapa”. Ela diz: “*é a oportunidade de ganhar um dinheirinho na capa, se a gente trabalha de vendagem*”, reforçando esse lugar da venda e da adaptação que é contínuo, sempre em busca da sobrevivência e de manter a “guia” funcionando e tendo a rotatividade de dinheiro e de produtos.

As táticas também são acionadas no período de Carnaval, momento em que Dália e a família, que trabalha junta no evento, vão se preparando com antecedência e juntando dinheiro para fazer a “guia” do Carnaval. Essas dinâmicas atravessam outras camadas da vida, como a moradia. No início de 2020 ela estava com a casa recém-construída, ainda sem os móveis novos, mas junto com o filho chegaram ao entendimento de que seria melhor esperar para mobiliar a casa depois do Carnaval, pois o dinheiro que tinham iam investir em produtos para a “guia”, e com o retorno do Carnaval teriam até mais dinheiro para arrumar a casa: “*vou trabalhar e com o dinheiro que eu fizer eu vou fazer tudo minhas coisas, vou botar meu vaso, minha pia, armário, vou comprar minhas coisas tudo*”. Essa dinâmica não parece ser uma particularidade de Dália, uma vez que Vanessa Santos, ambulante da Barra, ao responder para o jornal o que significava esse período de carnaval disse:

*“A realização de um sonho, do que eu vou poder comprar, eu não vejo a hora de comprar minha cama, porque eu estou dormindo no colchão e minha cama quebrou e a primeira coisa que eu penso é a minha cama, porque depois de um pau desse aqui você voltar pra casa, fazer a escada e comprar o restante dos livros que estão faltando”.*

Como havíamos dito anteriormente, essas táticas de gestão são acionadas devido à instabilidade existente no trabalho de rua, vivendo do comércio e da venda; cabe a elas todos os dias “correr atrás” das vendas e dos clientes, o que é feito com muita criatividade e

<sup>36</sup> Nas religiões de matrizes africanas o termo “egum” refere-se a alma ou espírito de pessoas falecidas.

<sup>37</sup> Axé é um termo utilizado nas religiões afro-brasileiras, na língua iorubá, significa poder, energia ou a força presente em cada ser ou em cada coisa. Axé é ainda, uma saudação para desejar felicidade e boas energias, assim como usualmente se refere à religião e aos praticantes da religião.

sagacidade para que sua “guia” se torne atrativa, ponto de referência e passe a ter uma movimentação cotidiana.

Percorrendo as ruas do centro identifiquei algumas dessas táticas utilizadas: microfone com radinho para ampliar o alcance, “gritos” de divulgação, faixas e cartazes, enfeites na “guia”, placas, letreiros de LED, som e bancos. Observadas também no anúncio da diversidade de formas de pagamentos, como cartão, dinheiro e pix. Essas táticas são vistas também nas renovações de produtos conforme estação do ano, como São João, Natal, Carnaval, que vão mudando de xadrez, chapéu, pisca-pisca, papai Noel, fantasias e purpurina, para citar alguns, buscando trabalhar conforme as dinâmicas da cidade e as necessidades de clientes.

Por trás das táticas têm a aposta das trabalhadoras de rua na manutenção cotidiana da vida pelo trabalho de rua, na qual se faz muito importante não deixar a “guia” acabar, tanto pelas discussões postas acima, quanto pela preservação e cuidados com a casa, em que o trabalho de rua e a casa mantêm relações estreitas, de dependência e retroalimentação, para que continuem existindo, e para tanto, acionam as redes de relações e dinâmicas familiares.

### Casa-rua<sup>38</sup>

*“Se eu ficar em casa eu não consigo nada. Na rua eu converso com uma pessoa, com outra, eu arrumo um cliente. Então eu não posso ficar em casa, é pior. Gasta o que não tem. Você gasta o que não tem. Nessa pandemia eu fiquei quase 5 meses dentro de casa, eu gastei muito. Ainda mais que minha filha tá desempregada e tudo. E comprando fiado também. Vou ficar passando fome? Às vezes precisa de um café, açúcar, farinha. Até a minha filha conseguir se estabilizar, aí as coisas vão melhorar” (Cida).*

A dobra casa-rua tem duas dimensões importantes para a gestão da vida cotidiana das mulheres, trabalhadoras de rua, como é evidenciado por Cida, quando questionada sobre o que significava trabalhar na rua para ela. Respondeu que significa a possibilidade de algo acontecer: uma venda, um novo cliente, a manutenção de relações, sendo mais importante essa presença na rua do que em casa, pois em casa não se tem nada, ao contrário, usa-se e gasta-se o que não tem. Diferente das outras duas interlocutoras, Cida apresenta uma dependência maior da rua em busca de melhores condições de vida e usa de táticas no seu cotidiano para tirar proveito disso: a presença na rua, a mesma rua em que ela convive e trabalha há mais de 40 anos, proporciona muitas trocas - é um papo, um favor, uma ajuda, ela não perde a oportunidade de fazer um pedido às pessoas que a conhecem. Em campo pude presenciar “muitos ganhos” vindos de pessoas conhecidas e próximas a ela: banana cozida, garrafa de água, coco, dinheiro, jornal,

<sup>38</sup> Casa-rua não é pensado aqui como oposição, sendo necessário a superação dessas oposições e dicotomias como enfatiza Agier (2011) e como introduzimos acima. Pensamos casa-rua em relação, em movimento e em interação.

café, bolacha, marmitta, pão. Situações que reafirmam a necessidade de estar na rua, sendo que essas relações e ganhos reforçam sua presença nesse espaço.

Essa relação casa-rua ficou ainda mais evidente durante a pandemia, em que as trabalhadoras foram obrigadas a deixar a rua para ficar dentro das casas. Como evidenciado acima por Cida, estar em casa é pior, “*gasta o que não tem*”, assim como não permite ganhos financeiros, já que é a presença na rua que faz essa economia se movimentar. A rua, que para muitas trabalhadoras é a casa – como abordei no capítulo “*redes de relações e política da rua*” – sentiram os efeitos da devastadora pandemia. Algumas trabalhadoras não deixaram a rua, mesmo nos momentos mais alarmantes da pandemia, não somente pela ligação e sentido que a rua dispõe para elas, mas sobretudo pela necessidade extrema de ‘levar dinheiro para casa’. Trabalhadoras que vivem de aluguel, que não tinha nenhuma reserva para situações como essa – diferente de Dália e Tânia, que tendo uma maior estabilidade econômica, por um tempo ‘seguraram as pontas’ com as economias guardadas -, que não têm as redes de apoio ou familiares para amenizar os efeitos, dependendo exclusivamente delas para ‘levar a comida para casa’, mesmo correndo os riscos dessa presença na rua. Os ganhos diários não eram uma certeza, visto que a dinâmica urbana e os fluxos de pessoas e dinheiro foram profundamente afetados pela pandemia, sobretudo nos seus primeiros meses, mas, ainda assim, seguiam com suas “guias” para a rua.

A dobra casa-rua que mobilizo aqui não busca fazer referência a recorrente dicotomia público/privado. A entendemos não como oposição, e sim como relação, com dinâmicas que se retroalimentam pela presença continuada das mulheres nesses dois espaços, reforçando que essa dobra e os trânsitos das trabalhadoras desmistificam a ideia da ‘mulher do lar’, do ambiente privado, doméstico e reservado, apartado da rua, do espaço público e da cidade, e evidenciam as mulheres como mediadoras destes espaços. Contudo, “perpetua-se a ideia de que essas esferas são suficientemente separadas, e suficientemente diferentes, a ponto de o público ou o político poderem ser discutidos de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal”. (OKIN, 2008, p.305).

A autora, ao discorrer acerca do gênero, faz sua reflexão ancorada na teoria política acerca do público e do privado, e assim, vai afirmar que, mesmo frente aos avanços teóricos das produções feministas acerca destas discussões, grande parte da teoria política insiste, ainda hoje, em permanecer afirmando a velha dicotomia público/privado, ou como ela sugere, público/doméstico. Os estudos feministas ressaltam que, desde o século XVII, os princípios do liberalismo têm defendido os direitos políticos e privados como direitos dos indivíduos, contudo estes indivíduos, corporificados, são definidos como “adultos, chefes de família masculino” e

acrescentamos aqui brancos, pois são estes que gozam do privilégio e da liberdade enquanto “sujeitos livres”.

A autora apresenta, ainda, que a defesa de uma esfera privada vem sendo argumentada pela necessidade de um “escape” das tensões do “mundo público”, mas, enganam-se que esta afirmação se aplica tanto aos homens quanto às mulheres, pois, grande parte das mulheres não encontrarão essa privacidade no âmbito doméstico, devido aos papéis que ali desempenham:

Tenham ou não papéis não-domésticos, esperasse muito mais delas, em geral, em seus papéis de mães e de responsáveis pela família, do que se espera dos homens em seus papéis familiares. Isso é evidenciado pelo fato de que homens que têm sucesso na vida pública são frequentemente desculpados por negligenciar suas famílias, enquanto as mulheres, na mesma situação, não o são. (OKIN, 2008, p. 325-326)

A rua é entendida aqui como esse espaço aberto, público – mesmo que em algumas situações até possa ser pensado como privado, por terem alguns “donos” -, central no pulsar da vida urbana, que desempenha forte importância enquanto local do acontecimento, da prática do trabalho, das trocas e da formação de redes, assim como das sociabilidades, mas que também apresenta tensões, conflitos e disputas. As narrativas das interlocutoras reforçam o lugar da “rua como espaço de desigualdades, de criatividade, de oscilação entre a casa e a rua, de resistência” (FREHSE, 2013, p.2).

A relação entre casa e rua também se faz presente nos aspectos de mobilidade urbana, em que a proximidade da casa ao local de trabalho é uma dimensão importante nas escolhas tomadas pelas mulheres, uma vez que, como visto, elas necessitam articular as atividades do trabalho de rua com o trabalho de cuidado que também desenvolvem, como se evidencia na pesquisa do Observatório das Metrópoles (2019, p 20), no contexto do Rio de Janeiro:

É interessante notar que o acesso a mobilidade, a proximidade do local de moradia e o conseqüente menor gasto de tempo no deslocamento até o local de trabalho, parece ser mais importante para a decisão das mulheres em trabalhar nas ruas do centro do que para os homens, muito provavelmente em razão da responsabilidade com o cuidado dos filhos e com a reprodução social das unidades domésticas. O que pode explicar o grande percentual de mulheres, 73,4%, que tinham que despender até uma hora para chegar ao trabalho, enquanto que entre os homens este percentual era significativamente menor, 64,4% necessitavam do mesmo tempo. Muito provavelmente pelas mesmas razões, as mulheres camelôs vão trabalhar menos dias de semana do que os homens camelôs.

Nesse sentido, a casa torna-se central na relação com o trabalho, seja pelo deslocamento, seja na conciliação com as demais atividades domésticas, no transporte das “guias”, no armazenamento das mercadorias, ou mesmo no seu preparo, podendo ser vistas como dimensões indissociáveis, estão sempre em relação. A noção de casa<sup>39</sup> que mobilizo aqui está

<sup>39</sup> No que diz respeito às casas, grande parte das reflexões se concentram na tradição antropológica, com estudos sobre parentesco e família, trazem abordagens analíticas voltadas à relacionalidade e aos processos. As autoras Eugênia Motta

em diálogo com Marcelin (1999), Hita (2014), Rosa (2015); Motta (2016); Silva (2017a), Pinho (2019)<sup>40</sup> que compreendem a casa como espaço material, físico e geográfico, mas também simbólico e social, considerando a casa uma “extensão da pessoa” (BORGES, 2013; HITA, 2014), levando em conta que ela é um elemento importante para compreender as relações sociais na cidade (ROSA, 2015; MOTTA, 2016), sobretudo articulada à dimensão de gênero e à prática do trabalho de rua.

Dessa perspectiva, as casas populares são dinâmicas, têm movimento, passam por transformações, são locais de afeto, mas também de conflito, não são unidades isoladas<sup>41</sup>, estão a todo tempo em relação, em “configurações de casas” (MARCELIN, 1999). Ela é ainda espaço produtivo, em que as práticas econômicas não são dimensões apartadas da vida (MOTTA, 2016). No caso das interlocutoras da pesquisa, a relação entre casa e trabalho se faz presente na preparação de alimentos para venda, no depósito para armazenamento da mercadoria, na casa como local de negociação do trabalho ou venda de produtos, entre outros arranjos. Está aí a importância que Eugênia Motta (2016), em referência a Woortman (1980)<sup>42</sup>, ressalta ao afirmar que, para compreender a questão da moradia no país, se faz necessário compreendê-la para além de um espaço de abrigo, mas considerando suas relações e articulações quanto à família e ao trabalho, pois como bem enfatiza Rosa (2019, p. 734):

[...] a busca por moradia emerge nas trajetórias como foco principal, entre minhas interlocutoras, dentre as táticas de persistência na vida, condição que antecede até mesmo a busca por trabalho, porque considerada primordial para poder, inclusive, trabalhar.

A possibilidade de ter uma casa própria articula-se com o trabalho de rua no sentido de garantir alguma estabilidade frente às suas próprias instabilidades – como ficou evidente com a pandemia -, uma vez que não se tem a obrigatoriedade de pagar aluguel, o que comprometeria parte significativa dos rendimentos, ou mesmo promovendo uma tranquilidade maior nos períodos em que as vendas não são tão boas, pois, como diz Cida: “*o aluguel come no prato com a gente, eu pago hoje, amanhã já estou devendo*”. A casa funciona também como suporte para as mulheres que trabalham com comida, como era o caso de Dália, quando vendia amendoim cozido em que o preparo era feito todo em casa. Ela conta que colocava o “panelão”

---

(2016) e Maria Gabriela Hita (2014) abordam as várias perspectivas relativas a esses temas trazidas pelos autores Lévi-Strauss (1984); Marcelin, 1999; Carsten e Hugh-Jones (1995).

<sup>40</sup> Apesar das diferentes abordagens e usos que cada uma das autoras vai adotar, elas contribuíram para um entendimento bibliográfico relativo à noção de casa, as diferentes formas de análise e uso da noção na pesquisa; assim, a partir desse repertório também faço um exercício de pensar a casa em diálogo com as interlocutoras e a partir das significações que elas empregam.

<sup>41</sup> Em Salvador, em particular, na qual grande parte da cidade é autoconstruída (GORDILHO-SOUZA, 2008), é frequente se observar casas de 3, 4 ou mais andares, compostas por pessoas da mesma família ou não, na configuração espacial se conectam, sejam pelos espaços de acesso, quintal, becos, escadas, entre outras.

<sup>42</sup> WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. Anuário Antropológico, v. 80, p. 119-150, 1980.

para fora de casa, “no beco”, já nas primeiras horas da manhã e era ali que preparava a mercadoria, cozinhava, embalava, para só depois ir para a rua vender.

Essa relação da casa com o trabalho, parte das experiências das interlocutoras, todas atualmente com casa própria, e, em alguns casos, mais de uma casa<sup>43</sup>. Hoje, em função de não precisarem mais pagar aluguel, Dália e Tânia podem escolher ter maior flexibilidade quanto à rotina de trabalho: *“porque agora eu só trabalho dois dias, né?” (Dália); “Eu só tenho dois gatos para dar comida, então eu não preciso, né, (risos), eu não vou ficar me matando mais, né não?” (Tânia)*. Ter uma casa possibilita que Cida permaneça apenas com sua “guia” tradicional de folha e ervas, um produto que, nos dias de hoje, não tem grande procura, resultando em um rendimento bem menor no final do mês, se comparado a produtos mais procurados no mercado, ou mesmo a bebida. Ter a casa, é um lugar de “tranquilidade” e maior “sossego”, como diz Dália: *“Ai minha filha, minha vida... é tanta coisa que eu já passei. Mas venci. Hoje eu estou no paraíso. Por que a pior coisa é você morar de aluguel, você trabalha, trabalha, quando acaba de pagar um, já tem o outro”*.

Entretanto, a fixação e a casa própria não garantem necessariamente a eliminação das diferentes dimensões de vulnerabilidades vivida pelas mulheres das “margens”, como evidenciou Rosa (2014; 2019, p. 729) em sua pesquisa: “trazendo à tona uma miríade de outros trânsitos socioespaciais para além daqueles atrelados ao acesso à moradia, cujos efeitos desestabilizariam, inclusive, tal fixação, conquistada a duras penas”.

A casa, assim como a rua, podem ainda ser pensadas como espaços místicos, com significados que extrapolam as definições acadêmicos, como no caso de Cida, para quem a forma de se relacionar com a casa, suas configurações, estruturas, leva em conta toda uma subjetividade, ancorada em uma religiosidade que produz modos e sentidos outros de morar e habitar<sup>44</sup>. A rua, vista para além do espaço de circulação, pode ser lida por outras chaves, como a do cotidiano e do sagrado, da experiência e vivência, e mesmo, cosmológica e mística: “as ruas são de Exu<sup>45</sup> em dias de festa e feira, dos malandros e pombagiras quando os homens e mulheres vadeiam e dos Ibêjis quando as crianças brincam” (SIMAS, 2020, p. 09); a rua é de

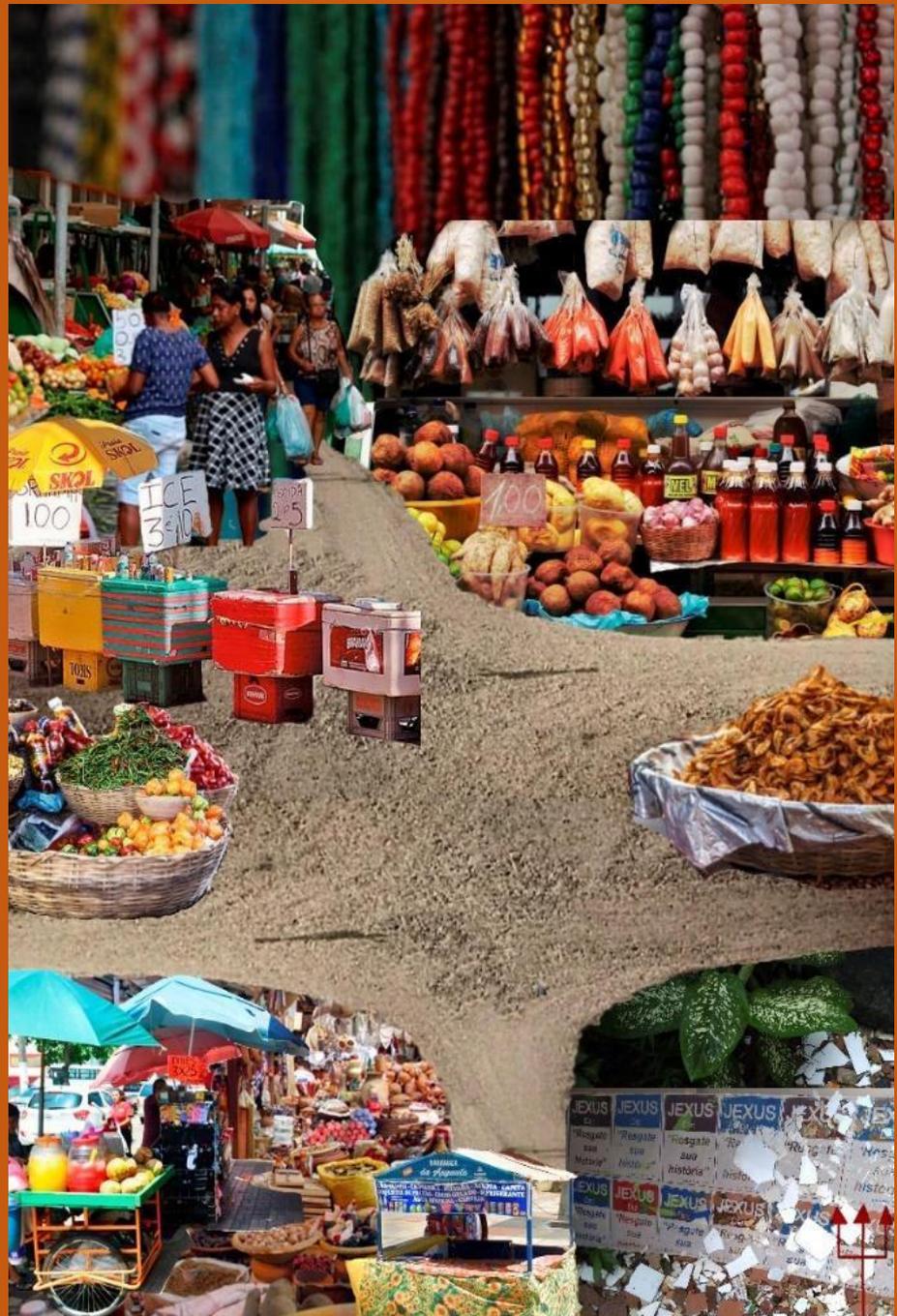
<sup>43</sup> As três interlocutoras têm mais de uma casa, sendo que Dália tem três – ganhou uma pelo programa Minha casa minha vida (MCMV). A segunda casa é destinada para a moradia das filhas, só não a casa de Cida, pois se encontra em outro município, a 50km de Salvador, e Cida tem o desejo de construir seu terreiro no local. A presença/localização da casa foi espacializada na imagem 10.

<sup>44</sup> Alguns apontamentos trazidos por ela ao longo da pesquisa de campo tratam das energias que podem ser levadas para dentro da casa, dos cuidados da casa com limpezas com folhas, rituais em dias específicos, como ano novo, finados; o habitar e a religiosidade estão profundamente entrelaçados em muitas das narrativas apreendidas em campo.

<sup>45</sup> Nas palavras de Simas (2020a; 2020b, p. 72), Exu é o morador das encruzilhadas (lugar onde as ruas se encontram e os corpos da cidade circulam), lugar onde não há fixidez, ele vive no riscado, na brecha, na casca da lima, ele é o mensageiro entre o visível e o invisível, é dinamização, transformação e mobilidade. Ele é chegado aos fuzuês da rua. “O papel primordial desempenhado por Exu nas nossas vidas: conceder movimento, saúde física e mental, capacidade de adaptação para lidar com o inesperado e, sobretudo, alegria para chegar ao fim do desfile ciente da missão cumprida”.

Exu, Exu é orixá, é dono dos caminhos, é o povo da rua, é quem dita a vida nas/das ruas (PORTELA, 2007; 2014).

Imagem 25: Dono dos mercados, das ruas e encruzilhadas, Laroye exu.



Fonte: Google imagens; fotos de campo- Colagem: Elaboração da autora

A experiência da rua para Cida é atravessada por esses saberes, mistérios, ensinamentos, e divindades, invisíveis para algumas, mas muito presente para outras. É exu e suas proteções que Cida chama ao sair de casa: *“quando eu saio de casa, ainda tá escuro, eu peço a Deus e aos Orixás para me protegerem e dar forças para eu trabalhar”* (Cida).

Nos significados e complexidades que a rua representa, sobretudo na cidade de Salvador, Carolina Fonseca (2008, p. 12), ao entrevistar baianas de acarajé, apresenta a narrativa delas acerca da rua e do seu local de trabalho:

Olhe, a rua ela tem o seu dono, quer dizer você pode não estar entendendo o que eu tô falando, mas na minha religião a rua tem dono... na minha religião tem...tem um escravo que pertence aquela rua, aquele local, cada pedaço tem seu nome, dos seus escravos e aqui o meu pedaço tem o meu escravo aqui sim... Ele cuida do meu pedaço, que é o meu ponto, é o que ele tem que toma conta, o resto que acontece daqui pra lá ele não tem nada a ver, o que acontece daqui pra cá ele não tem nada a ver, ele tem a ver comigo ... que a mim ele me pertence então quem toma conta dá conta, então é o caso dele. Seu Tranca Rua. Aqui tem um pedaço de mim e um pedaço do Tranca Rua junto, e ai dele que não tome conta certo [Tina].

As possibilidades nas ruas não são as mesmas para todas que nela estão, a dinâmica urbana, a rua, o local onde a “guia” está, o tipo de produto comercializado são fatores que podem mudar as experiências de trabalho: muitas foram as vezes que estive em campo e que Cida vendeu uma ou nenhuma folha; indignada, falou logo quando cheguei: *“O movimento tá fraco, ontem vendi três reais. Imagina? Três reais é dinheiro? o que se faz com três reais?”*. Às vezes, logo em seguida, ressignifica dizendo da importância de estar na rua, mas, em outros momentos, também fala em deixar a rua.

Com Dália o processo é inverso, evidenciando as várias facetas do trabalho de rua: ela trabalha só dois dias na semana e, morando próximo ao local de trabalho, ela fala que se quiser fazer dinheiro é só ir na Lapa: *“Ali ó, eu poderia botar uma “guia”, eu tô com cerveja empedrada aí ó, botar no carrinho aí e chegar ali na Lapa, não vende muito, mas duzentos, trezentos, quatrocentos reais vende. Porque eu tenho um ‘bucado’ de freguês, boto o radinho ali, boto ali, ó”*. Mas essa narrativa de Dália não é fixa, vai se transformando, assim como o trabalho de rua, variando conforme as situações cotidianas, as experiências de trabalho, as dinâmicas urbanas, e a entrada de dinheiro.

Dinâmicas que interferem diretamente na relação com a casa, como ficou evidente durante a pandemia, em que os ganhos diários interferem nas dinâmicas dentro de casa e, também, pessoais, como a possibilidade de comprar mais coisas para casa, ter dinheiro para gastar consigo, pois, quando não entra dinheiro, ou entra menos do que o esperado, é necessário abrir mão de coisas, muitas vezes básicas, para manter a “guia” em funcionando, nem que para isso, seja acionado as relações de vizinhança, como a compra “fiado” dita por Cida.

A casa e a rua, como visto, são duas dimensões importantes na vida das mulheres que trabalham na rua, importantes até mesmo para o funcionamento e a manutenção de ambas, desempenhando relações de interdependência. A casa proporciona maior estabilidade, base para o funcionamento do trabalho na rua, como local de preparo e armazenamento da mercadoria; a rua, como local de trabalho, possibilita a manutenção da casa e, sobretudo, a manutenção da vida. Nessa relação, a conquista da casa, da sua construção e/ou preservação, no caso das interlocutoras, foi possível a partir da rua, do trabalho de rua, questões às quais nos debruçaremos na próxima seção: os processos de moradia, construção e criação da casa-depósito, da casa-andar e da casa-terreiro, onde moram hoje.

### Casa-trabalho-corpo;

A casa, enquanto materialidade, esteve presente em vários momentos da pesquisa de campo, estabelecendo fortes relações com o trabalho de rua, decorrentes dos processos de moradia vividos pelas interlocutoras, os percursos habitacionais, as dificuldades e disputas para construir as casas, os deslocamentos para trabalhar na rua, a casa como suporte para se trabalhar na rua, como local de armazenamento, de preparo de comida, entre outras, sendo sempre reforçada pela felicidade de terem conquistado a casa a partir do trabalho de rua. A conquista de uma casa, seja a partir da construção, compra, ou “ganho” por projetos habitacionais, é muito representativa e valorizada, sobretudo para as mulheres das “margens”:

No caso de moradores de favelas, como vimos, a casa é, antes de mais nada, em si um objetivo a ser alcançado, que condensa uma série de significados sociais – noções de respeito e respeitabilidade, a observação do direito à moradia, o estigma atrelado à sua localização e o cuidado diário requerido pela reprodução social. (CAVALCANTI, 2004, p. 87)

Ao falar da relação casa-trabalho-corpo, interseccionada com os marcadores sociais que operam na sociedade brasileira, não posso deixar de falar dos espaços de moradia ocupados por pobres e negras, condições que historicamente vem sendo experienciadas por estes grupos, dos quais as interlocutoras desta pesquisa fazem parte. Lélia Gonzalez (1982), no livro “lugar de negro”, já alertava acerca da divisão racial que opera no espaço urbano, apontando que desde os tempos da colonização há uma evidente separação entre os espaços ocupados por “dominadores e dominados”.

Imagem 26: Salvador, cidade-margem, desigualdades, diferenças e sobreposições



Fonte: Fotos: google imagens, de campo e do acervo Pierre Verger - Montagem: Elaboração da autora

Em Salvador, cidade mais negra fora da África (NASCIMENTO, 2016), essa separação é gritante, tanto física quanto socialmente, presente na materialização da cidade, suas construções, separações, desigualdades; o não acesso à moradia, condições insalubres, famílias inteiras morando na rua. Situação que se intensificou mais fortemente com os efeitos da pandemia do Covid-19.

Retomando o que Gonzalez (1982) traz, os espaços privilegiados da cidade são habitados pela racialidade branca, demarcados por moradias amplas, espaçosas e protegidas por policiamento. São representados historicamente pela “casa grande” e pelos sobrados e, atualmente, configuram-se em “belos” edifícios, residências e condomínios. Em oposição, encontra-se o lugar do negro, dominado, que sai da senzala para as favelas, cortiços, porões, invasões e conjuntos habitacionais. Como afirma a autora, a divisão racial do espaço permanece mantendo seus fundamentos - desde o período colonial até o presente momento. Ao falar do “lugar negro” na cidade, é possível voltar para a lei de terras de 1850, - que já abordei em “ocupação e disputa” - pois sendo este um marcador de propriedade, criou-se (ou permaneceu afirmando) uma divisão no acesso e no direito à terra entre brancos e negros no Brasil (PATERNIANI, 2019). Tornando-se, desde então, um impasse no acesso à terra, e também à moradia.

Paterniani (2019) propõe pensar em “casas negras” na cidade de São Paulo: cortiços, quilombos, conjuntos habitacionais; lugares estes destinados às vidas negras, que, como afirma Gonzalez (1982), são alvos de constantes ataques, sofrendo depreciação, intervenção e destruição, pela branquidade do Estado e, em grande medida, também da academia. São políticas de banimento racial como apresenta Ananya Roy (2020), ou, como já mobilizamos, políticas anti-negritude (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, ROSA, 2020), com justificativas de políticas sanitárias e de higiene, que, no fundo, reforçam a propagação do racismo na tentativa de exterminalização de corpos e vidas negras.

A casa é um direito básico de cidadania, como enfatiza Cavalcanti (2004), segundo a qual a centralidade que a casa representa para a família nuclear não é uma particularidade exclusiva da favela e das “margens”, mas é própria da sociedade capitalista ocidental. A partir das reflexões propostas nesta dissertação, podemos acrescentar que a casa configura uma centralidade na vida das mulheres, como busco evidenciar.

No decorrer da pesquisa não cheguei a entrar no universo físico das casas das três interlocutoras, a frequentá-las; por mais que tivesse sido um desejo inicial da pesquisa e tenha recebido convites para tal, pude conhecer/frequentar apenas a casa de Dália, mas apenas no período inicial do campo, quando ainda não havia a pandemia. Sendo assim, é a partir das trajetórias e narrativas que se evidencia um outro lugar e relação da casa na vida das interlocutoras muito além da materialidade e/ou enquanto local de morada ou repouso, pois guardam relações profundas com essas mulheres que as fizeram e as habitam, permeando suas histórias e processos de vida, firmando marcas, alimentando desejos, cruzando cotidiano, trabalho, religiosidade, família e ancestralidade. Dimensões da vida e do cotidiano se materializam e se emaranham nessa relação casa-trabalho-corpo, pois como afirma Borges (2013, p. 218) as casas “estão por ser conhecidas, tal como as pessoas que nelas habitam”.

Os processos de moradia vividos pelas interlocutoras transitaram entre casas de aluguel, casa “de família”, ocupações de terrenos e edifícios e, atualmente, moram em casas autoconstruídas, em territórios populares e negros, sendo alguns mais centrais e outros periféricos. Para elas, a casa tem significados bem mais amplos do que a junção de paredes, chão e teto. A casa é a conquista que tanto almejam alcançar, trata-se da realização de um “sonho”<sup>46</sup>, concretizado a partir de longos anos no trabalho de rua, vivendo das mais adversas situações, das mais humilhantes e difíceis, extensas horas de jornadas de trabalho, situações

---

<sup>46</sup> O sonho é uma mobilização feita pelas próprias interlocutoras, mas ele carrega consigo todos os processos e experiências de vida vividos por elas: morar na rua, morar em “invasão”, perder a casa, migrar em busca de melhores condições. A vida delas foi feita em grande parte de trânsitos e de muita luta: pela sobrevivência, criação dos filhos, poderem se manter do trabalho de rua. Então ter a casa representa melhores condições de vida diante das adversidades vividas por elas.

precárias, expostas ao sol e à chuva, do cotidiano do “rapa” e das intervenções, não se limitando apenas aos aspectos ruins, mas a cada ganho e “peça” da casa que era feita, a força de continuar lutando, trabalhando e construindo a casa preenchia de sentido o desejo de continuar.

Nesses processos, permeado por ambiguidades, contradições, tensões, momentos de felicidade e outros tantos de sofrimento e tristeza, o trabalho de rua possibilitou a algumas delas que tivessem mais de uma casa, destinando esta segunda aos filhos; no caso de Cida, ter essa segunda casa significa a possibilidade de alcançar mais um de seus anseios, no futuro, que é a construção do terreiro de candomblé em um local maior e mais próximo da natureza.

Os processos de moradia vividos pelas interlocutoras evidenciam uma dimensão importante na constituição e construção das casas. O “*sonho*” - seguido da luta - de ter a casa própria diz respeito à insegurança da posse que assombra sobretudo as mulheres - e ainda mais as negras -, bem como às consequências em suas vidas. Dália “*viveu na pele*” estas consequências, ao se separar e “*não ter para onde ir*”, “*não ter onde morar*” – como grande parte das mulheres vítimas da violência patrimonial<sup>47</sup>; ou quando sofreu violências domésticas, até que conseguisse sair e se libertar desta relação; ou ainda, ao sofrer constantes despejos, até conseguir fixar sua moradia no centro e ir construindo a casa, aos poucos. Mas, sendo uma casa autoconstruída, sem titulação, ou como ela diz “*sem documento*”, “*casa de invasão*”, a insegurança relativa à posse caminha sempre consigo.

A insegurança da posse<sup>48</sup> é tipicamente feminina, e talvez possamos dizer que é também negra, por considerar que a concentração fundiária e de renda no país se dá por pessoas brancas, em particular homens. Essa dimensão afeta também o acesso ao “mercado formal de trabalho”, uma vez que a inexistência da posse abarca consigo muitos estigmas e preconceitos, que acabam por excluir e/ou diminuir as oportunidades para estas mulheres. A ausência de titulação reflete, portanto, em perdas, constrangimentos e a impossibilidade de comprovar residência, receber correspondência, ter acesso a crédito em bancos e lojas, e poder exigir mandatos policiais para entrar em sua residência (ZARIAS, FERREIRA, QUEIROZ, 2012). Em alguns casos, reflete até na impossibilidade de criar os filhos, como pontua Rosa (2015). Muitos são os casos, ao redor do mundo, das limitações de acesso à terra por mulheres, presentes em leis tradicionalistas:

<sup>47</sup> A violência patrimonial é decorrente da violência doméstica e familiar, uma das violências de gênero, que se refere a violação dos direitos de propriedade das mulheres. (VALE, 2016)

<sup>48</sup> Raquel Rolnik, arquiteta e urbanista, foi relatora da ONU, referente ao Direito à Moradia Adequada, com discussões acerca da segurança da posse. Chegou a criar um site que concentra documentos e discussões (<http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/>) e várias cartilhas referentes ao tema: [https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/12/guia-mulheres-pt\\_ok.pdf](https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/12/guia-mulheres-pt_ok.pdf) [http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/wpcontent/uploads/2014/04/guidelines\\_PT\\_DUPLAS.pdf](http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/wpcontent/uploads/2014/04/guidelines_PT_DUPLAS.pdf)

restrições à aquisição de herança fundiária e consequente despejos das mulheres com seus filhos após a morte de seus pais ou maridos; impedimento ao direito legal à propriedade, mesmo em caso de divórcio ou abandono pelo marido; inviabilização da participação das esposas no que tange à venda da terra, caso elas discordem com a negociação; e ainda, como em tantos outros casos, mesmo quando as mulheres têm a possibilidade legal de posse, seu poder de decisão sobre a terra pode ser atrofiado pelos costumes patriarcais dominantes. (SILVA, 2017c, p. 11/12)

No Brasil, e em outros países da América Latina, os sistemas jurídicos reconhecem o homem como o pertencente ‘natural’ do direito à propriedade, pois dá a ele o lugar de “chefe de família”, bem como o poder sobre a posse e a propriedade. Nos últimos anos, tem-se algumas mudanças que passaram a levar em conta a garantia do direito de posse às mulheres, como no programa habitacional “Minha casa, minha vida” (CAMPOS, 2019), e o novo programa, casa verde amarela, em que a propriedade ficará sob posse das mulheres em casos de separação, divórcio ou dissolução de união estável. A garantia da moradia, digna e de qualidade, caracteriza muito mais que a efetivação de um direito social, ela representa acesso a vários outros direitos básicos, e, sobretudo, à cidade.

\*

Refletir sobre a relação entre trabalho de rua e moradia não era, como dito, um objetivo previsto inicialmente pela pesquisa. Foi a partir do campo que tal reflexão se impôs. Nesse sentido, as denominações de casa-depósito, casa-andar e casa-terreiro são nomeações vindas do campo, apoiadas nas narrativas das interlocutoras, que, ao se referirem às casas<sup>49</sup>, suas formas de organização, relações, as presenças e elementos ali existentes, ressaltaram tais denominações; a casa-depósito se dá pelo depósito particular de Dália, onde guarda sua “guia”, seus instrumentos e trabalho – e também os dos filhos – e faz seu estoque de mercadoria; a casa-andar é assim denominada pela forma da casa, em que Tânia enfatizou diversas vezes que mora “em uma casa de três andares”; e por fim, a casa-terreiro de Cida, por ela ser mãe-de-santo e concentrar esses dois espaços juntos, a casa e o terreiro.

As casas das interlocutoras se evidenciaram enquanto “configurações das casas” (MARCELIN, 1999; MOTTA, 2016), seja na relação das casas, respectivamente, com o depósito, os andares e o terreiro, constituintes das mesmas, mas, também, na relação com outras casas. Estas três casas têm estreitas relações com o trabalho de rua.; são casas que extrapolam as noções convencionais, que não estão apenas associadas com as relações familiares, ou com

<sup>49</sup> A casa-depósito e a casa-terreiro foram as que mais me aproximei a partir das interlocuções com as mulheres, sendo que a casa-depósito cheguei a frequentar algumas vezes, sobretudo antes da pandemia. Essas diferentes aproximações se evidenciam na diferença da densidade narrativa em comparação à casa-andar, explicitando as relações entre as possibilidades (e impossibilidades) da pesquisa, e a escrita da dissertação.

o mundo doméstico, como normalmente são vistas, são permeadas de relações e significados, ampliando também – como já discutido acima – os universos “públicos e privados”.

### Casa-depósito

*“Eu sempre botei na minha cabeça, um dia eu vou ter uma casa, um dia eu vou ter uma casa no centro, aí eu peguei e fiz essa casa”.*  
(Dália)

Por muito tempo este foi o desejo de Dália, que trabalhava na estação da Lapa e morava em Cajazeiras - a 25 km de distância! -, encarando diariamente longas horas de deslocamentos cotidianos: *“quando eu chegava em casa era umas nove horas da noite, que tinha que pegar o carro [ônibus] pra ir para Cajazeiras, Cajazeiras era longe.”*<sup>50</sup>. A vontade de morar no centro e estar próxima a serviços, infraestrutura e usufruir da dinâmica urbana ali existente tinha forte relação com poder morar perto do local de trabalho. Sua narrativa fala de um momento presente, início dos anos 2000, mas antes de se aproximar do centro e despertar esse desejo de ali morar, passou por vários outros processos de moradia.

Sua primeira moradia foi em “casa de família”, quando ainda adolescente. Não ficou tanto tempo e logo “se juntou” com o namorado, que se tornou marido. Após 7 anos se separam, Dália tinha por volta de 18 anos de idade, sem alternativas de trabalho nem de moradia, foi morar na rua com a filha, ainda criança, onde permaneceu por pouco tempo, mas o suficiente para *“aprender muito sobre a vida e a cidade”*. Nesse período morou em Águas Claras<sup>51</sup>, mas nos seus processos de moradia, morou também na rua, no viaduto da Fonte Nova. Ela conta que, na rua teve que *“se virar”* e aprender a sobreviver na prática frente às adversidades da vida. Conta que muita coisa aprendeu na rua, em especial a trabalhar e fazer dinheiro a partir desse espaço, seja pela reciclagem, venda de produtos ou pedindo.

Dália não sabe ao certo quanto tempo permaneceu morando na rua, mas diz que foi pouco, pois logo apareceu seu *“anjo da guarda”*, como ela chama o homem que a ajudou a sair da rua.

*Aleida: Como é que você chegou na obra?*

*Dália: porque eu estava na rua com ela [a filha] dormindo, lá na ponte de Águas Claras.*

*Aleida: Mas então você morou em Águas Claras e aqui na Fonte Nova?*

*Dália: Sim, em Águas Claras eu morei 8 meses, aí ele passava todo dia e via eu lá. Aí eu pegava e ele via todo dia eu fazendo fogo de lenha de manhã para eu fazer a*

<sup>50</sup> Essa relação de que Cajazeiras “era longe de tudo”, é algo enfatizado por Dália e Tânia, ao contarem que, por volta do final da década de 1980 e início da década de 1990, a cidade não contava com conexões de transporte, metrô, avenidas que proporcionassem acessos mais rápidos, tornando assim, na época, as viagens mais longas e distantes. Na imagem 1 é possível ver a distância entre moradia e trabalho, que as interlocutoras narram.

<sup>51</sup> Águas Claras é um bairro popular e negro de Salvador, fica próximo ao limite do município, a noroeste, às margens da BR-324.

*comida para ela. Aí foi assim, nem café não tinha. Ele passou para ir para obra, na Boca da Mata, e perguntou 'ô menina, por que você está aqui'? eu disse 'porque meu marido me botou na rua'. Aí ele disse 'ôi, eu vou trabalhar e quando eu voltar eu vou alugar uma casa para você, você vai vender comida na porta da obra'. Aí fui aprender.*

*(encontro de pesquisa 24.02.2021)*

A proposta deste homem foi que ela trabalhasse vendendo comida na obra que ele coordenava, *“ele era empreiteiro, empreiteiro tem a função dele”*; em contrapartida alugaria uma casa para que ela pudesse morar com a filha e preparar a comida. O acordo era que ele iria pagar os 8 primeiros aluguéis e, conforme ela fosse ganhando dinheiro, ela retornaria o dinheiro do empréstimo e assumiria o aluguel sozinha, mas ela contou que nem precisou de todo este tempo, *“com 3 meses eu já sabia como era vendagem”*. Quando perguntei se ela já tinha o dinheiro para pagar o aluguel, ela respondeu: *“Oxe, pra pagar casa, para sair para beber, pra sair para comer, aí comecei a galinhar, namorar com os caras da obra”*. E foi a partir da venda de comida em porta de obra que começaram novos processos de trabalho e de moradia em sua vida.

O empreiteiro, ou como ela chama, “anjo da guarda”, alugou uma casa no mesmo bairro em que ela morava, em Águas Claras, o aluguel era 300 reais, a *“vendagem”* na obra era assim: ela cozinhava em casa e ele mandava um carro todo os dias para buscá-la e às panelas de comida. A venda de comida era no prato, atendia todos os trabalhadores da obra, mas só recebia o dinheiro na data de pagamento, que normalmente era semanal, antes disso ficava a cargo dela registrar cada prato que saía para depois fazer a cobrança, *“era na lista, eu já ia no nome, ‘qual é seu nome?’ trabalha com quem?”*.

Quando a obra estava acabando, ela passou a trabalhar como ambulante na Estação do ENE (atual estação Pirajá), próximo ao local de moradia, mas, com o passar do tempo, manter o aluguel ficou insustentável, e foi aí que morou na primeira *“invasão”*<sup>52</sup>, aos 20 anos de idade. Era por volta da década de 1980, e ela passava de ônibus, todos os dias, na frente da *“invasão”* que estava se formando no bairro de Cajazeiras, quando ia vender comida na porta da obra; com as dificuldades em continuar pagando aluguel, conseguiu um espaço para que também pudesse morar lá. Foi na obra onde trabalhava vendendo comida que ela conseguiu madeirite e outros materiais para construir sua primeira casa:

<sup>52</sup> Adotamos nesse caso o termo *invasão* por ser a forma como as interlocutoras utilizam para falar desses processos de moradia, mas sabe-se da importância do uso do termo *ocupação*, para desvincular da criminalização que se tem o termo *invasão*, e sobretudo por que não se *‘invade’* um terreno ou edifício, pois considerando que este está vazio, sem uso ou subutilizado, ocupa-se para garantir a função social da propriedade e da terra, assim como fazer valer o direito à moradia e a cidade, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. Sobretudo, garante-se a possibilidade de moradia para aquelas que não tem onde morar.

*“Primeiro fiz de plástico, pequenininha de plástico, só que quando ventava o plástico rasgava, aí peguei e fiz de taipa, aí os caras da obra pegou e me deu madeira. Primeiro fiz de plástico e depois fiz de madeira, uma parte de madeira, de taboa e uma parte de barro, tipo assim, (demonstrando com a mão o processo de construção) isso, as ripinhas, amarrava e jogava, aí caía aqueles barro, aí os caras (que trabalhavam na obra onde ela vendia comida) pegou e fez de madeira. Só que aí depois eu já comprei bloco. Ai já fiz bloco com um vão só, não tinha porta, nem janela e nem telhado. Botou plástico. Depois já fiz um vão todo no ferro, já derrubei aquela. Já botei telha, telha eternit. Ai depois passou, passou e eu botei aquele piso de cimento, vermelho. Ai depois Deus me deu poder, ai já aluguei um cômodo da casa<sup>53</sup> e já fiz mais 4 vãos, ai já botei piso, e até hoje já fiz toda, ai fui fazendo, até que fiz a casa toda”.*

Esta casa, que um dia foi um “barraco” feito de materiais improvisados, hoje, após 36 anos, depois de passar por todos esses processos descritos acima por Dália, é uma casa autoconstruída, onde moram sua filha com o marido e um filho, seu neto. Antes, moravam todos juntos, Dália, os dois filhos e a família da filha; passou a ser a casa da filha após Dália se mudar para o centro, por volta dos anos 2000. A vida de Dália, como ela enfatiza, sempre foi “guerreando”, “guerreava” para viver e conquistar tudo que tem. Após os processos descritos acima, e tantos outros em que viveu, decorrentes de anos de luta e resistência para ter um “teto” e uma casa, Dália permaneceu na luta por uma moradia, mesmo após se estabelecer em Cajazeiras, pois, com o passar dos anos e sua fixação na Estação da Lapa, o desejo em poder morar próximo ao trabalho só aumentava, e assim obter melhor qualidade de vida e de trabalho<sup>54</sup>.

A narrativa de Dália sobre seu processo de moradia e as transformações espaciais nesta casa, alcançadas ao longo do tempo, se distancia da literatura clássica e coloca outras questões para o debate da autoconstrução. Pois, nos anos 80, Ermínia Maricato (1982), em seu estudo sobre a produção capitalista da casa, tratando da “autoconstrução como arquitetura possível”, associa a prática da autoconstrução de casas ao trabalho formal, ao trabalhador assalariado, à classe trabalhadora, aquela que integrava uma economia urbana industrial capitalista. Mas Dália, e também Tânia, evidenciam, em suas narrativas e trajetórias, que já no final da década de 1980 também estavam autoconstruindo suas moradias, mas a partir do trabalho de rua, como elas fazem questão de enfatizar. Se para o trabalhador assalariado a construção das casas se estendia por anos, conforme discorre Maricato, para as trabalhadoras de rua os desafios são

<sup>53</sup> Conforme ela foi construindo, passou a alugar cômodos para reverter o valor do aluguel na construção do restante da casa.

<sup>54</sup> A proximidade com o trabalho, segundo ela, proporciona muitas coisas: facilidade no deslocamento, menos horas de trabalho, por conta dos deslocamentos, e, conseqüentemente, ganho de horas para outras atividades, montar a “guia” quando quiser, qualquer dia e hora pela facilidade no deslocamento, economia de dinheiro, pois não gasta com transporte e alimentação, entre outras coisas.

ainda maiores, levando em conta as instabilidades, a rentabilidade e os processos de trabalho que vivem.

Contudo, é a partir de uma persistente gestão do cotidiano e de uma temporalidade estendida que foram construindo as casas por etapas, processualmente, juntando dinheiro a longo prazo, aproveitando das dinâmicas urbanas e de momentos de maiores rendimentos, como o verão, Carnaval, São João, para aplicarem o dinheiro na moradia, na ampliação e na reforma, de pouco em pouco, uma parede de cada vez, e assim elas conseguiram viabilizar a construção das casas, deixando uma “reserva” de dinheiro na loja de material de construção todo mês, como Dália fez durante anos.

A “construção processual das casas foi observada” por Mariana Cavalcanti (2004, p. 85) na pesquisa sobre o “ambiente construído e a politização do cotidiano nas favelas cariocas”, em que a autora chama atenção para a casa como um processo:

na favela a casa como um processo, como um projeto de vida, ganha contornos próprios, e, nesse sentido, torna-se uma lente através da qual é possível vislumbrar tanto as transformações físicas nas favelas quanto as relações entre as condições de possibilidade dadas por processos sociais mais amplos que tornam possíveis tais transformações. [...] compreender a dimensão de construção da casa como um processo, como produção de valor, e, sobretudo, como lugar de imaginação e construção do futuro.

Pensar a casa como processo, coloca em evidência o movimento, as transformações, a fluidez, que não necessariamente trata de organismo único, uma única casa, pois a casa como processo pode levar longos anos na vida das mulheres, até a conquista propriamente da “*sua casa*”, e, conquistando-a, ela não se fixa necessariamente, continua em transformação: “[...] a casa é vivida como eterno processo: mudam arranjos de pessoas, cômodos e móveis o tempo todo” (ROSA, 2015, p.116). Tal processo é fortemente evidenciado na narrativa e no processo de moradia de Dália.

Pois bem, retornamos então para o processo de moradia no centro vivido por Dália, próximo ao trabalho, como havia começado acima. O desejo de morar próximo ao trabalho já existia, mas este foi ainda mais alimentado quando soube de uma nova “invasão” que surgia ao lado da Estação da Lapa: a comunidade do Tororó. Contudo, diferentemente de Cajazeiras, o processo de ocupação do Tororó não se deu de forma pacífica, pois a área em que estavam ocupando, por ser central, era bastante visada pelo mercado imobiliário e por interesses do poder público. O início da ocupação se deu por volta de 2006, e passaram por cinco tentativas de ocupar o local, mas, ainda assim, não conseguiriam ficar, pois a SUCOM (Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município) os tirava todas as vezes:

*“A gente pegava entrava, fazia os barracos, os caras vinham e derrubava, 5 vezes assim. Pegava aquele capão grande, capinava, aqui era mato, era vida, era entulho,*

*tinha fonte abandonada, aqui era o negócio de botar ônibus de Camaçari, Candeias, aqui era estacionamento”<sup>55</sup>.*

Foi então que usaram da estratégia de “*construir de bloco*” para tentar garantir maior permanência, uma vez que as ocupações anteriores foram sempre com “*barracos improvisados*” com lona e madeirite. Dessa forma, conseguiram se estabelecer, mas, mesmo após 15 anos, as instabilidades ainda se fazem presentes, visto que é uma área que está atualmente em disputa com a Prefeitura<sup>56</sup>, que busca remover a comunidade para construir um estacionamento de um shopping no local<sup>57</sup>. Essa situação reafirma a insegurança da posse que as mulheres das “margens”, em sua maioria negras, estão sujeitas. Sendo que as instabilidades e vulnerabilidades não dizem respeito apenas ao trabalho de rua, mas, na maioria dos casos, as precarizações são vivenciadas também com relação à moradia, mesmo quando conseguiram conquistar a “casa própria”. Tais questões evidenciam o quão imbricadas são as relações trabalho-moradia, casa-rua, em que ambas se retroalimentam, havendo uma interdependência, em que os efeitos de uma afetam a outra e vice-versa, não considerando dimensões apartadas entre si, nem da vida cotidiana.

Reflexões e sensibilidades que estão presentes quando Dália relaciona a construção da casa a partir dos territórios em que trabalhou, vistas sempre como “conquistas”: “*O que? me virava! Fiz aqui (casa) através de lá do ponto (de ônibus), me virava, agora na Lapa eu comprei aquele ali, aquele dali (outro terreno que construiu o depósito)*. A casa-depósito foi sendo construída ao longo do tempo, tendo duas configurações, – no período em que pude acompanhar

<sup>55</sup> Moreira, Oliveira, Brasileiro (2018) vão dizer que nessa área que era matagal, frequentemente, havia assaltos, estupros, desovas de cadáveres e objetos decorrentes de furtos, e que a presença da comunidade contribuiu para que houvesse diminuição quanto a essas ações.

<sup>56</sup> São vários os processos que vêm ocorrendo com a comunidade do Tororó. De forma resumida, a Prefeitura visa remover moradoras para construir um estacionamento do shopping (o terceiro em uma mesma área), contudo, há diversas irregularidades que atravessam o processo, como a remoção de uma comunidade que está situada em uma ZEIS (Zona de Interesse Social), que tem como princípio favorecer a moradia para a população de baixa renda. A Prefeitura reivindica a área como de propriedade, mas, juridicamente, está irregular. Além disso, ela alega que irá remover apenas 35 casas, no entanto, sabe-se que o número é maior, além de estar fazendo propostas de indenização relativamente alta para enfraquecer o movimento, e fazer com que o maior número de pessoas aceite as propostas e saiam das casas. Embates que não apenas se dão entre Prefeitura e comunidade, mas também entre a iniciativa privada, pois a construção do shopping foi um acordo feito pela parceria público-privada com a Prefeitura e empresas envolvidas na reforma da Estação da Lapa, conforme declarou o secretário municipal de Urbanismo e Transportes, Fábio Mota, para a imprensa local. A comunidade vem se mobilizando com manifestações, articulações políticas com outros movimentos como: a Articulação do Centro Antigo de Salvador, IBDU (Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico), diferentes setores da Universidade Federal da Bahia, além de líderes políticos como vereadoras e deputadas federais. A comunidade fez um documentário para contar a história e o que eles vêm passando: <https://www.youtube.com/watch?v=m01qXtm8FD0>. Outras informações acerca desse processo podem ser vistas em: <https://www.pipocoufba.com/post/entenda-o-conflito-do-toror%C3%B3-no-centro-de-salvador>

<sup>57</sup> Até o momento desta escrita, no início de 2022, a Prefeitura já removeu mais de 50 casas. Em campo, Dália disse que a Prefeitura terminaria de “*derrubar*” as casas e que iria fechar parte da rua. A casa de Dália não foi notificada, e até o momento não sofre riscos de remoção. É possível acompanhar as disputas e esse processo a partir do Instagram da comunidade: <https://www.instagram.com/torororesiste/>

pela pesquisa - a primeira casa<sup>58</sup> que construiu tinha apenas um vão, construída a partir do dinheiro que conseguia com o “ponto” (de ônibus), e, ao mesmo tempo que era lugar de morar e dormir, era também depósito, dividindo o espaço com as caixas, mercadorias, freezer e carrinhos; a segunda casa-depósito é mais recente, iniciou-se a construção do depósito em 2018 e da casa em 2019, essa a partir do “mato” e da Lapa. Ambas foram construídas no mesmo beco, na comunidade do Tororó.

Se anteriormente a casa era compartilhada entre espaço de moradia e depósito, a nova casa é construída já com a característica de ter propriamente um depósito<sup>59</sup>, separado da casa, mas ambos espaços configuram a casa e se relacionam, dessa forma, permanecem juntos, mesmo separados. O depósito fica embaixo, dá acesso direto ao beco em que mora, à casa do filho e à sua, que estão nessa sequência acima do depósito, seguida de uma área livre na laje, onde estende suas roupas e guarda alguns materiais. Durante a temporalidade da pesquisa disse que iria fazer uma varanda coberta, como a vizinha tinha feito; depois construir a casa para a filha, e mais recentemente queria fazer a casa para o neto, mas segundo ela conta, ele não quer morar no centro.

O depósito é um espaço importante para o trabalho de rua, no centro existem vários, é possível observá-los mais nitidamente no início da manhã ou final da tarde, o movimento de equipamentos de trabalho, caixas, carrinhos, sendo retirados ou guardados nos becos, portões e corredores que compõem o centro, e tornam evidente a importância desses espaços para esta prática de trabalho. Dália, quando ainda morava em Cajazeiras, pagava diárias nos depósitos ao redor da Lapa, porém, além dos custos existentes, conta que ainda precisava lidar com limitações, por exemplo, quando trabalhava na Fonte Nova ou em eventos em que saía tarde ou de madrugada, os depósitos já estavam fechados, então restava dormir na estação da Lapa, esperando o dia amanhecer para poder ir para casa.

Seu depósito agora é particular, só seu. Preferiu não abrir para ninguém, mesmo podendo render um dinheiro a mais no mês, optou pela privacidade, cuidado e controle da sua mercadoria. Compartilha deste espaço apenas com os filhos e o companheiro, que também guardam ali suas “guias”. Sua relação com ele vai além de ser apenas um espaço para armazenar seus produtos de trabalho, cuidar dele faz parte da rotina. Costumava, às segundas-feiras, descer para o depósito para organizar a “guia”, limpar o local, colocar cerveja para gelar, e nesse

---

<sup>58</sup> Dália chegou a vender a primeira casa em 2019, a princípio pensava em construir em cima do depósito e colocar para alugar, mas, devido às incertezas quanto a permanência no Tororó, optou por garantir a venda e acelerou a obra das casas para mudança.

<sup>59</sup> O depósito tem por volta de 25 a 30cm, é um cômodo com banheiro, bem equipado, conta com 3 freezer, prateleira em aço em cima com vários isopores, de diversos tamanhos e cores, pranchas, cadeiras, bancos, e seu estoque de cerveja com diversas marcas, e em menores quantidades água e refrigerante.

processo “*passar o som*”<sup>60</sup> e beber cerveja. Enquanto isso, interage com os vizinhos no beco e com as pessoas que ali passam, em algumas situações recebe amigos e conhecidos, como presenciei em alguns momentos em campo e, nas primeiras idas a sua casa, não cheguei a acessar seu interior, ficávamos apenas pelo beco e no depósito; somente após o convívio e muitos encontros, ela me convidou a conhecer o interior da casa, apresentando os cômodos e deixando que eu escolhesse se queria ficar no depósito ou dentro da casa.

No caso de Dália, a casa, conquistada após muito “*guerrear*”, pode ser pensada como extensão do trabalho de rua, de onde sai e retorna com a “*guia*”, onde guarda seus instrumentos de trabalho e mercadorias, onde tem seu estoque de produtos, e também como espaço de trabalho, pois quando não está na rua trabalhando, está no depósito fazendo limpezas, conferindo estoque, e organizando a “*guia*”. A importância da casa para o trabalho de rua é tão forte que fez com que Dália recomeçasse um novo processo de moradia, como dito acima, para que morasse próximo ao trabalho e todas as dimensões que isso envolve, evidenciando ainda mais as relações de interdependência da casa e do trabalho.

### Casa-andar

*“Eu tenho uma casa que tem três andares” (Tânia).*

Foram vários os encontros em que Tânia afirmava e repetia, com orgulho, que a casa em que vive hoje tem três andares. O lugar subjetivo que a casa-andar ocupa em sua vida é atravessado pelos processos de moradia vividos anteriormente, em que as dificuldades se fizeram muito presentes. Por muito tempo, durante cerca de 30 anos, morou no Pelourinho<sup>61</sup>, local conhecido como Rocinha<sup>62</sup>: “*é uma avenida lá embaixo que hoje tá fechada, que tinha mais ou menos 60 casas*”. Local onde sua mãe nasceu, ela nasceu e seus filhos nasceram. As casas eram autoconstruídas, e ao falar do processo de moradia, conta como sua mãe e posteriormente ela e a família começaram a morar lá:

*“Era assim ó, ele era português, chegou aqui, construiu aquelas casas todas e ele alugava, todo mundo alugava e pagava pra ele, mas ele morreu, e os filhos abandonaram, aí ficou essas casas lá. O IPAC<sup>63</sup> (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia), quando resolveu fazer a reforma, foi lá mandou todo mundo sair. Entendeu? Todo mundo saiu, outro pessoal foi lá invadiu, esse pessoal vai receber as casas que eles vão construir lá”.*

<sup>60</sup> Escolher as músicas que põe para tocar no “*mato*” nos dias que coloca a “*guia*”.

<sup>61</sup> A área faz parte da poligonal de tombamento federal (IPHAN – processo nº 1.093-T-83) e municipal (Lei nº 3.289/83).

<sup>62</sup> E, mais recentemente, como Vila Nova Esperança, denominada pelo novo grupo que ocupou o local (TEIXEIRA e ESPÍRITO SANTO, 2009).

<sup>63</sup> Criado em 1967, é o órgão responsável pela política de preservação do estado da Bahia.

Sua mãe, quando começou a morar lá em 1938, pagava aluguel. Após sua morte, Tânia e as filhas continuaram morando lá, assim como 59 famílias, que, como Tânia, também nasceram no Pelourinho e mantinham fortes relações com o território. Nesse processo, Tânia e as demais moradoras foram obrigadas a deixar o local<sup>64</sup>, no auge do projeto de requalificação do CHS<sup>65</sup> implementado pelo governador Antônio Carlos Magalhães no início da década de 1990 (como já abordado no capítulo “*ocupação e disputa*”).

A reforma, que resultou na retirada de muitas famílias, acabou não acontecendo em 1992, como previsto, já que ela integrava a implantação do plano de recuperação para o Centro Histórico de Salvador, prevista para a fase B na 5ª- 6ª etapa. Elaborado pelo IPAC, o projeto - que não chegou a ser executado - tinha como proposta a reestruturação das casas da Rocinha, modificando-as para uso misto, sendo os fundos destinados à área residencial, e a entrada para oficinas e lojas. Após este projeto, surgiu uma nova proposta reformulando esta primeira, mas que também não foi executada, mudando seu caráter propositivo, alinhando-se à política intervencionista da época - década de 90 - : transformar o Pelourinho em uma grande área turística, expulsando as moradoras do local. Sendo assim, diferente da primeira proposta, o projeto visava a diminuição das unidades habitacionais e a construção de um restaurante e cinema junto às habitações (TEIXEIRA e ESPÍRITO SANTO, 2009).

Com os projetos não executados e uma nova “*invasão*” da área para moradia (a mesma relata por Tânia acima), em 2007 iniciou-se uma nova discussão e elaboração de projeto, em caráter diferente das anteriores: formou-se um GT – Grupo de trabalho – e elaborou-se um concurso público de ideias relativas às diretrizes urbanísticas<sup>66</sup> construídas em conjunto com os moradores. O projeto foi elaborado pelo Projeto do Escritório Brasil Arquitetura<sup>67</sup> (SP) e atualmente encontra-se em execução (TEIXEIRA e ESPÍRITO SANTO, 2009). Acerca dessa situação, Tânia se queixa de que “*todo mundo vai ganhar uma casa menos ela*”<sup>68</sup>, mas, por

<sup>64</sup> Assim como Tânia, aconteceu com outras pessoas da associação, poucos conseguiram permanecer no Pelourinho ou CHS, após o projeto de recuperação, ela conta que se deslocaram para diversos bairros: bairro da Paz, Saúde, Águas Claras, Vasco da Gama, Castelo Branco, entre outros. Mas ainda permanecem com as relações no Centro, sobretudo mantidas através do trabalho de rua.

<sup>65</sup> Desde o final dos anos 1960 o CHS foi alvo de inúmeros planos, projetos e propostas com o objetivo de sua preservação e valorização, mas foi apenas na década de 1990 que se iniciou o programa de recuperação do CHS pelo governo do estado da Bahia. Instrumento econômico e com perspectiva empresarial, o programa teve como proposta alavancar o desenvolvimento do setor turístico no estado, transformar o CHS em uma espécie de “shopping center a céu aberto”. Contudo, para realização dessa proposta foi necessária uma remoção em massa da população que lá vivia, majoritariamente da classe baixa e sobretudo negra. Para maior aprofundamento acerca do projeto e dessas expulsões consultar: Sant’Anna (2003 ; 2017), Zanirato, (2007), Rebouças (2012) Figueiredo e Estévez (2020).

<sup>66</sup> A proposta conta com 66 unidades habitacionais distribuídas entre a área livre, nos casarões 46, 50 e 52 no Taboão e no Pelourinho – Casarão 18 (TEIXEIRA e ESPÍRITO SANTO, 2009).

<sup>67</sup> <http://brasilarquitectura.com/#>

<sup>68</sup> O desejo de ter a casa talvez seja mais pela importância do que pelo local em si, mas pelo sentimento de pertencimento, pois foi lá que sua mãe, ela e as filhas nasceram. Não se trata de uma real necessidade de moradia, levando em conta que já tem um apartamento e uma casa “*de três andares*”.

acreditar que tem direito em ter uma casa também, por ter sido moradia de sua mãe e posteriormente sua, disse que pretende entrar na justiça:

*“Aí essa semana eu tomei a decisão de entrar na justiça, vou entrar no ministério público, porque eu vou querer que eles me deem uma casa também lá. Eu não sei se é dado de dado ou se é dado para pagar. Não importa. E minha mãe, se estivesse viva, no dia 1 de novembro faria 81 anos. Nasceu aqui”.*

Após a saída da Rocinha, Tânia e o marido optaram por não permanecerem no CHS, pois, segundo ela, estavam ocorrendo preocupantes mudanças no território:

*“E o que tirei, que eu fui embora daí, que além de sair de lá (da Rocinha), isso aqui começou a ficar, eu estava vendo as crianças todas sendo usuário de droga, e começou os coleguinhas dos meus filhos, minha filha que hoje tem 40 anos, ela devia ter 12 anos, 13 anos. Aí começou, já ficando mocinha, aí eu tava vendo, um crescimento de repente de violência, pessoal novo chegando, e querendo criar novo. E meu marido é policial civil, e eu só tenho um filho homem e quatro meninas, por que são gêmeas né. Aí eu comecei a ficar muito preocupada com isso. Aí tem 28 anos que eu sai daqui”.*

Quando saiu do CHS, mudou para Cajazeiras, “que na época era longe de tudo”. A escolha pelo bairro, a priori, se deu por a família já ter um apartamento próprio no bairro, “reformou esse apartamento, era URBIS<sup>69</sup>, já tinha muito tempo. Aí a gente foi pra lá. Aí depois que estávamos lá, compramos um terreno, construímos uma casa, que é essa casa que eu tenho, de três andares”. Mesmo com a mudança do centro para Cajazeiras, Tânia permaneceu trabalhando no CHS e tinha esse deslocamento cotidiano da casa em Cajazeiras para o trabalho no centro, assim como Dália, como pode ser visto na imagem 2.

Tânia e sua família não permaneceram no apartamento por muito tempo, como ela narra acima, pois, segundo conta, havia apenas 2 quartos e a família é composta por 7 pessoas; por não comportar toda a família com conforto e privacidade, decidiu comprar um terreno e começou a construir a casa-andar, visando o bem-estar da família:

*“Eu fiz uma casa que tinha um quarto para cada, por que eu tenho 5 filhos, meu apartamento tinha dois quartos. Aí eu fiz um quarto para cada, um quarto nosso, mais três salas, fui construindo assim, com o dinheiro daqui. Porque o meu marido é funcionário público, não tinha dinheiro para isso. Entendeu? Aí eu construí com o dinheiro daqui<sup>70</sup>”.*

<sup>69</sup> Urbis era uma cooperativa habitacional que promovia habitação de interesse social em Salvador e na Bahia, mais intensamente a partir da década de 70. Ela foi criada em 1965 como uma sociedade de economia mista vinculada ao governo estadual, sendo que em 1968 ela incorpora o patrimônio da COHAB-Salvador e torna-se o único agente promotor do BNH no “mercado popular” de habitação na Bahia (MENDONÇA, 1989).

<sup>70</sup> “Daqui” no qual ela se refere é o dinheiro do trabalho de rua, da barraca, da “guia”.

Foi então que ela iniciou o processo de autoconstrução da casa-andar, no mesmo bairro do apartamento<sup>71</sup>, em Cajazeiras. Ela projetou nesta casa-andar tudo que desejava: várias salas, um quarto para cada filho, uma casa em andares. Tipologia construtiva muito comum nas composições das casas autoconstruídas de Salvador, em que é recorrente “bater a laje” e construir em cima, sendo cada andar com uma família morando, ou, conforme a família cresce, a filha casa, um bebê chega para família, a casa vai se expandindo, subindo; há também a venda da laje ou a possibilidade de construir e alugar, realidade também vista nos processos de moradia de Dália.

A construção da casa-andar se deu por etapas, aos poucos, construída com o dinheiro da barraca, ela conciliava e administrava com os diferentes usos do dinheiro no cotidiano:

*“Aí eu construí com o dinheiro daqui, dinheiro que proporcionou meus filhos a estudarem bem, sabe? de ter carro, de viajar, eu não vou dizer, não, tem gente que ficava surpreso que via a gente aqui trabalhando, aí quando a gente fazia festinha de aniversário, alguma coisa, ‘mas, vocês moram assim?’ Entendeu? ‘você tem mais de uma TV’, coisa assim, que pra gente é natural, mas eles achavam que, que a gente vivia de outra forma, entendeu<sup>72</sup>? e a gente nunca achou estranho ter, porque a gente trabalhava e ganhava para isso”<sup>73</sup>.*

Essa relação dos recursos e da casa é discutida por Eugênia Motta (2016) e Marcella Silva (2017b) que identificam que há uma gestão do dinheiro dentro da casa: formas de circulação, diferenciação e administração pela família, dinheiro que é aplicado na casa, aplicado consigo, nas casas que mantêm relação, as imbricações do dinheiro com outras configurações da casa, os conflitos decorrentes, entre outros arranjos que fazem parte desse universo. Evidencia-se que o trabalhar-ganhar-aplicar era utilizado por Tânia e sua família para proporcionar acesso a produtos, ter mais conforto, bem estar, investir na casa e, conseqüentemente, nelas próprias - mãe e filhas -, que usufruem desses espaços.

A casa-andar, ao mesmo tempo que é uma, é também três. São três andares e diversos cômodos, ela pode sofrer transformações no tempo, decorrentes das mudanças de suas moradoras. Podendo ainda expandir para mais andares, como é comum ver em Salvador nos territórios populares e negros, casas com 4 ou até 5 andares. Ao passo que é compartilhada, distribuída em três andares, ela pode ser pensada também em unidades individuais, mas que permanecem em interação e relação com as demais unidades e andares, conformando uma

<sup>71</sup> Atualmente o apartamento em Cajazeiras está fechado, ela conta que uma filha morou por um tempo lá, “mas aí agora, como a gente tava trabalhando, mais pra cá, aí ela veio pra cá e fechou o apartamento. Mas ela vai voltar pra lá de novo”.

<sup>72</sup> Essa narrativa é bem significativa ao expressar o imaginário que as pessoas têm de quem trabalha na rua, como se o que existisse fosse apenas pobreza, falta, escassez; mas que, apesar da condição em que estão, elas fazem uma gestão, têm margens de escolha, investem seus recursos e economias para que possam viver bem, terem conforto e suprir seus desejos, construindo projetos de futuro.

<sup>73</sup> Ao falar da sua realidade de moradia, ela amplia para sua percepção acerca das demais pessoas da associação, dizendo que “ninguém vive mal, mas também não vivem em casarão”, o trabalho proporciona que as pessoas não estejam na linha da pobreza, segundo ela.

configuração de casas (MARCELIN, 1999; MOTTA, 2016). Sobretudo se levarmos em conta que este é um espaço compartilhado entre familiares, em particular, entre as mulheres - Tânia, suas filhas e respectivas famílias. Assim, as mulheres “são as protagonistas na manutenção dos laços que unem as casas”. (MOTTA, 2016)

Por fim, a narrativa de Tânia coloca em discussão também as visões homogeneizantes, ou mesmo estereótipos e estigmas que se associam às ambulantes e pessoas que trabalham na rua, em que a única lógica que poderia existir seria a da ausência, da falta, da escassez. E, o tempo todo, as trajetórias e narrativas das interlocutoras bagunçam essas perspectivas e posições cristalizadas, mostrando que há diferentes situações sociais e reafirmando a complexidade existente nessas práticas de trabalho e suas diferentes materializações e espacializações, aí incluídas as casas.

### Casa-terreiro

*“Toca sim, minha casa toca Candomblé, eu toco até de manhã quando tem festa pro Orixá” (Cida).*

Em nossos encontros recentes, Cida lembrava momentos antes da pandemia, quando ainda era possível fazer festas em sua casa-terreiro. Esta casa, localizada no Vale das Pedrinhas, é lugar de morar, mas é também de cultuar, de ritualizar coletivamente, expressando as raízes de Cida: mãe-de-santo e praticante do Candomblé, mulher do axé, do povo de santo, que carrega consigo a ancestralidade do seu povo negro. Esta casa-terreiro tem referências e raízes na localidade em que está, seja por indicações, pelas relações de vizinhança, por já terem ouvido tocar tambor nas festas no “barracão”<sup>74</sup>, e/ou pela piaçava na porta<sup>75</sup> de entrada da casa, que anuncia a presença da casa-terreiro.

Os terreiros<sup>76</sup> são os lugares onde se realizam os cultos afro-brasileiros, mas ele não se fecha nos limites religiosos; como apresentam Simas e Rufino (2018, p. 42) a noção “terreiro” se expressa em outras dimensões:

Em cada esquina onde Exu come, o mundo é reinventado enquanto terreiro. Os terreiros, as esquinas, as rodas, os barracões são expressões do caráter inventivo e das sabedorias das populações afetadas pela experiência da dispersão e do não retorno. Na perspectiva da **epistemologia das macumbas a noção de terreiro configura-se como tempo/espço onde o saber é praticado**. Assim, todo espaço em que se risca o ritual é terreiro firmado. Nesse sentido, esta noção alarga-se, não se fixando somente nos referenciais centrados no que se compreende como contextos religiosos. A ideia aqui defendida aponta para uma multiplicidade de práticas, saberes e relações tempo/espaciais.

<sup>74</sup> Barracão é o termo utilizado para se referir ao terreiro; termo utilizado também por outras pessoas do Axé.

<sup>75</sup> Na porta da entrada tem a piaçava, a planta, que representa proteção, assim como conecta com o santo de Cida, Obaluaê, que tem seu corpo coberto por palha.

<sup>76</sup> Sobre essa dimensão da relação simbiótica do terreiro e a cidade, e a vida de quem é adepto às religiões de matriz africana ver: Sodré (2002), Ramos (2013).

A proposta de Simas e Rufino, se faz muito evidente na trajetória e nas diferentes relações estabelecidas por Cida. Assim, pode-se associar a própria construção e manutenção de sua “guia”, enquanto um ofício tradicional, em que os saberes que alimentam e nutrem a “guia” são fundados e fundamentados no terreiro, como evidenciado, por exemplo, na espada de São Jorge cruzada na porta da “guia”, representa um instrumento de proteção, assim como outras práticas que evocam essa vida do terreiro presente na “guia”, na rua, na encruzilhada, na própria existência de Cida.

Assim como a guia, a casa também manifesta a existência das práticas e saberes do terreiro, que além de moradia é também um espaço sagrado, em que há procedimentos e cuidados diários, como presenciei em campo: era próximo ao dia 2 de novembro, ela separou algumas folhas para levar para casa, ia fazer uma limpeza no dia de finados “*por conta dos eguns, tenho muitos finados na família, mãe, pai, irmão*”. Em outro momento, queixou-se de alguns comportamentos da filha que acabavam por deixar o corpo muito aberto, vulnerável, “*os Orixás não gostam, traz muita coisa [para dentro da casa], e quem tem que carregar tudo sou eu, sobra pra mim*”. Assim como na virada do ano (2020-2021), em que preparou um ritual para receber os Orixás regentes “*Eu vou cozinhar meu milho<sup>77</sup>, jogar dentro de casa e cozinhar um omolocum<sup>78</sup> e pedir para Oxum acalmar o povo<sup>79</sup>*”. Na casa como templo, risca-se o ritual, é terreiro firmado.

Associações que são manifestadas também nas relações tecidas com a própria cidade, nos pedidos de proteção quando sai para a rua, no despacho de oferendas, na relação com as águas e as matas de Salvador, nos trabalhos religiosos que faz em outros espaços da cidade, no cuidado e na cura de seus “filhos” e pessoas próximas, entre diferentes situações em que o saber do terreiro se faz presente e é praticado.

Na localidade em que se encontra, a casa-terreiro é uma importante referência espacial, que comunica esse duplo lugar de moradia e terreiro, e mesmo de trabalho, pois sendo esse lugar de referência, muitos vizinhos vão até sua casa em busca de uma folha, erva, preparos de banhos ou algum atendimento religioso, atendimento que é feito no portão da casa, quase como uma extensão da “guia”. Contudo, ao mesmo tempo em que existe a referência dessa casa-terreiro para a localidade em que mora, ela vê a casa em si como um espaço muito reservado,

<sup>77</sup> O milho é a comida de Oxalá, “*arreja no mel e milho, aí pede, faz seus pedidos*”.

<sup>78</sup> Omolocum é uma comida ritual feita para Oxum, ela é composta por feijão fradinho cozido, refogado com cebola ralada, pó de camarão defumado, sal, azeite de dendê ou azeite doce, e, por cima, 3 ovos cozidos.

<sup>79</sup> As oferendas são colocadas na casa-terreiro e após três dias são “despachadas” em algum “matinho” ou nas águas.

segundo conta, não coloca “qualquer um” para dentro da casa<sup>80</sup>. Ao abordá-la sobre relações de vizinhança, ela diz que prefere ter essas amizades longe da casa, porque no bairro tudo é muito próximo, o contato é frequente, pode acabar “misturando as relações”. Mas, mesmo com essa delimitação, as redes de vizinhança são evidenciadas através de sua narrativa, quando diz que compra “fiado” no mercado; na vizinha que cuida da neta enquanto ela e a filha trabalham; no vizinho que deu cerveja para ela na virada do ano; no tratamento odontológico que faz com outro vizinho que atende também lá na Barroquinha; uma conhecida do bairro que procurou tratamento espiritual para o filho que está enfermo; entre várias outras situações compartilhadas no cotidiano e narradas por ela nos encontros de pesquisa.

A escolha pelo Vale das Pedrinhas, bairro em que se localiza a casa-terreiro, ainda na década de 1970<sup>81</sup>, se deu devido à disponibilidade e preço da terra, assim como pela proximidade com o Engenho Velho de Brotas, bairro em que parte de sua família mora e onde morava antes de ir para São Paulo em busca de trabalho, como descrito no capítulo “Percurso teórico-metodológico”. A casa<sup>82</sup> é autoconstruída e foi sua mãe quem acompanhou todo o processo, quando Cida estava trabalhando em um restaurante em São Paulo; ela conta que, mesmo longe, ajudava mandando dinheiro para a construção. Cida morava sozinha, mas durante a pandemia e após o término do casamento, a filha e a neta voltaram a morar com ela.

Assim como as casas das outras interlocutoras, a casa de Cida também foi sendo construída aos poucos, primeiro veio a casa e depois o terreiro, que foi construído só depois do retorno de Cida para Salvador. Diferentemente dos processos de construção da casa-depósito e da casa-andar, a casa-terreiro não foi construída a partir do dinheiro da “guia” propriamente, mas, como conta Cida, a “guia” desempenhou forte importância na manutenção da casa-terreiro.

A relação moradia-trabalho se mostra fundamental para a prática do trabalho de rua e o seu fortalecimento no espaço, como já evidenciado em outros momentos. Assim, Cida, após ter passado pelo processo de remoção da Feira do Couro – abordado no capítulo “ocupação e disputa” - e sentir as diferenças de ganhos com o despencar na quantidade de vendas diárias, bem como a dispersão das suas redes de relações, resultante da realocação das trabalhadoras, começou um novo ponto de trabalho no bairro em que mora, por volta de 2015/2016. Passou a dividir os dias da semana entre as duas localidades, a fim de não abandonar totalmente a

<sup>80</sup> Talvez essa atitude esteja vinculada à questão da espiritualidade, pois já se queixou em outros momentos de comportamentos da filha que acabavam “levando energias ruins para casa” e que não são aceitas pelos Orixás.

<sup>81</sup> Foi neste período, no início da década de 1970, que a área do Vale das Pedrinhas, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho, tiveram uma aceleração da sua ocupação, devido a construção da Avenida Juracy Magalhães Junior, possibilitando maior deslocamento para as áreas centrais (DIAS, 2017).

<sup>82</sup> Cida morava sozinha, mas durante a pandemia e após o término do casamento, a filha e a neta voltam a morar com ela

Barroquinha, mas também estabelecer um ponto de trabalho que desse maior retorno e fosse mais perto de sua casa. Trabalha dois dias na Barroquinha, segunda e terça, e os demais dias no Vale das Pedrinhas.

No Vale das Pedrinhas, sua “guia” também é de folhas e ervas. Quando começou, trabalhava em diferentes partes da Avenida Vale da Pedrinhas, acompanhando os trânsitos e mudanças das outras ambulantes que também trabalhavam por ali. Nos processos de construção de redes de relações conheceu Lisa, ambulante que trabalha com venda de bebidas, e que foi uma importante rede de apoio para que ela se estabelecesse neste território, seja no armazenamento dos produtos, em compartilhar do ponto de trabalho para que ela montasse a “guia”, assim como outros ganhos, como evidenciado acima no capítulo “*redes de relações e política da rua*”.

Mais recentemente, no início de 2021, Cida alugou um “ponto” - de outro ambulante - ao lado de Lisa, localizado em uma estrutura de “boxes” fixos, construídos pela Prefeitura em 2019<sup>83</sup> durante o projeto de canalização e urbanização do Vale das Pedrinhas<sup>84</sup>, destinado à realocação de algumas ambulantes que trabalhavam com barracas ao longo da Avenida; ao todo são 6 “boxes” e 3 quiosques, instalados no local em que o projeto foi realizado. O aluguel é de 300 reais, e o “box”<sup>85</sup> tem dimensão de 4x4 metros, com um ponto de energia e água. Ter esse ponto fixo, melhor estruturado e próximo de sua moradia possibilita que ela armazene as mercadorias, cessando a anterior necessidade de se deslocar todos os dias com a “guia”, assim como ter uma geladeira para guardar água e comida também permite ter maior segurança, estabilidade, proteção contra as intempéries, bem como possibilita a projeção de ampliar a “guia” com outros produtos, como ela vem pensando. Ao mesmo tempo que também traz um compromisso de ter que arcar com um aluguel mensal, que, anteriormente, quando estava na rua, não existia, sendo um motivo de preocupação, dada às instabilidades do trabalho de rua.

Cida, assim como as outras duas interlocutoras, dispõe de mais de uma casa: além desta onde reside, tem outra, que fica no município de Camaçari, a 50 km de Salvador - “*esse eu*

<sup>83</sup> Nas diferentes atuações da Prefeitura para com o trabalho de rua – como discutido no capítulo “ocupação e disputa” – as intervenções, em grande parte, não favoreceram e/ou pouco favoreceram as trabalhadoras. No caso deste projeto, a intervenção proporcionou melhor estrutura de trabalho para as mulheres, mas, ainda assim, as interlocutoras – Cida e Lisa – reclamam de problemas estruturais, principalmente quando chove. A intervenção também não significa melhor diálogo ou “passe livre” para o exercício do trabalho de rua, as interlocutoras já trouxeram situações em que a SEMOP passou fiscalizando, impedindo o uso do som, ordenando o fechamento do box... Parece haver um certo “controle” do espaço e das práticas de trabalho.

<sup>84</sup> <http://seinfra.salvador.ba.gov.br/index.php/noticias/440-urbanizacao-de-canal-marca-transformacao-do-vale-das-pedrinhas> <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/vale-das-pedrinhas-ganha-praca-e-reurbanizacao-sobre-antigo-canal/>

<sup>85</sup> É acerca deste ponto de trabalho que falo no capítulo “*percurso teórico-metodológico*”, quando reflito sobre as implicações e ações feitas em conjunto com as interlocutoras, em que pintamos a fachada do ponto e pensamos o *layout* interno.

*comprei com o dinheiro que ganhei, do meu trabalho, que eu dei queixa<sup>86</sup> do meu patrão, aí ganhei - ganhou indenização de uma ação trabalhista, que proporcionou fazer a compra - o terreno lá". Segundo ela, o terreno é de 25x100 metros, construiu uma casa com "5 vãos: 2 quartos, 1 sala, banheiro e a cozinha pra fora", para preservar a casa, ela fez um acordo com um conhecido que, em troca da moradia, ele cuida e preserva. Cida deseja um dia construir seu terreiro em Camaçari, "próximo ao mato", em um espaço amplo onde poderá realizar seus trabalhos e rituais: "dá para fazer o barracão, dá para fazer a casa e fica área para espalhar umas mesas... porque aqui [no Vale das Pedrinhas] é muito pequeno, aqui não dá. A gente tem que levar o candomblé pra longe".<sup>87</sup> Com frequência vai à Camaçari passar o dia, visitar o terreno e as pessoas próximas, assim, projeta nesse espaço seus desejos de um dia ver o terreiro de pé e as giras<sup>88</sup> girando.*

\*

A partir do exposto neste capítulo, caberia reiterar, aqui, que a dimensão da moradia é tão, senão mais, importante do que o próprio trabalho na vida dessas mulheres, o que não deixa de demonstrar também a estreita relação entre ambos, presente nas relações de interdependência, em que a existência e permanência da moradia e do trabalho se fazem necessárias na gestão da vida cotidiana das trabalhadoras de rua. Devido às instabilidades decorrentes do trabalho de rua, possuir uma casa é uma forma de segurança, o que ficou bastante evidente nesse momento de pandemia, pois a casa funciona como proteção, principalmente em um momento em que era necessário "ficar em casa", se "isolar" - mesmo sabendo que essa não é uma realidade possível para muitas pessoas, pois temos um déficit habitacional no Brasil de 5,876 milhões de moradias<sup>89</sup>, que não possuem um "teto" para morar ou vivem com condições precárias de infraestrutura, sanitárias e ambientais. Ter a casa possibilitou às trabalhadoras de rua, que se viram sem trabalho e sem dinheiro, uma maior possibilidade de contorno e mediação frente aos efeitos da pandemia, diferente de trabalhadoras que viviam de aluguel, ou em outras condições de moradia, que passaram por situações mais difíceis, como terem que morar na rua, como relatou Tânia.

A vinculação entre moradia-trabalho costura as demais dimensões presentes no capítulo, destacando que a busca incansável por autossuficiência pelas trabalhadoras de rua é

<sup>86</sup> A queixa refere-se a um processo trabalhista em decorrência da falência do restaurante em que trabalhava na Barroquinha: o dono não fez os devidos acertos trabalhistas e, após anos, com a vitória no processo, recebeu o terreno como indenização.

<sup>87</sup> Acerca da relação dos terreiros com a natureza, assim como os processos de desterritorialização dos terreiros na região metropolitana de Salvador, ver: Rêgo (2006).

<sup>88</sup> Gira é como chamam, em algumas religiões afrobrasileiras o "encontro", a "reunião", o "agrupamento" das entidades, manifestada na incorporação dos médiuns/filhos da casa.

<sup>89</sup> Incluindo domicílios precários, em coabitação e em elevado custo de aluguel. Sendo que norte e nordeste tem os maiores índices do déficit, para ver a pesquisa e os dados, consultar: <http://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>

significativa para a manutenção das casas, dos seus e de sua própria vida. A mulher-mãe-trabalhadora negra, transita entre a casa e a rua na luta pelo sustento, cuidado e proteção, viabilizando à vida em sua relação intrínseca com a cidade: “A casa remete à organização familiar, à organização política, à organização econômica, aos padrões de intervenção no espaço.” (BORGES, 2013, p. 218). Nesse sentido, a casa-depósito, a casa-andar e a casa-terreiro evidenciam que não se trata, exclusivamente, de um espaço doméstico, como habitualmente pensamos; as relações moradia-trabalho, casa-rua, público-privado estão sempre em jogo, não configuram de rígidas separações, ou dinâmicas dicotômicas, por vezes constituem e compartilham do mesmo universo, como venho refletindo, e como bem afirmou Borges (2013, p. 217), a partir de sua pesquisa no Brasil e África do Sul:

As casas não se tratam de espaços privados, exclusivos, e conseqüentemente separados do espaço público – este, sim, “comum”, tanto no sentido de pertencer a todos (ou quase todos), como de ser regido por regras mais ou menos compartilhadas que tornam o convívio entre estranhos viável.

Entendendo-os não como espaços opostos e apartados, o que as trabalhadoras de rua vêm mostrando, a partir de suas experiências e vivências na cidade, é que estão a todo tempo mediando espaços e relações, nos cuidados da casa, dos filhos, e da “guia”. Os trânsitos e deslocamentos, os usos do dinheiro, os processos de moradia, entre outras situações que configuram a gestão da vida cotidiana, e aqui costuradas.

A conquista da casa a partir da “guia” pelas trabalhadoras de rua, que também são “chefes de família” se dá com muito esforço, trabalho, luta, organização e planejamento, em uma temporalidade estendida, feita em partes, uma construção processual, no espaço-tempo da consolidação no trabalho de rua em articulação com as demais camadas da vida. Essa conquista também se faz possível a partir da autoconstrução, envolvendo também familiares<sup>90</sup> no processo, pois ter a “casa própria” através do mercado imobiliário não é uma realidade para grande parte da população brasileira, devido ao alto custo torna-se um processo seletivo, excluindo, em sua maioria, negros e pobres (MONTEIRO, VERAS, 2017). Contudo, desejando possuir esse bem de grande valor e importância na vida, essas mulheres passaram por diversos processos e trânsitos de moradia para que pudessem concretizar esse desejo, tendo o trabalho de rua um papel importante na possibilidade de alcançarem essa “conquista”, como evidenciamos acima e nos demais capítulos. Assim, essa dobra casa-trabalho aproxima as interlocutoras do acesso ao direito à cidade, ao estar na cidade, vivê-la e circular por ela.

---

<sup>90</sup> Dália e Cida narram que a construção da casa e do terreiro tiveram a participação família; a construção do terreiro de Cida foi feita e acompanhada por seu irmão que trabalha na área da construção civil; a casa de Dora e do Filho contou com o filho mais novo como auxiliar do pedreiro.

Imagem 27: Salvador, cidade margem



Fonte: Fotos google imagens - Colagem: Elaboração da autora

# FIOS, COSTURAS E ARREMATES

Os escritos que aqui se seguem, para além de ideias conclusivas, são uma tentativa de costurar algumas das discussões e questões construídas ao longo da dissertação. Ao escrevê-los, não os encaro como um fechamento, uma vez que não se encerram nesta pesquisa: de fato, em virtude das complexidades envolvidas nas relações mulheres negras - trabalho de rua - cidade que aqui propus focar, e compreendendo tais relações como movimento e/ou processo, que se fazem no dia-a-dia, no tempo e no espaço, compreendo que são discussões em constante atualização, e que não se esgotam neste trabalho.

A proposta desta pesquisa pretendeu, em seu plano de fundo, **repensar o lugar do trabalho de rua na cidade e na vida das mulheres negras**, propondo pensar junto e com as trabalhadoras de rua, a partir de suas narrativas e trajetórias, tomadas como guias para refletir criticamente sobre os processos contemporâneos de produção da cidade, em diálogo com algumas de suas dimensões históricas. Nesse sentido, uma de suas intenções foi tensionar as abordagens totalizantes e o recorrente discurso utilizado nos estudos acerca do “trabalho informal”, considerando-o o oposto da formalidade, pelo viés da falta, da ausência e da exploração; deixando, assim, de evidenciar toda uma produção de vida e de cidade, construída nas ruas e no cotidiano por mulheres e homens negras/os. Tais abordagens desconsideram essas práticas enquanto formas legítimas de trabalho, que produzem e reproduzem saberes, modos de fazer e expertises; que, além de serem o “ganha pão” de muitas famílias, sobretudo negras, compõem parte significativa da economia e do trabalho em Salvador, representando 42,2% dos trabalhos ocorrendo na “informalidade”, segundo dados de 2019 do IBGE.

A perspectiva de análise que adoto, construída desde e junto às narrativas e trajetórias das interlocutoras, não pretende minimizar nem romantizar os processos sociais e urbanos vivenciados por elas, que envolvem precarizações e vulnerabilizações, mas busca considerá-los em suas complexidades, relações, imbricamentos, tensionamentos, sobreposições e contradições.

Esta pesquisa evidencia a importância que as trabalhadoras representam em relação à cidade e a esse fazer cotidiano, bem como a toda uma economia urbana. Nesse sentido, é importante ressaltar a necessidade de mais pesquisas que se proponham a pensar a dobra cidade-trabalho de rua, por uma perspectiva interseccional e corporificada. Pois, como busco apontar ao longo da pesquisa, as categorias hegemônicas que são utilizadas para leitura do trabalho dito “informal” não dão conta das diferentes vidas – e corpos – que o praticam, sobretudo as

mulheres negras. Portanto, para a ampliação do debate, de possíveis comparações e aprofundamentos, faz-se necessário este alargamento a fim de dar conta da infinidade de dimensões e complexidades que abarcam as vidas daquelas que fazem da rua seu espaço de trabalho, sobretudo para que possamos discutir de forma mais ampla a presença das mulheres no trabalho de rua, as implicações e atravessamentos na vida, na moradia, na família, no cotidiano. E foi a partir dessa tentativa de ampliar o debate que essa dissertação foi elaborada, direcionando-se para uma construção conjunta com as “margens”.

O trabalho de rua encarado como um modo de vida, tal como proposto nesta dissertação, é a forma que muitas mulheres, principalmente negras, encontraram de inserirem-se na economia e na cidade, sobretudo frente às interdições e ao não acesso igualitário ao mercado de trabalho, fruto das desigualdades e opressões, do racismo, do machismo e do sexismo. Questões discutidas em profundidade por Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento, cujas ideias me ajudaram a costurar as questões presentes neste trabalho, como evidenciado ao longo do texto.

Até 1950, a discriminação racial nas vagas de empregos era uma prática recorrente, como afirma Abdias Nascimento (2016), anúncios eram publicados com a seguinte advertência: “não se aceitam pessoas de cor”. E, mesmo após a promulgação da Lei Afonso Arinos<sup>1</sup>, em 1951, que proibia a discriminação racial, tais interdições continuavam a operar, se não explicitamente, de forma velada, cobrando “boas aparências” e “qualificações”. Dessa forma, o autor atesta que a democracia racial nunca existiu, tratando-se, pois, de um mito.

Ao tratar do trabalho de rua praticado por mulheres, busquei corporificar de quais mulheres estava tratando, nesse caso, mulheres negras, idosas, “chefes de família”, e de baixa renda. Levando em conta que “mulher” não é uma categoria homogênea, universal, como afirmam as autoras feministas negras (AKOTIRENE, 2019; HOOKS, 2019), o entendimento da distinção entre mulheres faz-se importante, uma vez que informam realidades e processos sociais e urbanos distintos. Nesse sentido, a interseccionalidade nos ajuda a pensar os sistemas de opressão – raça, gênero, classe, sexualidade, geração – que agem na vida, nos corpos e nas experiências urbanas e sociais vividas pelas trabalhadoras de rua. Segundo Carla Akotirene (2018, p. 19), a interseccionalidade é um sistema de opressão interligado no qual “não existe hierarquia de opressão” e onde é “difícil separar opressões de raça, classe e sexo porque, nas nossas vidas, elas são quase sempre experimentadas simultaneamente”.

---

<sup>1</sup> A lei tornou contravenção penal a discriminação racial por raça ou cor. Ela trouxe à tona o tema do “racismo”, evidenciando e apontando como crime o ato de racismo, contudo, na prática não houve efetivação, pois não havia condenação e o racismo continuava a operar. <https://www.palmares.gov.br/?p=52750>

Ao abordar uma prática de trabalho que se constitui historicamente nas cidades brasileiras – e também na América Latina, bem como em outras cidades do dito Sul Global -, a questão racial nos ajuda a compreender mais a fundo a historicidade do trabalho de rua, que não se faz apenas com os marcos do capitalismo e da industrialização, pois estamos falando de uma prática de trabalho que começou com a fundação do país: eram negras, negros e pobres que estavam nas ruas, trabalhando, circulando e/ou em pontos fixos; responsáveis pelo transporte, alimentação, limpeza urbana, etc. Eram responsáveis pela construção da cidade de Salvador (REIS, 2000, 2019; COSTA, 1991; SOARES, 1994).

Nesse sentido, proponho pensarmos o trabalho de rua também como uma herança africana (SANTOS, 2015; NOVAES, 2017), que traz consigo instrumentos, infraestruturas e expertises que foram construídas no espaço e no tempo, antes do e ainda no período colonial. Trata-se de uma herança, pois o trabalho de rua em Salvador começou com a diáspora africana no período escravocrata, com as ganhadeiras e ganhadores que carregavam consigo seus saberes advindos dos países africanos. Segundo Soares (1994, p. 53, 54), o trabalho de vendedora, desempenhado pelas ganhadeiras, apresenta proximidade com atividades desempenhadas em África, “onde eram consideradas exímias comerciantes [...] pois que em muitas sociedades africanas delegavam-se às mulheres as tarefas de subsistência doméstica e circulação de gêneros de primeira necessidade”.

Nesse sentido, não desconsiderando os processos históricos, sociais, econômicos e políticos que ocorreram no Brasil, sobretudo na Bahia, e que foram transformando essa prática de trabalho e a necessidade de se trabalhar na rua, é possível ver semelhanças, continuidades ou mesmo resquícios, de uma prática de trabalho que começou há séculos. Heranças que são vistas nos produtos e saberes, como com as Baianas de Acarajé, as trançadeiras, tão presentes no CHS, as vendas alimentícias, como frutas, legumes e, em alguns casos, carnes, conformando ‘aglomerados’ de trabalhadoras, quase como uma “feira”, ou um “canto” de trabalho, características que não são vistas apenas no centro, mas também em outras localidades de Salvador. Para além dessa dimensão de herança africana que atravessa o período colonial e persiste, transformada, contemporaneamente, se evidencia também aquilo que Kilomba (2020) denomina reencenação colonial, tal como observamos no tratamento e condução das trabalhadoras, por parte do poder público - municipal -, como as leis de posturas, decretos, cobranças de alvarás, perseguições policiais e, posteriormente, a atuação do “rapa”.

Retomando a questão dos sistemas de opressão, estes tornam-se mais evidentes nos dados acerca do trabalho, salário e escolaridade, reafirmando a sociedade desigual que vem sendo nutrida desde o período colonial:

No caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas. Ambas estão também sobrerrepresentadas no item desemprego. Homens brancos e negros estão sobrerrepresentados nas trajetórias de emprego formal e de trabalho autônomo, embora os últimos em menor proporção. Eles têm trajetórias marcadas pela instabilidade de forma mais marcante que os homens brancos, indicando maior vulnerabilidade (cf. Guimarães e Britto, 2008, pp. 51 ss<sup>2</sup>.) (HIRATA, 2014, p. 64)

A complexidade no acesso ao trabalho por parte das mulheres negras é um dos fatores de impacto, dadas as desigualdades sociais e de gênero, pois as mulheres negras e pobres “não podem se dar ao luxo de se tornarem trabalhadoras assalariadas”, como apresenta Patterniani (2019, p. 94), em decorrências da conciliação com suas responsabilidades e trabalhos familiares e de cuidado, pois, como afirma a autora, para que essas mulheres trabalhassem de carteira assinada, demandariam pagar alguém - quase sempre outras mulheres negras - para cuidar das filhas. Essa condição faz com que grande parte das mulheres, sobretudo negras e pobres, procurem trabalhos “flexíveis”, ditos “informais”, “autônomos”, em que seja possível conciliar o trabalho fora de casa com o trabalho de cuidado. Sobretudo porque estamos falando de mulheres que, em grande parte, são “chefes de família”, mães monoparentais (solos)<sup>3</sup>.

Além do fator da discriminação racial que coloca negras e negros fora das primeiras escolhas de trabalho, como abordado acima, há uma outra dimensão importante a ser considerada ao analisar o não acesso de grande parcela da população ao mercado de trabalho: a baixa oferta de empregos. Há uma desproporcionalidade entre o número de vagas e o número de trabalhadoras em busca de emprego.

É preciso (re)lembrar que a responsabilização social das mulheres pelas atividades de cuidado não advém da natureza nem é biológica, trata-se de uma construção social, em que foi imposto às mulheres este lugar de ‘responsáveis pelo lar’. A divisão entre esfera pública e esfera privada inaugurada pelo capitalismo, tornadas separadas e dicotômicas, define que a esfera pública é a esfera da razão, da política e, portanto, masculina. Às mulheres pertenceria a esfera privada, esfera do cuidado, do afeto e da domesticidade. Essa dicotomia esconde a ligação entre público e privado e o caráter político do trabalho de cuidado como um elemento fundamental da manutenção da sociedade (PATEMAN, 1996; SILVA, FARIA e PIMENTA, 2017). Ao

<sup>2</sup> Guimarães, Nadya Araujo & Britto, Murillo Marschner Alves de. (2008), “Genre race et trajectoires professionnelles: une comparaison São Paulo et Paris”. In: Maruani, M., Hirata, H. & Lombardi, M. R. (orgs.). *Travail et genre: regards croisés*. France Europe Amérique Latine. Paris, La découverte, pp. 46-60. [Em português, em Oliveira Costa *et al.* (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro, fgv, 2008.]

<sup>3</sup> É cada vez mais recorrente a existência de mulheres na postura de “chefes de família”, como vimos com as trajetórias e narrativas das interlocutoras, em que são as únicas responsáveis pela criação das filhas, sendo que, em alguns casos, não contam com redes de apoio familiares ou qualquer tipo de suporte. Com a pandemia, é crescente e frequente a incidência de mulheres trabalhando na rua com suas crianças - sendo que, em alguns casos, a criança também está trabalhando.

contrário do que se propaga, constatamos que as mulheres trabalhadoras de rua estão em constante mediação, tanto entre esses espaços ditos “públicos” e “privados”, bem como com as muitas camadas urbanas experienciadas por elas, em especial trabalho, moradia e família.

Essas dimensões vividas por essas mulheres dizem respeito à divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009). Referente ao espaço urbano, Siqueira (2015), em referência a Calió (1997), expõe a necessidade e importância de se pensar na articulação entre divisão sexual do trabalho e planejamento urbano, uma vez que mulheres e homens vivenciam a cidade de formas distintas (SIQUEIRA, 2015; SILVA, FARIA e PIMENTA, 2017; TAVARES, 2017; HELENE, 2019; GONÇALVES, ALBUQUERQUE, 2019), são afetadas de modos diversos pelas adversidades da vida urbana, devido às atividades e papéis dispostos a cada um. As mulheres, sobretudo as negras, são as mais afetadas, pois ao exercerem os trabalhos de cuidado e de manutenção da vida cotidiana, sua e dos seus, as desigualdades e crises dos serviços urbanos incidem diretamente a elas (HELENE, 2019).

No caso das trabalhadoras de rua, em específico, como bem evidenciou a pesquisa do Observatório das Metrópoles (2019), elas estão mais expostas a assaltos, assédios, violências, em comparação aos homens, bem como são elas que comumente têm suas mercadorias apreendidas pelo “rapa” em maior proporção. Há também uma desproporção no rendimento econômico entre homens e mulheres, pois, as mulheres têm que conciliar com o trabalho doméstico, resultando em uma jornada de trabalho menor na rua, mas conseqüentemente menores rendimentos.

Apesar dessas dimensões, as trabalhadoras de rua veem no trabalho de rua a possibilidade de “fazer a vida”, garantir o sustento de si e dos seus, a partir da cidade. Para a constituição e permanência dessas práticas de trabalho de rua, a dimensão territorial é indispensável, pois é a partir dela e do “ponto de trabalho” – da rua propriamente dita – que as trabalhadoras de rua tiram seu sustento, e vão além dele, construindo - e gerindo - sua vida.

Considero, assim como Graça Índias e Frédéric Vidal (2008), que falar da rua é falar da cidade; portanto, pensar nas práticas de trabalho que se dão na rua é também pensar nos processos de produção de cidade. Ao ocupar as ruas da cidade, as trabalhadoras tensionam padrões e usos pré-fabricados para a cidade, sobretudo no que diz respeito à lógica segregacionista de espaços ditos femininos e espaços masculinos, ou ainda espaço público e privado. Elas ocupam locais que não são pensados nem construídos inicialmente para elas, fixando-se em ruas e espaços públicos, quebrando essa barreira da invisibilização e evidenciando sua presença e suas ações no espaço urbano; mostrando que também são

produtoras de cidade. Nesse movimento, criam novos usos, adaptam espaços, criam urbanidades e territorialidades, como tenho discutido ao longo da dissertação.

Ao afirmar que as trabalhadoras fazem-produzem-constroem cidade no cotidiano, uma trama de situações, relações e acontecimentos se formam no tempo e no espaço, dada as ocupações do espaço, as redes de relações construídas, e a gestão cotidiana da vida, mas estas construções não se dão de forma simples, são permeadas por dificuldades, tensões, disputas e resistências. **Fazer a vida a partir da cidade e do trabalho de rua** é lidar com as ambiguidades da rua: condições ruins de trabalho, exposição ao sol e à chuva, longas jornadas de trabalho, frequentes repressões do “rapa”, tentativas de ordenamento, remoções, ao passo que também criam relações, afinidades, formas de proteção, de convívio, cuidado, e vivenciam ganhos e conquistas. Nessas diferentes tramas vividas na rua, as trabalhadoras se organizam para buscar soluções ou outras possibilidades para que “não saiam perdendo”, ou, ao menos, disputem também seus interesses, não aceitando facilmente situações impostas a elas.

Constroem no cotidiano negociações e limites, normas, regras e acordos, seja nos modos de fazer desse trabalho, no diálogo entre Prefeitura municipal e intervenções urbanas, como também nas relações entre trabalhadoras. Constroem políticas que visam, no fundo, a permanência nas ruas, melhores condições de trabalho, ganhos econômicos, segurança.

E, nesses processos, como visto, as trabalhadoras constroem seus territórios e territorialidades (HAESBERT, 2007). Apesar de as “guias” estarem concentradas nas ruas, onde a clientela poderia se caracterizar mais por transeuntes, ou por fazerem compras ocasionais, vemos um cenário diferente do esperado, marcado pela temporalidade da presença das trabalhadoras na rua, pelo tratamento e territorialidade que são construídos junto e/ou no entorno da “guia” – em particular nas “guias” de bebida –, tornando-a um ponto de concentração de pessoas e de encontros. Há construções de vínculos, uma “fidelidade” da clientela, que vai em busca da “guia” e do que ela proporciona: tratamento, preço, urbanidade, entre outras dimensões. Situação vista fortemente na Estação da Lapa e no “mato”, a partir da “guia” de Dália, onde os clientes encontram: música, bebida, ambiente para sentar, cerveja barata, local descontraído, pessoas conhecidas, novas pessoas para socializar. Essas situações dizem respeito à rede de relações tecidas na rua, as territorialidades ali construídas, que são pautadas pelo trabalho, mas não apenas, são relações afetivas, econômicas, de interdependência.

Para Haesbert (2007, p. 22), a territorialidade vincula-se à dimensão política e às relações econômicas e culturais, “pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao

lugar”. A partir do território e do ponto de trabalho, articulados à moradia, as trabalhadoras concebem suas territorialidades na cidade.

Em campo, ao falar sobre as dinâmicas urbanas, das redes de relações e das territorialidades, a filha de Tânia chama atenção para a importância que tem uma “guia” ou, no caso delas, a barraca, tanto para o espaço quanto para as redes de pessoas e famílias que estão por trás dela, reafirmando a dimensão de gestão da vida cotidiana, que articula trabalho-moradia-família:

*“A Prefeitura não consegue ver o tanto de pessoas que está por trás de uma barraca - ambulante, fornecedor de gelo, de cerveja, segurança, ajudante da barraca, carregador, depósito - e que por trás de cada uma dessas pessoas tem famílias que dependem uns dos outros, depende na verdade da permanência da barraca na rua - não é só o ambulante, a dona da barraca que perde, são várias pessoas, porque para a barraca estar aqui na praça e estar funcionando tem toda uma rede por trás”. (Encontro de pesquisa, 10.02.2022)*

Contudo, construir o centro de Salvador como território do trabalho de rua – e de moradia –, reivindicando-o enquanto território negro, da presença e resistência negra, é lidar, no cotidiano, com diferentes conflitos e disputas para permanecer nesse território. Disputas que vêm sendo travadas há muito tempo por essas trabalhadoras de rua, há pelo menos 40 anos, como visto. Uma vez que não é esta a imagem que a Prefeitura de Salvador quer relacionar ao centro, a mesma vem agindo com perseguições e constantes atuações do “rapa”, com projetos de ordenamento, especulações imobiliárias, parcerias público-privadas, visando interesses econômicos, por meio de políticas despossessórias, que operam a partir de perspectivas modernizadoras, são “sistemas de conhecimento anti-negritude, que historicamente situam os negros e geografias negras fora da modernidade - e de certa forma, até mesmo fora da humanidade”. (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, ROSA, 2020, p. 65, tradução livre).

Podemos pensar que os espaços em que negros e negras ocupam e estão, seja no trabalho ou na moradia, passam a sofrer com a ação de uma “política de branquidade”, ou uma “branquidade de estado”, como diz Paterniani (2019) – que destitui, controla, oprime e tenta eliminá-los. É uma política de “banimento racial”, como afirma Roy (2020), que tem como ação a expulsão dos corpos que são lidos/tidos como “perigosos” e “desordenados”. Nesse sentido, Cunha (2019, p. 26) afirma que “a forma que a população negra aparece nas ideias urbanísticas retira a especificidade de ser um lugar de maioria de população negra e a estigmatiza como lugar de produção espacial urbana informal”.

São dimensões vistas em algumas das ações da Prefeitura e do Governo do estado, como foi o caso da Feira do Couro, em que eliminaram uma Feira que era composta majoritariamente por negras e negros, em um território - a Barroquinha - que historicamente era ocupado por

peessoas negras. Reforçando o que dizem Figueiredo, Estévez, Rosa (2020, p.65, tradução livre) “quando afirmamos que os projetos oficiais de infraestrutura na Bahia são contra a negritude, nos significa que eles são planejados e implementados sem qualquer cuidado com os modos de existência de o povo negro a quem eles afirmam servir”<sup>4</sup>. Enfim, as intervenções também visam a retirada dessa população da rua, concentrando - e isolando - em ambientes fechados, como ocorre com a criação dos camelódromos.

Desse modo, a permanência, seja no trabalho ou na moradia, é, a todo tempo, ameaçada, pois “quem de fato perde o ‘controle’ e/ou a ‘segurança’ sobre/em seus territórios são os mais destituídos, aqueles que se encontram mais ‘desterritorializados’ ou, em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados” (HAESBAERT, 2007, p. 20). Resultado da insegurança da posse que assola tanto o trabalho quanto a moradia das mulheres negras.

Ainda assim, essa perda, ou tentativa de desterritorialização, não se concretiza por inteiro, pois o território e a permanência na rua dizem respeito à contínua construção de vida feita no tempo e no espaço pelas trabalhadoras de rua: no caso das interlocutoras desta dissertação são 40 anos batalhando cotidianamente para se fixarem e permanecerem em seus locais de trabalho e moradia. Vimos na trajetória de Cida e Dália que, apesar de projetos e tentativas de retirada dos seus territórios e pontos de trabalho, elas permaneceram: novas estratégias foram mobilizadas, construíram redes, novos pontos de trabalho, novas formas de ocuparem, de terem alguma segurança, tendo em vista permanecerem no centro. Pois, como diz Haesbaert (2007), não existe desterritorialização sem reterritorialização, já que o ser humano é um ser territorial.

Nesses processos sociais e espaciais as trabalhadoras de rua estão construindo cidade, articulando diferentes esferas na produção de urbanidades e territorialidades. No caso de Dália, como visto, ela não apenas constrói sua territorialidade, como faz questão de deixá-la evidente, diferenciando-se das demais trabalhadoras, tanto na constituição do ponto do trabalho quanto na ambiência criada: a disposição das cadeiras, o espaço que ocupa, o som, a adaptação no poste para ter um ponto de energia, a placa colorida que anuncia seus produtos, o isopor, entre outros elementos. Chega até a dar um nome ao território em que trabalha, “*mato*”, atribuindo-lhe identidade e significados. Não apenas concentrada no trabalho, a territorialidade conecta também a moradia, a escolha em e a luta por morar próxima ao trabalho, o depósito que possibilita ir abastecendo a “guia” com mais produtos ao longo das vendas.

---

<sup>4</sup> “When we affirm that official infrastructure projects in Bahia are anti-Blackness, we mean that they are planned and implemented without any care for the modes of existence of the Black people whom they claim to serve”.

Nas lutas urbanas, as mulheres, sobretudo negras e pobres, estão à frente dos agenciamentos cotidianos para sua existência, articulando trabalho, moradia, relações espaciais, urbanas e familiares. Ao refletir sobre as trajetórias e narrativas das interlocutoras, articuladas às dimensões ditas acima, observa-se que elas estão em constante mediação para garantia da vida. Articulando as várias esferas da vida urbana, sobretudo aquelas que estão a todo tempo tensionadas a se separar, como a casa e a rua, o trabalho e a moradia, a mulher e a cidade, os espaços públicos e os privados. Esferas que não são entendidas aqui como estanques ou dicotômicas, ao contrário, as mulheres embaralham, misturam, reorganizam essas esferas, por transitarem entre todas elas. Mediam a presença na rua com negociações entre trabalhadoras, poderes públicos, comércio “formal”, instituições, entre diversos agentes urbanos.

A discussão acima, relativa à mulher negra, à cidade e ao trabalho de rua, evidencia a importância da “guia” como articuladora dessas várias dimensões: configurando-se como um modo de vida, contribui na mediação das camadas da vida urbana pelas mulheres negras, trabalhadoras de rua. Como afirma Tânia, “*a vida tá aí para ensinar a gente a viver*”. Pensar a “guia” como um modo de vida é também encará-la como um lugar de saber, uma prática aprendente, em que as mulheres vão aprendendo no decorrer do trabalho, na temporalidade estendida, na presença na rua, nos “perrengues” cotidianos, nas alianças e redes, nos diálogos e trocas entre trabalhadoras, clientes, comércio “formal”. Com a presença e o tempo na rua vão adquirindo uma sabedoria própria, um “saber-fazer”. São sabedorias construídas de dentro, do cotidiano, de seus territórios, de suas experiências de vida. É o que fala Collins (2016, p. 100) ao se referir às mulheres negras, como *outsider within*: “Esse *status* de *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao *self*, à família e à sociedade”.

A “guia” como modo de vida, traz consigo subjetividades, afetações, gatilhos; ela garante a sobrevivência, mas não só, as mulheres negras reforçam em suas narrativas noções de “luta”, “progresso”, “vitória”, “guerrilha”, “conquistas” possibilitadas pelo trabalho que realizam. Trabalhar na rua possibilita que elas “sonhem”, “conquistem”, “acessem” espaços e coisas, dando sentido à vida e inserindo-as no mundo do trabalho e na cidade, espaços que comumente são negados, a todo tempo, às pessoas negras.

Ao pensar a “guia” como modo de vida, somos convidadas a adentrar no universo da casa, dada a estreita relação entre trabalho de rua e moradia, evidenciadas pelas narrativas e trajetórias. Ao contrário do que alguns estudos declaram, ao tomarem trabalho e moradia como dimensões apartadas, esta pesquisa evidencia o contrário, em diálogo com Antonádia Borges (2013), Eugênia Motta (2016), Mariana Cavalcanti (2004), Thais Rosa (2014), Luiz Antônio

Machado da Silva (2018). As narrativas e trajetórias das interlocutoras expressam o quão interdependentes essas dimensões são:

As relações de trabalho, especialmente falando do trabalho de rua, evidenciam o modo pelo qual os circuitos econômicos populares se enlaçam na gestão da vida cotidiana, imbricando-se, sobretudo, em suas lutas por um lugar para morar. Neste sentido, as investigações de Antonádia Borges (2013) sobre as casas das mulheres desde contextos de luta por um lugar para viver, ou seja, das lutas por moradia, contribuem a pensar sobre as aberturas e vínculos que são feitos desde o próprio lar, indicando que as relações de moradia não são estritamente domésticas, envolvendo lutas e enredamentos urbanos, especialmente vinculados ao mundo do trabalho. (BATISTOTI, LINHARES, 2021, p. 20)

Como discorre Borges (2013), a casa das mulheres representa o que elas são, diz respeito a um objeto de conhecimento e, igualmente, de um projeto político, projeto de uma vida inteira. Autoconstruída processualmente, temporalmente, essas casas são nutridas por desejos, lutas, a cada “guerra” vencida no cotidiano do trabalho de rua, como vimos com as trajetórias das interlocutoras. No caso das trabalhadoras de rua, ter uma casa – própria –, só foi possível através da “guia”, mas, para tanto, vários foram os processos de moradia vividos por elas: morar na rua, de aluguel, em “invasão”, migrar para outro estado na busca de “fazer a vida”; mas foi o trabalho de rua que possibilitou que construíssem suas casas.

Pensar os processos de moradia e a autoconstrução da casa a partir da “guia” permite também reposicionarmos a discussão da autoconstrução, que comumente é associada à “classe trabalhadora”, ao “proletariado” (MARICATO, 1982), evidenciando como as mulheres negras, trabalhadoras de rua, estão fazendo cidade a partir de seus trabalhos e de suas moradias.

Se hoje as trabalhadoras possuem suas casas – importante reiterar que cada interlocutora possui mais de uma – é resultado da batalha cotidiana nas ruas para materialização desta conquista. Mas as inseguranças e fragilidades não deixam de estar presentes, visto que sofrem ameaças de remoção, como vem ocorrendo na comunidade do Tororó, onde Dália vive: resultado da despossessão de renda e terra, que, no Brasil, é historicamente feminina e negra, como afirmam Helene, Lazarini e Andreotti, (2021).

A casa é representativa para as trabalhadoras de rua, configura-se como local de segurança, de tranquilidade<sup>5</sup> frente às instabilidades do trabalho de rua – situação que ficou bem evidente neste contexto de pandemia<sup>6</sup>. A casa dá suporte para que as mulheres preparem

<sup>5</sup> Tranquilidade neste sentido da instabilidade da “guia”, pois se adentrarmos no universo das casas, várias são as preocupações existentes, como a presença do tráfico, disputas entre polícia e facções, situações ditas por duas das interlocutoras.

<sup>6</sup> Com a impossibilidade de trabalhar na rua, vários foram os “contratempos” vividos pelas interlocutoras, sobretudo econômicos. Contudo, ter a casa e não viver de aluguel foi uma segurança a mais para conseguir lidar com os efeitos adversos da pandemia, bem como uma maior segurança quanto a não contaminação pelo vírus - com várias ressalvas. Nesse sentido, o trabalho e a moradia se retroalimentam, sendo um suporte do outro, ao passo que o trabalho de rua contribui para a manutenção da casa, a casa possibilita que permaneçam trabalhando na rua.

alimentos, organizem e armazenem os produtos para serem vendidos, guardem a “guia” e demais equipamentos, assim como é possível fazer da casa um ponto de venda e/ou trabalho – situações vistas nas trajetórias das interlocutoras. Tais discussões embaralham as dicotomias e análises simplistas que as encaram apenas como lugar do doméstico, do privado, e que não dão conta do morar de grupos negros e populares.

A “guia” articula, a todo tempo, trabalho e moradia, refletindo no cotidiano, nos cálculos de perdas e ganhos feitos pelas trabalhadoras de rua, mensurados a partir de medidas próprias, criadas pela experiência do trabalho na rua, como, por exemplo, definir qual é a melhor festa para vender, qual das festas compensa mais, qual terá mais concorrência, qual tem a maior probabilidade do “rapa” aparecer, se vale a pena colocar comida na “guia” em dias de grandes fluxos, se amplia a quantidade ou variedade dos produtos da “guia”, etc. Cálculos feitos também em relação à moradia, como o quanto de dinheiro será reinvestido na “guia” e quanto é o dinheiro para casa, se é o momento certo para uma reforma, se é possível fazer uma reserva de dinheiro para eventual imprevisto, entre outras situações.

Essas práticas econômicas se comunicam com outras dinâmicas da vida e do cotidiano, como “relações familiares, construções e transformações dos espaços materiais”. (MOTTA, 2016, p. 197) O dinheiro está permeando os espaços de trabalho e moradia, e, junto a eles, as relações constituídas nesses espaços, como foi identificado também por Motta (2016) e Silva (2017a) nas pesquisas com as “margens” e grupos populares. A possibilidade de negócios entre trabalhadoras e clientes não se apresenta unicamente pela via do dinheiro, nas redes de relações que envolvem a presença delas na rua, podem ocorrer trocas de serviços ou de favores, quando convém às partes envolvidas.

As trajetórias e narrativas das interlocutoras indicam que o trabalho de rua possibilitou uma ascensão social, ou, em outro sentido, permitem pensar o trabalho de rua como uma “função social” (GONÇALVES, 2021), que permitiu que construíssem suas casas, que Tânia pagasse escola e universidade para os filhos, que viajassem, que Dália construísse um depósito próprio. E o que relatam é que isso foi possível a partir dessa temporalidade estendida – e maleável – no trabalho de rua. Encarando-o como uma carreira, foi sendo construída aos poucos, sendo melhorada, ampliada conforme aprendiam as “manhas” e “táticas” de trabalhar na rua. Como carreira, é uma atividade que é passada de mãe para filhas, de geração em geração, como ocorre com Dália e Tânia.

Mas essa ascensão social não é fixa, não é garantia de segurança, como mostrou a pandemia: por mais que as interlocutoras tenham – hoje – um mínimo de estabilidade, a pandemia trouxe consequências, dificuldades, perdas, sobretudo por se tratar de um trabalho

em que não há nenhum tipo de seguridade social nem a garantia de direitos. Mas, sem essas práticas de trabalho, a manutenção das moradias, a sobrevivência delas e das filhas, sua liberdade e a própria dinâmica econômica da cidade, deixariam de ser asseguradas.

Por fim, trago algumas reflexões quanto ao ato de fazer uma “pesquisa implicada”, em conjunto, a partir de questões em que fui provocada a considerar e pensar acerca da metodologia proposta e da pesquisa de campo.

Foi no ato de pesquisar que fui aprendendo os processos de fazer pesquisa e me descobrindo enquanto pesquisadora. Foi a aproximação com as ruas do centro de Salvador e sobretudo o diálogo com as trabalhadoras, que proporcionou que eu conhecesse – um pouco que seja – a realidade do trabalho de rua e mesmo a cidade. Ao conhecer a realidade urbana e as trajetórias das interlocutoras, e através de suas narrativas, inquietava-me também pensar sobre os meus próprios processos em relação às cidades e às relações de moradia.

Dentre as dificuldades iniciais de uma pesquisadora “de primeira viagem”, a condução do campo representou o maior impacto, dúvidas relacionadas ao que fazer, como fazer, o que perguntar, como observar, como tecer relações, como absorver e “guardar” tantas histórias, relatos, desabafos, experiências que me eram narrados/confiados a cada encontro. Houve desafios também quanto a trabalhar a partir de trajetórias e não necessariamente de um território; o processo de conhecer as mulheres, estabelecer vínculos e a relação de pesquisa é um processo lento, que requer uma certa dependência do outro, neste caso, destas mulheres, para que a pesquisa acontecesse. Não dá para desconsiderar que são mulheres que estão na “correria” do dia-a-dia, com diversas questões para mediar e dar conta, tornando o estar ‘disponível’ e/ou interessada em dedicar um tempo para compartilhar sua vida, suas experiências, vivências e cotidiano, um grande desafio, ainda mais em um contexto pandêmico.

Outros processos também compõem a caminhada no percurso da pesquisa de campo e estão intrínsecos ao estabelecimento da confiança e da abertura para a comunicação. As trabalhadoras são atentas, por vezes desconfiadas, não são ingênuas, não revelam nem abrem sua vida despretensiosamente, ainda mais para uma “estranha”, como eu era no início da pesquisa. Dentre as três interlocutoras, Cida era a mais desconfiada, gostava mais de ouvir do que falar, era vaga e misteriosa em alguns momentos, como uma forma de se preservar, a vida lhe ensinou a ser cautelosa.

Cada ida a campo alimentava o crescimento da relação, construída no decorrer da pesquisa, devagar, um passo de cada vez, com uma porção de confiança, de abertura para diálogo, de compartilhamento, de descontração, de trocas, de afetos, de cuidados expressos em um r *“tá sumida”*, *“vai lá em casa, vou fazer um almoço para você”*, *“quer uma água”*, *“toma*

*essa cerveja pra você*”, de trocar presentes porque chegou o Natal...: a pesquisa era viva e fluida, como a dinâmica de trabalhar na rua e criar redes de relações - vivendo, trabalhando.

Contudo, mesmo com estes desafios, foi especial acompanhar, no decorrer da pesquisa, as várias possibilidades de análise, cruzamento, investigação, que puderam ser construídas a partir das trajetórias e narrativas, dentro da realidade e do tempo do mestrado, alargando minhas reflexões e sensibilidades sobre a cidade. Essas reflexões também contribuíram com o processo de me entender enquanto pessoa, pesquisadora e o meu agir político no mundo através da universidade, de modo a visibilizar, valorizar e potencializar essas práticas de fazer-cidade, para que elas alcancem outros patamares de direito e legitimidade. Assim, a partir de uma dimensão sensível e implicada, ética e política, me coloco aliada desde a universidade para com essas lutas e resistências de mulheres negras trabalhadoras de rua.

A pesquisa de campo trata também de relações, e minha presença na “guia”, interagindo com estas mulheres, ou apenas observando, causava, em determinadas situações, certa estranheza, desconfiança, tanto por parte das interlocutoras quanto das demais pessoas que compartilhavam dos espaços de pesquisa. As diferenças sociais e raciais algumas vezes eram colocadas explicitamente, como em um diálogo com um cliente de uma das interlocutoras, em que ele falou: *“mas é porque você não conhece a realidade da comunidade, talvez seja um espaço que você nunca nem foi”*; sem nem precisar verbalizar quem sou ou de onde venho, essas diferenças se expressam no corpo, no comportamento e na fala. Sendo comum também demarcarem minha condição de “estrangeira”, não só do território, mas também de Salvador, sobretudo por conta do sotaque. O que em alguns momentos foi também algo positivo, que motivava o diálogo, possibilitava trocas, mas em outros gerava certa desconfiança e atenção para com a minha presença.

Essas experiências e afetações proporcionadas pela pesquisa fizeram com que meu modo de ver a(s) cidade(s) e estas práticas de trabalho fosse alterado ao passo que conhecia de perto, e creio que posso dizer “de dentro”, a partir do que as trabalhadoras me proporcionaram e me permitiram acessar.

As práticas de trabalho das mulheres negras – e do trabalho de rua como um todo - fazem parte da dinâmica urbana de Salvador e historicamente da dinâmica da rua do centro, nesse sentido, essa pesquisa evidencia que, além de conviverem com as diferentes dinâmicas ali presentes, por hora conflitivas, as trabalhadoras, a partir de sua presença e seu trabalho reestruturam o centro o tempo inteiro. Pude compreender que existe todo um universo – bem mais amplo e complexo do que eu imaginava – de situações, movimentações, redes, modos de fazer, diversas tramas que fazem com que essas práticas de trabalho sejam possíveis e resistam.

Pois, muitas vezes, são reduzidas a uma visão simplória, estigmatizadora, discriminatória, desumanizada que as reduzem a apenas ‘pessoas que estão na rua’, ou ‘pobres coitadas que não tiveram sucesso na vida’, o que reforça estigmas e preconceitos, além das limitadas apreensões e interpretações diante destas práticas de trabalho. Pois como evidencia Motta (2016, p. 211):

Quando se trata de estudar pessoas que são, segundo muitos pontos de vista, pobres, a grande divisão se manifesta em considerar que estas pessoas se comportam de maneira irracional – não têm as capacidades necessárias para agir economicamente – ou são movidas apenas pela necessidade e pelo imediatismo. Os pobres seriam os verdadeiros *homo economicus*, movidos pela falta e pela busca de ganho imediato. Estas representações são comuns a formulações de diferentes vertentes ideológicas e atravessam pesquisas, políticas públicas e todo tipo de projeto de intervenção.

Sabe-se que há várias possibilidades de leitura e de reflexão quanto a estas práticas de trabalho, em sua maioria, lidas pela exploração e despossessão, as quais não desconsidero; porém, entendo que não sejam absolutas, bem como não dão conta dos modos de vida das trabalhadoras de rua. Ao tensionar abordagens totalizantes, quero chamar a atenção para como as trabalhadoras podem transitar entre as diferentes realidades econômicas e sociais que o trabalho de rua pode proporcionar. Pois, como podemos ver com esta pesquisa, essas trabalhadoras estão há 40 anos “fazendo a vida” a partir do trabalho de rua, processualmente foram conquistando espaços e materialidades, sendo a moradia uma das maiores conquistas ressaltadas por elas. Evidencia-se, dessa forma, a importância destas práticas de trabalho tanto para as mulheres, quanto para a cidade.

A pesquisa permitiu evidenciar que as trabalhadoras não vivem apenas imersas nas faltas, nas precarizações e na escassez, elas transitam entre momentos de “luta” e de “glória”, passam por dificuldades e apertos em determinados momentos, mas igualmente apostam, “guerreiam” em busca de alcançar seus desejos, não apenas para sobreviver, mas viver.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. Os saberes urbanos da antropologia. In: \_\_\_\_\_. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos.** Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Terceiro nome, 2011. p. 59-88. [Série Antropologia Hoje]
- AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro.** *MANA*, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- ALCÂNTARA, André *et al.* **Ambulantes e Direito à Cidade: trajetórias de vida, organização e políticas públicas** / André Alcântara; Francisco Comaru; Geilson Sampaio; Luciana Itikawa; Luiz Kohara; Maria Carolina Ferro. – Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013.152 p.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene. - São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 152p.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. – São Paulo ; Sueli Carneiro ; Pólen, 2019
- ALMEIDA, Paulo Henrique de. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana/** organização Inaiá Maia Moreira de Carvalho; Gilberto Corso Pereira – Salvador; Edufba, 2008. 228 p
- ALVES CORDEIRO, Vanessa et al. **Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e desde as margens da cidade.** Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. v.23, 2021.
- ROY, Ananya. **Racial Banishment.** Keywords in Radical Geography: Antipode at 50, First Edition. Edited by the Antipode Editorial Collective. 2020
- ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011
- ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência.** *Rev. Estud. Fem.* 13 (3). Dez 2005
- AZOULAY, Ariella. **Desaprendendo as origens da fotografia.** *ZUM - Revista de Fotografia*, n. 17 out., 2019. Disponível em: <https://revistazum.com.br/revista-zum-17/desaprendendo-origens-fotografia>. Acesso em: 13 set. 2021.
- BATISTOTI, Aleida Fontoura. **Trabalhadores de rua na Salvador do século XIX: de quem estamos falando?** Anais... XXX Simpósio Nacional de História – ANPUH. Recife, 2019.
- BATISTOTI, Aleida Fontoura; LINHARES, Juliana de Faria. **A “guia” como modo de vida: enlces entre trabalho e moradia desde e com mulheres das margens de Salvador.** 45º Encontro Anual da ANPOCS. 2021
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1994
- BERNARDINO, Débora Cristina de Almeida Mariano. **As condições de vida trabalho e saúde de mulheres vendedoras ambulantes: Um estudo observacional** / Débora Cristina de Almeida Mariano Bernardino. Niterói: [ s.n ], 2015. 72 f.
- BIASE, Alesia de. **Insistência Urbana: ou como ir ao encontro dos “imponderáveis da vida autêntica”.** *Redobra, Salvador*, n. 12, ano 4, p. 80-86, dez. 2012. Semestral.
- BILAC, Elisabete Dória. **Trabalho produtivos, trabalhos reprodutivos: As trajetórias femininas de trabalho e suas representações.** Perspectivas, São Paulo, 12/13 1990
- BIRMAN, Patrícia. **Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns.** In. BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

- BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos Pagu** (40), janeiro-junho de 2013:197-227.
- BOUÇAS, Rose Laila. **No olho da rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 268f. 2015.
- \_\_\_\_\_. **O trabalho na rua: uma relação entre espaço público, planejamento e direito à cidade** 2017 GOT, n.º 12 – Revista de Geografia e Ordenamento do Território - December – 2017
- \_\_\_\_\_; TUPINQUIM, Bruna Marques. Espaço de vida e de labuta: um relato sobre o trabalho de rua na Avenida Sete de Setembro. In: **Avenida Sete: antropologia e urbanismo no centro de Salvador** / Urpi Montoya Uriarte (Org.) – Salvador: EDUFBA, 2017.
- BENGOA, Cristina Carrasco; CORAL, Carmen Díaz. **Economía Feminista: Desafíos, Propuestas, Alianzas**. Economía feminista: desafios, propuestas, alianzas Primera edición: marzo 2017
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015
- CARERI, Francesco. **Transurbância + walkscapes Ten Years Later**. Redobra, Salvador, n. 11, ano 5, p. 235-247, 2014. Semestral.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANI CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, pp. 49-58.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Daniel Marostegan. Zonas de tensão: O arranjo extensionista como prática de ensino para outras formas do ofício em arquitetura e urbanismo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. 334f.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade Economia e Sociedade**, Campinas, (14): 153-174, jun. 2000.
- CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **About the house: Levi-Strauss and beyond**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1995
- CARVALHO, Inaia Maria Moreira. **Desigualdades raciais no espaço urbano**. Caderno do ceas. Revista crítica de humanidades. v. 45, n. 249. (2020)
- CAVALCANTI, Mariana. **O ambiente construído e a politização do cotidiano nas favelas cariocas**. CADERNOS METRÓPOLE, N. 12, pp. 65-93, 2º sem. 2004
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3º edição Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena, NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O pensamento político e a redemocratização do Brasil**. Lua Nova, São Paulo, 71: 173-228, 2007
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Trad. Juliana de Castro Galvão. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr., 2016.
- CORDEIRO, Graça Índias, VIDAL, Frédéric (orgs.). **A Rua: espaço, tempo, sociabilidade**. Lisboa: Livros Horizonte. 2008.
- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. **EKABÓ! Trabalho escravo, condição de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX**. 1989. 245f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador/Bahia. 1989a
- COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato: uma literatura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo** / Elizabeth Goldfarb Costa. – São Paulo : Nova Stella : Editora da Universidade de São Paulo, 1989b

- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. **Espaços Negros: “cantos” e “lojas” em Salvador no século XIX.** CADERNO CRH. Suplemento, p. 18-34, 1991.
- CUNHA, Aurineida Maria. **Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho.** *Rev. Katál. Florianópolis* v. 12 n. 1 p. 77-85 jan./jun. 2009.
- CUNHA, Henrique Junior; BIÉ, Estanislau Ferreira. **Bairros negros cidades negras** / Henrique Cunha Junior; Estanislau Ferreira Bié – Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2019.
- CURIEL, Pichardo Rosa. **Gênero, raça, sexualidad: debates contemporâneos.** [en línea] 2021
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El estado y sus márgenes.** *Etnografías comparadas Cuadernos de Antropología Social*, núm. 27, 2008, pp. 19-52
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe/** Angela Davis ; tradução Jeci Regina Candini. -1. Ed – São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Clímaco. **Práticas Socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: Relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador / Clímaco Dias.** – Salvador 285 f. 2017.
- DIAS, Maira Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** Editora Brasiliense. 1994
- DIAZ, Natalia Quiroga. GAGO, Verónica. **Uma mirada feminista de la economía urbana y los comunes en la reinención de la ciudad.** p. 87-120. In: *Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas.* BENGGOA, Cristina Carrasco, CORRAL, Carme Díaz org. 2017.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens /** Georges Didi-Huberman ; tradução Vera Casa Nova, Márcia Arbex. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2015. 328 p. : il. (Humanitas)
- DROIT, Roger-Pol. **Michel Foucault /** Entrevistas. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Graal. 2006
- DRUCK, Graça.; OLIVEIRA, L. P. **A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador.** *Revista VeraCidade – Ano 3 - Nº 3 – Maio de 2008.*
- DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. **Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- DURÃES, Bruno J. Rodrigues. **“Trabalho Informal”:** um paralelo entre os Trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. CADERNO CRH, Salvador, n. 37, p. 289-308, jul./dez. 2002.
- \_\_\_\_\_. **Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI** 2006. 230f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.
- ECKERT, Cornelia, ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Etnografia de Rua: Estudo de Antropologia Urbana.** *Revista Iuminuras* v. 4, n. 7. 2003.
- ENNE, Ana Lúcia S. **“Conceito de rede e as sociedades contemporâneas”.** *Comunicação e Informação*, v. 7, nº 2, jul./dez. 2004, p. 264 - 273.
- FALÚ, Ana. **El derecho de las mujeres a la ciudad. Espacios públicos sin discriminaciones y violências.** *Revista Vivienda y Ciudad* -ISSN 2422-670X -Volumen 1 -Diciembre 2014–Pp.10/28
- FARIAS, Juliana Barreto. **Mercados Minas Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890).** 2012. 294f. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo.** São Paulo: Editora Unesp/CEM/CEBRAP, 2011.
- FERREIRA, Apoena. **Racismo Antinegro e reordenamento socio-espacial em Salvador Bahia: a resistência do povo negro no Pelourinho – Centro Histórico de Salvador.** in: *Bairros negros cidades negras / Henrique Cunha Junior; Estanislau Ferreira Bié – Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2019.*

- FILHO, Milton Júlio de Carvalho; URIARTE, Urpi Montoya. **Panoramas urbanos usar, viver e construir Salvador**. Salvador: EDFUBA, 2014.
- FORTUNA, Carlos. Urbanidades invisíveis Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 31, n. 1 pp. 135-151. 2019.
- FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do império** / São Paulo: Edusp, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A rua no Brasil em questão (etnográfica)**. Anuário Antropológico, II, 2013.
- FRÚGOLI, Heitor Jr. São Paulo: **espaços públicos e interação social**/ Heitor Frúgoli Jr. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Centralidade em São Paulo: trajeto rias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez; Edusp, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Sociabilidade urbana** / Heitor Frúgoli Jr. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2007.
- \_\_\_\_\_. **As experiências de rua**. Resenha. Cordeiro, G. e VIDAL, F. (orgs.). A rua: espaço, tempo, sociabilidade. Lisboa, Livros Horizonte, 2008 (col. Horizonte Universitário, n. 78). 174 páginas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 24. Nº 71, 2009.
- FIGUEIREDO, Paula Morais. **O cotidiano de trabalho de vendedoras e vendedores ambulantes da rua Teodoro Sampaio na cidade de São Paulo: rotina, inventividade e múltiplas redes de sociabilidade** / Paula Morais Figueiredo; orientador Marcelo Afonso Ribeiro. -- São Paulo, 2016. 152 f.
- FIGUEIREDO, Glória C. Santos e ESTÉVEZ, Brais. **Perícia popular do Centro Histórico de Salvador – Vida urbana Negra e Máquina Patrimonial**. Disputas em torno do espaço urbano : processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade / John Gledhill, Maria Gabriela Hita, Mariano Perelman, organizadores. – 2 ed. - Salvador : EDUFBA, 2020.
- \_\_\_\_\_.; ESTÉVEZ, Braiz; ROSA, Thaís Troncon. The Black City: Modernisation and fugitivities in Salvador, Bahia, Brazil. **Radical Housing Journal**, v. 2, p. 55–82, dec. 2020.
- FILHO, Alberto Heráclito Ferreira. **Salvador das Mulheres, condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque Imperfeita**. 1994.223f. Dissertação (Mestrado em História) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1994.
- FONSECA, Carolina F. da. **Baianas do acarajé: Patrimônio urbano imaterial? IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura/ Faculdade de Comunicação/ Universidade Federal da Bahia, 2008.**
- FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”**. VI RAM, Mesa redonda trayectorias y diversidades: las estrategias en investigación etnográfica, Montevideo, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Quando cada caso NÃO é um caso Pesquisa etnográfica e educação**. Revista Brasileira de Educação nº 10 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GALINDO, Ernesto; JÚNIOR, Jorge. **A Cor da Moradia: apontamentos sobre raça, habitação e pandemia**. Boletim de Análise Político-Institucional | n. 26 | Mar. 2021.
- GARCIA, Marcos Roberto Vieira *et al.* **“Mulheres guerreiras”: identidade feminina e profissional entre vendedoras ambulantes da cidade de São Paulo**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 13, n. 1, pp. 27-42, 2010.
- GRAFMEYER, Yves. **Sociologia urbana**. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1994.
- GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal** (Salvador, 1780-1860) / Richard Graham; tradução Berilo Vargas. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** / Mirian Goldnberg – 8ª ed – Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GONÇALVES, Rafael Soares, BAUTÈS, Nicolas, MANEIRO, Maria. **A Informalidade Urbana em Questão. O Social em Questão - Ano XXI - n° 42 - Set a Dez/2018.**
- GONÇALVES, Rafael Soares. **Aspectos materiais da informalidade como recurso urbano: o caso das favelas do Rio de Janeiro** Caderno de Geografia, v.31, n.64, 2021.
- GONÇALVES, Lua Almeida Bittencourt ALBUQUERQUE, Maria Braga. **A mobilidade nas cidades da metrópole: uma questão de gênero.** XVIII ENAPUR Natal. 2019.
- GONZALEZ, Lélia. **Cultura, Etnicidade e Trabalho:** Efeitos Linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh. 1979.
- \_\_\_\_\_.; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In:Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- GORDILHO-SOUZA, Ângela. **Limites do habitar:** segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HAESBERT, Rogério. – Territorialidade e multiterritorialidade: um debate. *Geographia* – Ano IX – Nº 17. 2007.
- HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- HIRATA, Daniel. **Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo:** grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo. In. BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.
- HIRATA, Helene; KERGOAT, Danièle. “**Novas configurações da divisão sexual do trabalho**”. Caderno de pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007; pp. 595-609.
- HIRATA, Helene. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. pp. 61-73 2014.
- HELENE, Diana Ramos. **O teto e a rua.** Ponto Urbe [Online], 3 | 2008.
- \_\_\_\_\_. “**Preta, pobre e puta**”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga / Diana Helene. -- Rio de Janeiro, 2015. 334 f.
- \_\_\_\_\_. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia.** Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019.
- \_\_\_\_\_. “**Eu quero sair daqui!**”: do isolamento doméstico a coletivização do cuidado In: Coronavírus e as cidades no Brasil : reflexões durante a pandemia / organizadoras: Andrea Borges, Leila Marques. – Rio de Janeiro : Outras Letras, 2020. 208 p.
- \_\_\_\_\_. LAZARINI, Kaya.; ANDREOTTI, Maria Beatriz A gestão dos cuidados tem gênero, raça e classe: as zonas de sacrifício da Covid-19 nas cidades brasileiras. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 21, n.1, p. 28-43, 2021.
- HITA, Maria Gabriela. **A Casa das mulheres n’outro terreiro:** famílias matriarcais em Salvador - Bahia. Salvador: EdUFBA, 2014.
- HOLTHE, J. M. O. **Quintais Urbanos de Salvador:** Realidades, Usos e Vivências no Século XIX. 2002. 284f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2002.
- hooks, beel. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- \_\_\_\_\_. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras** / bell hooks; tradução Bhuvi Libânio. – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019. 176p.

\_\_\_\_\_. **E eu não sou uma mulher?** : mulheres negras e feminismo / tradução Bhuvi Libanio. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019. 319 p.

\_\_\_\_\_. Choosing the margin as a space of radical openness. In: \_\_\_\_\_. **Yearning: race, gender and culture politics**. Cambridge: South End Press, 1990, p. 223-225.

INGOLD, Tim. **Antropologia não é Etnografia**. INGOLD, Tim. Epilogue: “Anthropology is *not* Ethnography.” In: \_\_\_\_\_. *Being Alive*. Routledge: London and New York, 2011. pp. 229-243. Tradução feita por Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles

INGOLD, Tim, Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação** (Porto Alegre), v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez. 2016.

IPHAN. **Ofício das Baianas de Acarajé**. Dossiê Iphan . 2014. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\\_OficioBaianasAcaraje\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_OficioBaianasAcaraje_m.pdf) Acessado em: 14 de maio de 2021.

IZELI, Rafaela Lino. **Domingos : camadas políticas sobre a Avenida Paulista** / Rafaela Lino Izeli. – Salvador, 238 f. 2020.

ITIKAWA, Luciana Fukimoto. **Geometrias da clandestinidade: o trabalho informal no centro de São Paulo. Caminhos para o centro:** estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. 2004

\_\_\_\_\_. **Vulnerabilidades do trabalho informal de rua - violência, corrupção e clientelismo**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 136-147, jan./mar. 2006

\_\_\_\_\_. **Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 18, n. 1, p. 57-76, jan/abr, 2016.

JACINTO, Pablo Matheus dos Santos, SANTOS, Carla Liane Nascimento. **Contribuição histórica para a representação social da categoria dos vendedores ambulantes pela população de Salvador**. Opará - Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, ano 1, vol. 2, jun./dez. 2013

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra; DRUMMOND, Washington (org.). **Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea**. Salvador: Edufba, 2015. p. 47-94. (Coleção PRONEM, t. IV).

JACQUES, Paola Berenstein, DRUMMOND, Washington. CALEIDOSCÓPIO: PROCESSO PESQUISA. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra; DRUMMOND, Washington (org.). **Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea**. Salvador: Edufba, 2015. p. 47-94. (Coleção PRONEM, t. IV).

JACQUES, Paola Berenstein .In: FILHO, Milton Júlio de Carvalho; URIARTE, Urpi Montoya. **Panoramas urbanos usar, viver e construir Salvador**. Salvador: EDFUBA, 2014.

JUNIOR, Dilton Lopes; JACQUES, Paola Berenstein; SILVA, Ramon Martins da. Narrar por relações I. fragmento, o intervalo, a imaginação. In: **Nebulosas do pensamento urbanístico**. – Tomo III. Salvador: EDFUBA, 2020.

KAPP, Silke. **Direito ao espaço cotidiano:** moradia e autonomia no plano de uma metrópole Cadernos Metrópole, vol. 14, núm. 28, julho-diciembre, 2012, pp. 463-483 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, Brasil

KERGOAT, Danièle. “**Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**”. In: HIRATA, Helena; LABOIRE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009; pp. 67-75.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano / tradução Jess Oliveira. – 2ed. – Rio de Janeiro : Cobogó, 2020. 248 p.

KOFES, Suely. **Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites**. Cadernos Pagu (3) pp. 117-141, 1994.

- KOFES, Suely.; MANICA, Daniela. **Vida & grafias: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia**. Editora Lamparina, 412p, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides Joao de Barros. Série Temas. Volume 24. Sociologia e política. 1991
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006
- LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2001.
- LIMA, Vítor Henrique Guimarães. **Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”**: imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca. *Temporalidades – Revista de História*, Edição 32, v. 12, n. 1. 2020
- LINHARES, Juliana de Faria. **A moradia autoconstruída como processo de morar da população de baixa renda: Um olhar para além da precariedade**. XVIII ENAPUR Natal, 2019.
- LUISELLI, Valeria. **Rostos na multidão**. Ed. Alfaguara, 168f. 2012
- MACEDO, Roberto Sidnei; MACEDO DE SÁ, Silvia Micheli. **A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entretencimentos**. Currículo sem Fronteiras, online, v. 18, n. 1, p. 324-336, jan./abr. 2018.
- MACHADO da SILVA, Luiz Antônio. **O mundo popular: trabalho e condições de vida / Luiz Antonio Machado da Silva; organizadoras Mariana Cavalcanti, Eugênia Motta, Marcella Araujo - Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2018.**
- MAIA, Ana Cláudia Nogueira. **Redes do Comércio de rua de Salvador**, Bahia. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 45-56, mai./ago. 2015.
- MARCUS, George. **What Is At Stake—And Is Not—In The Idea And Practice Of Multi-Sited Ethnography**. *Canberra Anthropology* 22, 6-14, 1999.
- MARCUS, George. **Etnografía en/del sistema mundo. El mundo. El surgimento de la etnografía multilocal. Alteridades**, julio-diciembre, año/vol. 11, número 022 Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa Distrito Federal, México pp. 111-127. 2001.
- MAGNANI, José Guilherme. (1996). Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In J. G. Magnani y L. de L. Torres (Orgs.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- \_\_\_\_\_. **De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana**. *RBCS* Vol. 17 n° 49, junho/2002.
- \_\_\_\_\_. **Etnografia como prática e experiência**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009
- MALUF, Sônia Weidner. **Antropologia, narrativas e a busca de sentido**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 12, p. 69-82, dez. 1999
- MARCELIN, Louis Herns. “**A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano**”. *Mana* 5(2):31-60, 1999
- MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1982.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia: A cidade do Salvador e seu Mercado no século XIX**, São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia, século XIX: Uma província no Império**. Trad. De Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 747 p, 1992.
- McKittrick, Katherine. **On plantations, prisons, and a black sense of place**. *Geografia Social e Cultural*, 12 (8), 947-963, 2011

- MONTEIRO, Indira Lazarine Catoto. **Modos de vida e de trabalho das mulheres que zungam em Luanda**/Indira Monteiro – São Paulo: PUC, 181f. 2012.
- MONTEIRO, Adriana Roseno, VERAS, Antônio. **A questão habitacional no Brasil**. Mercator (Fortaleza) 16, 2017
- MOREIRA, Paula Adelaide Mattos, OLIVEIRA, Antônio M. Lima, BRASILEIRO, Tiago. **Limitações e superações**: O caso da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Bairro do Tororó, Salvador, Bahia. III Seminário nacional sobre urbanização de favelas – URBFAVELAS Salvador - BA – Brasil. 2018
- MOTTA, Eugênia. **Casas e economia cotidiana**. In: Vida Social e Política nas Favelas pesquisas de campo no Complexo do Alemão Vida Social e Política nas Favelas. Org. Rute Imanishi Rodrigues. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Tradução Fernando Santos. wmf Martins fontes. São Paulo. 2015
- MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1988
- MOURA, Alessandra Soares. SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy. **Pelos “cantos” da cidade**: usos e apropriações de espaços urbanos por trabalhadores de rua no Centro de João Pessoa, Paraíba. Rev. Bras. Estud. Urb anos Reg., RECIFE, V.18, N.2, p.307-324, MAIO-AGO . 2016
- MOURAD, Laila. FIGUEIREDO, Glória Cecília. BALTRUSIS, Nelson. **Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador**: modos, formas e conteúdos. Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 437-460, nov 2014
- MORTIMER, Junia. Pensar por imagens. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo I - modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018. p. 148-175.
- MONTOYA URIARTE, Urpi. Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas. **ReDobra**, Salvador, ano 3. Nº 10, 2012
- \_\_\_\_\_. Olhar a Cidade Contribuições para a Etnografia dos Espaços Urbanos. **Ponto Urbe** [Online], 13, posto online no dia 31 Dezembro 2013a.
- \_\_\_\_\_. Como narrar o campo: reflexões provocadas pela oficina “Insistências urbanas”. **ReDobra**, Salvador, n.12, p. 130-135. 2013.b
- \_\_\_\_\_. Produção do espaço urbano pelos homens ordinários: Antropologia de dois micro-espaços na cidade de Salvador. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p.115-134, ago./dez. 2014
- \_\_\_\_\_. MACIEL, Maria Eunice. (Org.). **Cidades, patrimônio e memória social**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2016
- \_\_\_\_\_. **Avenida Sete. Antropologia e urbanismo no centro de Salvador**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2017. v. 1. 274p
- \_\_\_\_\_. **Entra em beco, sai em beco: formas de habitar o Centro**: Salvador e Lisboa. Salvador: EDUFBA, 2019a.
- \_\_\_\_\_. Habitar casarões ocupados no centro histórico de Salvador, Bahia, Brasil: velhos cortiços e novas experiências e direitos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 383-393, Maio/Ago. 2019b
- NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho**. In: RATTTS, Alex, **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kuanza, 2007
- NASCIMENTO, Denise Morado. **A autoconstrução na produção do espaço urbano**. In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (orgs) Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, p. 217-230. 2011
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado / Abdias Nascimento – 3 Ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

- NETO, Jorge P. Medeiros. VEIGA, Felipe Berocan. **“Praça da Cantareira”**: usos e práticas informais em um espaço público de Niterói. *O Social em Questão* - Ano XXI - n° 42 - Set a Dez/2018.
- NETTO, Vinicius. **A urbanidade como devir do urbano**. In: *Urbanidades*. / Douglas Aguiar e Vinicius M. Netto, organizadores – Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- NOVAES, Bruna Portella. **Embranquecer a cidade negra: gestão do trabalho de rua em Salvador no início do século XX**. Dissertação (mestrado), Faculdade de Direito. Universidade de Brasília. 144f. 2017
- OBSERVATÓRIO das Metrôpoles. **Panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/ Movimento Unido dos Camelôs, 2019.
- OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008
- OLIVEIRA, Anita Loureiro. **Por uma episteme dialógica, sensível e criativa: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro**. *Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ)*, ano 08, n. 1, pags. 13-29, jan/jun. 2012
- PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2013
- PATEMAN, Carole. **Críticas feministas a la dicotomía público/privado**. In: *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona: Paidós. 1996
- PATERNIANI, Stella. **São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- PATERNIANI, Stella. **Raça e cidade: para decolonizar a produção de conhecimento sobre São Paulo**. Dossiê Atlântico: trânsitos, memórias e perspectivas. n. 2 (2020): América - revista da pós-graduação da escola da cidade
- PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. 2015. 306f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015
- \_\_\_\_\_. Apontamentos sobre a dimensão imaginativa da existência negra nas cidades. In: *SALVADOR E SUAS CORES*, 4., 2018, Salvador. **Anais do IV Salvador e suas cores**. Salvador: UFBA, 2018
- \_\_\_\_\_. **Direito à cidade e questões raciais**. *Revista de divulgação científica coletiva. COLETIVA*, Dossiê 24, | *Direito à Cidade*, Fev. Mar. Abr. Mai. 2019.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **China-Paraguai-Brasil uma rota para pensar a economia informal**. *RBCS* Vol. 23 n° 67 junho/2008.
- \_\_\_\_\_. ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **A rua como estilo de vida: Práticas cotidianas na ocupação do centro de Porto Alegre por Camelôs**. *Revista Iluminuras* v. 4, n. 7 2003
- PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. **Precariedade Ocupacional: uma questão de gênero e raça**. *Estudos Avançados*, 29 (85), p. 137-151, 2015
- PINHO, Isabela Vianna. **Casa de mulher: os circuitos cotidianos de cuidado, dinheiro e violência em São Carlos/SP** / Isabela Vianna Pinho. -- 2019. 201 f.
- PORTELA, Thais de Bhanthumchinda. **O CAMINHO DA AÇÃO ENTRE O PADRÃO E A GAMBIARRA**. In: *Cadernos PPG-AU/FAUFBA / Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo*. - Ano 5, número especial, (2007) - Ana Clara Torres Ribeiro (Org.). - Salvador : PPG-AU/FAUFBA, 2007
- PORTELA, Thais de Bhanthumchinda. **O exu do percurso**. *Redobra* n° 13. Ano 5. Local: Editora, 2014. p. 152
- QUEIROZ, Lais Helena C. Rodrigues. **Entre legados coloniais e agências: as zungueiras na produção do espaço rubano de Luanda** / Lais Helena Custodio R. de Queiroz – Brasília, 131p. 2016

- RAMOS, Maria Estela Rocha. **Bairros Negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos - um estudo empírico-conceitual no bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- RATTS, Alecsandro JP. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras**. XXVII Encontro Anual da ANPOCS. GT Relações Raciais e Etnicidade. Articulando gênero e “raça”. 2003
- RABOSSI, Fernando. **Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai)**. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. vol. 15 (1) | 2011
- REBOUÇAS, Fádía dos Reis. **Periferia e economia informal urbana: camelôs do bairro de São Caetano, Subúrbio Rodoviário da Metrópole Baiana**. *Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. XV, nº 938, 30 de agosto de 2011.
- REBOUÇAS, Thais de Miranda. **Costurando escalas: 7ª etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador, Programa Monumenta e BID** / Thais de Miranda Rebouças. 2012. 186 f. : il.
- REGINENSI, C. **Etnografia de atividades de comércio informal: do social ao político, fronteiras flexíveis, jogos de atores na metrópole do Rio de Janeiro**. O Social em Questão - Ano XXI - nº 42 - Set a Dez/2018.
- RÊGO, Jussara. **Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros na Região Metropolitana de Salvador, Bahia**. GeoTextos, vol. 2, n. 2, 2006. Jussara Rêgo 31-85
- REIS, João José. **A greve negra de 1857 na Bahia**. In: Revista da USP, São Paulo, n. 18, jul. ago. 1991.
- \_\_\_\_\_. **De olho no canto: Trabalho de Rua na Bahia na véspera da abolição**. Afro-Ásia2, p.199-242, 2000
- \_\_\_\_\_. **Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia**/ João José Reis. – 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- Rocha, Maria Isabel Costa Menezes da. **O dispositivo de pacificação dos espaços públicos urbanos através de um percurso pela Avenida Sete de Setembro** / Maria Isabel Costa Menezes da Rocha. 290 f.
- ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras** (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Revista de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n.17, 1989, p.29-41
- RUGEL, Gustavo Cuesta. **A pandemia e seus efeitos na informalidade trabalhista**. LatinoAmerica21. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/a-pandemia-e-seus-efeitos-na-informalidade-trabalhista/> Acessado em: 29 de abril de 2021.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana**. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set./dez., 2005.
- RIBEIRO, Ana. Clara. Torres. **Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos**. In: BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. (org.). *Corporcidade: debates, ações e articulações*. v.1, p. 24-41. Salvador: EDUFBA,2010.
- PIEROBON, Camila Moreira. **Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate**. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2018. 325 p.
- ROSA, Thaís Troncon. **Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., Caxambu, 2009. **Anais eletrônicos do XXXIII Encontro Anual da ANPOCS**. São Paulo: ANPOCS, 2009. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs/gt-28/gt01-20>>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- \_\_\_\_\_. **Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares**. 2014. 391 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

- \_\_\_\_\_. **Da “casa própria” à casa manjada: dinâmicas socioespaciais e vulnerabilidades territorializadas nas periferias urbanas.** In: **Encontro Anual da Anpocs**, 39., 2015, Caxambu, Anais..., Caxambu: 2015. p. 1-37.
- \_\_\_\_\_. Pensar por margens. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I - modos de pensar.** Salvador: Edufba, 2018. p. 176-204.
- \_\_\_\_\_. O fazer-cidade entre deslocamentos e vizinhanças: reflexões baseadas nas trajetórias urbanas de mulheres em busca de moradia no estado de São Paulo. **Contemporânea**. v. 9, n. 3 p. 723-744 Set.–Dez. 2019
- SALVITTI, Adriana. *et al.* **O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 1999, 2 (1), 1-23
- SANT’ANNA, Márcia. **A recuperação do Centro Histórico de Salvador: Origens, sentidos e resultados.** Revista RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura. N. 8 V. 6, n. 1 (2003) Rua 8
- \_\_\_\_\_. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990.** Salvador: Edufba, 2017.
- SANTOS, Leandro Max Peixoto. **Atolado em Sargaços fluxos da “cultura” na saldador do capital e dos sonhos.** Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, 310f. 2016
- SANTOS, Milton. **Fatores que retardam o desenvolvimento da Bahia: A falta de indústrias.** 1959a
- \_\_\_\_\_. **O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana.** Salvador: Livraria Progresso, 1959b.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e metodológico da Geografia/ Milton Santos em colaboração com Denise Élias.** – 6º ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014
- SANTOS, Orlando Almeida dos. **Dos cantos aos camelódromos: comércio de rua e territorialidade negra no centro antigo de Salvador / Orlando Almeida dos Santos.** – 2015. 170 f.
- SANTOS, Antônio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 12, página 44-51, 2018.
- SARTI, Cyntia Andersen. **Contribuições da Antropologia para o estudo da família.** Psicologia USP, S. Paulo 3(1/2), p. 69 – 76, 1992
- SARTI, Cyntia Andersen. **A família como espelho.** Um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas. Universidade de São Paulo 1994. 215p.
- SILVA, Alaiane de Fátima dos Santos; SANTOS, Iara Amora dos; SILVA, Eleutéria Amora da. **Trabalhadoras Ambulantes: Vida, Trabalho e Direitos.** Rio de Janeiro, Casa da Mulher Trabalhadora – CAMTRA, 2011.
- SILVA, Marcelle Carvalho de Araújo. **Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos, no Rio de Janeiro / Marcella Carvalho de Araujo Silva.** –133f. 2017a
- SILVA, Fernanda Priscila. **Mulheres pobres em circulação: aprendizados e saberes construídos na batalha nas ruas de Salvador.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade Estadual da Bahia. Salvador,. p. 197, 2017b
- SILVA, Ana Flávia Costa da. As mulheres na disputa pelo território: sobre autonomia e direito à moradia. **SESSÃO TEMÁTICA 5: Habitação e a produção do espaço urbano e Regional. XVII Enanpur.** São Paulo. 2017c
- SILVA, Nathalia Alves. **Feminismo negro e produção do espaço [manuscrito]: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial / Natália Alves da Silva,** 2018.
- SILVA, Rubens Rodrigues, FILHO, Eduardo Gomes da Silva. **Na rua é meu trabalho: análise dos conflitos entre os camelôs e o poder público municipal de Manaus na década de 1970.** Revista Manduarisawa Manaus, vol. 2, nº 01 2018

- SILVA, Anna Raquelle Edington. Anselmo da Silva. **“Pegue a visão” Dinâmicas do fazer a rua como moradia na cidade de Salvador**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador 139 f. 2020.
- SILVA, Natália Alves.; FARIA, Daniela de Oliveira.; PIMENTA, Marília. Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate. São Paulo: **XVII ENANPUR**, 2017
- SILVEIRA, Renato da. O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto. **Resgate da Memória**. Ano 2, Nº 4. Abr. 2015
- SIQUEIRA, Lucia de Andrade. **Por onde andam as mulheres**: percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no centro do Recife / Lúcia de Andrade Siqueira. – Recife: O Autor, 161 f.: il,2015.
- SIMAS, Luiz Antônio. RUFINO, Luiz. **A ciência encantada das macumbas**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2018. 124 p.
- SIMAS, Luiz Antônio. RUFINO, Luiz. **Encantamento sobre política de vida**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- SIMAS, Luiz Antônio. **O corpo encantado das ruas** /Luiz Antonio Simas. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020.
- SIMAS, Luiz Antônio, **Arruaças** : uma filosofia popular brasileira /Luiz Antônio Simas, Luiz Rufino. Rafael Haddock – Lobo. 1 ed. – Rio de Janeiro ; Bazar do tempo, 2020.
- SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. 1994. 126f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 1994.
- SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, 1996.
- SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago Editora; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**/ Marcelo Lopes de Souza. – 2013. 1 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SOUZA, Maressa *et al.* **Modos de vida e modos de habitar na moradia autoconstruída Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo** - Risco 16\_1 iau-usp. 2018
- TANAJURA, Matheus Caldas. VALLADÃO, Solange Gomes. **Revitalizar onde há vida? Projetos antidemocráticos e a insurgência de ações populares coletivas no Centro Antigo de Salvador**. urbBA. Urbanismo em comum 2017.
- TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero** / Rossana Brandão Tavares. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2015.
- TEIXEIRA, Aparecida Netto, ESPIRITO SANTO, Maria Teresa Gomes. **A ZEIS de Vila Nova Esperança**: habitação de interesse social no Centro Histórico de Salvador (Pelourinho/BA). Revista VeraCidade – Ano IV - Nº 4 – Março de 2009
- TELLES, Vera Silva; CABANES, Robert. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios/ organizado por Vera da Silva Telles, Robert Cabanes. – São Paulo : AssociaçãoEditorial Humanitas, 2006.
- TELLES, Vera Silva. **Ilegalismos Urbanos e a Cidade**. Novos Estudos 84. Julho 2009.
- TELLES, Vera Silva; HIRATA, Daniel Veloso. **Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 2. Nov. 2010.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. “Centro e Centralidade: uma questão recente”. In: CARLOS, Ana Fani A. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs). **Geografias das Metrôpoles**. São Paulo: Ed.Contexto, 2006.

TRIQUELL, Augustina. **Fotografias e histórias: la construcción narrativa de la memoria y las identidades en el álbum fotográfico familiar**. Montevideo: Centro de Fotografía, 2012.

VALLADARES, Lícia. **Os dez mandamentos da observação participante**. Resenha In: William Foote WHYTE. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005; 2007

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia-histórica da presença negra no espaço urbano /Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 189 f. 2017.**

VALLADÃO, Solange. **Portal de Santa Luzia: Uma alegoria para a relação entre segregação social e as formas de fazer cidade e urbanismo no Centro Histórico de Salvador / Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia. 148 f Salvador,2017.**

ZARIAS, Alexandre., LUNA, Suzy Nobre ; QUEIROZ, Felipe Resk. Mulheres e o direito à moradia: a função social da propriedade na perspectiva de gênero. 17o Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – Redor. João Pessoa, 2012.

WEIGAND, Gabriele; HESS, Remi. A Escrita Implicada. **Revista Reflexões e Debates**, p. 14–25, 2006.

WEIL, Andreza Gomes. PINHEIRO, Maria J. da Silva. **Mulheres camelôs do Centro Histórico de Manaus: Identidade e condições de trabalho na praça da Matriz**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

WHYTE, William Foote. **Treinando a observação participante**. In: Desvendando mascaras sociais. Alba Zaluar Guimarães. 2ª edição. Livraria Francisco Alves Editora. 1975

WHYTE, William Foote. **Sociedade da Esquina = Street corner Society**> a estrutura social de uma área urbana pobre e degrada / William Foote Whyte; tradução Maria Lucia Oliveira; revisão técnica, Karina Kuschnir; apresentação Gilberto Velho. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005

### Leis, decretos e documentos

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Código de Polícia Administrativa do Município do Salvador. **Diário Oficial do Município**, Salvador BA, 28 dez. 1973.

\_\_\_\_\_. **Cadastro de Equipamentos em logradouros públicos zona experimental**. Prefeitura Municipal do Salvador. Secretaria de Serviços Públicos. 1981

\_\_\_\_\_. Centro do Planejamento Municipal. **O informal em Salvador: política e propostas**. vol. 1 e 2. Salvador: 1992a.

\_\_\_\_\_. Centro do Planejamento Municipal. **Caderno de projetos**. VI – Ordenamento do comércio informal – Relógio de São Pedro / Joana Angélica. Salvador: 1994.

\_\_\_\_\_. Centro do Planejamento Municipal. **Comércio informal: relocação dos ambulantes da Av. Sete de Setembro; memória dos trabalhos realizados**. Salvador: 1997a.

\_\_\_\_\_. Centro do Planejamento Municipal. **Comércio informal: Av. Sete de Setembro; Áreas Provisórias**. Salvador: 1997b.

\_\_\_\_\_. Centro do Planejamento Municipal. **Comércio informal: Avenida Sete de Setembro, Baixa dos Sapateiros**. Salvador: 1997c.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 12.016, de 08 de junho de 1998. Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do Município de Salvador e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.apms-ba.com.br/publicacao\\_view.jsp?idPub=500](http://www.apms-ba.com.br/publicacao_view.jsp?idPub=500)> Acesso em 16 fev. 2021

\_\_\_\_\_. Lei 5.503 de 28 de dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial do Município. 2014 SALVADOR • BAHIA • Terça-feira, 26 DE AGOSTO DE 2014. ANO XXVII | No 6.161